



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente



OS LIMIARES DAS CIDADES MÉDIAS: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG

Wagner Barbosa Batella

Presidente Prudente – SP

Julho de 2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO
LINHA DE PESQUISA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

OS LIMIARES DAS CIDADES MÉDIAS: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG

Wagner Barbosa Batella

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Presidente Prudente – SP

Julho de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Batella, Wagner Barbosa.
B334L Os limiars das cidades médias : reflexões a partir da cidade de Teófilo
Otoni-MG. - Presidente Prudente : [s.n], 2013
228 f. : il.

Orientador: Everaldo Santos Melazzo
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Geografia urbana. 3. Cidades médias. 4. Limiars das
cidades médias. I. Melazzo, Everaldo Santos. II. Batella, Wagner Batella. III.
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV.
Título.

BANCA EXAMINADORA

Everaldo Santos Melazzo

PROF. DR. EVERALDO SANTOS MELAZZO
ORIENTADOR

Oswaldo Bueno Amorim Filho

PROF. DR. OSWALDO BUENO AMORIM FILHO
(PUC/MG)

Beatriz Ribeiro Soares

PROFA. DRA. BEATRIZ RIBEIRO SOARES
(UFU)

Maria Encarnação Beltrão Sposito

PROFA. DRA. MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO
(UNESP/FCT)

Arthur Magon Whitacker

PROF. DR. ARTHUR MAGON WHITACKER
(UNESP/FCT)

Wagner Barbosa Batella

WAGNER BARBOSA BATELLA

Presidente Prudente (SP), 04 de julho de 2013.

RESULTADO: APROVADO

A minha mãe, Olga Barbosa Batella, por seu amor incondicional.

Ao meu pai, Paulino Batella (*in memoriam*), que por mim torceu! No início do doutorado me disse um olá, mas logo um adeus.

À querida Tatiane Portela Vinhal, por caminhar comigo pelos “meandros” da vida e por dividir o que nela há de mais espetacular.

Ao filho que eu quero ter (Toquinho e Vinícius de Moraes).

AGRADECIMENTOS

Para estudar as cidades médias, deixei a vida na metrópole mineira e fui viver em Presidente Prudente. Foi uma mudança não apenas de escala ou de perspectiva teórico-metodológica, mas o desenvolvimento de um novo projeto de vida (acadêmico e particular). Muitas pessoas contribuíram para tornar essa caminhada mais agradável. A vocês, meu muito obrigado!

Ao meu orientador, professor Everaldo Melazzo, com quem desenvolvi uma sintonia desde a reunião da ReCiMe em agosto de 2007, quando ele me apresentou o PPGG da FCT UNESP. Ingressar no doutorado sob sua orientação foi um privilégio! Obrigado pelas longas conversas, pelos incentivos e pela confiança no meu trabalho.

Ao professor Oswaldo Bueno Amorim Filho, a quem credito o incentivo inicial para que eu me lançasse na “aventura” de cursar o doutorado. Agradeço, ainda, a confiança de me convidar para dividir contigo os trabalhos junto à ReCiMe. O senhor é o principal motivador desta trajetória. Obrigado pelo apoio e amizade.

À professora Carminha. Obrigado pela acolhida sempre gentil em terras paulistas. Conviver contigo foi uma aprendizagem sem tamanho!

Aos professores Arthur Whitacker e Beatriz Ribeiro Soares, meu reconhecimento e gratidão pelas contribuições durante o exame de qualificação (vocês me ajudaram formatar um conjunto de ideias que ainda eram embrionárias).

Aos colegas da ReCiMe, que me receberam de forma tão calorosa e com os quais, a partir dos debates em Presidente Prudente, Santiago, Rio de Janeiro e Marabá, ajudaram-me a mergulhar no encanto que é o estudo das cidades médias. Ainda temos muito por fazer!

Agradeço aos professores do PPGG da FCT UNESP com quem tive a oportunidade de dividir vários momentos de debate e descontração. Agradeço de uma forma especial os professores Eliseu Savério Sposito, Antônio Thomaz Jr., Raul Borges Guimarães, João Oswaldo Rodrigues Nunes e Marco Saquet.

Agradeço, ainda, à coordenadora do PPGG, profa. Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim, e aos servidores da Seção de Pós-Graduação da

FCT/UNESP, que sempre se prontificaram a me ajudar com tantas solicitações. Agradeço à Cinthia, Ivonete, Márcia e ao André.

Foram tantas amizades construídas durante o período que morei em Prudente que não caberia nesta página. Mas devo registrar os colegas do PPGG: Mauro, Simão, Juliana, Natacha, Cintia, Verônica, Oscar, Fernando Heck, Antônio Bernardes, Maria Angélica, Régis, Igor, Paula, Oséias, Silvinha, Ugeda, Elson, Cleverson, Vitor, Leda, Márcio etc. Tive, ainda, a oportunidade de ministrar duas disciplinas para os colegas da graduação. Muitos dos alunos se tornaram verdadeiros amigos e/ou colegas no PPGG. Agradeço também aos colegas Hélio e Lara, mineiros que conheci em Prudente, criamos uma sintonia que promete muitas parcerias. Obrigado pelas experiências trocadas. Cresci muito com todos vocês!

Algumas pessoas foram responsáveis por amenizar a saudade da família. Na verdade, com elas construí algo muito próximo de uma família pela intensidade da convivência e o carinho que nos unia. Agradeço ao casal Rafa e Raquel, amigos que sempre cuidaram de mim e da Tati. Agradeço à Cintia Lins, Zé Alves, Karina e ao pequeno Miguel. Adorei conviver com todos vocês. Ao Henrique, Andréa, Edilson, Denise e ao João Kândido, agradeço a amizade que nem a distância abala. Agradeço ao Divino e à Sônia pelos sempre agradáveis momentos compartilhados. Ao casal Márcio e Letícia, amigos muito presentes. À Dona Creuzinha e ao Sr. Miro, que eram os pais de todos os “estrangeiros” em Prudente. Ao Juscelino, primeiro colega que conheci em Prudente, com quem construí uma sólida amizade e que, tenho certeza, tende só a se FORTALEcer.

Agradeço ao CNPq, pela bolsa de doutorado durante o período que morei em Presidente Prudente.

Agradeço, ainda, meus colegas e professores da PUC Minas que continuaram solícitos e atenciosos comigo durante o doutorado: Prof. José Flávio, Prof. Irineu Rigotti, Prof. Alexandre Diniz, Profa. Rita de Cássia Liberato, Prof. Leônidas Barroso, Prof. Luiz Travassos, Prof. Altino Caldeira, Prof. João Francisco, Beth, Francisco (agradeço pela colaboração nos trabalhos de campo), Jarvis (valeu pela ajuda com os microdados) e Claudinha.

Aos alunos, técnicos e docentes da UFFS que dividiram comigo a dificuldade de escrever uma tese e “construir” uma universidade. Aos meus

orientandos do PIBID e dos projetos PIBIC, principalmente Carla e Crislaine, minhas primeiras orientandas na UFFS, aos colegas técnicos que viveram comigo os desafios de uma greve. Aprendi muito com todos vocês! Aos colegas do “partido” que dividiam comigo os embates, enquanto fazíamos nossas teses: Brunetta, Danilo, Christy, Ricardo, Leo, Franciele, Marlene, Gisele, Cristina, Willian, Ederson, Andrey, Marlon, Silvia, Vicente e Alejandra. Aos colegas do colegiado de Geografia dos *campi* Chapecó e Erechim.

Em Chapecó conheci ainda a Camila, o Leandro e a Rosa (e sua família), que tornaram o frio, a angústia de fazer uma tese e de viver longe da família algo menor diante da alegria de dividir amizades e uma boa taça de vinho.

Agradeço ao amigo Adriano Rodrigues de Oliveira, que me recebeu em terras chapecoenses e hoje está em Goiânia. Obrigado pela amizade que construímos e que promete muito ainda.

Em Teófilo Otoni contei com a inestimável ajuda do arquiteto Igor Sorel, do sociólogo e historiador Márcio Achtschin Santos e do sociólogo Bruno Bento. Agradeço, ainda, a todos que contribuíram com entrevistas e informações.

A base de toda minha formação está fora do ambiente acadêmico, mas sem essas pessoas nada seria possível. Agradeço a minha família: minha querida mãe, que sempre me incentiva e acompanha a cada nova etapa. Ao meu pai, que nos deixou enquanto ainda cursava o primeiro semestre do doutorado, mas que, tenho certeza, iria adorar ver que cheguei ao final. Aos meus irmãos e minha sobrinha. Obrigado pelo carinho de vocês.

Agradeço à família da Tati, que vive conosco cada novo passo. Vocês também formam a minha família.

Por fim e mais importante. Agradeço e divido com você, Querida, mais esta etapa. Obrigado, Tati, por me apoiar e por embarcar comigo nesta aventura. Tantas mudanças! Tantas novidades! Tantas expectativas! Tudo isso só foi possível por seu companheirismo para enfrentar o novo, para superar as dificuldades (e foram muitas) e por acreditar que juntos iremos mais longe. Muito obrigado!

SUMÁRIO

Índice	10
Resumo	11
Abstract	12
Lista de Gráficos	13
Lista de Tabelas	13
Lista de Quadros	13
Lista de Fotos	14
Lista de Figuras	15
Apresentação	17
Introdução	19
1 – Cidades Médias: da multiplicidade de definições à busca de seus limiares	29
2 – Das cidades às redes: multiplicidade e assimetrias dos papéis locais e globais	57
3 – Das redes às regiões: a cidade na perspectiva dos movimentos multiescalares	106
4 – Entre permanências e rupturas na produção da cidade e do urbano de Teófilo Otoni	159
Considerações Finais	207
Referências Bibliográficas	215

ÍNDICE

<u>Apresentação</u>	17
<u>Introdução</u>	19
Notas metodológicas	24
<u>1 – Cidades Médias: da multiplicidade de definições à busca de seus limiares</u>	29
1.1 – Um desafio conceitual	29
1.2 – Origens e desenvolvimento dos estudos sobre as cidades médias	32
1.3 – As cidades médias em perspectiva	39
1.4 – Uma proposta de limiares para o estudo das cidades médias	51
<u>2 – Das cidades às redes: multiplicidade e assimetrias dos papéis locais e globais</u>	57
2.1 – O contexto das transformações e ampliação dos papéis das cidades médias	57
2.2 – Formação histórica da rede urbana “próxima” e inserção nas redes urbanas “distantes”	64
2.2.1 – Teófilo Otoni nos estudos sobre a rede urbana de Minas Gerais	81
2.2.2 – Teófilo Otoni nos estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades	84
2.2.3 – Teófilo Otoni nos estudos sobre as Regiões de Referência para o Planejamento Territorial	92
2.2.4 – Teófilo Otoni nos estudos sobre a Tipologia das Cidades Brasileiras	99
<u>3 – Das redes às regiões: a cidade na perspectiva dos movimentos multiescalares</u>	106
3.1 – A compreensão do movimento pelas interações espaciais	107
3.2 – Padrões de interações e transformações na rede urbana	114
3.3 – Teófilo Otoni entre verticalidades e horizontalidades	121
3.3.1 – Vetores das verticalidades em Teófilo Otoni	125
3.3.2 – Vetores das horizontalidades em Teófilo Otoni	138
<u>4 – Entre permanências e rupturas na produção da cidade e do urbano de Teófilo Otoni</u>	159
4.1 – Um olhar para o intraurbano: iniciando a discussão	159
4.2 – Produção do espaço e desigualdades socioespaciais	167
4.3 – Sobre a divisão social do espaço em Teófilo Otoni	184
<u>Considerações Finais</u>	207
<u>Referências Bibliográficas</u>	215

BATELLA, Wagner. **Os limiares das cidades médias: reflexões a partir de Teófilo Otoni-MG**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), *campus* de Presidente Prudente.

RESUMO

Considerando as transformações recentes na rede urbana brasileira, observa-se uma série de alterações nos papéis desempenhados pelos espaços urbanos não metropolitanos, mais precisamente entre as cidades denominadas, por muitos, como médias. A complexidade das dinâmicas constatadas contemporaneamente nessas cidades demanda a realização de pesquisas que melhor retratem a diversidade desses espaços e seus processos de produção e consumo. Para tanto, a proposta de limiares é acionada como estratégia analítica e como ferramenta de análise. A partir dos esforços para compreender as relações, dinâmicas e processos que se dão nas escalas intra e interurbanas de Teófilo Otoni, problematizando-a como uma cidade média, pretende-se contribuir para discussão deste conceito através de suas características, funções e limiares. Para este estudo, privilegiam-se as dimensões econômica e social da cidade; a articulação de escalas inter e intraurbana; e a discussão sobre limiares das cidades médias. A metodologia envolveu, ainda, a realização de pesquisa bibliográfica, construção de um banco de dados, realização de entrevistas, elaboração de mapas temáticos e trabalhos de campo. Os resultados indicam que os quadros analíticos elaborados nesta pesquisa permitem entender a cidade de Teófilo Otoni como uma cidade média no limiar, bem como reforçam a validade dessa proposta para o estudo dos espaços urbanos não metropolitanos.

Palavras-chave: Cidades médias; limiares; espaço urbano; Teófilo Otoni.

BATELLA, Wagner. **The thresholds of the medium-sized cities: reflections from Teófilo Otoni-MG**. 2013. Thesis (Doctorate in Geography) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), *campus* of Presidente Prudente.

ABSTRACT

Considering the recent changes in Brazilian urban network, there is a series of changes in the roles played by non-metropolitan urban spaces, more precisely among the cities called medium-sized cities. The complexity of the dynamics observed in these cities demands research to better describe the diversity of these spaces and their processes of production and consumption. Therefore, the proposed threshold is operated as analytical strategy and as an analysis tool. From the efforts to understand the relationships, dynamics and processes that occur on scales intra and inter-urban of the Teófilo Otoni city, questioning it as an medium-sized city, aim to contribute to the discussion of this concept through their features, functions and thresholds. For this analysis, the focus is on the economic and social aspects of the city; the articulation of inter and intra-urban scales; and the discussion of thresholds of medium-sized cities. The methodology also involved conducting a literature review, preparation of a database, interviews, preparation of thematic maps and fieldworks. The results indicate that the analytical frameworks developed in this research allow us to understand the city of Teófilo Otoni as an medium-sized cities city on the threshold, as well as reinforce the validity of this proposal for the study of non-metropolitan urban areas.

Key-words: Medium-sized cities; threshold; urban space; Teófilo Otoni.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Crescimento do número de cidades de porte médio no Brasil entre os Censos Demográficos de 1970 e 2010	63
GRÁFICO 2: Relação entre População Urbana (2010) e Número de Estabelecimentos Comerciais (2010) nas cidades da Mesorregião do Mucuri	77

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Município de Teófilo Otoni. População Total: 1890, 1900 e 1920	70
TABELA 2: População do município de Teófilo Otoni, por distrito. 1920	71
TABELA 3: Teófilo Otoni. Variação do emprego formal e estoque de empregos formais na Indústria de Produtos Alimentícios. 2009 a 2011	130
TABELA 4: Teófilo Otoni, Microrregião de Teófilo Otoni, Mesorregião Vale do Mucuri e Minas Gerais. Pessoas que frequentam cursos de graduação e pós-graduação em 2010 nas redes pública e privada	149
TABELA 5: Teófilo Otoni. Número de estabelecimentos por atividade econômica e empregos formais. 1991, 2000 e 2008	151
TABELA 6: Teófilo Otoni. Evolução da população. 1970 a 2010	175
TABELA 7: Teófilo Otoni e Minas Gerais. Componentes do Déficit Habitacional. 2000	194

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Classificação de Teófilo Otoni nos estudos da REGIC	87
QUADRO 2: Teófilo Otoni. Dez principais produtos exportados no ano de 2012	131
QUADRO 3: Teófilo Otoni. Países de destino das exportações no ano de 2012	132
QUADRO 4: Municípios da região leste e nordeste de Minas Gerais produtores de gemas, por número de garimpos e substâncias produzidas	133
QUADRO 5: Teófilo Otoni. Hospitais: localização e leitos disponíveis. 2012	145
QUADRO 6: Teófilo Otoni. Instituições de Ensino Superior e respectivos cursos ofertados. 2012	146
QUADRO 7: Síntese das principais dimensões nas quais se estudou os limiares inferiores propostos na pesquisa	212

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Teófilo Otoni. Unidade da Nestlé S/A	129
FOTO 2: Teófilo Otoni. Unidade da JBS S/A	129
FOTO 3: Teófilo Otoni. Oficina de beneficiamento de pedras preciosas	135
FOTO 4: Teófilo Otoni. Comércio de pedras preciosas fora da cidade	136
FOTO 5: Teófilo Otoni. Comércio de pedras preciosas fora da cidade	136
FOTO 6: Teófilo Otoni. Comércio de pedras preciosas em espaços públicos	136
FOTO 7: Teófilo Otoni. Comércio de pedras preciosas em estabelecimentos comerciais	136
FOTO 8: Teófilo Otoni. Campus da UFVJM. 2010	149
FOTO 9: Conjunto Jardim das Acácias	188
FOTO 10: Conjunto Filadélfia	188
FOTO 11: Conjunto Castro Pires	188
FOTO 12: Conjunto Felicidade/Betel	188
FOTO 13: Conjunto Pindorama	189
FOTO 14: Conjunto Paulo Freire	189
FOTO 15: Conjunto Funcionários	189
FOTO 16: Conjunto Vitória	189
FOTO 17: Teófilo Otoni. Extensão da área com Habitações de Interesse Social no bairro Bela Vista. 2012	191
FOTO 18: Teófilo Otoni. Habitações de Interesse Social no bairro Bela Vista. 2013	192
FOTO 19: Teófilo Otoni. Habitações de Interesse Social no bairro Joaquim Pedrosa. 2012	192
FOTO 20: Teófilo Otoni. Habitações de Interesse Social no bairro São Cristovão. 2012	193
FOTO 21: Teófilo Otoni: Exemplos de novos produtos imobiliários na cidade e verticalização da área central. 2010	196

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Emancipações a partir de Teófilo Otoni	73
FIGURA 2: Rede urbana da Mesorregião Vale do Mucuri. 2010	76
FIGURA 3: Minas Gerais - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2000 (Destaque para a Mesorregião Vale do Mucuri)	78
FIGURA 4: Hierarquia das cidades médias de Minas Gerais conforme estudos de Amorim Filho: 1982, 1999 e 2007	83
FIGURA 5: Teófilo Otoni. Regiões de Influência. 1987, 2000 e 2008	91
FIGURA 6: Brasil. Territórios da Estratégia	95
FIGURA 7: Brasil. Macrorregiões e Macropolos	96
FIGURA 8: Brasil. Proposta de sub-regionalização	97
FIGURA 9: Brasil. Macrorregiões e Sub-polos Estratégicos	99
FIGURA 10: Brasil. Tipos Microrregionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	101
FIGURA 11: Brasil. Tipologia das cidades que integram municípios com mais de 100.000 habitantes por classes definidas pelas faixas de renda	104
FIGURA 12: Padrões de interações espaciais em rede	116
FIGURA 13: Teófilo Otoni. Cartaz de divulgação da Feira Internacional de Pedras Preciosas realizada em 2012	137
FIGURA 14: Mesorregião Vale do Mucuri. Número de agências bancárias por município. 2012	154
FIGURA 15: Teófilo Otoni. Movimentos Pendulares para Estudo e/ou Trabalho – 2000	155
FIGURA 16: Teófilo Otoni. Migração Pendular para Estudo. 2010	156
FIGURA 17: Teófilo Otoni. Migração Pendular para Trabalho. 2010	156
FIGURA 18: Teófilo Otoni. Modelo Digital de Terreno	168
FIGURA 19: Teófilo Otoni. Área de atuação da Cia de Comércio e Navegação do Mucuri. Século XIX	169
FIGURA 20: Teófilo Otoni. Planta da cidade em 1910	171
FIGURA 21: Teófilo Otoni. Evolução do Tecido Urbano (1852 – 1930)	173
FIGURA 22: Teófilo Otoni. Evolução do Tecido Urbano (1931 – 1976)	174

FIGURA 23: Teófilo Otoni. Evolução do Tecido Urbano (1976 – 2000)	176
FIGURA 24: Teófilo Otoni. Variáveis demográficas por Setor Censitário – 2000 e 2010	179
FIGURA 25: Teófilo Otoni. Variáveis de infraestrutura de saneamento por Setor Censitário. 2000 e 2010	180
FIGURA 26: Teófilo Otoni. Variáveis de Renda por Setor Censitário. 2000 e 2010	181
FIGURA 27: Teófilo Otoni. Localização dos Conjuntos Habitacionais	187
FIGURA 28: Teófilo Otoni. Número de Apartamentos por Setor Censitário	195
FIGURA 29: Teófilo Otoni. Localização das Empresas de Comércio Varejista	202
FIGURA 30: Teófilo Otoni. Localização de Atividades Seleccionadas	203

Apresentação

A temática das cidades médias me seduziu! Confesso que ela nunca foi central em minha formação como pesquisador, desde a graduação até o mestrado, ambos cursados na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Por isso, esta tese, ao abordar o tema das cidades médias, representa, na perspectiva pessoal da formação acadêmica de seu autor, a incorporação de novos horizontes científicos (de temas e métodos) para atuação.

O interesse em desenvolver um doutoramento em Geografia contemplando as cidades médias teve início no mês de agosto de 2007 quando, por indicação do Professor Oswaldo Bueno Amorim Filho, participei de um workshop da ReCiMe (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias) na cidade de Presidente Prudente-SP. Nesse evento conheci o Professor Everaldo dos Santos Melazzo, que viria a se tornar meu orientador. Daquela data em diante, quando também passei a integrar a rede de pesquisa na equipe que estudava a cidade de Teófilo Otoni-MG, tive a oportunidade de participar de algumas reuniões desse grupo e mantive um contato intenso com o Professor Everaldo e com outros pesquisadores.

Esse foi o contexto em que surgiu minha curiosidade para estudar as cidades médias. Quando decidi prestar o processo seletivo para o curso de doutorado da UNESP/PP não tinha clareza sobre um problema que justificasse a elaboração de uma tese de doutoramento. Foi durante o workshop realizado em 2008, na cidade de Santiago/Chile, que comecei a observar as particularidades que envolviam a cidade de Teófilo Otoni em relação às outras estudadas pela ReCiMe. Em todo conjunto de variáveis apresentadas para as cidades estudadas na pesquisa em rede, eu me perguntava: “Teófilo Otoni não tem nada disso. Será que ela pode ser entendida como uma cidade média?” A despeito das diversas classificações realizadas por pesquisadores da questão urbana e por órgãos de planejamento que entendem esta cidade como uma importante cidade média da região nordeste do estado de Minas Gerais, comecei a perceber que minhas indagações não se baseavam apenas em uma questão de método. A cidade se insere no processo de urbanização brasileira de uma forma bastante particular, numa tensão entre os papéis que ela é

impelida a cumprir para si e para outras cidades de sua região e sua articulação com processos gerais que envolvem as cidades médias brasileiras em dinâmicas e escalas cada vez mais complexas e abrangentes.

Para entender essa condição, pensamos em fazer uma análise da cidade de Teófilo Otoni, problematizando-a como uma cidade média no limiar. Porém, não nos referimos aos limiares das estatísticas descritiva e inferencial, mas aos limiares inspirados por Walter Benjamin, que levam em consideração o movimento, a transição, a passagem. O limiar em Benjamin não se refere à fronteira, entendida como uma linha divisória entre duas realidades, ele é compreendido como zona, o lugar onde as diferenças se encontram e se preparam para a transição, mas que ao mesmo tempo, às vezes longos períodos de tempo não transitam entre uma situação anterior e uma posterior. O limiar, nesta ótica, permite uma articulação entre espaço e tempo, tanto na busca por desvendar passado e presente, como para se pensar o futuro, pois, se o limiar adquire certa espessura que não favoreça sua superação, ele acaba negando sua própria função. Por isso a ideia de se adjetivar este limiar com o epíteto inferior, tentando qualificar as particularidades do processo de produção do espaço urbano da cidade de Teófilo Otoni e de sua inserção nas redes urbanas e em sua própria região.

Dessa maneira, a tese que apresentamos é fruto de nossa participação na ReCiMe e contempla a cidade que já vínhamos estudando, segundo a metodologia sugerida por esta rede, mas debatendo-a conforme proposta que acabamos de expor e que será aprofundada nas páginas seguintes. É importante destacar que foi um desafio conciliar duas pesquisas diferentes (a da ReCiMe e esta de doutoramento), mas que transcorrem *pari passu* e, por isso, complementam-se. Por fim, a escolha da cidade de Teófilo Otoni para esta pesquisa foi norteadada, ainda, por uma dimensão pessoal, pois o autor desta tese possui laços familiares que remetem à região nordeste de Minas Gerais. Minha família materna é originária de Araçuaí, cidade localizada no Vale do Jequitinhonha e que se encontra sob influência de Teófilo Otoni, sendo essa condição muito presente nos relatos de minha mãe sobre o cotidiano de idas e vindas a Teófilo Otoni para trabalho, estudo e tantas outras demandas.

Introdução

O crescimento quantitativo do número de cidades que apresentam população no intervalo entre 100.000 e 500.000 habitantes é um indicador expressivo da complexidade urbana inerente à sociedade contemporânea. Considerando o período que envolve os quatro últimos Censos Demográficos brasileiros, houve um crescimento de 143% no número total dessas cidades. Em 1980, havia 88 cidades nessa faixa de população e em 2010, este número chegou a 214 (IBGE, 1980; 2010).

Esse expressivo incremento quantitativo deve ser analisado concomitantemente às mudanças de ordem qualitativa. Em termos relativos, essas cidades se tornaram os principais destinos de migrantes, apresentando taxas de crescimento populacional¹ superiores às daquelas das áreas metropolitanas. Esse cenário que envolve tais cidades, algumas dessas classificadas por muitos autores como cidades médias (denominação que será utilizada, mas também problematizada no corpo da tese), tem sido influenciado pelas transformações da urbanização brasileira recente e alterado os conteúdos e os papéis desempenhados por elas.

Muitos trabalhos surgiram nas últimas décadas com foco neste objeto particular de estudo – a cidade média –, com o fito de compreendê-la nas escalas da rede urbana e das áreas urbanas não metropolitanas, contribuindo para seu conteúdo teórico-conceitual (SPOSITO, 2001). Uma rápida revisão desses estudos revela a pluralidade de abordagens e de campos disciplinares envolvidos nesse debate, demonstrando a complexidade e a diversidade das cidades em si, mas também demonstrando que um objeto teórico deve, antes de qualquer coisa, ser formulado, construído, delimitado e preenchido de significados coerentes e articulados a uma matriz teórica de pensamento sobre a realidade. Dentre os esforços para se estudar as cidades médias, destaca-se o trabalho da ReCiMe. Formada por pesquisadores de diversas universidades brasileiras, chilenas e argentinas, essa rede empenha-se no esforço para

¹ Entre 2000 e 2012, a taxa média de crescimento anual dos municípios com população total entre 100.000 e 500.000 habitantes foi de 1,93%, enquanto aqueles com população superior à 1.000.000 apresentaram taxa média anual de 1,12% (IBGE, 2012).

“explicitar as especificidades que caracterizam as cidades médias” (SPOSITO *et al* 2007, p.35-36), buscando dar consistência conceitual à expressão “cidade média”. As cidades estudadas por essa rede são analisadas por uma metodologia comum, sem deixar de considerar a pluralidade de abordagens teóricas dos pesquisadores envolvidos, propiciando uma comparação entre cidades de diferentes regiões brasileiras, com o objetivo de encontrar as particularidades que permitam classificá-las como cidades médias.

Alguns resultados já divulgados entre as cidades estudadas (ELIAS; PEQUENO, 2010; SOBARZO, 2010; LAN *et al*, 2010; SOARES *et al*, 2010; RUIZ; VÁSQUEZ; FERNÁNDEZ, 2012; MELAZZO, 2012) explicitam o quanto o objeto é diferenciado e diversificado, fruto de um “processo de urbanização em contextos econômicos, políticos e sociais heterogêneos em um espaço desigualmente fragmentado e articulado” (CORRÊA, 2007, p.23).

A partir do exposto, toma-se como hipótese para construção desta tese de doutorado a interpretação de que, diante da diversidade inerente às cidades da rede urbana brasileira, bem como do reconhecimento de grupos de cidades com diferentes portes e papéis, ainda que se considerem os processos gerais responsáveis pela produção do espaço urbano, há uma multiplicidade de relações mutantes no tempo e no espaço que consubstanciam as particularidades dos espaços urbano e regional de uma cidade.

Considerando as especificidades das cidades médias, foco desta análise, dentre essas particularidades considera-se a noção de limiar, precipuamente, o que se entende por limiar inferior. Trata-se de uma interpretação dos papéis de uma cidade na divisão territorial do trabalho em um dado contexto espaço-temporal como resultado da diversidade de agentes atuando em múltiplas escalas.

Para tal, propõe-se o estudo da cidade de Teófilo Otoni, localizada na Mesorregião Vale do Mucuri, em Minas Gerais, que também está sendo analisada no contexto das cidades estudadas pela ReCiMe. É importante destacar que este recorte territorial é entendido como um exemplo, não um caso (o que exigiria uma análise particular, única e não repetível). Sendo assim, pretende-se avançar em contribuições que possam ser entendidas também em outros contextos regionais, contribuindo para o esforço pessoal,

mas também coletivo (no âmbito da ReCiMe) de apreensão das lógicas, processos e dinâmicas que confluem na produção da urbanização em curso. Porém, e ao mesmo tempo, tomar como exemplo e não como mais um caso não implica em realizar generalizações que poderiam levar à consideração de que se estaria frente a lógicas, processos e dinâmicas homogeneizadores.

Dessa maneira, a partir dos esforços para compreender as relações que se dão nas escalas intra e interurbanas de Teófilo Otoni, problematizando-o como uma cidade média, almeja-se contribuir para uma discussão deste conceito mediante suas características, funções e limiares, bem como dos critérios que colaboram para sua definição no contexto da metodologia que vem sendo desenvolvida pela ReCiMe. Para se alcançar este objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- Utilizar a metodologia da ReCiMe, adaptando-a à busca por limiares inferiores nas diferentes realidades regionais e locais;
- analisar Teófilo Otoni no contexto da rede urbana nacional, mineira e sub-regional do vale do Mucuri;
- investigar a produção do espaço urbano de Teófilo Otoni, considerando as articulações inter escalares sugeridas acima;
- sugerir elementos necessários para a compreensão dos limiares de uma cidade média na diversa realidade urbana brasileira contemporânea.

A justificativa para a realização deste trabalho pode ser dividida em duas dimensões. A primeira sustenta-se na relevância social da pesquisa. Ao trabalhar com Teófilo Otoni e seu contexto regional, principalmente com o Vale do Mucuri, privilegia-se a análise de uma das regiões mais pobres e menos estudadas do país (PEREIRA; LEMOS, 2005). Além disso, apesar das cidades médias serem conhecidas pelos seus elevados indicadores socioeconômicos, o trabalho de Batella e Diniz (2006) mostrou que, na rede urbana mineira, Teófilo Otoni não se enquadra nesta perspectiva. Desta forma, um estudo como este

poderá, em grande medida, subsidiar futuras atividades de planejamento urbano e regional da área analisada.

A segunda dimensão dessa justificativa recai na relevância científica da pesquisa. É notório o crescimento de investigações com foco na temática das cidades médias. Seja na perspectiva de contribuições empíricas ou teóricas, a importância da questão evidencia-se na pluralidade de perspectivas de análises que se desenvolvem com foco nessas cidades. Já se enfatizou anteriormente a proposta da ReCiMe de explicitar as especificidades que caracterizam essas cidades, mas a partir desse quadro geral, urge que se avance para uma análise do que é mais particular a cada cidade. Dessa forma, a proposição de se estudar os limiares, tomando como recorte territorial a cidade de Teófilo Otoni, permitirá a verificação dos papéis específicos de uma cidade na divisão territorial do trabalho que vêm se remodelando, particularmente pelas mudanças nas formas de produção e consumo, pela entrada de novos agentes econômicos e pelas estratégias de reprodução do capital que articulam escalas diferenciadas.

Assim, ao explorar a dimensão dos limiares, pretende-se contribuir, ainda, para a construção do conceito de “Cidade Média” no Brasil e, talvez, nos países latino-americanos, que se encontra em elaboração, segundo Sposito (2001) e Corrêa (2007).

Deve ser anotado, desde esta introdução, que não se trata de um esforço analítico de comparação entre cidades. Se esta, a comparação, sempre foi um recurso bastante utilizado na análise geográfica e que se constitui certamente em estratégia válida, necessária e rica para dar conta da realidade que é diversidade e que Smith (1988) condensou como resultante de um permanente desenvolvimento desigual e, se mesmo em alguns momentos lançando mão deste recurso são acionados exemplos de outras cidades, não se trata aqui de jogar o foco em uma síntese comparativa. Trata-se, antes de tudo, de analisar e expor a particular condição de uma cidade média, ou seja, de articular em um mesmo momento explicativo sua particularidade em sua condição geral.

Para alcançar os objetivos expostos anteriormente, a tese foi estruturada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais, que se

complementam e organizam a discussão teórica, a aquisição, o tratamento e a análise de dados e informações, bem como os resultados da pesquisa.

No primeiro capítulo são apresentados os elementos teóricos e conceituais sobre as cidades médias, assim como a proposição de seus limiares que nortearão a elaboração do trabalho. A partir de um resgate sobre a origem e o desenvolvimento de estudos sobre a temática das cidades médias, busca-se contextualizar a complexidade deste objeto, evidenciando que o desafio de construção conceitual continua patente, uma vez que a dimensão da noção tem sido o maior avanço nas discussões epistemológicas que envolvem as cidades médias. A partir da discussão sobre as transformações recentes que tornam as cidades médias um objeto diversificado, busca-se articular a noção de limiar, problematizando-a como perspectiva analítica que inaugura novas orientações para o estudo dessas cidades.

No capítulo dois a atenção recai na análise das assimetrias que marcam as cidades médias contemporâneas, fortemente marcadas pela ampliação das escalas de realização de seus papéis de intermediação. Para entender a particularidade deste processo na realidade de Teófilo Otoni, interpreta-se a estruturação dos espaços de relações envolvendo esta cidade, destacando a formação de sua rede urbana próxima, bem como sua inserção em redes urbanas distantes, como a estadual e a nacional.

O movimento que caracteriza e transforma os papéis desempenhados pelas cidades médias no contexto atual é o tema do capítulo três. Privilegia-se a dimensão das interações espaciais para se problematizar os limiares das cidades médias. Para isso, os conceitos de verticalidades e horizontalidades, propostos pelo geógrafo Milton Santos, são apropriados para se analisar as dinâmicas das relações de Teófilo Otoni na rede urbana e na região sob sua influência.

No capítulo quatro resgata-se a importância da articulação de escalas no estudo das cidades médias, donde também se manifesta o limiar dessas cidades. Realizando a conexão com os capítulos precedentes, a análise avança para a interpretação do espaço intraurbano de Teófilo Otoni. Busca-se identificar os limiares nas desigualdades socioespaciais e na divisão social do espaço, evidenciando-se as continuidades e rupturas do processo de produção

do espaço urbano, bem como se discute os processos de estruturação e reestruturação urbana e da cidade.

Ao se propor problematizar e utilizar os limiares como estratégia de análise, como recurso metodológico, como condição de permanências e mudanças, como potencial de vir a ser, espera-se dar um passo a mais, pequeno frente às complexidades das multifacetadas dinâmicas do processo urbanizador, mas marcante o suficiente para se constituir em sugestão viável para novos estudos sobre as cidades médias.

Notas metodológicas

Optou-se por inserir esta discussão na introdução para sistematizar os aspectos gerais relacionados à metodologia que amparou a elaboração desta tese. A denominação como nota se justifica por não se tratar de uma seção que pormenoriza os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, sendo esses diluídos no texto e pautados com mais detalhes sempre que necessário, mas essa parte do texto apresenta as questões gerais da metodologia adotada na tese.

Conforme já se destacou, este trabalho de doutoramento é um desdobramento de uma pesquisa maior desenvolvida coletivamente no âmbito da ReCiMe. O grande desafio metodológico foi separar as especificidades das duas pesquisas que embora complementares desenvolvem-se de forma diferente, com objetivos distintos e, como é de se esperar, com metodologias particulares. Um aspecto importante, como enfatizado no primeiro objetivo específico, refere-se à adaptação da metodologia desenvolvida pela ReCiMe, como será explicado a seguir.

Adaptação da metodologia da ReCiMe

Quando se propõe a adaptação da metodologia desenvolvida pela ReCiMe² não se trata de aplicá-la com alterações. Ela é o ponto de partida, uma vez que o problema que se coloca tenha surgido desta experiência de pesquisa em rede, sendo que os resultados para a cidade em estudo ainda não foram publicados. Em função disso, foram tomados os devidos cuidados para não se antecipar divulgações de produtos. Todavia, quando houver alguma informação nesta tese que tenha sido obtida no âmbito da ReCiMe, ela será identificada e os créditos serão devidamente mencionados³.

A principal influência da ReCiMe na metodologia desta tese está na opção das dimensões que serão privilegiadas nesta análise, quais sejam, a econômica e a social. Essa escolha se justifica pela importância que os determinantes econômicos têm assumido nas alterações recentes dos papéis desempenhados pelas cidades médias brasileiras, assim como, pela influência que apresentam para a análise da intensificação das desigualdades socioespaciais observadas nessas cidades.

A metodologia da ReCiMe estrutura a análise de quatro temas representativos de processos e dinâmicas que, com intensidades e ritmos diferentes, constituem-se como centrais para o estudo das principais alterações que vêm sendo observadas nas cidades médias e em seus municípios: a) Difusão da agricultura científica e do agronegócio; b) Desconcentração da produção industrial; c) Difusão do comércio e dos serviços especializados; e d) Aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Para analisar tais temas, assim como a atuação dos principais agentes econômicos a eles atrelados, Elias e Sposito (2006) e Sposito *et al* (2007) sugerem a operacionalização de um significativo número de variáveis organizadas em quatro grupos: I) Ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos; II) Dinâmica populacional e mercado de trabalho; III) Equipamentos e infraestrutura; e IV) Condições de moradias.

² O detalhamento da metodologia desenvolvida pelo grupo que integra a rede pode ser encontrado em Elias e Sposito (2006) e Sposito *et al* (2007).

³ Por exemplo, em alguns cartogramas que foram elaborados com dados e informações obtidos em trabalhos de campo financiados pela ReCiMe.

Deve-se enfatizar, no entanto, que durante a pesquisa sobre Teófilo Otoni no âmbito dessa metodologia identificou-se a dificuldade de caracterizá-la como uma cidade média a partir dos temas e grupos de variáveis destacados. Isso levou à necessidade de se tomar essas orientações teórico-metodológicas como ponto de partida para construir a proposta de limiar, dando ênfase às dimensões dessa metodologia que ressaltam as transformações dos papéis desempenhados por Teófilo Otoni, mas também chamando a atenção para as dimensões que não se manifestam nesta cidade.

Por fim, ainda sobre as adaptações na metodologia da ReCiMe, nesta tese alguns conceitos que não foram propostos pela metodologia da rede foram apropriados para se interpretar a cidade em estudo. Em alguns casos, esses conceitos foram operacionalizados a partir das próprias variáveis sugeridas pela metodologia da rede, por exemplo, os conceitos de verticalidades e horizontalidades.

Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi realizada em bibliotecas de duas universidades: UNESP/PP e PUC Minas. Essa escolha se deu não apenas pelo maior contato do autor desta tese com essas duas instituições, mas também porque nelas há grupos de pesquisa focados na temática das cidades médias. Foram consultadas teses, dissertações, livros e artigos em periódicos. Sobre a pesquisa bibliográfica, destaca-se, ainda, a consulta ao portal de periódicos da CAPES.

Durante os trabalhos de campo na cidade e na região de Teófilo Otoni, visitou-se a biblioteca pública e a biblioteca da UFVJM (Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri). Trata-se de uma universidade recentemente instalada e, por isso, com acervo reduzido. Soma-se a isso, o fato de serem escassas as obras geográficas sobre Teófilo Otoni e sobre a região nordeste de Minas Gerais, onde se localiza essa cidade. Durante esta pesquisa, obteve-se material cedido por historiadores e por outros profissionais que produziram ou possuem material bibliográfico, geralmente de conteúdo histórico, sobre a área em estudo.

Dados, informações e estudos utilizados

Os dados e informações usados nesta tese foram obtidos em agências públicas de pesquisa, gestão, produção de estatísticas e planejamento nas esferas municipal, estadual e federal. Além desses, algumas informações foram obtidas em trabalhos científicos realizados por outros pesquisadores, sites de empresas privadas, associações civis, federações etc.

Foram realizados levantamentos em leis municipais, cadastros e dados produzidos e armazenados pela Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni; dados produzidos pela FJP (Fundação João Pinheiro); dados de comércio internacional elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; dados sobre trabalho e emprego divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego; dados sobre o ensino superior obtidos junto ao Ministério da Educação; dados sobre o sistema de saúde do Ministério da Saúde; Censos Demográficos elaborados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sobretudo os oriundos dos dois últimos Censos Demográficos, de onde se pôde explorar, ainda, os microdados da amostra.

Sobre os estudos que abordam a região do Mucuri, sobressaem-se aqueles realizados pela FJP nas décadas de 1980 e 1990. Eles se constituem nas principais fontes históricas sobre o município e a região, além de apresentarem diagnósticos para o planejamento urbano realizado à época. Utilizaram-se, ainda, os estudos do IBGE sobre as REGIC's (Regiões de Influência das Cidades) e os estudos territoriais elaborados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para subsidiar a inserção da dimensão territorial no planejamento governamental.

Trabalhos de campo

Foram realizados três trabalhos de campo na área de estudo, sempre no mês de julho dos anos de 2009, 2010 e 2012. Durante as visitas foram realizadas observações e descrições, levantamentos de informações em variadas instituições públicas e privadas; entrevistaram-se gestores, lideranças sindicais, técnicos da prefeitura e empresários. Os dois primeiros trabalhos de campo foram realizados no âmbito da pesquisa realizada para a ReCiMe e o

terceiro, financiado pela FCT/UNESP, exclusivamente para finalizar levantamentos pendentes.

O primeiro trabalho de campo, realizado entre os dias 14 e 18 de julho de 2009 contou com a participação da equipe que integra a ReCiMe na pesquisa sobre Teófilo Otoni e teve por objetivo fazer um reconhecimento da cidade e da região. O segundo, realizado entre 12 e 16 de julho de 2010, contou com a participação do orientador e de outro pesquisador, quando se pode realizar várias entrevistas que serão citadas no corpo da tese. O terceiro trabalho de campo foi realizado apenas pelo autor da tese, entre os dias 17 e 20 de julho de 2012, e teve por objetivo fazer entrevistas e visitas que tinham ficado pendentes.

Elaboração dos cartogramas

Os mapas que são apresentados nesta tese foram elaborados seguindo preceitos das teorias da comunicação cartográfica, particularmente da Semiologia. Conforme proposto em Castro (2007), essa opção de representação gráfica permite transcrever uma informação por meio de um sistema de símbolos que permita ao leitor reter, compreender e interagir com as informações mapeadas.

As fontes das bases cartográficas foram: Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, IBGE e Programa Nacional de Logística e Transportes do Ministério dos Transportes. Os mapas sobre evolução do tecido urbano foram elaborados considerando informações que constam em documentos da FJP, atualizadas a partir de entrevista realizada com técnico em topografia da Secretaria de Planejamento. Para classificação dos dados e elaboração dos mapas coropléticos utilizou-se a técnica da QUEBRA NATURAL, do geógrafo norte-americano George Jenks, que permite definir os intervalos de classe de modo a minimizar a variância dentro das classes.

1 – Cidades Médias: da multiplicidade de definições à busca de seus limiares

“É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo”.

Italo Calvino (2004, p.44)

“Tornamo-nos muito pobres em experiências liminares. O adormecer talvez seja a única delas que nos restou. (E, com isso também, o despertar)”.

Walter Benjamin (2006, p.535).

1.1 – Um desafio conceitual

Cada período histórico traz consigo novos desafios para o desenvolvimento científico nos diversos campos do saber. Particularmente nos estudos sobre o urbano e a cidade, em variadas áreas do conhecimento, a complexidade das dinâmicas observadas hodiernamente demanda a realização de pesquisas que melhor retratem a diversidade desses espaços e seus processos de produção e consumo.

Considerando as transformações recentes na rede urbana brasileira, observa-se uma série de alterações nos papéis desempenhados pelos espaços urbanos não metropolitanos, mais precisamente entre as cidades denominadas, por muitos, como médias. Todavia, em função da complexidade desses espaços na própria rede urbana, bem como dos diferenciados contextos regionais onde se encontram inseridos, faz-se importante, no estudo dessas cidades, um esforço em duas direções que se constituem como ponto de partida, mas também de chegada, para a reflexão proposta. A primeira visa explorar o que é geral a essas cidades. Ou seja, busca-se entender processos e dinâmicas semelhantes ao conjunto de cidades médias e que contribuam para sua definição.

Mas, tendo em vista que a rede urbana é marcada pela diversidade, uma premissa básica, urge que os estudos se desenvolvam em uma segunda direção, na busca do que é particular a cada contexto urbano e regional.

Para balizar essa análise, são tomadas algumas das ideias desenvolvidas por Cheptulin (1982, p.191), para quem a formação de representações da realidade exterior, do mundo em seu conjunto e a interpretação dos fenômenos que aí se produzem supõem que uma explicação seja dada quanto ao aparecimento e às relações das diferentes coisas e quanto a sua essência comum.

Destarte, expressa-se a compreensão de que o movimento do pensamento se estrutura pela articulação das singularidades, generalidades e particularidades na construção do conhecimento, para, então, em movimentos dialéticos sucessivos, retornar às instâncias anteriores de conhecimentos, contudo, em níveis intelectuais mais elevados. Essas dimensões foram interpretadas por Cheptulin (1982, p.194), sendo o singular constituído por propriedades e ligações que são próprias apenas a uma formação material dada e que não existem em outras formações. Todavia, em cada formação, além do que marca sua singularidade, há aquilo que é próprio não apenas a ela, mas também a outras formações, ou seja, ao lado do que é singular e que não se repete, existe o que se repete e que está presente em outras formações materiais. Nas palavras do autor, “as propriedades e ligações que se repetem nas formações materiais (coisas, objetos, processos) constituem o geral”. O autor destaca, ainda, que o singular e o geral não existem de maneira independente, mas somente por meio de formações materiais particulares. Dessa forma, o particular carrega consigo as duas dimensões anteriormente descritas, ele é a unidade do singular e do geral, ele é a própria formação material.

Essa explicação se faz importante, pois as categorias singular, geral e particular permearão a condução deste trabalho na busca por uma sistematização da noção de limiar que contribua para o avanço ou para a revisão da dimensão conceitual de cidade média. Ao adotar essa perspectiva, o percurso da pesquisa será conduzido em duas direções complementares, pois

se por um lado trata-se de um caminho para avançar o conceito, por outro é uma perspectiva que visa compreender a realidade estudada.

Deve-se advertir de antemão que não há consenso teórico-conceitual sobre as cidades médias. Corrêa (2007, p.23) destacou as dificuldades em torno da construção deste conceito:

(...) trata-se de discutir uma expressão vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada de idealismo que a concebe como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens da pequena cidade sem ter, contudo, as desvantagens das grandes.

Por outro lado, a expressão “cidade média” encontra-se consagrada entre os pesquisadores, sendo empregada para se referir a determinadas cidades, de um porte específico, que desempenham papéis específicos na rede urbana.

As abordagens mais tradicionais acerca do conteúdo teórico-metodológico das cidades médias convergem para uma relação causal entre as dimensões demográfica e funcional. Essa compreensão decorre em grande medida da ideia de uma hierarquização extremamente rígida, que considera apenas o contexto nacional, sendo as cidades médias aquelas que apresentam “posição média” no interior dessa hierarquia nacional, tanto do ponto de vista demográfico quanto funcional (FERRÃO, 1995).

Nos últimos anos, o debate tem se alargado e incorporado novas temáticas, escalas e métodos, demonstrando a diversidade de perspectivas teóricas e de procedimentos voltados ao estudo das cidades médias, em grande medida em virtude da complexidade da urbanização recente e da diversidade dessas cidades em seus contextos locais, regionais e globais.

Este cenário multifacetado é representativo de um objeto complexo, donde a riqueza das construções empíricas não engendrou uma epistemologia capaz de avançar seu conceito, sendo a expressão “cidade média” uma noção largamente utilizada na Geografia e em outros campos do conhecimento.

Neste contexto, a elaboração deste capítulo, ao se debruçar sobre as diferentes abordagens que serão apresentadas, pretende reunir elementos que possam contribuir para uma construção conceitual mais rigorosa. Para tanto, a proposta de limiares é acionada como estratégia analítica e como ferramenta de análise. O texto segue organizado em três partes, sendo a primeira voltada para a contextualização da origem e evolução dos estudos sobre cidades médias, seguida de uma análise acerca dos aspectos gerais que tem norteado as discussões sobre essas cidades, finalizando com uma reflexão aprofundada sobre a questão dos limiares.

1.2 – Origens e desenvolvimento dos estudos sobre as cidades médias

A temática das cidades médias tem se destacado nos últimos anos, em grande medida, não apenas pelo recente e diligente crescimento do número de núcleos urbanos que superam a faixa de 100.000 habitantes, mas também pelas transformações nas dinâmicas urbanas e regionais envolvendo essas cidades. As transformações conduzidas a partir das mudanças no capitalismo contemporâneo, em suas variadas e cada vez mais complexas escalas de realização, têm produzido, como não poderia deixar de ser, mudanças nos fluxos demográficos e demandas por novos espaços de produção e consumo que, somados a uma gama de outros fatores, modificaram/modificam a rede urbana no mundo e no Brasil, o que despertou/desperta o interesse de estudiosos que priorizam a questão urbana, particularmente das cidades médias, em suas investigações, com o fito de contribuir com maior rigor conceitual e o desenvolvimento de instrumentos mais adequados para compreender esta nova realidade do debate sobre concepções a respeito do urbano na atualidade.

Embora essas questões tenham ganhado mais atenção nas últimas décadas, as primeiras incursões acadêmicas e relacionadas ao planejamento territorial envolvendo as cidades médias remetem ao final dos anos 1950 e início da década de 1960, principalmente na França (AMORIM FILHO, 2007). A vanguarda dessas reflexões pode ser dividida, segundo Costa (2002, p.102),

em dois grandes grupos: o primeiro refere-se aos estudos sobre as cidades médias considerando seu espaço urbano, enquanto o segundo, que surge num período posterior, dedicou especial atenção às políticas de ordenamento considerando a escala regional.

Antes de avançar nessas concepções, todavia, não se pode afirmar que o período em questão marca a origem das interpretações envolvendo a dimensão e os papéis desempenhados pelas cidades, assuntos recorrentes nos estudos acerca das cidades médias. Considerando precipuamente a escala intraurbana, Costa (2002, p.103) acede que a “interpretação da cidade média associada à concepção urbana remete-nos para a dimensão óptima da cidade” e destaca que desde tempos remotos há indagações acerca do equilíbrio urbano, ou seja, dos fatores que permitiriam uma aglomeração urbana alçar-se à condição de entidade econômica e socialmente equilibrada. Segundo a autora, tal proposta tem suas origens nas concepções da Grécia Antiga:

(...) considerando a primeira perspectiva, ou seja, a cidade média como uma aglomeração com uma dimensão física, econômica e social que permite a sua auto-sustentação, podemos afirmar que as primeiras alusões à cidade média surgem com Aristóteles (COSTA, 2002, p.103).

Nota-se que a noção de equilíbrio tem permeado as investidas científicas e de planejamento envolvendo as cidades médias desde tempos remotos. Nessa concepção, uma cidade equilibrada seria aquela que apresentasse massa populacional em proporção suficiente para não sobrecarregar as funções dessa cidade (COSTA, 2002; FERRÃO, 1995). Assim, ela deveria ser organizada de tal forma que garantisse o equilíbrio de suas dimensões demográficas, territoriais e funcionais.

Esta perspectiva de *urbe* ideal está no cerne das contribuições mais tradicionais para a ideia que se construiu sobre cidade média, sendo essa, primeiramente, associada a um determinado escalão de dimensão demográfica, variável em função da realidade urbana de cada país. A esta componente de dimensão demográfica associa-se outra de natureza funcional.

Entre elas se estabeleceria uma relação de causalidade, como se fosse legítimo deduzir a dimensão funcional a partir de sua dimensão demográfica, o que Ferrão (1995) chamou de “determinismo dimensional”.

Para além da necessária crítica à visão de equilíbrio, o recurso da noção de massa populacional e a busca por proporções “suficientes” sugerem uma ideia hoje associada ao debate da sustentabilidade⁴ (COSTA, 2002).

A noção de cidade média associada a uma dimensão sustentável tem permeado, de forma direta e indireta, a história urbana ao longo de vários anos. Muito antes do surgimento das preocupações conceituais sobre cidades médias, já se discutia a importância do equilíbrio endógeno aos sistemas urbanos e sua relação com o planejamento. Na virada para o século XX, o idealismo utópico influenciava as ideias do urbanista inglês Ebenezer Howard, que apontava dois grandes males da sociedade naquele tempo: o despovoamento do campo e a superconcentração nas novas e crescentes cidades industriais. “Cidade e campo atuavam como irmãos, tentando atrair populações para elas, mas cada uma apresentando vantagens e obstáculos” (CLARK, 1991, p.232). Foi neste âmbito que surgiram as cidades planejadas para um determinado número de habitantes, por exemplo, nas proposições de Howard acerca das cidades-jardins:

Cada cidade-jardim deveria ter 32.000 habitantes, e Howard previa que elas poderiam ser desenvolvidas em grupos de seis ao redor de uma cidade central bem planejada, de 58.000 habitantes, para fazer assim unidades urbanas planejadas de ¼ de milhão de habitantes. A cidade deveria ser auto-suficiente em empregos, possuir suas próprias indústrias, comércio, lojas e produção agrícola, em outras palavras, todas as exigências requeridas pela população (CLARK, 1991, p.233).

Essas reflexões demonstram sobremaneira a importância do tamanho demográfico para se pensar o equilíbrio, indicando que uma cidade que exceda um determinado número de habitantes teria aumentada a dificuldade na sua

⁴ Costa (2002) atesta que este tem sido um importante paradigma no estudo das cidades médias. Trata-se de uma tentativa de interpretar o conceito de desenvolvimento sustentável associado às cidades. O debate é amplo e controverso, porém, não será aprofundado neste momento por não ser o foco desta pesquisa.

administração (COSTA, 2002). É fato que não havia aí uma preocupação conceitual com a temática das cidades médias, mas a atenção com a dimensão do equilíbrio pode ser considerada um prelúdio (que permanece até hoje travestida em outras discussões) a muitas das questões que envolvem as cidades médias contemporâneas. Em outras palavras, reforça-se que a noção de equilíbrio tem sido central em vários estudos sobre as cidades médias, seja nas discussões urbanas, voltadas para o tamanho e as funções dessas cidades, seja na escala da rede urbana, como se abordará mais adiante.

Essa noção se expande e ganha nova roupagem a partir das primeiras interpretações teóricas envolvendo as cidades médias. Conforme se destacou anteriormente, as preocupações com essa categoria de cidades desenvolveu-se, concomitantemente, às políticas de planejamento regional, durante os anos 1950 e 1960, na França, sendo bastante difundidas nas décadas seguintes:

A causa remota da difusão das idéias sobre as cidades médias nos anos setenta deve ser buscada na convergência de dois princípios teóricos sistematizados na primeira metade da década de 1950. Elaborado por Gottmann e outros, o princípio da planificação regional (que, logo transformar-se-ia no famoso “*Aménagement du Territoire*”) resultou de uma reflexão de caráter geográfico, sobre a busca de uma distribuição mais equilibrada e orgânica das atividades, das riquezas e dos homens no espaço regional e nacional. Em direção semelhante, três anos mais tarde, o economista Perroux expõe sua “Teoria do Espaço Econômico”, que tem como ideia central o conceito de *pólo de crescimento*. (AMORIM FILHO *et al*, 1999, p.4, *grifo nosso*).

O período que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial evidenciou, entretanto, a intensidade dos desequilíbrios das redes urbanas europeias, particularmente a francesa. Os trabalhos liderados por Jean Gottmann⁵ e François Perroux⁶, já mencionados, destacavam a importância do planejamento urbano e regional, que na França se denominaria “*Aménagement du Territoire*”, para corrigir tais disparidades que se manifestavam em escalas regionais e nacionais (AMORIM FILHO, 2007). Particularmente no trabalho de

⁵ *L'aménagement de l'espace: planification régionale et géographie*. Paris, Colin, 1952.

⁶ *L'économie du XX siècle*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1955.

Perroux, encontra-se significativa contribuição aos estudos sobre cidades médias, principalmente por destacar o papel de algumas cidades para as dinâmicas das regiões nas quais estão inseridas. O economista francês evidenciou que certas aglomerações urbanas poderiam ser caracterizadas como “polos de crescimento” localizados em um espaço onde o crescimento econômico não se difundiria de forma homogênea. A essência desta ideia está numa interpretação do equilíbrio na escala regional, em que o espaço é entendido como um campo de forças que apresenta certo grau de desenvolvimento desigual passível de tentativa de igualação por meio do planejamento, uma vez que este se manifesta num dado ponto, ou seja, cidade ou região urbana, estendendo-se, a partir daí, a outros centros. Essa difusão ocorreria graças à adoção de inovações por parte das cidades, o que lhes garantiria, por sua vez, seu desenvolvimento (PERROUX, 1977).

Mesmo com essas contribuições, é importante destacar que durante a década de 1950 as incursões teórico-conceituais sobre as cidades médias eram incipientes, mesmo que seu uso fosse recorrente, sendo essas cidades apenas um elemento particular da rede urbana que se destacava por promover o crescimento econômico de sua região, ou seja, os papéis e funções econômicas começam a ganhar força na análise.

Já na década de 1960, o trabalho do geógrafo Michel Rochefort marca o primeiro grande esforço com foco na compreensão das cidades médias. Trata-se da tese de doutorado desse autor, intitulada “*L’organisation urbaine de l’Alsace*”, um estudo cujo objetivo era saber como e sob pressão de quais fatores as cidades se localizam, organizam, hierarquizam e diversificam para atender às necessidades da região. Rochefort define três níveis hierárquicos funcionais para a rede urbana estudada: grandes cidades, cidades médias e organismos urbanos elementares. O estudo considerou aspectos demográficos, a organização interna das cidades e seu espaço de relações externas, constituindo-se numa das primeiras contribuições metodológicas ao estudo das cidades médias (AMORIM FILHO, 2007).

Nota-se, a partir desse estudo, como a noção de cidade média vai se tornando mais sofisticada. Questões centrais como demanda regional, papéis desempenhados na rede urbana e diferenciação do espaço intraurbano são

incorporados aos critérios para classificação das cidades. A análise se torna mais complexa uma vez que Rochefort propõe um desafio que ainda hoje se faz presente, qual seja, a necessidade de se avançar na abordagem de espaço e tempo considerando escalas variadas e suas articulações.

Do ponto de vista de uma maior difusão desses estudos, é durante a década de 1970 que as pesquisas sobre cidades médias começam a ser desenvolvidas em outros contextos que não o europeu. O período em questão marca, ainda, o surgimento de estudos no Brasil, como explicita Sposito (2001, p.615):

No âmbito acadêmico científico, destaca-se, como trabalho pioneiro preocupado com a compreensão de uma cidade média, a tese de doutorado de Oswaldo Bueno Amorim Filho, defendida na França, em 1973, que tinha como objeto de estudo a cidade mineira de Formiga.

A partir daquela década, observou-se um esforço com foco no aprimoramento conceitual em relação às cidades médias. As reflexões pairavam, sobremaneira, no tamanho potencial da população. Michel (1977) chamou atenção para a importância do critério demográfico, mas alertou para o que ele denominou de ilusão estatística. Esse autor acedia que o ponto de partida para se entender uma cidade como média estava no quantitativo da população, tratando-se, dessa forma, de uma categoria numérica. Mas, alertava, ainda, para a importância de se relativizar, no tempo, esse e outros critérios, como o contexto regional no qual a cidade se insere e as características multifuncionais dessas cidades.

A noção de cidade média se tornava cada vez mais complexa, particularmente em virtude do cenário socioeconômico que despontava no início dos anos 1980, constituindo esse período como um novo marco para essas cidades, uma vez que “a crescente internacionalização da economia e o aumento da competitividade deram lugar a um novo quadro de relações, onde as cidades médias desempenham papéis distintos dos anteriores” (COSTA,

2002, p.163). Destaca-se nessa fase a deflagração de processos de desconcentração econômica e da população em alguns países, fato que despertou interesse de pesquisadores para o crescimento de algumas cidades médias em função da reversão da polarização, antes marcada pela concentração nas grandes cidades (TOWNROE; KEEN, 1984).

Contraditoriamente a esse contexto de transformações que envolviam as cidades médias, a década de 1980 não representou um crescimento expressivo no número de pesquisas sobre essas cidades. Mas, já na primeira metade dos anos 1990, “acentuam-se aspectos que condicionaram a estrutura econômica e de relações entre os vários territórios” (COSTA, 2002, p.163), quando as dinâmicas e os processos crescentes de internacionalização da economia implicavam numa ampliação das relações econômicas, conseqüentemente, na alteração dos papéis desempenhados pelas cidades médias. Trata-se de uma transformação na divisão territorial do trabalho, que ampliou as escalas de alcance das relações envolvendo cidades médias, incluindo aí a esfera internacional.

Desde então, houve uma intensificação nos estudos sobre cidades médias, como explica Amorim Filho (2007, p.77):

(...) nos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, o número de pesquisas, publicações e eventos voltados para as cidades médias alcança uma quantidade e uma intensidade tais que é praticamente impossível para qualquer pesquisador acompanhar tudo que se faz nesse domínio.

As dinâmicas do processo de urbanização, intensificadas pela globalização, ampliaram as próprias temáticas abordadas nos estudos sobre cidades médias, incluindo aí problemas típicos de formas urbanas mais complexas:

O fenômeno da urbanização, associado à necessidade de ser competitivo, teve efeitos negativos na qualidade de vida das

populações e na preservação do ambiente natural. A poluição, a exclusão social, a marginalidade e a degradação da qualidade de vida, são aspectos que caracterizam as grandes, mas também pequenas e médias cidades. (COSTA, 2002, p.163).

De um lado, tem-se a ampliação dos estudos e das temáticas já consolidadas correlatas às cidades médias, de outro, vê-se que a complexidade e a diversidade deste objeto são igualmente incrementadas. Desse ponto de vista, reforça-se a posição que se está construindo neste trabalho, segundo a qual, o conceito de cidade média não encontra consenso, sendo sua noção produzida a partir de elementos diversos empregados para se analisar realidades variadas, como se pretende mostrar no próximo subcapítulo.

1.3 – As cidades médias em perspectiva

O estudo sobre a cidade é um desafio que, por si só, já apresenta grande complexidade, principalmente por envolver uma diversidade de elementos que demandam análise para sua melhor compreensão. Nesta pesquisa, em particular, a busca pelas bases teóricas e metodológicas acerca do objeto cidade média esbarra na primeira grande limitação, qual seja, a concentração de estudos urbanos com foco nas metrópoles e nas grandes cidades.

Em função disso, são recorrentes os estudos desenvolvidos na tentativa de entender as cidades médias utilizando-se deste arcabouço científico voltado para outras realidades urbanas. Ainda que a diferença seja notória e não se limite aos aspectos quantitativos, a escassez de um acumulado teórico e metodológico sobre essas cidades tornava imperativa tal apropriação. Por outro lado, já existem, embora em número limitado, um conjunto de trabalhos sobre as cidades médias que tentam entendê-las a partir de seus próprios contextos urbanos e regionais.

Mesmo assim, este trabalho considera que o conceito de cidade média está em elaboração, sendo utilizada com maior recorrência sua noção. Segundo Michel (1977, p.642):

On sait très bien ce que la "ville moyenne" n'est pas. On peut difficilement dire ce qu'elle est. Le concept se révèle si vague qu'on en vient à se demander si la "ville moyenne" n'est pas une illusion ou, à tout le moins, une notion de fort médiocre intérêt.

Conforme mencionado, a expressão “cidade média”, no senso comum, suscita de imediato a dimensão quantitativa de uma cidade. Também no meio científico essa é uma variável significativa, como atesta Michel (1977, p.642):

(...) la notion de “ville moyenne” repose, d’abord, et quoi qu’on en dise, sur le critère: effectif de la population. Dès lors, la discussion, inévitable, et pourtant vaine, porte, le plus souvent, sur les limites extrêmes à donner à cette classe de Villes.

Porém, no plano epistemológico, o critério demográfico é insuficiente para a sua construção conceitual, como destaca Costa (2002, p.105):

A diversidade de valores propostas pelas várias organizações internacionais e nos estudos levados a cabo em vários países vem demonstrar a insuficiência de um critério que assente exclusivamente na dimensão populacional.

No caso brasileiro, o parâmetro demográfico permite a identificação das denominadas “cidades de porte médio”, que são aquelas que possuem entre 50 mil e 500 mil habitantes (SPOSITO, 2006a). Deve-se destacar, ainda com base na referida autora, que nem todas as “cidade de porte médio” são, de fato, cidades médias, pois, de uma forma geral, faz-se necessário explorar mais elementos, como os papéis regionais e a capacidade de intermediação desempenhada por essas cidades na rede urbana.

Concorda-se com Sposito (2001, p.613-614), ao enfatizar que a definição de “cidade média” por meio de critérios quantitativos pouco contribui para a construção do conceito, aproximando-se mais de uma noção, principalmente por se sustentar unicamente numa base empírica. Para reforçar seu argumento, a autora destaca que “não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana”, ou seja, cidades com portes semelhantes podem desempenhar papéis bem distintos. Além disso, a pesquisadora explicita que o período recente da urbanização brasileira é marcado por múltiplas formas de aglomerações urbanas bem integradas do ponto de vista funcional. Desta maneira, o grau de integração entre as cidades que compõem certa aglomeração limita a identificação da cidade que desempenha o papel de cidade média. Este argumento é mais válido ainda no Brasil, dada a diversidade e a desigualdade regional brasileira.

Ainda assim, mesmo apontando a fragilidade do critério quantitativo, ele deve ser considerado como primeiro passo na definição de uma cidade média, em grande medida pelo seu potencial para análise da dimensão estrutural de uma cidade, permitindo, assim, por meio do tamanho demográfico, inferir o grau de complexidade de núcleos urbanos mediante sua infraestrutura, tamanho do mercado local e concentração das atividades, principalmente terciárias. Amorim e Serra (2001, p.2-3) sintetizam assim esta relação:

O critério demográfico (embora cômodo e não-negligenciável) é capaz apenas de identificar o grupo ou a faixa que pode conter as cidades médias. Outros critérios deveriam ser também levados em consideração na definição dessas cidades. (...) O critério de classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação. Tal critério toma a população urbana como *proxy* do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infra-estrutura existente e grau de concentração das atividades. Desse ponto de vista, embora não haja um acordo absoluto quanto aos limiares demográficos máximo e mínimo que podem conter o conjunto das cidades médias, há, em cada período histórico, coincidentes patamares demográficos definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo.

Conforme mencionado anteriormente, a dimensão funcional notadamente pensada a partir de relações econômicas também tem sido muito explorada como importante variável na definição das cidades médias. Em sua obra clássica sobre Geografia Urbana, Beaujeu-Garnier (1997, p.49) mostra que os papéis desempenhados pelas cidades são diversificados e destaca a cidade como “medianeira”, ou seja, ela “recebe os impulsos ou solicitações do meio exterior, tanto a montante como a jusante, e do mesmo modo elimina ou projecta a sua própria produção, de natureza diversa, para o exterior”. Considerando-se que o conjunto de cidades que formam a rede urbana apresenta atividades econômicas diversificadas, as cidades médias seriam:

(...) designadas não só pela sua dimensão, mas porque se encontravam em níveis intermédios da hierarquia urbana e, como tal, desempenhavam funções compatíveis com sua posição na rede urbana dos países (COSTA, 2002, p.109).

Segundo Ferrão (1995, p.12), essa perspectiva é decorrente de uma concepção de sistema urbano estritamente nacional, donde existe uma hierarquização rígida. Dessa forma, as cidades médias seriam aquelas que se destacariam por ocupar uma “posição média” no interior dessa hierarquia nacional, tanto do ponto de vista demográfico como funcional, donde não se concebia a possibilidade de que desenvolvessem funções com certo grau de qualificação ou especialização superior ao que sua dimensão sugeria.

Neste contexto, caberia às cidades médias uma condição de “liderança regional” ou de capital regional, como atestam algumas classificações, sendo para sua hinterlândia o que as aglomerações de maior dimensão representavam para vastos espaços do território nacional. “As cidades de média dimensão constituíam, portanto, réplicas em miniaturas das grandes cidades” (FERRÃO, 1995, p.13), mas com papéis estritamente regionais.

No período contemporâneo, esta visão se torna limitada diante da tendência crescente à complexificação das cidades. Nas palavras de Sposito (2007a, p.236) “as relações entre cidade média e seu espaço rural e regional deixam de ser suficientes para compreender o contexto em que ela se insere”.

Deve-se considerar que as mudanças recentes engendradas pelo capitalismo alteram os sistemas técnicos e, conseqüentemente, as formas de produção e comércio, demandando transformações nas/das cidades. Os princípios que comandam as últimas transformações na urbanização não se restringem mais apenas aos aspectos hierárquicos e horizontais, sendo recorrentes as interações entre cidades que pertencem a redes urbanas distintas, de diversos países e de diferentes níveis de complexidade, o que Sposito (2007a) chamou de relações transversais, pois elas extrapolam as redes urbanas nas quais se encontram inseridas.

Do ponto de vista epistemológico, está se discutindo o desenrolar de novos métodos para o estudo das cidades médias, mas que não descartam abordagens tradicionais da Geografia, como as ideias de situação ou posição geográfica.

Retomando essas concepções, destaca-se que a Geografia Urbana francesa, de grande influência no pensamento geográfico durante a maior parte do século XX, ao desenvolver estudos empíricos com o fito de averiguar a situação e a posição geográfica das cidades, contribuiu particularmente no plano metodológico para a identificação e definição das cidades médias (SPOSITO, 2001).

A situação geográfica, também entendida como posição geográfica⁷, foi assim apresentada por Beaujeu-Garnier (1997, p.76): “a situação designa as condições gerais do meio em que uma cidade se insere”.

Dollfus (1973, p.18) é mais abrangente e incorpora tacitamente a dimensão do movimento e da escala, ao destacar que “a posição depende do sistema de relações que o elemento mantém com outros elementos, estejam estes próximos ou distantes”. Por sua vez, George (1983, p. 36-37, *grifos do autor*) expõe sua contribuição à definição de posição:

A posição pode ser definida como a localização da cidade em função de fatos naturais susceptíveis, no passado ou no presente, de influir em seu desenvolvimento que, por sua vez,

⁷ Embora existam distinções no emprego dessas duas noções entre variados estudos, George (1983) as apresenta como sinônimas.

está vinculado à facilidade de expansão. Trata-se, pois, de uma noção de valor relativo expressa em função dos fatores circunstanciais de urbanização e desenvolvimento urbano.

Dessa forma, nota-se que o estudo da situação ou posição geográfica de uma cidade envolve as condições particulares e relativas em torno da cidade, considerando aspectos do meio físico e humano, bem como suas relações espaciais que se dão em escalas diversas, por meio da circulação, num tempo de longa duração.

No que tange à importância desses estudos para a definição das cidades médias, Sposito (2001, p.626) afirma:

(...) do princípio de que nem todas as “cidades de porte médio” desempenham papéis de “cidades médias”, para nossa discussão, o que mais interessa é avaliar o peso da situação geográfica dessas cidades como um dos determinantes de seus papéis na hierarquia urbana.

Como já destacado, as cidades não são iguais, o que permite deduzir que, ao serem classificadas como médias não há implicação de que haverá uma correlação de funções ou papéis, pois

a condição de cidade média está diretamente associada a uma situação geográfica favorável, seja do ponto de vista da facilidade de circulação, seja pela proximidade de recursos etc., ainda que haja peculiaridades em cada uma dessas situações (SPOSITO, 2001, p.627).

A autora destaca reflexões importantes sobre esta questão, como a impossibilidade de uma cidade média pertencer a áreas urbanas de grande porte. Destarte, o grau de estruturação funcional dessas aglomerações apresenta tamanha coesão interna que inviabiliza a individualização da cidade que possui papéis de cidade média. Dessa forma, não encontraríamos cidades médias integrando áreas megalopolitanas, metropolitanas ou aglomeradas.

Outro elemento enfatizado refere-se à relação dessas cidades com outros centros urbanos de hierarquia superior. Nas palavras da autora,

(...) tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, quanto mais distante ela estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade. (SPOSITO, 2001, p.627)

Dessa forma, quanto mais distante de grandes centros urbanos, maiores as possibilidades de uma cidade média ter seus papéis ampliados. Não se trata de uma relação determinística, pois se deve considerar, ainda, que uma cidade média deverá ter a capacidade de intermediar as relações entre espaços próximos e espaços distantes.

Há outras contribuições que, por outro lado, problematizam a localização das cidades médias próximas ou mesmo inseridas no contexto de áreas urbanizadas. Em texto relativamente recente, Brigitte Adam (2006), tratando das cidades médias na perspectiva do planejamento urbano e regional alemão, destacou o papel dessas cidades a partir de estratégias de criar áreas urbanizadas marcadas pela policentralidade. Abraçando uma perspectiva operacional, a autora considera como cidades médias aquelas que possuem população total na faixa entre 20.000 e 100.000 habitantes e que são classificadas como “*medium-sized*” ou “*higher-order centres*” na tipificação daquele país, que leva em conta a centralidade dada pelas funções predominantes, pelo mercado de trabalho etc.

A citada análise se baseia em métodos de cunho pragmático, em bases geométricas euclidianas, uma vez que as áreas urbanizadas são definidas por um raio de 50 quilômetros a partir de uma grande cidade. A partir disso, a autora destaca a importância das “cidades médias” neste contexto:

As elements of this polycentrality medium-sized cities play a formative role. In the context of the growth conditions at the beginning of the 1990s, the German overall concept for spatial development, the Guidelines for Regional Planning, aimed at directing further growth to so-called “relief cities” in the

surrounding areas of large cities (ADAM, 2006, p.548, *grifo nosso*).

Nota-se que a dimensão conceitual foi preterida em favor de uma proposta operacional, voltada menos para a exploração dos papéis desempenhados pelas cidades entendidas como médias e seus contextos espaciais, e mais para uma racionalidade na divisão das atividades no espaço, de modo a não sobrecarregar as cidades maiores. Dessa maneira, evoca-se mais uma vez a ideia de equilíbrio, agora entre uma cidade e sua região, que permeia a noção de cidade média, não apenas na perspectiva conceitual, mas também associada ao planejamento regional.

Essa noção de equilíbrio tem sido fortemente associada às cidades médias desde a década de 1960, na França, em grande medida, a partir de um modelo de desenvolvimento confiante nas virtudes do par concentração/dispersão. Trata-se da ressonância das ideias dos polos de crescimento desenvolvidas por Perroux, onde o equilíbrio de uma região estaria vinculado à capacidade de difusão centrífuga dos benefícios do crescimento econômico, dos polos para suas respectivas hinterlândias. Dessa maneira, as cidades médias foram privilegiadas como instrumento do planejamento territorial, favorecendo a localização de pessoas e atividades nesses centros urbanos, tentando conter, e em alguns casos até reverter, a excessiva concentração que se observava nas áreas metropolitanas. As cidades médias surgiam, então, como alternativa à concentração da metrópole, pois a dimensão funcional que elas desenvolviam garantia a ocorrência de economias externas, as quais se associavam às hinterlândias, garantindo a difusão alargada dos benefícios da concentração das atividades (FERRÃO *et al*, 1994).

Esta visão de cidade média associada à perspectiva funcional, típica de redes hierarquizadas, discutida ao longo deste capítulo não é, entretanto, suficiente para compreensão das dinâmicas contemporâneas da urbanização nessas cidades. Em função da ampliação das possibilidades de telecomunicações e transporte, vivencia-se a ampliação das relações desenvolvidas pelas cidades médias, antes limitadas apenas aos papéis de intermediação na rede urbana, mas que agora envolvem fluxos que se originam

delas, destinam-se a elas e que são estabelecidos com cidades próximas e distantes (SPOSITO, 2006b), superando a perspectiva de mero equilíbrio regional.

Ferrão (1995, p.13) alerta para a necessidade de se considerar o que ele chamou de “nova visão de sistema urbano”. Segundo o autor, o período atual demanda a atenção para três diferenças fundamentais em relação à visão convencional de sistema urbano pautado apenas na hierarquia. A primeira refere-se à necessidade de se incorporar a dimensão internacional. A mundialização da vida econômica permite

reconhecer, no interior de cada país, centros que pertencem exclusivamente à rede urbana nacional e centros que possuem uma dupla pertença, ao integrarem não só o sistema nacional, mas também redes de âmbito internacional (p.14).

É o caso de muitas cidades médias que se especializaram em funções bastante expressivas na economia internacional, superando a compreensão de que essas cidades, necessariamente, limitam-se às funções desempenhadas nas hierarquias das redes urbanas regional e nacional.

A segunda diferença envolve a organização dos centros urbanos, não apenas de forma hierarquizada, mas também reticular. Tradicionalmente, os sistemas urbanos hierarquizados têm limitado os papéis das cidades médias à escala regional ou sub-regional. Todavia, determinadas funções e equipamentos encontrados nessas cidades superam os princípios meramente hierárquicos e, complementarmente, são susceptíveis de se organizarem numa ótica de rede, como aquelas cidades que desempenham funções com especialidades idênticas ou complementares. Segundo Ferrão (1995, p.15):

uma aglomeração demograficamente de média dimensão, mas com uma posição estratégica no interior de uma rede dinâmica conseguirá, por certo, desenvolver actividades de nível bastante superior ao que seria de se esperar numa ótica rigidamente hierarquizada.

Por fim, em terceiro lugar, o autor apresenta a diferenciação entre dinâmicas que transcorrem nos espaços geográficos e nos espaços de fluxos. No primeiro caso, considera-se a cidade média a partir de uma perspectiva em que a proximidade física se configura com grande relevância, com a compreensão dessas cidades a partir de polos regionais ou sub-regionais, o que pressupõe uma forte articulação, sendo a distância geográfica entre a cidade polo e os demais núcleos urbanos, além da contiguidade física, fatores fundamentais. Mas, no segundo caso, a crescente internacionalização de alguns centros urbanos tem levado algumas cidades médias a ampliarem seus fluxos e se articularem independentemente de suas hinterlândias.

Essa última consideração, que foi também sinalizada em outros momentos deste texto, suscita a necessidade de se apreender os papéis que as cidades médias têm apresentado na divisão territorial do trabalho, como foi realizado, dentre outros, por Sposito (2005). Trata-se, dessa forma, de uma investida que priorize a análise, na perspectiva espacial, das articulações de processos em diferentes escalas nas quais se realizam a divisão técnica (ou econômica) do trabalho e a divisão social do trabalho. Conforme destaca a autora: “a mediação, no plano analítico, entre a divisão econômica do trabalho e a divisão social do trabalho pode ser apreendida pela divisão territorial do trabalho, condição e expressão dessas duas formas de divisão do trabalho” (SPOSITO, 2005, p.170).

Para auxiliar nesta construção, menciona-se a citação da obra de Henri Lefebvre realizada pela autora, mas adotada aqui a partir da edição brasileira:

A divisão técnica do trabalho difere profundamente da divisão social. Na medida em que há divisão técnica, há unidade e solidariedade, complexidade e complementaridade. A separação das funções em funções de comando e funções produtivas é um fato social e não técnico. No modo de produção capitalista, a divisão social do trabalho se faz no mercado, a partir das exigências do mercado e das incertezas que ele comporta. Ela não tem nada de racionalidade que pode se exercer na empresa. No mercado, há concorrência, portanto possibilidade de conflitos, seguida de conflitos reais entre os indivíduos, os grupos, as classes (LEFEBVRE, 2001, p.52 *grifos do autor*).

Embora distintas, essas duas dimensões da divisão do trabalho encontram-se intrinsecamente articuladas. Retomando o pensamento marxista, Sposito (2005, p.170) relembra que “a divisão social do trabalho é imposta a posteriori pelo processo de concorrência e a divisão técnica do trabalho ocorre a priori, na fábrica”. Nessa perspectiva, tem-se que a divisão técnica do trabalho remete à análise da produção, no interior das fábricas, buscando interpretá-la em correlação com o espaço urbano. Na medida em que ela é tomada como divisão econômica do trabalho, a análise requer ampliação para se compreender “como as relações intra-urbanas expressam relações interurbanas as quais, no período atual, definem-se nas escalas regionais, nacionais e internacionais” (SPOSITO, 2005, p.170). Sobre a divisão social do trabalho, há também a necessidade de se ampliar as escalas territoriais para sua interpretação, seguindo o movimento das transformações a partir das maiores escalas territoriais para a análise, ou seja, privilegiando-se a escala geográfica, essa não é restrita às múltiplas escalas dos territórios, mas às “sobreposições combinadas e contraditórias que entre elas se estabelecem, observando as relações complexas que se realizam entre diferentes níveis de divisões territoriais do trabalho” (SPOSITO, 2005, p.170).

Em síntese, com base nos textos citados, trata-se de uma proposta de análise do modo capitalista de produção, de seus determinantes e processos de desenvolvimento que encontram nas cidades o contexto mais adequado para sua reprodução. Isso porque nelas predominam a concentração de diversas naturezas e as funções de decisão e comando que intensificam o processo de mundialização da economia, exigindo que as análises considerem e articulem escalas cada vez mais complexas.

Diante do que foi exposto até este momento, ainda inicial, e da análise que se propõe nesta tese, busca-se apresentar o contexto das transformações que envolvem os papéis desempenhados pelas cidades médias no âmbito da divisão territorial do trabalho, em que se observa não apenas a intensificação das relações econômicas, mas também a ampliação das escalas em que elas transcorrem, principalmente a partir do período que marca a transição do

sistema de produção fordista para aquele chamado por alguns pesquisadores de acumulação flexível⁸.

Nesta perspectiva, algumas cidades médias brasileiras têm se destacado nas últimas décadas por apresentarem uma alta e competitiva especialização funcional (SILVEIRA, 2002), que se materializa no comando técnico da produção agrícola, na oferta de comércio e serviços cada vez mais diferenciados, no incremento de importantes funções que consolidam o papel de liderança regional dessas cidades, como saúde e educação. Soma-se a isso a presença, nessas cidades, de agentes econômicos que atuam em escalas internacionais, o que torna os papéis econômicos das cidades médias cada vez mais complexos. Tudo isso contribuiu para que as cidades médias superassem a mera “função de *relais*” (SILVEIRA, 2002, p.14), quando se limitavam apenas à intermediação entre pequenas cidades e metrópoles, inserindo-as recentemente em dinâmicas globais e assumindo papéis antes restritos apenas às redes urbanas hierarquizadas.

Deve-se destacar que não se trata de um rompimento com a escala regional e com as redes urbanas hierarquizadas. Desde a transição do sistema fordista para o sistema flexível tem-se observado a ampliação das escalas de relações nas quais as cidades médias se inserem, mas sem desconsiderar seus papéis regionais. Na visão de Sposito (2005, p.172), o que se nota é a “prevalência das mudanças sobre as permanências”.

Essa constatação demonstra a complexidade inerente à análise dos papéis desempenhados pelas cidades médias na divisão territorial do trabalho hodierna, pois, se as transformações ascendentes de seus papéis têm sido uma tendência, deve-se destacar que as continuidades, e até a retração, também merecem atenção:

Não menos importante é se analisarem os contextos regionais em que as permanências, sobretudo de natureza política e cultural, são mais densas que as transformações, possibilitando não apenas as prevalências de relações hierárquicas, como a diminuição relativa dos papéis das cidades médias e, muitas vezes, diminuição profunda dos

⁸ Esta transição será retomada e aprofundada no próximo capítulo.

papéis das menores cidades da respectiva rede urbana (SPOSITO, 2010a, p. 53).

Diante disso, ressalta-se o cenário extremamente plural que envolve a temática das cidades médias, atestando-se tratar de um objeto diversificado e dinâmico, que demanda o estudo não apenas de seus processos mais gerais, mas também de suas particularidades. Para avançar nesta análise, propõe-se a reflexão sobre os limiares, que será contextualizada a seguir, como contribuição ao estudo das cidades médias.

1.4 – Uma proposta de limiares para o estudo das cidades médias

A segunda epígrafe apresentada no início deste capítulo exprime bem a motivação para a proposta desta tese. A assertiva de Benjamin (2006, p.535) ressalta que “tornamo-nos muito pobres em experiências liminares”. O filósofo alemão, ao atestar a escassez dessas experiências, contribuiu para a delimitação de um conceito de tal maneira abrangente, o de limiar, que inspirou outros pensadores com interesses em temáticas distintas, sendo neste estudo problematizado na perspectiva das cidades médias.

Um dos primeiros aspectos que chamaram atenção nas análises que outros autores fizeram acerca das contribuições benjaminianas refere-se a sua perspectiva analítica. Essa questão foi realçada por Barrento (2012, p.41, *grifo nosso*), quando afirma: “este método, o pensar nos lugares-do-entre, faz de Walter Benjamin um pensador para-doxal por excelência, isto é, alguém que pensa nas margens, ou no limiar”. Trata-se de uma proposta sutil de deslocamento da análise do que está mais próximo para o que está mais distante; do que é mais geral para o particular; do que seria homogeneizador para as diferenças. Isso porque, defende-se neste trabalho, diante do que já se produziu sobre as cidades médias, e já brevemente exposto nos itens anteriores, que o limiar se configura como o contexto privilegiado para se problematizar contemporaneamente a noção de cidade média. Trata-se de um conceito eminentemente geográfico.

Por isso, ao considerar a discussão sobre limiares como o fio condutor da análise que se apresenta nesta pesquisa, não basta deslocar-se para as condições limiares. Urge que sejam organizadas as formas de se pensar nos contextos de limiares. Objetivando delinear melhor esta proposta, segue-se com uma análise sobre o conceito de limiar.

Uma importante contribuição para esse debate foi dada por Amorim Filho e Rigotti (2003). Esses autores elaboraram um estudo sobre os limiares demográficos das cidades médias. Utilizando-se da TEORIA DAS DESCONTINUIDADES⁹ de Roger Brunet, os autores realizaram propostas de faixas demográficas para se pensar os balizamentos quantitativos das cidades consideradas médias, precipuamente, aquelas que se situam nos limiares inferiores das redes urbanas hierarquizadas, ou seja, na faixa de transição entre as cidades menores e aquelas classificadas pelos autores como centros emergentes.

Embora essa perspectiva não seja central nesta tese, principalmente por priorizar apenas a discussão demográfica e no âmbito de redes hierarquizadas, o mérito do estudo foi trazer para o debate acadêmico-teórico a questão dos limiares das cidades médias, possibilitando uma rica contextualização sobre essa temática. Considerando a teoria de Roger Brunet, os pesquisadores atestam que

as “descontinuidades” hierárquicas, temporais, espaciais etc. correspondem a uma espécie de “zona de imprecisão”, cuja manifestação é marcada pela transposição de um ou mais “limiares”. Assim, a “descontinuidade” tem uma identificação mais abstrata, enquanto o “limiar” é uma manifestação evidente e concreta (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p.26).

Segundo essa perspectiva, a descontinuidade seria uma “zona de passagem” que possui certa complexidade, mas que marca sempre a transição de um sistema ou subsistema a outro, sendo o limiar a linha que separa duas realidades. Essa proposta limita a complexidade dos limiares, frequentemente apresentados como limites.

⁹ BRUNET, Roger. **Les phénomènes de discontinuité em Géographie**. Paris: CNRS, 1970.

A propositura de limiar que se defende nesta tese difere dessa perspectiva, pois a avança em relação às noções de limite ou fronteira. O ponto de partida para tal reflexão é buscado em Ferraz (2012, p.2), que argumenta acerca das dificuldades das línguas latinas em operar com a distinção entre limite e limiar:

se lembrarmos-nos que limite, fronteira, *grenze* vem do latim *limitis*, substantivo masculino que diz “caminho que borda um domínio”, donde limitar, limitação, delimitação; enquanto limiar, soleira, *schwelle*, deriva de *limen*, *liminis*. A semelhança fonética entre *limie*, *limitis* e *limem*, *liminis* fez com que nas línguas romanas *limitaris* tenha sido confundido com *limiaris*.

Acredita-se que tal semelhança esteja no cerne da explicação para o uso de forma indistintamente como sinônimos das palavras limite e limiar. Porém, alerta Ferraz (2012, p.3, *grifo nosso*):

Apesar de todos esses termos apontarem para uma separação entre dois domínios, muitas vezes opostos, tais como “próprio” e “comum”, por exemplo, esquecemo-nos de que o limiar não significa somente separação, mas sugere (...) um lugar e um tempo intermediários e, nesse sentido, indeterminados, que podem, portanto, ter uma extensão variável, mesmo indefinida.

A preocupação do autor citado se inspirou na distinção conceitual rigorosa que Benjamin (2006, p.535) destaca ao afirmar que “o limiar deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira”. Na perspectiva deste filósofo, o conceito de fronteira está relacionado e resulta dos exercícios de delimitação que dão formas bem definidas e evitam, por assim dizer, que algo transgrida suas bordas. Essa é também a compreensão de Gagnebin (2010). Ao tratar do pensamento de Benjamin, a autora destaca: “a fronteira contém e mantém algo, evitando seu transbordar, isto é, define seus limites não só como os contornos de um território, mas também como as limitações do seu domínio” (p.13).

Dessa forma, a fronteira se apresenta como um limite, uma membrana que limita e confronta com outra. Essa é, inclusive, a concepção que se aplica

desde a origem do conceito, na perspectiva política, a contextos de delimitação territorial.

As origens políticas do conceito estão associadas à própria formação dos Estados Nacionais, que no seu processo de consolidação tiveram, e ainda têm, que demarcar claramente as linhas divisórias, visto implicar no limite da ordem, da norma e do poder instituído (NOGUEIRA, 2007, p.29).

Esta linha, cujo traço e espessura podem variar, separa interesses e intencionalidades. Assim, sua transposição sem acordo prévio ou sem controle regrado significa uma transgressão, interpretada no mais das vezes como um conflito potencial (GAGNEBIN, 2010).

Por outro lado, retomando as contribuições de Benjamin (2006, p.535), destaca-se que:

O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwelle* (...), e a etimologia não deve negligenciar estes significados. Por outro lado, é necessário determinar (manter, constatar) o contexto tectônico e cerimonial imediato que deu à palavra o seu significado.

O conceito de limiar se inscreve num registro mais amplo, que envolve movimento, passagens, transbordamentos e transgressões. O limiar se difere da fronteira por não se limitar a separar territórios, mas por permitir a transição entre duas condições diferentes e/ou muitas das vezes opostas. Embora os termos fronteira e limiar aludem à separação entre dois ou mais domínios do real, a filósofa Fionna Hugues, durante palestra¹⁰, comparou o limiar a uma ponte de importância e intensidades variáveis (GAGNEBIN, 2010). O limiar, dessa maneira, não é uma mera classificação que separa os diferentes, ele aproxima e se caracteriza como “ritos de passagem”, para utilizar uma expressão própria de Benjamin (2006). Dessa forma, o limiar:

¹⁰ Palestra realizada durante o COLÓQUIO DE ESTÉTICAS DO DESLOCAMENTO, realizado em abril de 2007 no Departamento de Filosofia da UFMG, em Belo Horizonte (GAGNEBIN, 2010).

designa essa zona intermediária à qual a filosofia ocidental opõe tanta resistência, assim como o chamado senso comum também, pois, na maioria das vezes, preferem-se as oposições demarcadas e claras (masculino/feminino, público/privado, sagrado/profano etc.), mesmo que se tente, mais tarde, dialetizar tais dicotomias (GAGNEBIN, 2010, p.15).

Esse também é o entendimento de Barrento (2012), para quem o limiar em Benjamin não corresponde a uma linha divisória entre duas realidades, mas sim à zona que contém um pouco dessas partes, o limiar corresponde ao hibridismo que se encontra numa condição de transição.

Benjamin (2006) já argumentava que na vida moderna essas transições tornaram-se cada vez mais irreconhecíveis e difíceis de vivenciar. “Tornamos muito pobres em experiências liminares” (p.535). Na perspectiva da vida urbana, tais transições também se encontram comprometidas, como alerta Gagnebin (2010, p.15):

As transições devem ser encurtadas ao máximo para não se “perder tempo”. O melhor seria poder anulá-las e passar assim o mais rapidamente possível de uma cidade para outra, de um país a outro, de um pensamento a outro, de uma atividade a outra, enfim como se passa de um programa de televisão a outro com um mero toque na tecla do assim chamado “controle-remoto”, sem demorar inutilmente no limiar e na transição.

As cidades médias brasileiras têm, de forma bastante heterogênea, se transformado muito rapidamente no contexto da urbanização das últimas décadas. Isso reforça a importância de se apropriar do debate acerca dos limiares como recurso analítico para esta realidade, ainda que a velocidade dificulte uma reflexão que contemple seus limiares pela rapidez dessas transformações. Destaca-se, dessa maneira, que o conceito de limiar implica na necessária articulação entre espaço e tempo: “ele pertence à ordem do espaço, mas também, essencialmente, à do tempo. Como sua extensão espacial, sua duração temporal é flexível, ela depende tanto do tamanho do limiar quanto da rapidez ou da lentidão” (GAGNEBIN, 2010, p.15).

Destarte, considerando que o tempo tem sido efêmero, sobretudo o tempo do capitalismo, reduzindo-se a “uma sucessão de momentos iguais sob o véu da novidade, decorre daí que toda transição, quer dizer, todo limiar deve ser anulado” (FERRAZ, 2012, p.3). Anular as transições seria o mesmo que construir homogeneidades entre os espaços, entre as cidades. Porém, essa não é a perspectiva que envolve as cidades médias na divisão territorial do trabalho, uma vez que a difusão espacial do capital no território é significativamente seletiva, não englobando todos os lugares. Isso revaloriza a importância do estudo dos limiares para as cidades na perspectiva proposta por Benjamin, como atestou Barrento (2012, p.47): “a cidade moderna é, por excelência, o limiar, o palco, de todas as experiências que se oferecem ao olhar do transeunte-filósofo Walter Benjamin”.

Mas, dado que o limiar é, assim, uma marca que atrai pelo que promete, ou seja, pela possibilidade de se interpretar a transição, deve-se atentar para a reflexão que outro filósofo faz sobre o conceito de limiar. Resgatando as contribuições de Mikhail Bakhtin para este debate, Gonçalves Neto (2010, p.4) afirma que: “o limiar expressa então um espaço que corresponde ao inacabamento, lugar de trânsito, de conflito e de tensão (...). Opõe-se ao limite, espaço que corresponde ao fechamento, ao acabamento, à perfeição”. Isto posto, destaca-se que o limiar pode adquirir uma tal espessura que dele não se consegue sair, o que acaba negando sua função (GAGNEBIN, 2010). Essa é outra apreensão do conceito de limiar que deve ser considerada.

Por fim, o limiar é revelador da própria complexidade da urbanização. Ele supera a dimensão taxonômica e permite captar os híbridos, as mudanças e as mutações. Sua essência está nas tensões produzidas pelas articulações de escalas temporais e espaciais imprescindíveis para a compreensão das cidades médias contemporâneas.

Para aprofundar a discussão dos limiares na perspectiva da cidade de Teófilo Otoni, nos próximos capítulos busca-se problematizar essa questão considerando três dimensões: a necessária articulação de escalas nos estudos acerca das cidades médias, as tensões inerentes ao processo de produção do espaço urbano e a identificação do que é geral, particular e singular a essa cidade.

2 – Das cidades às redes: multiplicidade e assimetrias dos papéis locais e globais

“Tous les spécialistes s'accordent, aujourd'hui, à admettre qu'un facteur important à prendre en considération, dans l'analyse du phénomène urbain en général, et des villes moyennes en particulier, est l'insertion des unités urbaines dans des ensembles plus larges”

Lajugie (1974, p.120)

2.1 – O contexto das transformações e ampliação dos papéis das cidades médias

O ponto de partida para a reflexão que será apresentada neste capítulo está na assertiva de que o estudo sobre as cidades médias demanda, mais do que outras entidades espaciais mais complexas, o entendimento de suas interações espaciais. Diversos autores já destacaram que as cidades não são realidades totalmente isoladas. Essa ideia pode ser encontrada em Souza (2010, p.50) ao afirmar que, considerando o fato das relações entre as cidades acontecerem com abrangências escalares variadas, nenhuma cidade existe individualmente, sem trocas de bens, informações, mercadorias etc. com outros contextos espaciais. Seja na rede urbana nacional, nas trocas internacionais ou mesmo na escala da região na qual se insere uma cidade, os inúmeros movimentos ocorrem em temporalidades e fluxos de natureza e intensidade distintos. Nas palavras de George (1983, p.205):

a cidade (...) faz parte de um sistema urbano elaborado no decorrer de um período histórico mais ou menos longo. Só se pode fazer um estudo geográfico válido da cidade quando ela é recolocada em um duplo contexto: regional (e talvez seja útil dar à palavra região uma acepção mais ampla) e cidadão.

No caso específico das cidades médias o contexto de suas relações é elemento crucial para seu entendimento, seja na construção desta tese, em

particular, seja para a elaboração de um conhecimento mais amplo sobre elas em geral. Isso se deve à principal característica dessas cidades: a capacidade de realizar papéis de intermediação envolvendo outras cidades e outros espaços não urbanos. E esses papéis têm sido ampliados em função das transformações na urbanização das últimas décadas.

Tomando como recorte analítico a urbanização brasileira do século XX, nota-se que as cidades materializaram as transformações estruturais e sociais que se seguiram à Segunda Revolução Industrial. Entender essas cidades demanda analisar o modo capitalista de produção na sua fase industrial, marcado pela intensificação da centralização e concentração¹¹ espacial do capital como dinâmicas definidoras da produção do espaço por meio da aglomeração das atividades industriais em alguns pontos do território, sendo a cidade o local privilegiado por apresentar melhores condições de infraestrutura e mercados. Botelho (2008, p.42), analisando o período fordista, que comandou o sistema de produção do mundo ocidental durante grande parte o século XX, destaca: “o espaço fordista é caracterizado pela centralização do capital e pela concentração das atividades e da população no território”.

Para atender esta produção, no âmbito das formas urbanas, predominava a concepção de grandes áreas metropolitanas que cresciam em número, tamanho e importância mais intensamente do que outras áreas urbanas de menor porte (SPOSITO, 2004). As áreas metropolitanas não representavam uma mera distinção de tamanho em relação às formas precedentes, mas também de uma organização social marcada, quantitativa e qualitativamente, pela diversidade de atividades, funções, grupos sociais etc. em seu interior (CASTELLS, 2011 [1983], p.53). No que se refere às dinâmicas de produção e funcionamento desses espaços, os processos eram influenciados pelas possibilidades do paradigma fordista da produção, condicionado e condicionante do movimento resultante das dinâmicas econômicas, sociais e políticas que demandavam uma estruturação espacial marcada pela concentração.

¹¹ Os conceitos de centralização e concentração são tomados nesta tese a partir do que sugere Lefebvre (2008 [1970], p.108-109), para quem a cidade capitalista não apenas aproxima as relações, reúne as diferenças, mas também atrai para si tudo o que surge da natureza e do trabalho em outros lugares.

As crises do capitalismo, particularmente a partir do último quartel do século XX, exigiram transformações no modo de produção que se alongam ao período atual. A exaustão do estágio fordista no Brasil implicou numa transformação das forças produtivas, o que afetava diretamente as aglomerações urbanas por serem elas o local precípua da manutenção das condições de reprodução da força de trabalho (DEÁK, 2010). A história tem mostrado o empenho dos agentes do capital, sobretudo do grande capital, para superar alguns de seus próprios limites nesse sentido. Dessa maneira, o espaço, que sempre foi um elemento vital para a reprodução capitalista, fica sujeito às transformações que exigem uma nova fase da organização da produção. Lefebvre (2008, p.140) já havia alertado para a relação de dependência por parte do capitalismo para com a produção e o consumo de espaço:

O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial. (...) A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão.

Dessa maneira, as mudanças nas estratégias de acumulação do capital, entendidas neste texto no bojo das mutações de uma produção fordista para o modelo flexível, impactaram no arranjo das formas urbanas, uma vez que a “realização da vida econômica passou a se dar em escalas progressivamente mais abrangentes” (SPOSITO, 2011, p.125).

É Botelho (2008), mais uma vez, quem auxiliará na compreensão das principais mudanças a partir do paradigma flexível, entendido como “o conjunto de estratégias que correspondem às novas práticas de acumulação do capital em resposta à crise do capitalismo em meados da década de 1970” (p.61). As transformações envolviam não apenas a flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos, dos mercados e dos padrões de consumo, mas também de uma nova forma de organização espacial da produção.

A aglomeração geográfica das indústrias se relativiza, compartilhando posição com a emergência de processos de desconcentração em várias partes do mundo. Esse processo se intensifica com o surgimento de novos setores de produção e a ampliação do setor de serviços, que passam a empregar um número crescente de trabalhadores. Para Harvey (2002, p.140), a acumulação denominada flexível vai acelerar e fomentar o padrão de desenvolvimento desigual, seja em setores da economia, seja nos espaços que o articulam. Além disso, destaca-se a implantação de um novo movimento, chamado pelo autor de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista, expresso no estreitamento dos horizontes temporais da tomada de decisão a partir da comunicação via satélite e da queda dos custos de transporte, ampliando a capacidade de atuação para espaços variados.

Denota-se, a partir de então, uma fase do par urbanização-cidade, na qual se destaca certa relativização daquela tendência à concentração. Isso não implica numa relação direta de enfraquecimento dessa tendência, pois se entende que o poder da aglomeração continua forte, mas com significativos sinais de modificação. Conforme salienta Sposito (2004, p.11), do ponto de vista do processo de urbanização, a tendência à concentração continua e até se fortalece, porém, na perspectiva das formas espaciais, há uma propensão inversa, marcada pela dispersão, bem como pela alteração da própria estrutura da rede urbana.

Essas transformações estão associadas no Brasil, em grande medida, às mudanças econômicas e de padrões locacionais das atividades produtivas que tiveram início no final dos anos 1970 e se desdobraram nas décadas seguintes. Conforme apontado por Diniz (1993), houve um relativo declínio da elevada participação da Área Metropolitana de São Paulo e uma migração de capitais produtivos para outras áreas do território nacional a partir de 1975, expressão de um processo de desconcentração que cria e demanda, concomitantemente, novas formas espaciais para atender às novas formas de produção, ampliando os papéis desempenhados pelas cidades em geral, e pelas cidades médias em particular. Na tentativa de se reconstruir o histórico desse processo de concentração e desconcentração das atividades industriais em São Paulo, Schiffer (2010, p.76) destacou que, desde o processo de

constituição do mercado unificado brasileiro, a capital paulista passou por transformações no território para dar suporte à manutenção de sua hegemonia econômica:

(...) o processo de unificação do mercado nacional, praticamente concluído no início dos anos de 1970, significou, em níveis macroeconômicos e do espaço econômico nacional, uma concentração espacial de atividades produtivas e de capital no Estado e na Região Metropolitana de São Paulo. As transformações na territorialidade brasileira resultantes reforçaram a metrópole paulista como “centro nacional”: *locus* da maior concentração de população e empregos nos setores secundário e terciário, epicentro das ligações rodoviárias, aéreas, telecomunicacionais, da demanda energética, de tecnologia de ponta, da difusão de padrões de consumo. Condições essas que refletiram a manutenção da hegemonia do capital paulista na condução da economia nacional.

Embora não se configure nos objetivos deste capítulo aprofundar a reflexão sobre esse processo, ressalta-se uma série de fatores que contribuíram para a desconcentração geográfica da produção a partir da década de 1970, comumente encontrados na literatura sobre o tema e acionado por diferentes autores, tais como Diniz (1993), Negri (1994) e Lencione (1999): as deseconomias de aglomeração na área Metropolitana de São Paulo; a criação de economias de aglomeração em outros centros urbanos e regiões; o papel do Estado na promoção de políticas econômicas que favoreciam a desconcentração; a ampliação da procura e extração de recursos naturais em outras regiões; a grande concentração social e espacial da renda; e a unificação do mercado por meio da infraestrutura de transporte e comunicações.

Schiffer (2010) explica, ainda, que a reorientação da localização inter-regional dessas atividades ocorreu em dois sentidos: o primeiro em direção ao interior do próprio Estado de São Paulo e o segundo no sentido das capitais Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. Esta transição do estágio intensivo da produção industrial brasileira para seu estágio extensivo não visou ou resultou na diminuição de desequilíbrios regionais, sendo bastante seletivas as

decisões de localização industrial que moldaram o “novo mapa da indústria”¹² que se delineava a partir da década de 1980.

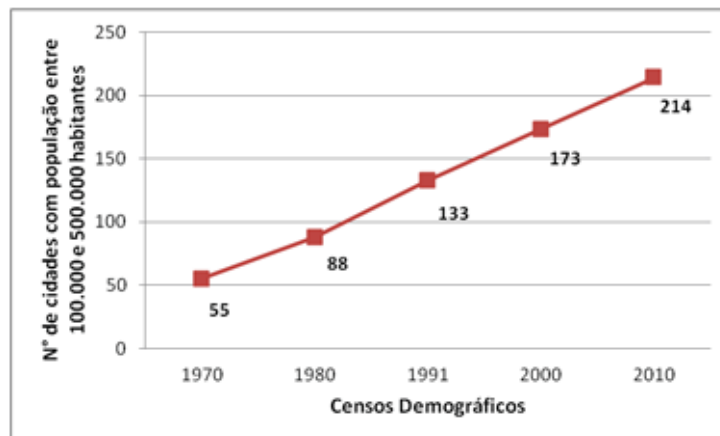
Nesse cenário, algumas cidades que não integram sistemas metropolitanos, tão pouco são capitais estaduais, destacaram-se na rede urbana nacional pela maior capacidade de atrair as indústrias neste processo de redistribuição espacial, como atesta Pacheco (1999, p.36):

Houve continuidade da desconcentração econômica da década anterior, ainda que de forma menos intensa, e foram a Região Metropolitana do Estado de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro os que mais perderam peso na indústria. Em paralelo, essa trajetória mostrou crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto de cidades médias.

Essa maior importância que tais cidades vêm assumindo fica evidente ao se analisar suas alterações a partir da década de 1970, retratadas em inúmeros estudos sobre as cidades que possuem hierarquia intermediária na rede urbana. Além desse movimento das metrópoles para outras regiões, atenta-se para o fato de que os próprios capitais dessas cidades médias surgem, crescem e se adensam, fazendo com que essas cidades cresçam em quantidade e qualidade no território nacional. Apenas para balizar essa afirmativa, considerando as cidades de porte médio, entendidas como aquelas com população urbana entre 100.000 e 500.000 habitantes, nota-se um expressivo crescimento do número de cidades nessa classificação a partir da década de 1970, que se estende até o último Censo, realizado em 2010 (Gráfico 1).

¹² Em alusão ao projeto “O mapa da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no estado de São Paulo”, coordenado pelo professor Eliseu Savério Sposito com a participação de pesquisadores da Universidade Estadual Paulista e da Universidade de São Paulo.

GRÁFICO 1: Crescimento do número de cidades de porte médio no Brasil entre os Censos Demográficos de 1970 e 2010



Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.
Organização: Wagner Batella

É importante destacar que nem toda cidade de porte médio vai desempenhar papéis de cidade média, como discutido no capítulo anterior, mas acede-se que este crescimento quantitativo trouxe consigo transformações de ordem qualitativa. Porém, considerando o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista, constatado na heterogeneidade da distribuição espacial dos fatores de produção e das atividades, bem como na diversidade geográfica das cidades médias brasileiras¹³, essa transformação nos papéis que se deu em várias escalas não abarcou de forma simétrica todas essas cidades, sendo característica desse processo a heterogeneidade do desenvolvimento das funções, estruturas e formas urbanas das cidades médias, ao mesmo tempo em que as unificam aos processos que ampliam suas interações espaciais, articulações escalares amplas e complexificação de seus processos de estruturação interna.

Soma-se a isso o fato de que as mudanças dos papéis desempenhados pelas cidades médias não se restringem, no contexto da transição do paradigma fordista para o flexível, apenas à dimensão da produção. Embora essa questão tenha sido mais aprofundada nesta pesquisa, deve-se destacar como já o fez Castells¹⁴ (*apud* BOTELHO, 2008, p.19, *grifo nosso*), que:

¹³ Como vem sendo estudado pela ReCiMe.

¹⁴ CASTELLS, Manuel. **Sociologia del espacio industrial**. Madrid: Ayuso, 1977, 235p.

a produtividade crescente do trabalho, limitada e condicionada nas esferas das relações sociais de produção fundadas na exploração do trabalho pelo capital, amplia cada vez mais a esfera da gestão, da circulação e do consumo, em relação à atividade produtiva propriamente dita. Tem-se, então, a impressão de uma subordinação crescente da lógica produtiva à lógica do consumo na organização do espaço.

Essa mudança tem impacto direto no espaço urbano, exigindo um rearranjo espacial das cidades, como aborda Ferreira (2011, p.40):

As grandes cidades passam de uma economia baseada na indústria para outra ligada aos serviços, para um momento em que as tecnologias de comunicação e informação cumprem importante papel. Cada vez se torna mais fácil percebermos que mudanças nos padrões de produção, circulação e consumo significam mudanças nas formas espaciais.

Dessa maneira, compreende-se que o consumo¹⁵ também passa a ser uma dimensão importante no entendimento dos novos papéis desempenhados pelas cidades médias, contribuindo assim para o avanço das reflexões teóricas que possibilitem uma fundamentação conceitual para essa categoria de cidade.

Essas mudanças não se materializam de forma homogênea em todas as cidades médias, fato que leva a uma análise, na próxima parte, das particularidades dessas transformações nos espaços de relações que envolvem a cidade de Teófilo Otoni na sua região e nas suas redes urbanas.

2.2 – Formação histórica da rede urbana “próxima” e inserção nas redes urbanas “distantes”

O termo rede traz consigo ampla discussão teórica que não se restringe exclusivamente a um campo do conhecimento¹⁶. A análise que será desenvolvida neste item tratará das redes urbanas numa perspectiva geográfica, considerando a importância do enfoque econômico na sua

¹⁵ Essa discussão será retomada no capítulo quatro.

¹⁶ Alvim (2009) e Ferreira (2010) realizaram extensas revisões bibliográficas sobre o desenvolvimento dos estudos de redes urbanas.

estruturação e reestruturação. Esta opção metodológica se justifica pela importância que a dimensão econômica assume nas transformações recentes dos papéis desempenhados pelas cidades médias na rede urbana, que serão problematizados na construção da noção de limiar para essa categoria de cidade, objeto mais amplo desta tese.

De acordo com Egler *et al* (2011, p.25), “a rede urbana de um país reflete o nível de integração dos sistemas produtivo, financeiro e sócio-cultural em seu território”. É por meio da rede, no bojo do processo de urbanização, que se realizam efetivamente a produção, a circulação e o consumo (CORRÊA, 1989). Mas, se a rede urbana é expressão da dimensão espacial do estágio de desenvolvimento do sistema capitalista de um país, ela, por sua vez, também influencia a forma como esse sistema se organiza territorialmente, encontrando nos “nós” dessas redes (as cidades), os polos organizadores de processos econômicos e sociais, irradiadores de mecanismos de exploração e exercício do poder existentes nas sociedades, como argumenta Souza (2010).

Deve-se ressaltar que o desenvolvimento das atividades econômicas que se concentram nas cidades não se dá de maneira uniforme entre seus diversos ramos e setores, tornando mais complexa a leitura do processo de divisão territorial do trabalho. Como lembram Goldenstein e Seabra (1982, p.21), “esse desenvolvimento desigual não é meramente fruto da reprodução de uma situação historicamente presente nos primórdios da definição do modo de produção capitalista”, mas se configura a partir de determinações que se acumulam e interferem no próprio processo de desenvolvimento do capitalismo. Essas determinações, ainda segundo os autores em análise, guardam aspectos ora mais especificamente técnicos, ora mais econômicos ou mesmo político-econômicos, que vão causar a qualificação geográfica dos recursos¹⁷ disponíveis, provocando a sua distribuição social e espacial (SANTOS, 2009a [1996]).

¹⁷ Para Santos (2009a [1996], p.132), os recursos constituem “toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno”.

Dessa forma, a análise apresentada nesta tese sobre as transformações nos papéis desempenhados pelas cidades médias nas redes urbanas, ao considerar a diversidade intrínseca às funções dessas cidades, leva em conta a necessidade de se compreender a dinâmica espaço-temporal da divisão territorial do trabalho para que seja possível aquilatar sua extensão, profundidade e complexidade.

Conforme apresentado anteriormente, o período de transição do fordismo para a acumulação flexível marcou uma nova fase desse processo, a divisão territorial do trabalho nas cidades brasileiras se fez notória no aumento da industrialização, da oferta de serviços e do consumo. Diante desse novo quadro de necessidades e possibilidades, as cidades em geral passam por transformações que vão impactar na estruturação da rede urbana. É no contexto dessas mudanças que serão analisados os papéis desempenhados pelas cidades médias nas suas redes urbanas denominadas nesta tese como “próximas” e “distantes”.

Sobre a definição de rede urbana, a revisão da literatura atesta para a falta de consenso que aponte um conceito capaz de abarcar a complexidade do processo de urbanização. As concepções mais clássicas, como a de George (1974, p.368), apresentam a seguinte definição para rede urbana: “um conjunto de cidades, distribuídas em uma região ou Estado, e que possuem, umas em relação às outras, ligações diversas: comerciais, financeiras, industriais, culturais, turísticas (...)”. A riqueza dos estudos sobre redes urbanas está no desdobramento de temas possíveis a partir da definição apresentada, como classificações, hierarquias, tamanhos e dinâmicas das redes, bem como das características e intensidades das relações entre seus pontos ou nós, e destes últimos em si mesmos.

A criação de um marco nos estudos sobre redes urbanas é creditada ao geógrafo alemão Walter Christaller que, em 1933, desenvolveu a Teoria dos Lugares Centrais¹⁸. Christaller procurou explicar a organização espacial e hierarquia dos núcleos urbanos do sul da Alemanha e suas áreas de influência a partir das centralidades das cidades, que eram mensuradas considerando a

¹⁸ Ver Christaller (1966); Corrêa (2006).

oferta de bens e serviços, assim como os custos de transporte para satisfação do consumo de uma população. Trata-se de uma das teorias mais conhecidas nos estudos sobre redes urbanas, que tem sido utilizada para análises em diversos contextos espaciais ao redor do mundo¹⁹, incluindo o Brasil²⁰.

Todavia, concorda-se com Corrêa (1989, p.6-7) ao alertar para os riscos das posições teóricas que defendem critérios exclusivos de países em estágios mais avançados de desenvolvimento do capitalismo para definição de redes urbanas. Segundo o autor, para existência de uma rede urbana, as seguintes condições devem ser atendidas:

- Existência de uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente, ou seja, que se apresente um grau mínimo de divisão territorial do trabalho.
- Existência de pontos fixos nos territórios, onde os negócios anteriormente citados são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. Nesses núcleos seriam encontradas outras atividades de suporte ou vinculadas a esses negócios, como as de controle político-administrativo, comércio, serviços e a própria produção.
- Existência de um grau mínimo de articulação entre esses núcleos, que se verifica no âmbito da circulação, sendo essa de fundamental importância para que as trocas se efetivem.

Os estudos e a taxonomia das cidades no âmbito da rede urbana, usualmente, são expostos na escala nacional. Tal percepção pode levar à falsa conclusão de que a rede se limita à escala de um país. Deve-se ressaltar,

¹⁹ Por exemplo: BERRY, Brian; PRED, Allen. **Central Places Studies**. A bibliography of theory and applications. RSRI, 1961. / HSU, Wen-Tai. Central Place Theory and City Size Distribution. **The Economic Journal**, 122: 903–932. 2012.

²⁰ Por exemplo: CARDOSO, Maria Francisca T. C.; AZEVEDO, Lídia Maria P. Redes de Localidades Centrais: uma tipologia aplicada ao Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 44(4), 630-675, 1982. / CORRÊA, Roberto Lobato. As Redes de Localidades Centrais nos Países Subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 50(1), 61-84 1988. / RODRIGUES, Éder Romagna. **Oferta turística da Estrada Real: uma proposta de Hierarquização**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Belo Horizonte.

como alerta Sassen (2006), que o conjunto da dinâmica urbano-regional de um país pode extrapolar os contornos nacionais, integrando-se em escala supranacional. Ou ainda, como lembra Souza (2010, p.50), é perfeitamente plausível falar em uma rede urbana regional, especialmente em uma região que mostra “forte coerência de identidade sócio-espacial e de fluxos internos”, mas, deve-se considerar que ela deve ser entendida como um “subconjunto de uma rede urbana maior, nacional, a qual, por sua vez, estará menos ou mais fortemente articulada no interior de uma rede urbana global”.

Beaujeu-Garnier (1997, p.472) contribui para problematizar o debate ao destacar que a rede urbana compreende “o conjunto das cidades que existem no espaço considerado, mas não tem nada a ver, à partida, com localização ou classificação”. Contrapondo essa definição com as discussões, previamente realizadas, sobre o fato de que as cidades não se enquadram de maneira homogênea na divisão territorial do trabalho, deve-se destacar que as cidades não têm a mesma dimensão, nem desempenham as mesmas funções, como tantos estudos empíricos já demonstraram. Dessa forma, seria uma tarefa inócua pensar que as redes urbanas regionais se classificariam apenas seguindo recortes administrativos e também regionais, ou seja, basear-se-iam meramente num espaço estanque. A própria autora atenta para a diversidade de redes existentes:

Mapas de distribuição espacial de cidades mostram tipos de redes diferentes pela sua densidade e localização. Algumas são estabelecidas em função de uma metrópole central; outras ramificam-se, utilizando os corredores dos vales que atravessam planícies e montanhas; outras, ainda, dispõem-se mais ou menos regularmente através de aldeias situadas em vastas planícies cultivadas. (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p.472).

Diante desses argumentos, Beaujeu-Garnier (1997) questiona a existência de uma lei de distribuição espacial das cidades que consubstanciaria uma rede urbana, considerando, ainda, a heterogeneidade de cidades no contexto da divisão territorial do trabalho.

Para auxiliar a compreensão acerca das redes urbanas regionais, retoma-se a relação entre rede urbana e armadura urbana proposta por Beaujeu-Garnier (1997, p.472, *grifos da autora*). Para essa autora, os geógrafos franceses ressaltaram a importância de se associar as noções de rede e de armadura, assim definindo-as: “segundo o sentido lato, rede designa um facto espacial de repartição dos elementos (aqui, as cidades) no interior de um quadro (a região, a nação...); a armadura é o que serve para manter, para sustentar”. Dessa forma, a existência de uma rede urbana estaria condicionada à atuação de cidades capazes de produzir e coordenar as interações espaciais.

Retoma-se, então, dois elementos já mencionados por Souza (2010) para compreensão das redes urbanas regionais. O primeiro está relacionado ao que se tratou no parágrafo anterior, ou seja, a existência dessas redes demandaria fluxos internos que são garantidos não apenas pela armadura urbana que integram as redes, mas também pela densidade técnica do território que sustenta as interações espaciais. Além disso, o autor destacou a importância da coerência da identidade socioespacial no âmbito dessas redes. Essa identidade pode ser compreendida no contexto da formação socioespacial²¹, ou melhor, em como a rede urbana regional se insere na formação socioespacial da rede nacional, como destaca Santos (2009a [1996], p.132): “a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para se entender a história e o presente de um país”.

Visando compreender a realidade empírica em análise, adota-se neste texto o epíteto “próximo” para qualificar a rede urbana formada pelo conjunto de cidades articuladas e comandadas pela cidade de Teófilo Otoni, por acreditar que, como se pretende demonstrar adiante, a baixa densidade técnica, a fragilidade histórica das relações regionais e dos fluxos internos comprometem a caracterização de uma rede urbana regional.

Um resgate histórico da formação dessa rede urbana “próxima” remete ao final do século XIX e início do século XX. Em 1881, teve início a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas, que faria a ligação entre a região nordeste

²¹ Para Santos (1977, p.81), a categoria Formação Socioespacial está relacionada à “evolução diferencial das sociedades no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso”.

do Estado de Minas Gerais e o sul da Bahia, no Porto de Caravelas, possibilitando a ligação entre Minas e o mar. Em 1898, concluiu-se a implantação de uma estação da Bahia-Minas em Teófilo Otoni²², o que reforçou a liderança dessa cidade em sua região, bem como intensificou a relação cidade-campo, pois os colonos encontravam nela a possibilidade de escoamento da produção então existente, principalmente a extração de madeira. Soma-se a isso, o fato da chegada da Estrada de Ferro na região ter trazido novas orientações para a vida econômica, propiciando o incremento da exploração extrativa vegetal de madeira e intensificando a criação de outros mercados.

A partir da inauguração da Bahia–Minas, houve significativo crescimento demográfico no município, particularmente nos últimos anos do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, confirmando o papel de Teófilo Otoni como polo de atração de contingentes populacionais, o que pode ser observado pelo incremento demográfico ocorrido no período (Tabela 1).

TABELA 1: Município de Teófilo Otoni. População Total: 1890, 1900 e 1920

	TOTAL	TAXA DE CRESCIMENTO
1890	13.222	-
1900	15.038	13,73%
1920	163.199	985,24%

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1993. Organizado por Wagner Batella.

Os dados demográficos da tabela 1 demonstram o expressivo crescimento populacional nas duas primeiras décadas do século XX, fato explicado não somente pela variação da população de Teófilo Otoni, mas também pela incorporação de outros distritos ao município a partir da Reforma Administrativa de 1911²³ (FJP, 1993).

Esse processo de agregação de distritos resultando num único município é de fundamental importância para se entender a consolidação de Teófilo Otoni

²² Teófilo Otoni permaneceu como última estação até 1918, quando se inaugurou a estação Valão, atual município de Poté.

²³ Em 1911, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou uma Reforma Administrativa que incluiu processos de remembramento de distritos e emancipação municipal. Como resultado, o Estado passou a contar com o total de 182 municípios (FURTADO, 2007).

numa embrionária rede urbana que se formava no nordeste de Minas Gerais. Em 1920, o município abrangia dez distritos (Tabela 2), sendo que o escolhido para sede (Teófilo Otoni) se destacava pela concentração de comércio e serviços, com forte participação da população estrangeira, ainda que não contasse com a maior população total.

TABELA 2: População do município de Teófilo Otoni, por distrito. 1920

Distrito	População	
	Total	Estrangeira
Aimorés	3.782	69
Urucú (atual Carlos Chagas)	7.748	60
Concórdia	10.334	27
Setubinha	11.161	4
Malacacheta	13.303	4
Poté	13.747	32
Itaipé	15.078	7
Pampam	17.338	8
Teófilo Otoni (sede)	31.808	288
Itambacury	38.810	56
<i>Total</i>	163.199	555

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1993. Organizado por Wagner Batella.

Tem-se, então, o desenvolvimento de um significativo processo de centralização produzido e incrementado pelo Estado, que resultou na concentração de investimentos na sede deste município e na socialização assimétrica, no espaço, do conjunto de condições mínimas para o desenvolvimento urbano na região nordeste de Minas Gerais. A possibilidade de cooperação entre esses núcleos urbanos era fragilizada, porém, pelas precárias condições do sistema técnico voltado à circulação de pessoas, bens e mercadorias nas primeiras décadas do século XX.

Na década de 1920, o cenário econômico da região se baseava na produção agropecuária, na extração vegetal de madeira e na extração e beneficiamento de pedras preciosas. Além dessas atividades, Carvalho (2006, p.62) destaca sobre Teófilo Otoni:

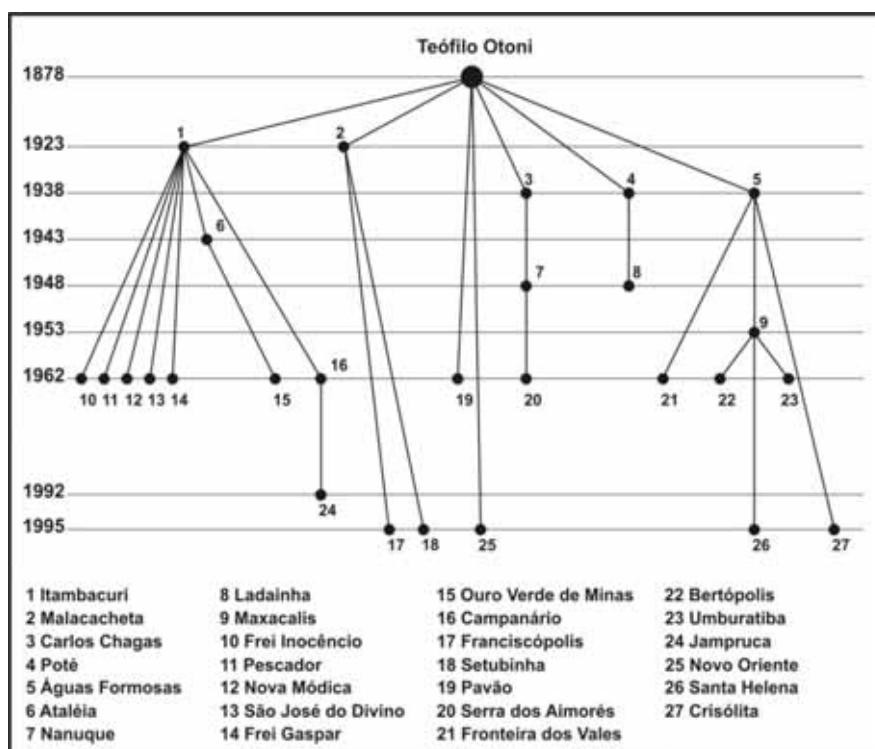
a cidade possuía também pequenas indústrias de beneficiamento de matéria-prima agrícola de reduzida base financeira e localizadas nas próprias fazendas destinadas ao consumo local”. No que tange ao campo, o autor chega a questionar o caráter mercantil da produção agrícola, ao dizer que: “na verdade, não poderíamos classificar o desenvolvimento da agricultura local como estruturado em bases mercantis, mas sim destinado principalmente à subsistência local.

A rede urbana que começou a se delinear naquela região, ainda na década de 1920, tinha sua organização econômica estruturada em atividades primárias relativamente tímidas que não possibilitaram a passagem para uma economia de mercado consolidada, mas que produziu, obrigatoriamente, relações entre os distritos com a sede, Teófilo Otoni. Nesse cenário, a extração de madeira predominava como a principal atividade capaz de produzir excedentes que serviam de combustível para o transporte na ferrovia. Porém, a conseqüente diminuição do ritmo de utilização da estrada de ferro reduziu a demanda da madeira e, conseqüentemente, a importância da atividade extrativa vegetal. A agricultura não se estruturou em bases mercantis propriamente ditas, não permitindo a formação de um capital excedente capaz de subsidiar e desencadear um processo de industrialização mais moderno e integrado à economia capitalista (FJP, 1982a; FJP, 1993). As articulações internas eram fragilizadas, principalmente em função do pouco dinamismo, limitado pelas atividades que predominavam na região.

Ainda na década de 1920, teve início uma sucessão de processos emancipatórios, desencadeados a partir de reformas administrativas, que culminou na criação de novos municípios (figura 1), primeiro em pequenos “surto” até os anos 1940 e, a partir de então, *pari passu* ao processo de desenvolvimento e intensa urbanização do país, dá-se a “explosão” de novos municípios que se estendeu até o ano de 1962 (FURTADO, 2007, p.207).

O processo emancipatório iniciado na década de 1920 resultou, em grande medida, numa configuração espacial da região de Teófilo Otoni que se aproxima daquela formada pelos distritos que compunham o município original.

FIGURA 1: Emancipações a partir de Teófilo Otoni



Adaptado de Barroso e Pinheiro, 2007. Fonte: MIRANDA, 2007.

Nas primeiras décadas desse processo, houve o desenvolvimento da pecuária extensiva, o que implicava em núcleos urbanos dispersos, e o fortalecimento da agricultura de subsistência, que tinha o seu excedente comercializado na feira da cidade de Teófilo Otoni. Essa, por sua vez, manteve sua função de centro comercial para a região, principalmente em função da concentração de população expulsa do campo pelo avanço da pecuária extensiva (CARVALHO, 2006).

Como resultado, as demais cidades que se emancipavam enfrentaram dificuldades na dinâmica de suas interações espaciais na região, uma vez que a rede urbana que se formava era pouco complexa e de baixa dinamicidade em relação à circulação de pessoas, informações, bens e mercadorias. Mesmo assim, ainda que precariamente, as interações eram predominantemente com Teófilo Otoni, seja por já concentrar alguns serviços relacionados ao Governo Estadual, como saúde, educação, segurança pública etc., seja ainda pela comercialização do gado ou por receber a população originária dos demais municípios.

O papel desempenhado por Teófilo Otoni na intermediação entre as pequenas cidades da região com outros municípios do centro-sul mineiro, incluindo a capital do estado, era comprometido pela precária infraestrutura viária. Um relatório da Fundação João Pinheiro (1993) destacou, inclusive, a maior ligação da região com o Rio de Janeiro. A partir do relato obtido de um médico que trabalhou em Teófilo Otoni nas décadas de 1930 e 1940, ele descreve o seguinte trajeto que era realizado em três dias:

Pra você ter uma ideia, pra gente ir pra Teófilo Otoni, saia-se daqui, ia-se ao Rio de Janeiro pra pegar um navio, ou um avião pra ir a Caravelas, passando por Vitória. Em Caravelas pegava o trenzinho que levava 16 horas para fazer 300 e poucos quilômetros entre Caravelas e Teófilo Otoni (FJP, 1993, p.105).

Diante da importância da circulação para o processo de formação e integração da rede urbana, a questão da infraestrutura de transporte marcava o primeiro impedimento ao desenvolvimento/adensamento de uma rede urbana regional comandada por Teófilo Otoni. Este cenário começa ser alterado a partir da segunda metade do século XX, quando os investimentos em estradas de rodagem marcam a ruptura com o antigo modelo de circulação, dominado pelo modal ferroviário.

A primeira dessas mudanças foi a implantação, ainda em 1948, da rodovia Rio-Bahia (BR-116). Ela melhorou as comunicações entre Teófilo Otoni e sua região, cortada longitudinalmente pela rodovia, e os principais centros urbanos do país. A rodovia forçava, ainda, a passagem por Teófilo Otoni de todo fluxo migratório e de mercadorias entre o nordeste e o centro-sul do país (FJP, 1982a).

Outra transformação foi a abertura da BR-418, conhecida como Estrada do Boi, cujo entroncamento com a BR-116 ocorreu na área urbana de Teófilo Otoni, construída em função da desativação da Estrada de Ferro Bahia-Minas, no final da década de 1960. Esta rodovia facilitou a ligação com o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo (FJP, 1982a). Deve-se ressaltar que esse entroncamento de rodovias favoreceu a circulação na região e dessa com

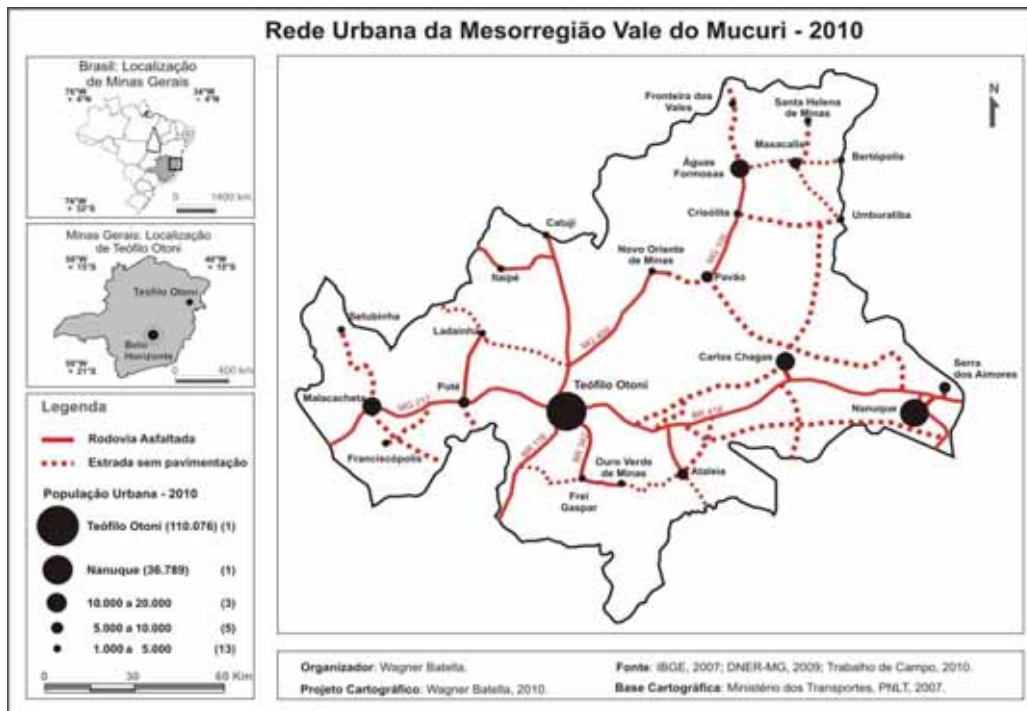
outras do território nacional, o que impactou na rede urbana em questão, o que poderia, inclusive, corroborar a afirmação de George (1983, p.38): “o problema fundamental da geografia urbana é um problema de geografia da circulação”.

O contexto apresentado até o momento contribuiu para a consubstanciação da rede urbana “próxima”, que será abordada na escala em uma aproximação ao universo empírico da Mesorregião²⁴ Vale do Mucuri, que tem como principal cidade Teófilo Otoni, distante 446 km da capital, Belo Horizonte (figura 2).

Esta Mesorregião é formada por 23 cidades, sendo Teófilo Otoni aquela que concentra a maior população urbana, 42,19% do total da Mesorregião, segundo o Censo 2010. A figura 2 leva à reflexão sobre o tamanho das cidades e os papéis que elas desempenham na rede urbana, apontado por Corrêa (1989, p.15) como um tema clássico nos estudos urbanos. Segundo o autor, “é através das cidades que as ligações internas e externas se realizam, delas derivando o desenvolvimento: o tamanho das cidades aparece então como uma expressão do desenvolvimento”.

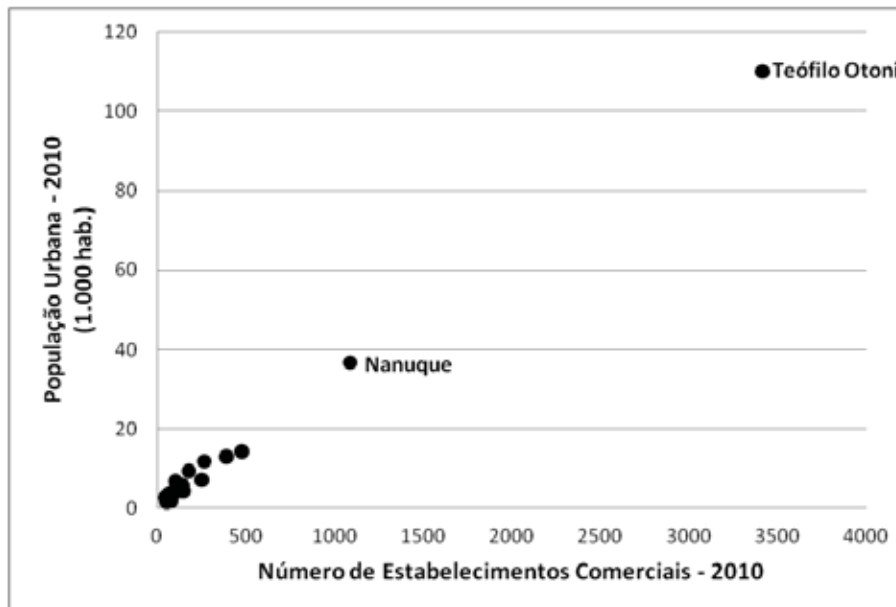
²⁴ Mesorregiões são “áreas individualizadas, em uma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicações e de lugares, como elemento de articulação espacial” (IBGE, 1990, p.8).

FIGURA 2



A rede urbana do Mucuri é reflexo do processo de urbanização naquela região, marcada pela forte concentração da população e das atividades na cidade de Teófilo Otoni, caracterizando uma estrutura primaz (Gráfico 2). Na perspectiva do tamanho da população urbana, a cidade principal é cerca de três vezes maior do que a segunda, Nanuque. A primazia urbana é um dos elementos que limita e condiciona o desenvolvimento da rede de cidades no Mucuri. Analisando essa estrutura primaz a partir da reflexão de autores europeus, Corrêa (1989, p.17-18) aponta que “o subdesenvolvimento é associado à existência de primazia urbana”, uma vez que forças econômicas atuam concentradamente em um único centro, drenando para si toda a riqueza, sendo a rede urbana comandada por esta cidade primaz classificada como desequilibrada.

GRÁFICO 2: Relação entre População Urbana (2010) e Número de Estabelecimentos Comerciais (2010) nas cidades da Mesorregião do Mucuri



Fonte: IBGE, 2010
Organizado por: Wagner Batella

No mesmo sentido, tal tipo de estrutura já havia sido caracterizada no primeiro estudo específico sobre essa rede urbana, realizado por Amorim Filho (1990). Utilizando três grupos de variáveis (população urbana, equipamentos urbanos e relações interurbanas), o autor trabalhou com 15 cidades²⁵ situadas na bacia do Rio Mucuri. Os resultados, nas palavras do autor:

mostram uma rede urbana ainda em gestação, com uma estrutura hierárquica excessivamente piramidal, na qual se destacam no nível mais alto, a cidade de Teófilo Otoni, e num nível intermediário, Nanuque. As demais cidades constituem um conjunto de pequenos centros urbanos muito pouco diferenciados. (AMORIM FILHO, 1990, p.26).

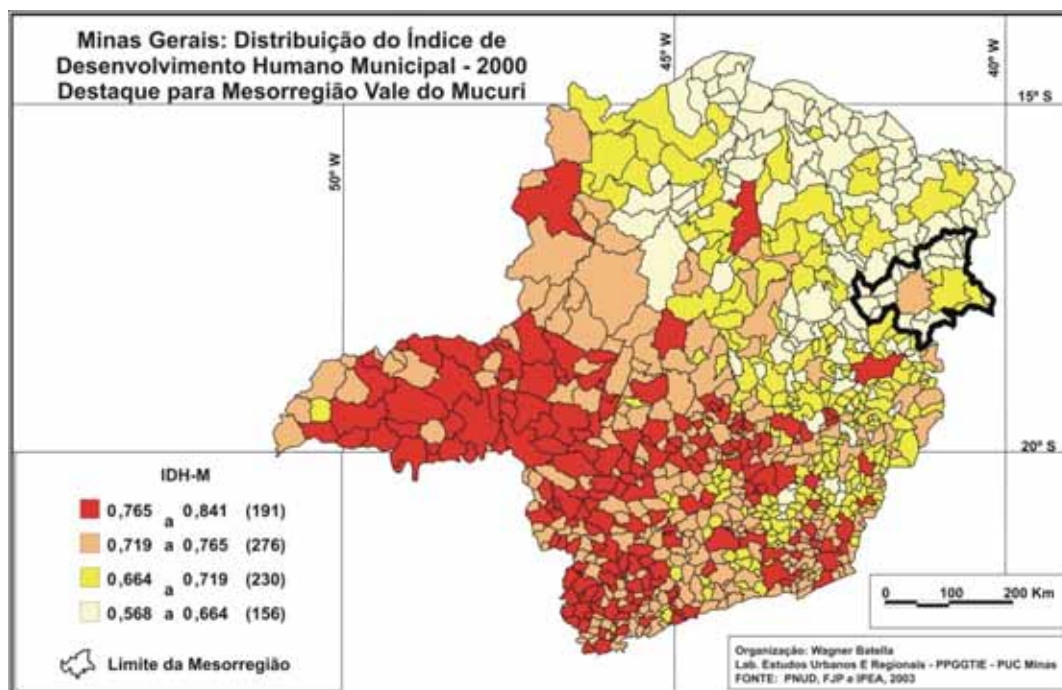
Esse estudo corrobora a hipótese em construção neste subcapítulo, pois, levando em consideração a caracterização da rede urbana do Mucuri no final do século XX, as transformações ocorridas nas cidades sob influência de Teófilo Otoni e o histórico de formação da rede urbana “próxima” apresentado

²⁵ Águas Formosas, Caraiá, Carlos Chagas, Fronteira dos Vales, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Nanuque, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pavão, Pote, Serra dos Aimorés, Teófilo Otoni e Umburatiba.

anteriormente, não houve a formação de uma rede urbana regional, em grande medida pela fragilidade das articulações entre os centros urbanos, permitindo-se referenciar a uma rede urbana ainda embrionária, pouco densa e de baixas interações.

Entretanto, isso não implica em uma menor importância da cidade principal ou em não reconhecer processos em curso que, em suas particularidades, permitem capturar a diversidade de papéis apresentados por essa cidade. Ao contrário, em outro estudo, Amorim Filho *et al* (1982) já destacavam o papel primordial desempenhado pelas cidades de porte médio na estruturação e dinamização de redes urbanas de regiões diversas, mas particularmente daquelas mais periféricas geograficamente e inseridas em contextos regionais mais pobres. A figura 3 mostra, de maneira generalizada²⁶, como Teófilo Otoni e o Vale do Mucuri ainda se enquadram nessa caracterização, mesmo considerando dados mais recentes do que aqueles utilizados na pesquisa citada.

FIGURA 3



²⁶ Destaca-se que a discussão realizada é voltada para a rede urbana e seus nós, ou seja, suas cidades, mas a figura 3 apresenta dados na perspectiva de áreas, na escala de municípios. Essa generalização se faz necessária, pois a divulgação dessas estatísticas segue a divisão por limites administrativos, sendo a menor escala a do município.

Utilizando os municípios do Estado de Minas Gerais como escala cartográfica de análise e o IDH-M²⁷ (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) como variável *proxy* para representação da pobreza, nota-se que a área em estudo, representada na figura 3 pela delimitação da Mesorregião Vale do Mucuri, encontra-se no extremo nordeste de Minas, na periferia geográfica desse estado do ponto de vista geométrico, em uma região com baixos indicadores sociais, expressos pelo IDH-M.

Tal indicador é calculado levando-se em consideração a média aritmética das variáveis dos três subíndices que o compõem, de forma a variar entre 0,0 e 1,0. Quanto mais próximo de 1,0, melhores as condições de desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de 0,0, piores são essas condições²⁸. Dentre os 23 municípios que integram a Mesorregião em análise, Teófilo Otoni ocupa a melhor posição, com IDH-M no valor de 0,742 no ano de 2000²⁹, seguido por Nanuque, que apresenta um índice no valor de 0,708. Destaca-se que todos os municípios da Mesorregião se enquadram na faixa de classificação de médio desenvolvimento.

Se ampliarmos a escala para o todo o Estado de Minas, Teófilo Otoni ocupa a 343ª posição, uma colocação intermediária do total de 853 municípios. Se considerarmos a escala nacional, essa posição passa para a 2.089ª dos então 5.507 municípios existentes no Brasil.

Analisando a relação entre esse indicador e a hierarquia urbana, Batella e Diniz (2006) aplicaram técnicas de estatística espacial para analisar a correlação entre o IDH-M e hierarquia das cidades mineiras. Os resultados corroboraram o papel de destaque das cidades de porte médio³⁰,

²⁷ O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice de caráter universal utilizado para se medir o desenvolvimento de países ou regiões. A aplicação dessa metodologia na escala municipal recebe o nome de IDH-M e tem por objetivo representar a complexidade de um município em termos do desenvolvimento que ele apresenta. Para tanto, são considerados três componentes que são encarados como essenciais para a vida das pessoas, quais sejam: educação, longevidade e renda, sendo que esses componentes são caracterizados por um conjunto de indicadores.

²⁸ A classificação do IDH-M feita pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) considera como baixo desenvolvimento o intervalo entre 0,0 e 0,5; como médio desenvolvimento humano o intervalo entre 0,5 e 0,8 e alto desenvolvimento humano o intervalo entre 0,8 e 1,0.

²⁹ Última atualização no cálculo do indicador disponível em: <http://www.pnud.org.br>, acessado em 20 de julho de 2012.

³⁰ Consideradas aquelas que apresentam população entre 100.000 e 500.000 habitantes.

particularmente daquelas inseridas em áreas mais pobres, incluindo Teófilo Otoni, donde as concentrações de pessoas, equipamentos, serviços etc. são perceptíveis perante a sua região, não apenas quantitativa, mas principalmente qualitativamente. Essas cidades polarizam todo seu entorno, o que exige delas o cumprimento de funções que vão ao encontro daquelas analisadas na caracterização das cidades médias.

Dessa forma, com o intuito de produzir uma síntese, apresentam-se duas constatações. A primeira refere-se à observação de que a cidade de Teófilo Otoni é capturada pela sua rede “próxima” devido à forte concentração de equipamentos e serviços perante a sua região, marcada pelos baixos indicadores socioeconômicos e pela precária infraestrutura de circulação. Observa-se que o processo de formação das cidades localizadas na Mesorregião do Mucuri não contribuiu para o desenvolvimento de uma rede urbana e, muito ao contrário, reforçaram uma urbanização fortemente concentrada e polarizadora, questão que será retomada no próximo subcapítulo. Em outras palavras, a cidade de Teófilo Otoni cresceu em função de sua própria região, mas também em detrimento das demais cidades.

A segunda constatação surge em decorrência da própria concentração verificada em Teófilo Otoni e da posição periférica dessa cidade no contexto do Estado, o que resulta na ampliação dos papéis desempenhados por Teófilo Otoni em outras escalas, permitindo problematizá-la como uma cidade média, principalmente quando analisada em uma estrutura hierarquizada. Nas palavras de Sposito (2001, p.627):

Tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, quanto mais distante ela estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade. Aceitando-se esse raciocínio, a distância de grandes centros urbanos poderia ser uma das determinantes de maior ou menor importância de uma cidade média.

Para evidenciar essa segunda constatação, a inserção de Teófilo Otoni em redes urbanas caracterizadas neste estudo como “distantes”, não apenas em função do maior afastamento espacial entres os núcleos urbanos, mas também pela alteração nas dinâmicas das interações espaciais, a cidade será

analisada em outras escalas: a da rede urbana do Estado de Minas Gerais e a da rede urbana nacional.

2.2.1 – Teófilo Otoni nos estudos sobre a rede urbana de Minas Gerais

Avançando a análise para o recorte espacial do estado, destacam-se os estudos realizados sobre a rede urbana mineira, com ênfase nos papéis desempenhados pelas cidades médias. Coordenados por Amorim Filho, nessas pesquisas reconheceu-se e foi proposta uma hierarquia para essas cidades, interpretando a evolução da rede urbana mineira nos últimos 30 anos.

A hierarquia criada sugere a seguinte tipificação para as cidades médias: Grandes Centros Regionais, Cidades Médias de Nível Superior, Cidades Médias Propriamente Ditas e Centros Emergentes. Para essa definição, o primeiro critério adotado excluía a Região Metropolitana de Belo Horizonte e as centenas de cidades com menos de 10.000 habitantes. Na sequência, a situação geográfica das cidades era analisada com base em diversas variáveis representativas de temas como acessibilidade, fluxos de passageiros, dinâmicas populacionais, dinâmicas econômicas, oferta de equipamentos, infraestrutura etc.

Nos dois primeiros estudos (figura 4), a cidade de Teófilo Otoni foi classificada como Cidade Média Propriamente Dita (AMORIM FILHO *et al* 1982; AMORIM FILHO *et al*, 1999). Trata-se de um nível hierárquico de cidades que têm apresentado crescimento demográfico regular e se destacado na oferta de serviços e comércio. Em suas relações externas, as cidades incluídas nesse grupo mantêm relações importantes com centros urbanos de maior hierarquia, em particular Belo Horizonte, e têm intensificado as relações diretas com as cidades menores e com o espaço rural microrregional a elas ligado. Esse papel de intermediação, elemento singular das cidades médias, é responsável pela adjetivação “Propriamente Dita” dessa classificação. No caso particular de Teófilo Otoni, deve-se destacar o papel do PROECI³¹ (Programa

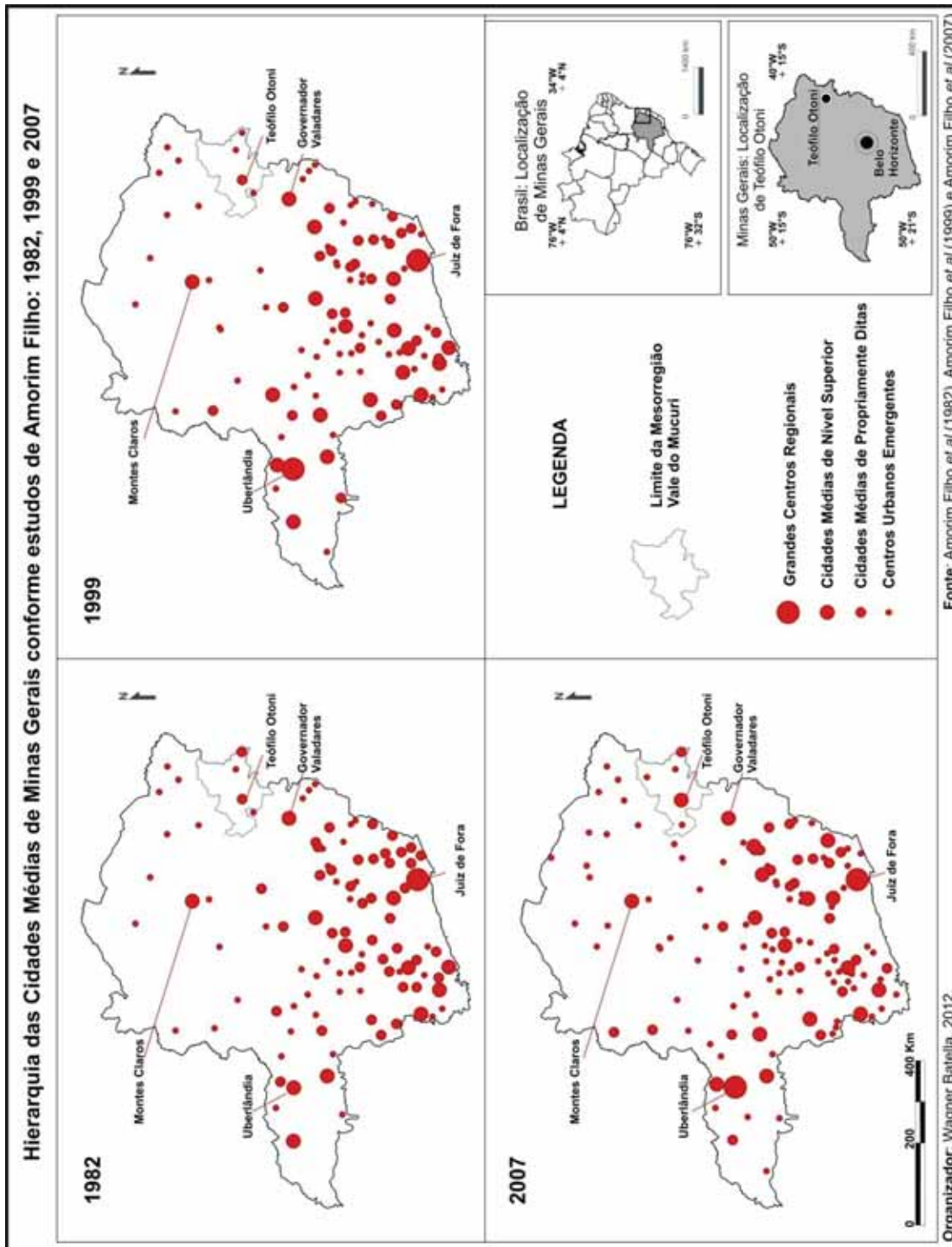
³¹ O PROECI foi um programa com foco no planejamento urbano e regional elaborado no começo da década de 1980, a partir de um convênio entre o Ministério do Interior, o Governo

Estadual de Centros Intermediários) para fixação da população na cidade de Teófilo Otoni, bem como para um maior dinamismo da sua economia

No estudo mais recente (AMORIM FILHO *et al*, 2007), Teófilo Otoni aparece num nível superior da tipologia, sendo classificada como Cidade Média de Nível Superior (figura 4). É importante ressaltar que no nível imediatamente superior, Grandes Centros Regionais, encontram-se apenas duas cidades médias mineiras, Uberlândia e Juiz de Fora. Sobre as Cidades Médias de Nível Superior, os autores destacam:

As cidades aqui incluídas são sempre visualizadas, em qualquer hierarquização, como cidades médias, quando se trata de classificações que cobrem todas as cidades do Estado. No interior de suas próprias regiões, são encaradas pela população regional como cidades grandes. São cidades que possuem um dinamismo demográfico sustentado e, no caso do estudo publicado em 1982, tinham populações que se situavam entre um pouco mais de 70.000 até cerca de 200.000 habitantes. São cidades que desenvolveram, paralelamente à indústria, dinâmicos setores de comércio e de serviços. Assim, essas cidades, além de fortalecerem sua posição e suas ligações no domínio regional, começam a estender essas ligações a pontos situados para além desses domínios. São, em síntese, cidades de estruturas já bem consolidadas e cujo crescimento futuro parece, sem dúvida, assegurado (AMORIM FILHO *et al*, 2007, p.9, *grifos nossos*).

FIGURA 4



A classificação de Teófilo Otoni num nível superior da hierarquia, em relação ao estudo da década de 1990, é explicada, em grande medida, pela melhoria das condições de circulação, sobretudo, aos programas ligados à promoção de acessibilidade, como o PROACESSO³² (Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios) e o PELT-Minas³³ (Plano Estratégico de Logística de Transportes), que resultaram no asfaltamento e na recuperação da rede rodoviária regional. Dessa forma, como destacado por Arroyo (2006, p.73), sendo a circulação “uma das bases de diferenciação geográfica”, as melhorias na infraestrutura viária incrementaram os papéis desempenhados por Teófilo Otoni, tanto na escala regional quanto na estadual.

A partir dessas ações, o Estado tem atuado na ampliação da centralidade interurbana, o que teve rebatimentos em cidades como Teófilo Otoni, que aumentou as possibilidades de interações espaciais.

Nos três estudos desenvolvidos por Amorim Filho e sua equipe, Teófilo Otoni é apresentada como uma cidade média que se insere com destaque na rede urbana estadual de Minas Gerais. Essa condição intermediária também é observada na escala nacional quando se analisam os estudos desenvolvidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para interpretação da rede urbana brasileira, denominados REGIC (Regiões de Influência das Cidades).

2.2.2 – Teófilo Otoni nos estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades

Desde a década de 1960, o IBGE vem analisando a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e suas áreas de influência. Desses estudos, as três REGIC foram escolhidas para contextualizar a classificação de Teófilo Otoni na

³² Programa implantado em 2003 que tem como objetivo geral melhorar a pavimentação e as condições de acesso aos municípios mineiros que apresentam baixo IDH-M. Mais informações em: http://www.der.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=98&Itemid=261

³³ Instrumento de planejamento realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais no ano de 2006 para o setor de logística de transporte. Mais informações em: <http://www.transportes.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es-de-governo/programas-complementares/pelt.html>

rede urbana nacional em função da proximidade cronológica com as publicações já apresentadas de trabalhos sobre a rede urbana mineira. A primeira foi realizada em 1978 e publicada em 1987 (IBGE, 1987); a segunda, desenvolvida em 1993, teve seus resultados divulgados em 2000 (IBGE, 2000a); a mais recente, publicada em 2008, analisou dados de 2007 (IBGE, 2008).

A utilização desses estudos nesta pesquisa responde mais a necessidade de buscar comparações da cidade de Teófilo Otoni com outras cidades das redes urbanas do estado de Minas Gerais e nacional que traçar a trajetória de sua posição a partir de cada momento específico, uma vez que se alteram os indicadores e as variáveis utilizados em função dos critérios definidos pelo IBGE para caracterização das relações estabelecidas na rede urbana brasileira.

A operacionalização das RECIG se deu com base na definição de um rol de variáveis representativas de bens e serviços que, medidos o volume e a origem da procura, traduziram a diferenciação entre as localidades centrais e ofereceram condições para que fosse estabelecida a escala hierárquica dos centros (MOURA; WERNECK, 2001).

A pesquisa realizada em 1978 baseou-se em outro estudo que havia sido desenvolvido em 1966³⁴, mas com alterações teóricas e metodológicas. Para sua execução, foram pesquisadas 1.416 sedes municipais que dispunham de atividades que as capacitava a exercer centralidade além de seus limites municipais ou que tinham sido definidos como centros de mais baixo nível hierárquico na pesquisa anterior. A partir das informações obtidas da aplicação de questionários, foram identificadas 76 funções centrais (bens e serviços) que foram agrupadas em seis conjuntos hierarquizados, designando os níveis de: metrópole regional, centro submetropolitano, capital regional, centro sub-regional e centro de zona (IBGE, 1987; MOURA; WERNECK, 2001).

³⁴ Trata-se de pesquisa realizada pelo IBGE e publicada em 1972 com o título “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais”, que teve por objetivo a classificação dos níveis hierárquicos dos centros urbanos e de suas áreas de influência a partir da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e de serviços (ligados ao capital, de administração e direção, de educação, de saúde, de divulgação) de forma complementar. A pesquisa adotou metodologia proposta pelo geógrafo francês Michel Rochert (IBGE, 2008).

A segunda REGIC baseou-se em metodologia semelhante, com questionários aplicados no ano de 1993, porém, com as seguintes alterações: o aumento no número de municípios selecionados, totalizando 2.106, dos 4.495 existentes à época da pesquisa de campo; inclusão de duas funções relacionadas aos serviços de informação e a adoção de 46 funções centrais (bens e serviços), das quais 14 eram de baixa complexidade e recorrentes nas cidades de hierarquia mais baixa, trinta geradoras de fluxos de média a alta complexidade e duas de fluxos relativos à busca de serviços de informação. Foram definidos oito níveis de centralidade: máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco (IBGE, 2000a; MOURA; WERNECK, 2001).

Por fim, a terceira REGIC foi publicada em 2008, tendo o ano anterior como referência para levantamento dos dados e desenvolvimento da pesquisa. Em relação aos estudos pretéritos, este apresentou modificações quantitativas e qualitativas na sua metodologia. Houve uma significativa ampliação do número de núcleos analisados, pois, do total de 5.564 municípios existentes em 2007, foram pesquisados 4.625, sendo 85% desses com população menor do que 20.000 habitantes. Outra mudança refere-se à incorporação, entre os elementos analisados, de dados sobre infraestrutura que não haviam sido considerados nas análises anteriores. Além disso, foram utilizadas informações secundárias e registros administrativos obtidos junto a órgãos estatais e empresas privadas, e não mais apenas questionários, como nos estudos anteriores (IBGE, 2008). Por fim, ainda na dimensão metodológica, neste estudo privilegiou-se a função de gestão do território, considerando que:

centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas (CORRÊA, 1995³⁵, p.83 *apud* IBGE, 2008, p.131).

³⁵ CORRÊA, Roberto L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995.

A primeira etapa desse estudo se dedicou à identificação e hierarquização dos núcleos de gestão do território, seguida, na segunda etapa, de investigação acerca das ligações entre cidades, com o objetivo de delinear as áreas de influência dos centros, bem como para esclarecer as articulações das redes no território. Foram identificados 711 centros de gestão no Brasil, classificados segundo sua posição no âmbito da gestão federal e no da gestão empresarial, agrupando os centros em seis níveis (IBGE, 2008, p.161).

Além disso, visando qualificar melhor a centralidades dos núcleos reconhecidos, realizaram-se estudos complementares com enfoque em diferentes equipamentos e serviços, tais como: atividade de comércio e serviços, atividades financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo (IBGE, 2008).

A etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram abordados elementos importantes para a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro. Dessa forma, as cidades foram classificadas em quatro grandes níveis, por sua vez divididos em dois ou três subníveis: Metrópoles: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole; Capital Regional: Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C; Centro Sub-regional: Centro Sub-regional A e Centro Sub-regional B; Centro de Zona: Centro de Zona A e Centro de Zona B.

A partir desses apontamentos, prossegue-se com uma análise das classificações de Teófilo Otoni nas três REGIC, tomando como referência o Quadro 1:

QUADRO 1: Classificação de Teófilo Otoni nos estudos da REGIC

REGIC (Ano de Publicação)	Níveis	Quantidade de núcleos	Classificação de Teófilo Otoni	Cidades sob influência de Teófilo Otoni
1987	Metrópole Regional	11	Capital Regional	63
	Centro Submetropolitano	14		
	Capital Regional	82		
	Centro Sub-regional	158		
	Centro de Zona	1.151		
2000	Máximo	9	Forte	56
	Muito Forte	24		

		Forte	35		
		Forte Para Médio	108		
		Médio	141		
		Médio para Fraco	195		
		Fraco	250		
		Muito Fraco	3.733		
2008	Níveis de Gestão do Território	1	3	4	51
		2	7		
		3	44		
		4	101		
		5	215		
		6	341		
	Hierarquia Urbana	Grande Metrópole Nacional	1	Capital Regional C	
		Metrópole Nacional	2		
		Metrópole	9		
		Capital Regional A	11		
		Capital Regional B	20		
		Capital Regional C	39		
		Centro Sub-regional A	85		
		Centro Sub-regional B	79		
Centro de Zona A	192				
Centro de Zona B	364				

Fonte: IBGE (1987), IBGE (2000a) e IBGE (2008). Organização: Wagner Batella

A classificação de Teófilo Otoni como Capital Regional no primeiro estudo REGIC, publicado em 1987, reforça a importância dessa cidade para sua região, pois se trata de uma categoria, então, composta por outros 82 núcleos urbanos, que se destaca pela capacidade de comandar contextos regionais significativamente heterogêneos no território nacional. Essas cidades apresentam como semelhança, ainda, a posição intermediária na oferta de bens e serviços entre as cidades menores e as metrópoles regionais (IBGE, 1987).

Realizando uma comparação com outras cidades que integram o grupo de Capitais Regionais, ressalta-se que essa classificação considerava Teófilo Otoni em patamar semelhante a algumas cidades estudadas no âmbito da já mencionada ReCiMe, tais como Passo Fundo-RS e Chapecó-SC, na Região Sul, São José do Rio Preto-SP e Uberlândia-MG, na Região Sudeste, e Mossoró-RN, na Região Nordeste, mas também a outras cidades médias que não foram, até o momento, estudadas por essa rede, como Montes Claros-MG e Governador Valadares-MG, essas escolhidas pela proximidade com Teófilo Otoni.

Na REGIC de 2000, Teófilo Otoni foi classificada no nível de centralidade Forte, juntamente com outras 34 cidades. Segundo o IBGE (2000a), embora essa classificação tenha considerado o grau de centralidade dos núcleos urbanos com terminologias diferentes da REGIC anterior, há padrões de comparação entre os dois estudos, sendo o nível Forte semelhante aquele definido anteriormente como Capital Regional, o que mantém a classificação de Teófilo Otoni como uma cidade que desempenha um papel de importância para sua região.

Chama-se atenção, ainda, para a redução do número de cidades citadas nesse grupo em relação ao estudo de 1987, demonstrando que houve significativa mudança no conjunto das classes intermediárias. Das cidades analisadas no parágrafo anterior, Uberlândia-MG, São José do Rio Preto-SP e Passo Fundo-RS foram classificadas na REGIC 2000 em níveis superiores da hierarquia urbana, com centralidades definidas como Muito Fortes, enquanto Mossoró-RN desceu para o nível de centralidade Forte Para Médio, correspondente a um Centro Sub-Regional, e, por sua vez, Chapecó-SC, Montes Claros-MG e Governador Valadares-MG, assim como Teófilo Otoni, permaneceram com centralidades Fortes, de Capitais Regionais.

A análise desses dois estudos indica que Teófilo Otoni acompanhou a dinâmica dos centros intermediários brasileiros nas duas últimas décadas do século XX, quando o Brasil passou por mudanças econômicas com rebatimentos na estruturação da rede urbana, como aponta o IBGE (2002, p.89, *apud* FRANÇA *et al*, 2009, p.32):

Verifica-se também o crescimento ou o fortalecimento de centros de médio porte, que, reunindo condições favoráveis de infra-estrutura e de qualidade de vida, passa a ter reforçada sua competitividade na atração de novos investimentos. Esses centros já receberam os impactos do investimento produtivo, ao mesmo tempo que (*sic*), produzindo sinergia com outras cidades próximas, conformam áreas de grande dinamismo [...].

No que tange à REGIC de 2008, realizou-se a comparação da posição de Teófilo Otoni na rede urbana a partir de duas análises. A primeira diz respeito à sua capacidade de gestão do território, sendo classificada no nível 4,

juntamente com outras 100 cidades. Para essa tipificação, foram analisadas variáveis agrupadas em dois grupos, a gestão pública federal e a gestão empresarial, sendo que essa cidade despontou na rede urbana nacional mais pela gestão de serviços públicos do que privados, ainda que na escala regional seja um polo nos dois segmentos.

Em relação à segunda análise, referente à hierarquia urbana, Teófilo Otoni foi classificada como Capital Regional C, última classe do subnível Capital Regional, juntamente com outras 38 cidades. Conforme explicitado pelo IBGE (2008, p.11), as Capitais Regionais têm capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, e área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios. Vê-se, outrossim, a continuidade do papel intermediário e regional dessa cidade na rede urbana.

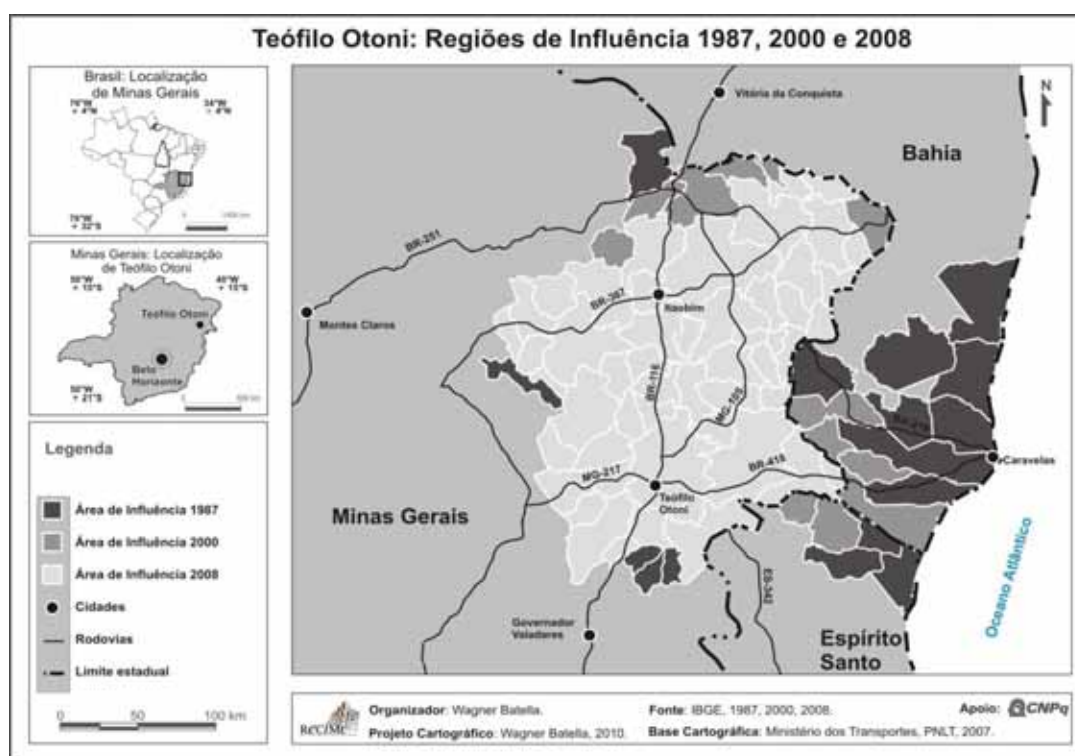
Mantendo a comparação com as cidades selecionadas, ainda que a REGIC de 2008 tenha sofrido modificações significativas na metodologia em relação aos estudos anteriores, considerando que a categoria de Capital Regional foi dividida em três níveis, ressalta-se que Uberlândia-MG, São José do Rio Preto-SP, Chapecó-SC, Passo Fundo-RS e Montes Claros-MG foram posicionadas no patamar intermediário dentre as Capitais Regionais, o nível B. Mossoró-RN, que na classificação anterior havia sido caracterizada como uma cidade de centralidade predominantemente submetropolitana, subiu para a categoria de Capital Regional C, patamar inferior dessa classe, que também reúne as cidades de Teófilo Otoni e Governador Valadares-MG.

Uma síntese dos estudos nas escalas estadual e nacional apresentados nesta tese reforça o papel intermediário de Teófilo Otoni nessas redes urbanas. Nos trabalhos sobre a rede mineira, predominou sua classificação como uma cidade média de significativa importância, galgando patamares na hierarquia urbana ao longo do tempo. Por outro lado, quando a escala nacional foi contemplada nos estudos da REGIC, observou-se movimento diferente, pois, embora a Teófilo Otoni tenha permanecido definida como Capital Regional, aquelas cidades que têm importância para sua região e que estão num nível inferior às metrópoles, ela não apresentou dinâmica ascendente,

comparativamente às outras cidades, considerando-se as classificações da hierarquia urbana nacional.

Ainda considerando os estudos sobre as REGIC, observou-se a diminuição da importância regional de Teófilo Otoni a partir da redução de sua área de influência definida nos três estudos do IBGE (figura 5). Em 1987, essa área envolvia 64 municípios, sendo 48 em Minas Gerais, 12 na Bahia e quatro no Espírito Santo (IBGE, 1987). Trata-se de um território que, juntamente com o município de Teófilo Otoni, possuía 1.271.553 habitantes, sendo 60% rural (IBGE, 1980).

FIGURA 5



Na segunda REGIC, o número de municípios sob influência de Teófilo Otoni caiu para 56, sendo que 50 estão em Minas Gerais, quatro na Bahia e dois no Espírito Santo. As principais perdas ocorreram nesses dois últimos estados, sendo que o aumento de municípios em Minas Gerais se explica pelo processo de emancipações vivido em 1992. Além disso, a população que habitava essa área foi reduzida para 958.710 habitantes e passou a ser, então, predominantemente urbana, aproximadamente 53%, segundo o IBGE (1991).

Na classificação mais recente, o movimento de retração da área de influência é reforçado, pois o número de municípios polarizados por Teófilo Otoni diminuiu para 51, todos localizados em Minas Gerais, o que demonstra a redução da centralidade exercida por essa cidade em outros estados, mesmo com as mudanças na metodologia. Conseqüentemente, houve outro decréscimo da população de sua área de influência, que passou a totalizar 777.085 habitantes, sendo 62,5% classificados como população urbana (IBGE, 2000a). É preciso considerar que um dos fatores das mudanças ocorridas no espaço de relações de Teófilo Otoni tem a ver com o desenvolvimento de outros polos regionais no Sul da Bahia, principalmente Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas, e no Norte do Espírito Santo, com destaque para São Mateus.

Mesmo considerando a citada queda, observa-se que Teófilo Otoni foi classificada como uma importante cidade média nos estudos analisados. Urge destacar que as abordagens desses trabalhos concebem a rede urbana como uma estrutura fortemente hierarquizada, onde Teófilo Otoni se destaca pelos papéis de intermediação entre pequenas e grandes cidades, bem como pela sua importância regional. Esse formato, em que as relações são pré-definidas e seguem um fluxo rígido, não é suficiente para expressar a complexidade das interações espaciais e de articulações escalares necessárias para se entender uma cidade média no período contemporâneo, pois, como foi explicitado por Sposito (2004, p.184): “as novas relações que se estabelecem no contexto da rede urbana (...) não são mais, apenas, hierárquicas, mas são, também, de complementaridade e de sinergia e inovação”.

2.2.3 – Teófilo Otoni nos estudos sobre as Regiões de Referência para o Planejamento Territorial

Em 2008, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desenvolveu uma pesquisa intitulada “Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento”. Trata-se de uma empreitada realizada em parceria com o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) e pesquisadores de diversas universidades e centros de pesquisa brasileiros com o objetivo de subsidiar o

planejamento governamental, de médio e longo prazo, considerando a inserção da dimensão territorial nas políticas públicas federais.

O trabalho realizou um verdadeiro esforço de diagnosticar as desigualdades regionais do desenvolvimento brasileiro e propôs uma regionalização do território nacional com o fito de subvencionar as estratégias de planejamento territorial do país.

Os resultados foram estruturados em oito módulos, a saber: 1) Marco Inicial; 2) Visão Estratégica; 3) Regiões de Referência; 4) Estudos Prospectivos – Escolhas Estratégicas; 5) Carteira de Investimentos; 6) Impactos Econômicos da Carteira de Investimentos; 7) Avaliação da Sustentabilidade da Carteira de Investimentos; 8) Serviços de Georreferenciamento. Os resultados sistematizados no terceiro módulo serão analisados neste trabalho. Segundo esse documento:

Este Módulo 3 (Regiões de Referência) construiu uma regionalização em duas escalas (macrorregional e sub-regional) para o território brasileiro que permite subsidiar a escolha e localização de projetos de investimentos, bem como a articulação de políticas públicas. Foram considerados critérios econômicos, ambientais e sociopolíticos na definição das regiões, que têm em conta o papel desempenhado pelas cidades na organização do território, dada a força de polarização em sua área de influência. Ainda, a aposta na estratégia de desconcentração e desenvolvimento mais equilibrado do país levou à escolha de novos pólos, vértices de uma rede policêntrica de cidades, estrutural para a nova organização territorial pretendida. (BRASIL, 2008, p.14, *grifo nosso*).

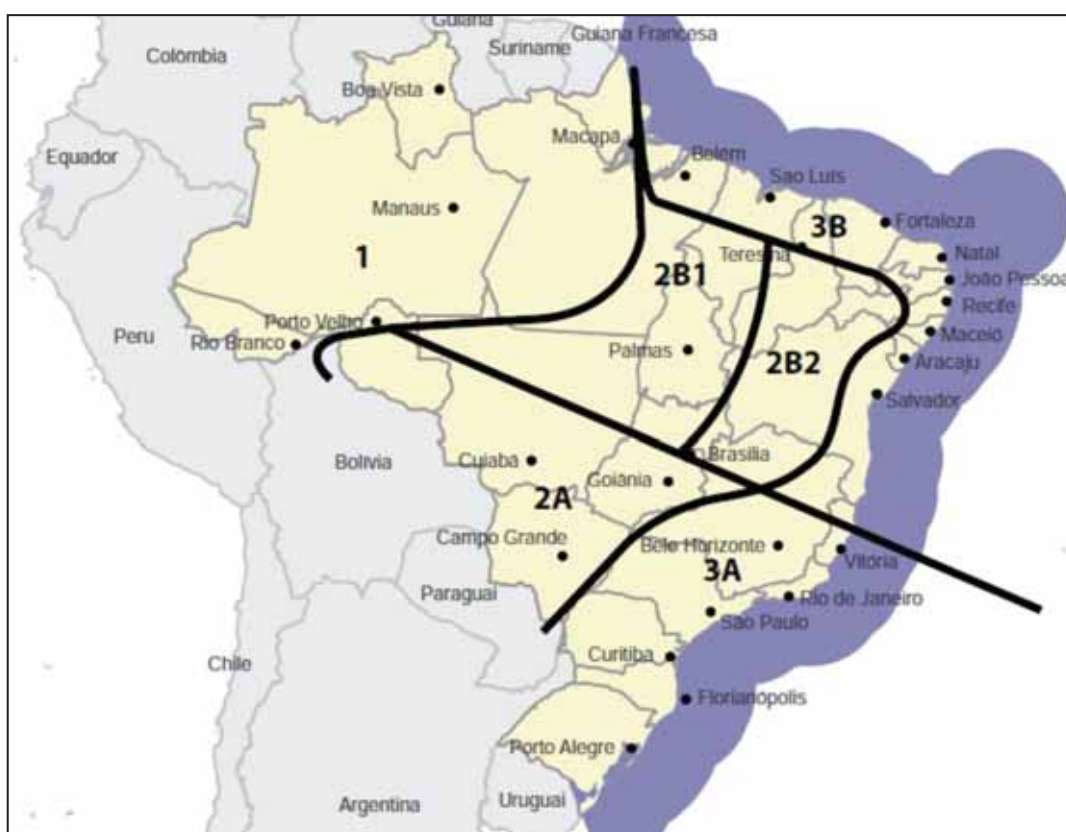
Dessa forma, embora a rede urbana tenha sido considerada nas formulações, o enfoque principal recaiu na criação de regiões que se constituem base para ações de planejamento e políticas públicas, tendo as cidades que se apresentam como polos dessas regiões, o importante papel de comandar os novos fluxos que articulam escalas diversas, do local ao global. Dessa forma, o referencial teórico foi fortemente influenciado pelas ideias de Perroux (1977), discutidas no capítulo anterior.

Na perspectiva metodológica, destaca-se:

A metodologia utilizada para conseguirmos consolidar uma regionalização que seja funcional a um Plano Plurianual de Investimentos e a um reordenamento territorial brasileiro é um processo recursivo de aproximações sucessivas, de superposição de *layers* conceituais, a partir de uma concepção inicial que tem nas noções de centralidade do urbano e polarização econômica seu ponto de partida. Como o objetivo não passa mais apenas pela regionalização econômica, o ponto central passa a ser incorporar aos resultados puros da estimação de um modelo – que é canônico na literatura de economia regional e urbana – dimensões que são fundamentais para compreender e intervir de maneira informada no território: a acessibilidade viária por meio da estrutura de transporte, o meio ambiente em algumas de suas várias dimensões principais, as institucionalidades sócio-políticas e, por fim, as diferentes identidades culturais. Mais que isso, há que se ter em mente a necessidade premente de integração e compatibilização dos resultados das regionalizações em suas duas escalas (macros de referência e sub-regiões) com os resultados dos outros módulos da operação. (BRASIL, 2008, p.57).

Os resultados partiram da proposta de estratégia para o território nacional prevista para o horizonte do ano 2027, conforme discutido no módulo dois da referida pesquisa, intitulado Visão Estratégica. Para tanto, o país foi dividido em seis grandes áreas apontadas como homogêneas, para as quais se identificaram vetores de desenvolvimento (BRASIL, 2008). As áreas estratégicas (figura 6) foram assim denominadas: Bioma Florestal Amazônico (Área 1); Sertão Semi-Árido Nordestino (Área 2B2); Litoral Norte Nordeste (3B); Sudeste-Sul (3A); Centro-Oeste (2A); Centro-Norte (2B1). Seguindo esta proposta, a cidade de Teófilo Otoni pertenceria à área 3B – Litoral Norte Nordeste.

FIGURA 6: Brasil – Territórios da Estratégia



Fonte: Brasil, 2008.

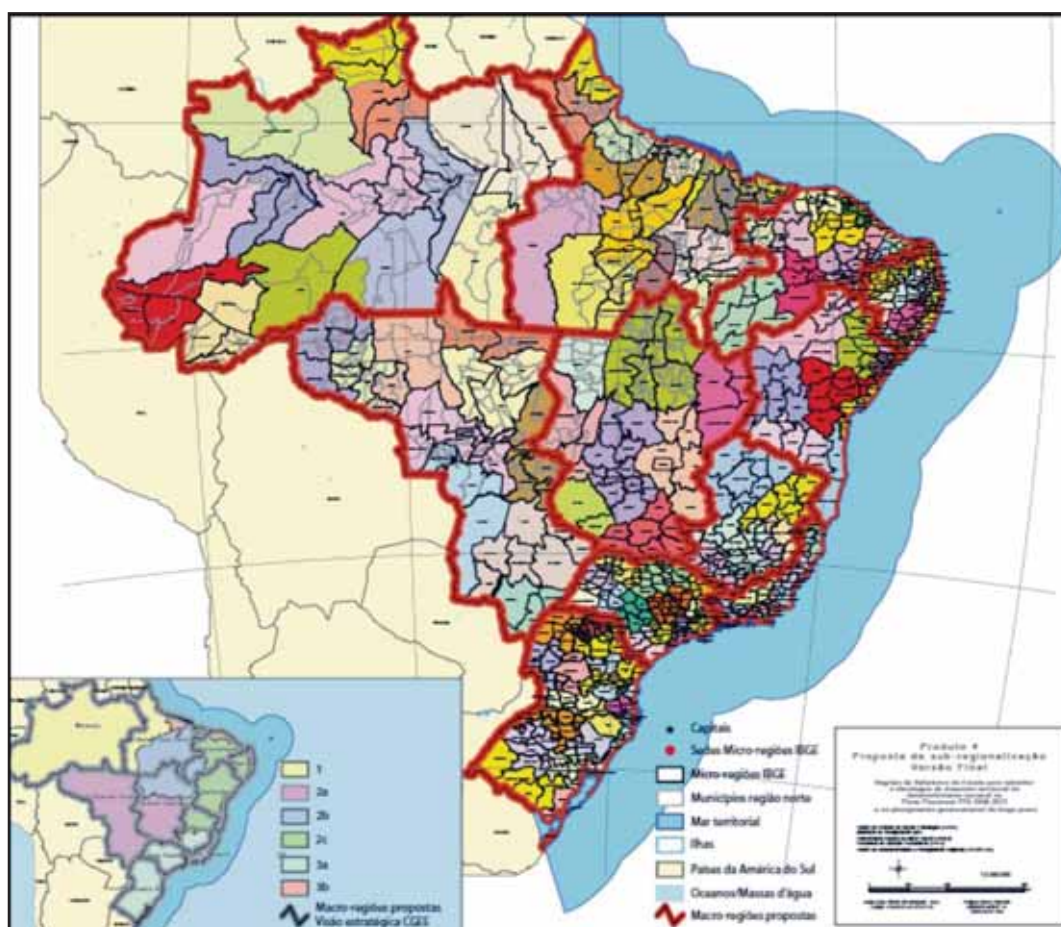
Partindo dessa proposição, a regionalização proposta considerou, ainda, os cálculos de polarização, os ajustes ambientais e as identidades culturais e políticas que levaram à divisão do país em onze macrorregiões, com seus respectivos macropolos (figura 7). Além dessa regionalização, identificou-se 118 sub-regiões (figura 8) que permitiram minimizar as generalizações presentes nas análises em macro-escalas, propiciando um olhar mais apurado entre os indicadores econômicos e sociais de polarização, bem como a compatibilização com as características ambientais e de identidade cultural. Nessas duas regionalizações, Teófilo Otoni integra, respectivamente, a macrorregião polarizada por Belo Horizonte, e é polo da sub-região homônima, demonstrando sua importância regional no nordeste de Minas Gerais.

FIGURA 7: Brasil - Macrorregiões e Macropolos



Fonte: Brasil, 2008.

FIGURA 8: Brasil – Sub-regiões



Fonte: Brasil, 2008.

A segunda parte do estudo é voltada para a proposição de um reordenamento do território que favoreça uma maior integração interna, com redução das desigualdades regionais e sociais e uma maior inserção internacional. Nesse contexto, caberia à rede de macropolos, já apresentada na figura 7, a função de garantir as melhorias na integração e no ordenamento territorial, demonstrando que o sistema de planejamento do país deveria se caracterizar pela policentralidade. Todavia, em função da diversidade do desenvolvimento entre os territórios da estratégia representados na figura 6, particularmente entre as áreas Sudeste-Sul e Litoral Norte-Nordeste em detrimento dos outros, houve a proposição de criação de sete novos macropolos no interior das macrorregiões com o objetivo de garantir o “ideal de um país policêntrico” (BRASIL, 2008, p.115). Dessa maneira, a proposta totalizaria 18 macropolos estratégicos que possuem níveis de consolidação

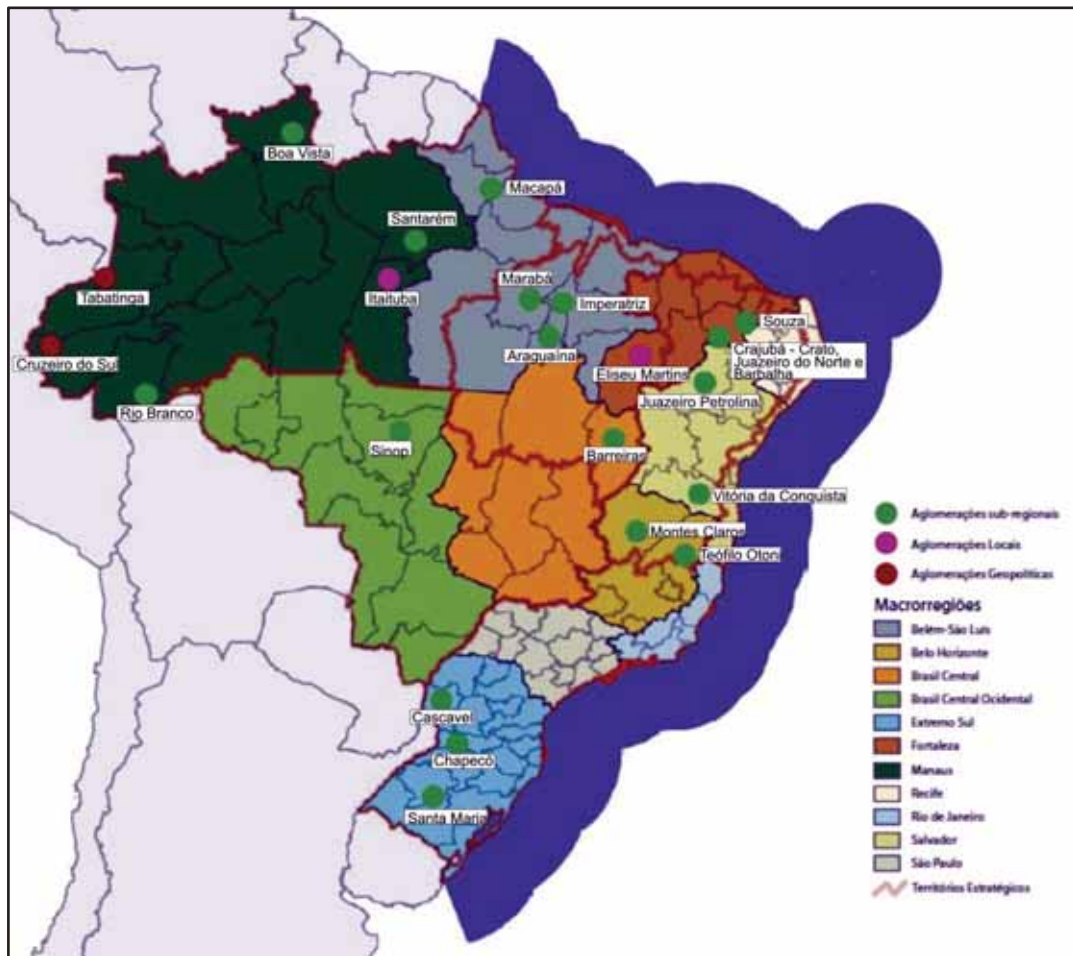
diferenciados, sendo os novos: Belém-PA, São Luiz-MA, Palmas-TO, Porto Velho-RR, Cuiabá-MT, Campo Grande-MS e Uberlândia-MG.

Mas, considerando a necessidade de reduzir as desigualdades regionais e sociais, além da diversidade do potencial produtivo das várias sub-regiões apontadas na figura 8, foram propostos, ainda, vinte e dois subpolos estratégicos, sendo um desses a cidade de Teófilo Otoni (figura 9), que reforçariam a proposta de policentralidade do país. A criação desses subpolos levou em consideração o maior desenvolvimento do território estratégico Sudeste-Sul, além de sua rede de cidades já ampla e estruturada, evitando-se a seleção de cidades dessa área. Exceto três subpolos limítrofes com os países do Cone Sul com o objetivo de facilitar a integração nesta fronteira.

Teófilo Otoni, juntamente com Montes Claros e Vitória da Conquista foram selecionados como subpolos articuladores da integração do semi-árido. Segundo a pesquisa, “entende-se que eles formariam uma rede urbana triangular com o objetivo de integrar os semi-áridos do norte de Minas, da Bahia e o Vale do Jequitinhonha-Mucuri” (BRASIL, 2008, p.120). Ao caracterizar esses subpolos no âmbito dos territórios da estratégia, destaca-se que:

No território Semi-Árido Nordestino, as cidades de Montes Claros, Teófilo Otoni e Vitória da Conquista passam a ser centros de referência importantes para a estrutura urbana do norte de Minas e sul da Bahia. Dentre essas três redes, a constituída no entorno de Teófilo Otoni ainda é a mais frágil, mas aquelas nos entornos de Vitória da Conquista e Montes Claros mostram-se relativamente robustas quando comparadas à estrutura de 2000. (BRASIL, 2008, p.128, *grifo nosso*).

FIGURA 9: Brasil – Sub-regiões



Brasil, 2008

A análise da inserção de Teófilo Otoni nesse estudo revela que a cidade assume um importante papel no contexto da rede urbana brasileira, o que fica evidente na sua condição de subpolo estratégico nas ações prospectivas de desenvolvimento regional. Por outro lado, o argumento já explicitado neste capítulo, da fragilidade de seu espaço regional imediato, é reforçado neste texto pela contextualização da sua rede “próxima” em relação às redes de outros subpolos.

2.2.4 – Teófilo Otoni nos estudos sobre a Tipologia das Cidades Brasileiras

O trabalho que será analisado a seguir encerra a revisão sobre a inserção da cidade de Teófilo Otoni nas redes urbanas “distantes”. Trata-se do

trabalho Tipologia das Cidades Brasileiras (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009) e que norteará as próximas discussões.

Essa pesquisa foi elaborada pelo Observatório das Metrôpoles de Pernambuco com foco na realidade metropolitana do Brasil. Pondera-se que, embora num primeiro momento possa parecer um equívoco considerar tal pesquisa, uma vez que esta tese prioriza a discussão de outras formas urbanas, mais precisamente as cidades médias, o estudo em questão realiza uma verdadeira articulação entre tipologias de cidades, rede urbana e o território. Assim, a análise não deixa de considerar a importância de uma interpretação que aborde o sistema de cidades, incluindo aquelas que ficam às margens dos processos intrínsecos às regiões metropolitanas.

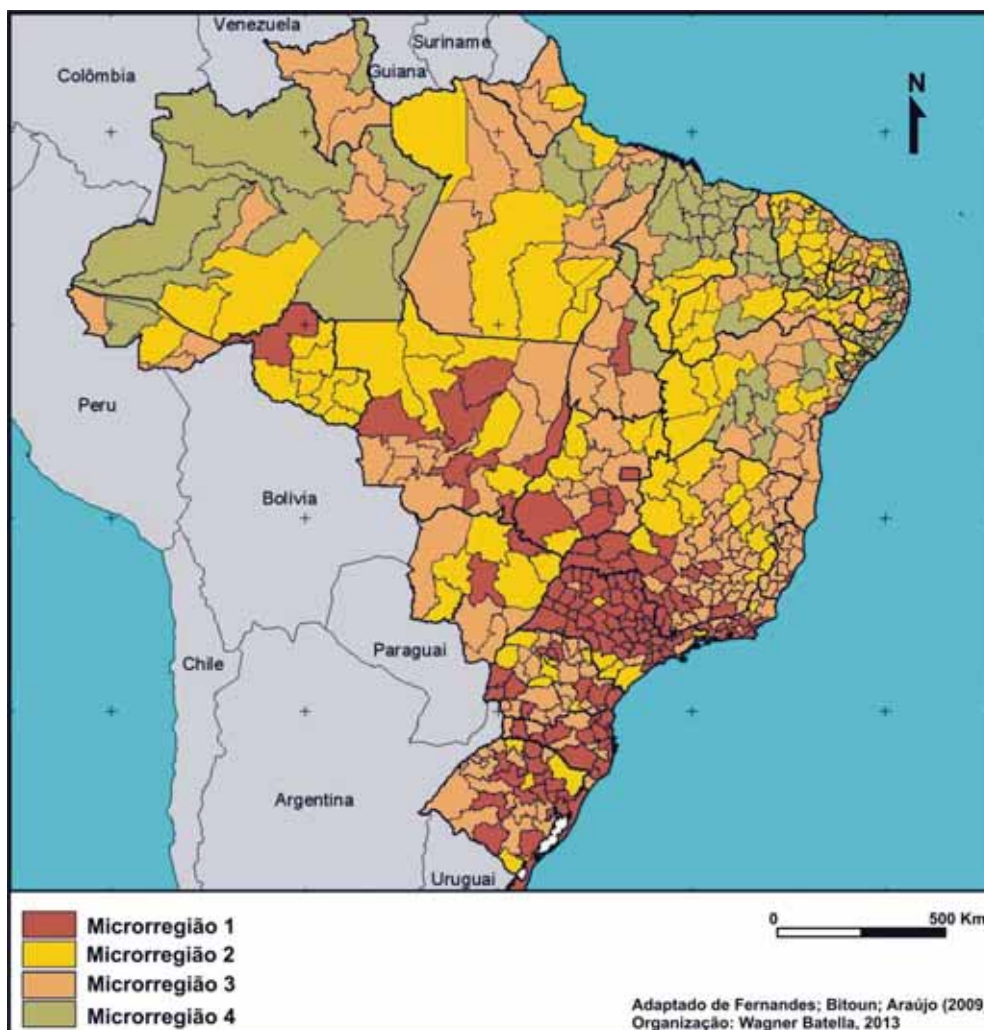
Merece destaque a ênfase dada à relação entre as cidades brasileiras e as políticas públicas territoriais nacionais, articulando, dessa forma, duas importantes perspectivas para se entender as cidades, quais sejam: a abordagem pelo território e a abordagem pela rede de cidades.

No que tange à primeira, os autores consideraram a abordagem desenvolvida em outro estudo que propôs uma tipologia para o território brasileiro e que norteou a PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional), elaborada pelo Ministério da Integração Nacional em 2003 com o objetivo de minimizar as desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos da diversidade regional brasileira. Nessa pesquisa, considerou-se a escala das microrregiões e, a partir da necessidade de se identificar potencialidades e reduzir diferenças existentes no território nacional, duas informações básicas foram exploradas: estoque de riqueza acumulada (representadas pelo PIB municipal para os anos de 1990 e 1998 e o rendimento domiciliar médio, divulgado no Censo 2000) e dinâmica de crescimento das microrregiões (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009).

A partir dessas variáveis, identificaram-se quatro tipos microrregionais: as microrregiões de alta renda, qualquer que seja a dinâmica do PIB (MR1); microrregiões de renda baixa ou média e dinâmica do PIB elevada (MR2); microrregiões de renda média e pequena dinâmica do PIB (MR3); e microrregiões de baixa renda e pouco dinamismo do PIB (MR4).

Nessa caracterização, a cidade de Teófilo Otoni, que pertence à microrregião³⁶ homônima, foi classificada no grupo MR3, que representa uma microrregião estagnada.

FIGURA 10: Brasil – Tipos Microrregionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)



Fonte: Fernandes; Bitoun; Araújo (2009)

No que se refere à abordagem pela rede de cidades, os autores tomaram como referência duas outras pesquisas: IPEA (2002)³⁷ e a pesquisa realizada pelo CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento

³⁶ A microrregião de Teófilo Otoni engloba os municípios de Ataleia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni.

³⁷ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPEA, 2002.

Regional) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), publicado por Lemos *et al* (2000)³⁸.

A primeira pesquisa teve por objetivo realizar uma caracterização da rede urbana brasileira no final dos anos 1990, identificando suas transformações, e sugeriu uma tipologia. Num primeiro momento, foram definidos 111 principais centros urbanos da rede urbana brasileira que polarizam o território nacional e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas e as respectivas áreas rurais. A classificação final resultou numa hierarquia de centros urbanos formada pelos seguintes níveis: metrópoles globais, metrópoles nacionais, metrópoles regionais, centros regionais e centros sub-regionais de níveis 1 e 2. Juntas, essas categorias envolviam 441 centros urbanos que abrigavam 55,85% da população do país (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009). Nessa classificação, a cidade de Teófilo Otoni foi caracterizada como um centro regional 2.

A segunda pesquisa, realizada pelo CEDEPLAR, teve como propósito identificar uma “nova configuração regional brasileira”, partindo da identificação de polos dinâmicos e suas regiões de influência. Dessa forma, ela mescla a abordagem da rede de cidades com a perspectiva regional. Numa comparação com o PNDR, os autores destacam: “o estudo distingue-se da PNDR por trabalhar com uma regionalização por polarização que parte, diferentemente da Política, da identificação dos centros urbanos e não da região” (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009, p. 15). Dessa forma, enquanto a PNDR trabalhou com critérios de homogeneidade territorial, o CEDEPLAR focou na capacidade de atração do polo e na densidade econômica da área que este polariza.

Como resultado, o estudo verificou a existência de 84 mesopolos, constituídos por centros urbanos e suas respectivas regiões de influência, que se dividem entre 12 macropolos, centros urbanos que ocupam “o topo da hierarquia regional brasileira sob a ótica de acesso a mercados regionais que cada polo pode dominar no âmbito geográfico da economia nacional”

³⁸ LEMOS, Mauro B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P., MORO, S. **A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência.** Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira (mesa especial), Diamantina, 2000.

(FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009, p.16). Neste contexto, Teófilo Otoni foi classificada como um mesopolo do tipo enclave agropecuário ou extrativo³⁹, que está subordinado, na perspectiva econômica, ao macropolo comandado por Belo Horizonte.

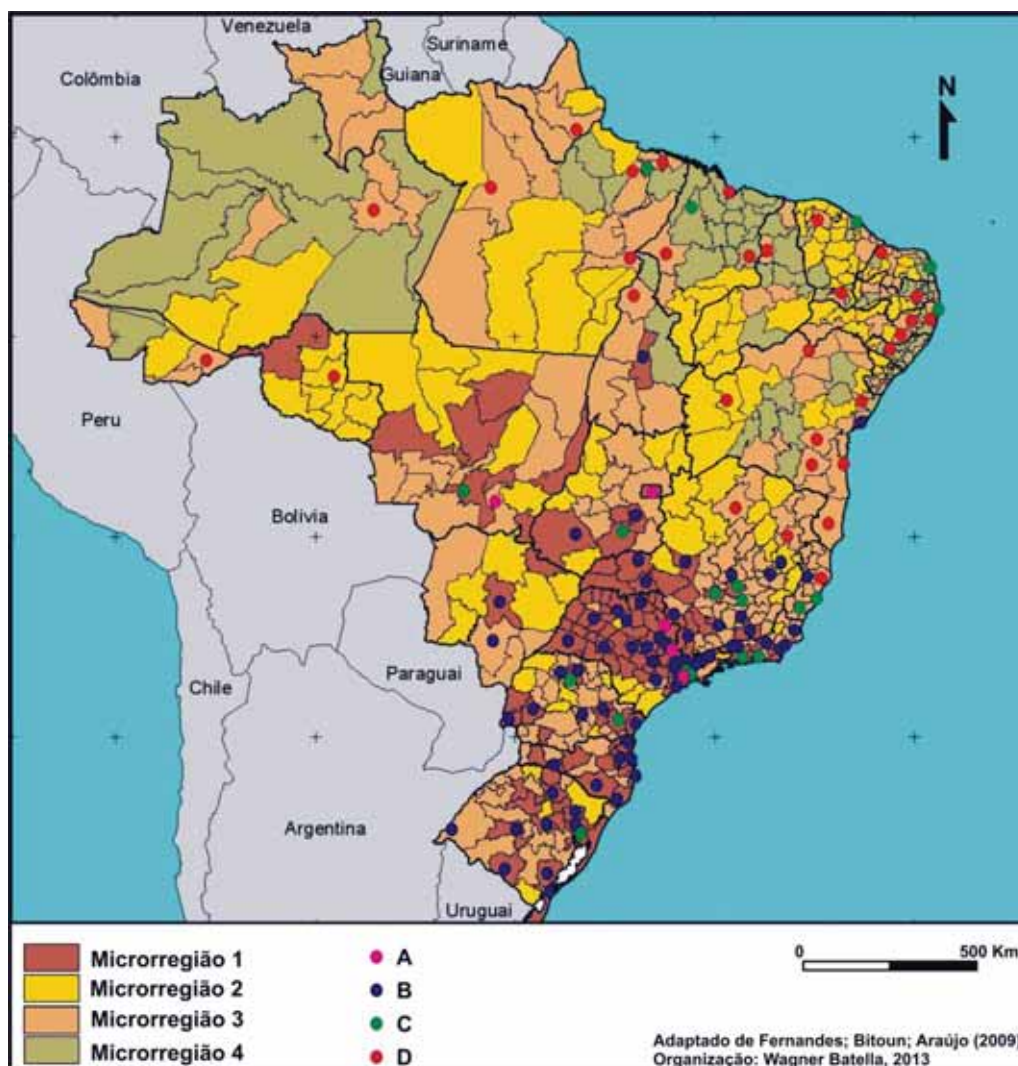
Com base nessas pesquisas e utilizando uma metodologia que visou associar a classificação territorial do PNDR à visão da rede urbana brasileira composta por 5.506 cidades no ano 2000, os autores citados realizaram uma proposta de distribuição dos municípios por tamanhos populacionais e tipos microrregionais. Destaca-se que, para esta classificação, empregou-se técnicas de análise fatorial e estatística multivariadas que resultaram em nove agrupamentos de municípios em diversos conjuntos geográficos:

- Municípios com população de 100 mil e mais habitantes analisados no Brasil em seu conjunto;
- Municípios com população entre 20 e 100 mil analisados no conjunto das microrregiões de tipo 1;
- Municípios com população entre 20 e 100 mil analisados no conjunto das microrregiões de tipo 3;
- Municípios com população até 20 mil habitantes analisados no conjunto das microrregiões de tipo 1;
- Municípios com população até 20 mil habitantes analisados no conjunto das microrregiões de tipo 3;
- Municípios com população entre 20 e 100 mil analisados no conjunto das microrregiões de tipo 2;
- Municípios com população entre 20 e 100 mil analisados no conjunto das microrregiões de tipo 4;
- Municípios com população até 20 mil habitantes analisados no conjunto das microrregiões de tipo 2;
- Municípios com população até 20 mil habitantes analisados no conjunto das microrregiões de tipo 4;

³⁹ Segundo a pesquisa realizada pelo CEDEPLAR, os enclaves agropecuários ou extrativos se constituem de núcleos urbanos “ilhados” por áreas de agricultura de subsistência, “incapazes de integrar seu entorno e de criar uma base exportadora para sustentar alguma intensidade dos fluxos de trocas inter-regionais” (LEMOS *et al*, 2000, p.688)

Teófilo Otoni foi analisada no âmbito do primeiro grupo, municípios com população de 100 mil e mais habitantes analisados no Brasil em seu conjunto, que por sua vez, apresenta quatro classes de cidades denominadas, como A, B, C e D (figura 11). Essas classes são representativas das dinâmicas econômicas dos municípios que as integram. Dessa forma, a classe D, na qual Teófilo Otoni foi classificada, caracteriza-se por valores fortemente positivos nos fatores que indicam padrões de pobreza e negativos nos fatores que expressam padrões de riqueza. Nessa classe, a pobreza é, portanto, a marca principal, sem que os bolsões de riqueza consigam pesar o suficiente para que os municípios integrem outras classes mais dinâmicas.

FIGURA 11: Brasil – Tipologia das cidades que integram municípios com mais de 100.000 habitantes por Classes definidas pelas faixas de renda



Fonte: Fernandes; Bitoun; Araújo (2009).

A classe D, apontada nesse estudo, engloba cerca de 13 milhões de habitantes em 62 municípios e, apesar de ser marcada pelos baixos indicadores de riqueza, algumas cidades que a integram, incluindo Teófilo Otoni, são retratadas pelos autores como “a ossatura do sistema urbano de uma imensa parte do território nacional” (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009, p. 70), principalmente nas regiões Norte e Nordeste, além do norte de Minas.

Neste capítulo, buscou-se reconstruir a formação e o desenvolvimento dos espaços de relações da cidade de Teófilo Otoni. Observou-se que essa cidade se insere em diversos estudos como um importante nó da rede urbana em distintos contextos escalares, sobretudo em redes estruturadas em hierarquias muito rígidas. Além disso, o espaço de relações mais próximo é marcado pelo pouco dinamismo econômico, o que exige da cidade um papel de maior destaque na região.

Constatou-se, dessa maneira, certa tensão caracterizada pela importância e o baixo peso, simultâneos, da cidade de Teófilo Otoni nos estudos apresentados. Este é um contexto muito particular para se pensar condições limiares, uma vez que indica respostas a processos e dinâmicas que atuam em vetores opostos, porém, como se ressaltou no capítulo 1, essa tensão pode neutralizar a correlação de forças que atuam na cidade, perpetuando a condição de limiar.

Para avançar na compreensão desta proposta - dos limiares das cidades médias -, faz-se necessário lançar outro olhar direcionado para o contexto no qual se formam os espaços de relações dessas cidades, tema que será discutido no próximo capítulo.

3 – Das redes às regiões: a cidade na perspectiva dos movimentos multiescalares

“Movement is an aspect of regional organization that has been too lightly stressed in human geography. Crowe (1938) took his geographical colleagues to task for their overweening concern with the static elements on the earth's surface. Is progressive geography, he asked, to be solely concerned with the distribution of Homo dormiens?”

Haggett (1971 [1965], p.31)

No capítulo anterior, os espaços de relações envolvendo a cidade de Teófilo Otoni foram caracterizados na perspectiva de sua formação histórica a partir da análise de estudos realizados por agências nacionais, bem como por pesquisadores da questão urbana. Buscou-se demonstrar as diferenças dos papéis desempenhados por essa cidade no contexto das redes urbanas nacional, estadual e daquela formada por cidades que se integram no espaço regional. Os estudos analisados ajudaram a entender a cidade nos contextos temporal e espacial adotados nos trabalhos, mas eles não se propunham a interpretar do movimento que caracteriza os papéis desempenhados pelas cidades médias no contexto hodierno, marcado pela articulação de interações que não se limitam às hierarquias das redes, pois suas relações extrapolam as próprias redes urbanas nas quais se encontram inseridas.

As cidades médias contemporâneas apresentam dinâmicas que vão demandar papéis diferenciados dessas cidades, superando as redes nas quais se incluem e comandando seus espaços regionais. Neste capítulo pretende-se caracterizar como a cidade de Teófilo Otoni se insere nessas mudanças, fruto de transformações acumuladas ao longo do tempo, mas que também derivam de um novo contexto em que a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) tem alterado significativamente as dinâmicas que envolvem as cidades médias.

3.1 – A compreensão do movimento pelas interações espaciais

Na Geografia, de uma forma particular na Geografia Urbana, a discussão sobre o movimento se faz tão importante quanto aquela voltada à localização. As análises que se debruçam sobre as cidades como espaços estanques tratam apenas de um momento do movimento que é contínuo, relacionado à própria dinâmica do espaço urbano. Essa dimensão que prioriza os processos pode ser apreendida nas suas mais diversas facetas envolvendo o tempo e o espaço, porém, adotar-se-á a perspectiva das interações espaciais como expressão desse movimento que transforma a realidade social e, conseqüentemente, os elementos que constituem a materialidade da cidade.

Como outros autores já destacaram, a compreensão do espaço demanda a análise de processos que derivam das interações espaciais produzidas pelos próprios elementos que constituem esses espaços. Neste sentido, Santos (1991 [1988], p.26) é categórico ao afirmar que:

o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

É o movimento que produz e transforma os espaços, sendo necessário entendê-lo em articulação com as próprias formas. Em outra obra, Santos (2009a [1996], p.61-62) destacou que a Geografia poderia ser compreendida a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Dessa maneira, “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar”. Nessa perspectiva, a interação entre os fixos e os fluxos expressaria a própria realidade geográfica. O mesmo autor avança sua análise e propõe como desafio para a ciência geográfica o estudo do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço. Nas palavras de Santos (2009a [1996], p.63): “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e

também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Dessa maneira, propor o estudo das interações espaciais urbanas não significa dizer que a interpretação se restringirá aos processos que ocorrem nas cidades, e mesmo entre essas, mas sim considerando que ambas, interações e cidades, devem ser entendidas no movimento dialético relacionado à produção do espaço urbano. Como destacou Catelan (2012, p.29), o que “pressupõe valorizar a natureza intrínseca das interações e da produção espacial, evitando tratar, de um lado, o movimento – as interações – e, de outro, o espaço como materialidade apenas”.

Visando delinear os pressupostos conceituais que serão adotados, destaca-se que a palavra interação é uma dessas que abriga uma multiplicidade de sentidos. No entanto, deve-se reiterar o caráter estritamente geográfico deste conceito. Corrêa (2010 [1997]) afirma que as interações espaciais são parte integrante e tradicional das temáticas geográficas.

Assim, concorda-se com Catão *et al* (2010), ao atribuírem a origem do termo ao geógrafo estadunidense Edward Ullman para indicar interdependência entre duas ou mais áreas geográficas distintas. Ainda assim, apesar da obra de Ullman (1980), observa-se uma relativa ausência de outras contribuições que tenham avançado uma formulação conceitual para “interações espaciais”, pois mesmo que seja um tema amplamente utilizado na Geografia e outras ciências, trata-se de temática que carece de maior atenção.

Sobre essa lacuna, acredita-se que uma significativa contribuição para superá-la foi dada pela tese de doutorado de Catelan (2012). Sistematizando uma série de estudos que se debruçaram sobre a temática das interações espaciais, o autor destacou que:

o conceito de interações pode se referir tanto ao territorial, aos fluxos que conectam um ponto ao outro, como também pode ser tomado no âmbito de uma perspectiva analítica mais ampla do espaço em redes e da sociedade em movimento (p.35).

Esse pode ser um importante ponto de partida para a reflexão que se apresenta, uma vez que não se pretende realizar uma epistemologia para as interações espaciais, tarefa levada adiante por Catelan (2012), mas apenas balizar a perspectiva adotada nesta pesquisa. Dessa forma, retomando a citação anterior, destaca-se a proposta de dois contextos para se pensar as interações espaciais, quais sejam: aquele do território e aquele que se volta para as espacialidades.

Sobre a primeira, Catelan (2012) ressalta que na perspectiva do território atribui-se uma visão mais objetiva do conceito, pois nesta ótica, as pesquisas se voltam para a análise do movimento que é realizado nos territórios, os seus sistemas técnicos que asseguram os deslocamentos, as características dos lugares que produzem tais dinâmicas etc., ou seja, trata-se de um ponto de vista que privilegia o movimento em sua dimensão territorial.

Neste contexto, Corrêa (2010 [1997], p.279) elaborou uma definição bastante operacional acerca das interações espaciais. Para ele:

as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidade.

Na segunda perspectiva, que foca as interações espaciais no âmbito das espacialidades, os deslocamentos e suas vinculações territoriais permanecem importantes, mas devem ser compreendidos no próprio movimento da sociedade em transformação. Mais uma vez, é Corrêa (2010 [1997], p.280) quem alerta para esta questão:

as interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço. No que se refere à existência e reprodução social, as interações espaciais

refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas.

Dessa forma, as interações espaciais passam a ser expressão do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista, que se dá de maneira desigual, favorecendo um lugar em detrimento de outro, e ampliando as diferenças já existentes.

Desde a Revolução Industrial, as interações espaciais foram intensificadas e ampliadas conforme o desenvolvimento técnico, tornando-se cada vez mais rápidas e complexas, transformando e criando novos lugares de origem e destino dos fluxos. Este processo contribuiu para acentuar a divisão territorial do trabalho que, por si, “leva a uma necessária articulação entre áreas e cidades através de uma rede urbana cada vez mais importante e fortemente articulada” (CORRÊA, 2010 [1997], p.282).

Outra interpretação para o conceito de interações espaciais pode ser encontrada em Camagni (2005, p.79). O autor o apresenta como um dos cinco princípios da economia urbana⁴⁰ com o objetivo amplo de explicar a origem, organização e desenvolvimento das cidades. Segundo essa proposta:

Toda actividad localizada sobre el espacio físico, ya sea ésta una unidad de producción, una unidad demográfica o una ciudad, desarrolla con el entorno que la rodea una compleja red de relaciones bidireccionales que tienen lugar en múltiples niveles.

Depreende-se dessa explicação que as interações espaciais não se restringem ao movimento interurbano, mas podem também se dar nos espaços intraurbanos, consoante as centralidades exercidas pelas atividades localizadas na cidade. Além disso, o autor se apropria da perspectiva territorial ao considerar o espaço físico sob o qual se desenvolvem os processos de interações espaciais, mas é na discussão acerca das espacialidades que recai a maior atenção. Camagni (2005) buscou interpretar os fluxos territoriais

⁴⁰ Os princípios econômicos de organização do espaço urbano apresentados por Camagni (2005) são: Princípio de Aglomeração; Princípio da Acessibilidade; Princípio da Interação Espacial; Princípio da Hierarquia; e Princípio da Competitividade.

considerando diferentes formulações, sendo uma delas àquelas que se estabelecem e se organizam com base em campos gravitacionais, em que a distância é uma variável determinante. Ao fazer isso, o autor discute o conceito de interação espacial e destaca, não sem um viés crítico em sua análise, o papel dos modelos gravitacionais como perspectiva metodológica e analítica sob a qual este princípio pode ser interpretado.

El modelo a través del cual el principio de interacción espacial puede ser traducido en términos analíticos y operativos es el modelo “gravitatorio”, así llamado precisamente por analogía con el modelo newtoniano de gravitación universal. (CAMAGNI, 2005, p.80).

Trata-se de um modelo bastante utilizado em certas vertentes das ciências sociais para explicar as dinâmicas dos movimentos diversos no espaço, ou seja, as interações espaciais. Os fluxos e a intensidade das interações entre lugares distribuídos no espaço são entendidos como um todo e as relações entre eles são concebidas como interações entre massas. Assim, quanto maiores as massas, maior tende ser a força de atração e quanto maior a distância entre os corpos menor será a força de atração entre eles. Dessa maneira, o autor se dedica à compreensão empírica das interações espaciais, privilegiando a maneira como essas dinâmicas configuram redes de cidades articuladas entre si.

O estudioso apresenta as vantagens operacionais da aplicação desse modelo, mas reconhece suas limitações como aludido antes:

su derivación a partir de la simple analogía de una teoría elaborada en una disciplina distinta para explicar fenómenos distintos de los territoriales ha sido, durante mucho tiempo, considerada como un punto débil intrínseco a este modelo. (CAMAGNI, 2005, p.84).

Para amenizar tais insuficiências e também a partir de outras contribuições, Camagni (2005) associa a aplicação do modelo gravitacional a outros dois princípios: o “potencial” e a “entropia”. Sobre o primeiro, o

pesquisador se refere aos conceitos de acessibilidade ou interação generalizada, ou seja, buscando associar as vantagens locacionais de uma determinada área, referindo-se à sua posição e suas potencialidades para influenciar fluxos. Sobre a entropia, trata-se de uma adaptação da segunda lei da termodinâmica aplicada à análise de fenômenos de interação espacial. A entropia de um sistema é uma medida de seu grau de desorganização, sendo maior a entropia quanto menor for essa desorganização. Aplicado à perspectiva espacial, *“este enfoque permite, al mismo tiempo, obtener de la maximización de la entropía de un sistema espacial una completa familia de modelos de interacción”* (CAMAGNI, 2005, p.85). Dessa forma, o princípio da entropia permitiria inferir sobre as configurações espaciais das interações em uma situação de informações imperfeitas, correspondendo à ideia de equilíbrio, ou de máxima entropia.

Dessa maneira, na perspectiva de Camagni (2005), a aplicação desse modelo possibilita apreender empiricamente a intensidade dos movimentos que dinamizam as interações espaciais, mas o autor avança a compreensão teórica desses processos com vistas à análise do movimento observado nas redes de cidades, superando em determinados momentos as visões equilibristas da física.

Por fim, apresenta-se a clássica obra sobre organização espacial de Abler, Adams e Gould (1971) que analisaram o que eles chamaram de bases para a interação espacial. Os autores destacaram que o desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações permitiram avanços nos deslocamentos espaciais que consubstanciaram interações diversas envolvendo pessoas, bens, ideias etc., que se dão através de fluxos com intensidades e direções diferenciadas, e que ocorrem em temporalidades também distintas. O que os autores demonstraram foi o caráter heterogêneo das diversas perspectivas que assumem as interações espaciais. Compreendê-las implicaria em explorar as singularidades dos movimentos, para então buscar explicações gerais do por que as coisas se movem sobre a superfície da Terra.

Com base nos pressupostos de Edwar Ullman, Abler, Adams e Gould (1971, p.196) atestaram que as interações espaciais estão condicionadas a

três pressupostos, assim apresentados: “*severe inequalities from place to place can result in interaction if the three conditions for spatial interaction are satisfied: complementarity, lack of intervening opportunities, and transferability*”.

Seguindo a proposta dos autores, ressalta-se que o fato das cidades serem diferentes entre si não implicaria necessariamente na existência de fluxos entre elas, uma vez que muitos centros urbanos não guardam entre si nenhuma interação. Dessa maneira, mais importante do que a mera diferenciação entre os lugares, deve ser a existência de uma relação entre a demanda em um lugar e uma oferta especificamente complementar em outro. A relação de complementaridade é que justifica o deslocamento de longa distância de muitas mercadorias: “*complementarity is so important as a basis for spatial interaction that many very low-value bulk commodities can move many thousands of kilometers if complementarity conditions are properly met*”. (ABLER; ADAMS; GOULD, 1971, p.194).

Mas, ainda segundo os autores, a complementaridade entre os lugares somente poderá gerar interações se houver ausência de competição. Analisando o potencial de movimento de bens do lugar A para o lugar B, tem-se que pensar num lugar C entre eles que possa atuar como uma possível origem ou destino alternativo, uma oportunidade de intervenção que poderá influenciar a dinâmica das interações. “*In a sense, intervening opportunities are spatial sponges soaking up potential interaction between complementary places*” (ABLER; ADAMS; GOULD, 1971, p.194).

Realizando um contraponto à ideia dos geógrafos norte-americanos neste aspecto, Camagni (2005) apresenta a competitividade como um dos grandes princípios econômicos de organização do espaço urbano. Para esse autor:

Lo que más nos interesa subrayar de las características de este enfoque agregado es la idea, tal vez más implícita que explícita en muchos modelos, de que para exportar es necesario que la ciudad alcance niveles relevantes de competitividad externa (CAMAGNI, 2005, p.138).

Na proposta do economista italiano, por meio da competitividade, as cidades alcançariam níveis de especialização das funções conforme sua hierarquia urbana, o que permitiria a caracterização das “vocações produtivas” dessas cidades. Esta perspectiva contrasta com a anterior por não considerar o espaço das cidades apenas como suporte ou reflexo dos movimentos, mas como codeterminante do próprio processo de interação. Dessa forma, acredita-se que a existência da competição favoreceria o primeiro aspecto apresentado por Abler, Adams e Gould (1971), ou seja, contribuiria para a complementaridade, dando mais força às interações entre cidades.

Por fim, os autores apontam a transmissibilidade como terceiro pressuposto necessário para a existência das interações espaciais. Esta dimensão está correlacionada à distância, expressa em tempo e custos financeiros com o deslocamento. *“If the time and money costs of traversing a distance are too large, the movement will not take place despite perfect complementarity and the absence of intervening opportunities”* (ABLER; ADAMS; GOULD, 1971, p.194). Trata-se de uma ideia muito forte nas teorias locacionais, para as quais os custos de transportes são considerados na explicação dos movimentos de interação e na própria organização espacial.

Esses são os três pressupostos básicos que influenciam as interações espaciais. Para os autores que os propuseram, quando a interação espacial ocorre é porque cada uma dessas condições foi satisfeita. Segundo eles, *“if two places have no interaction with each other, we can usually point to one or more of these factors as the reason”* (ABLER; ADAMS; GOULD, 1971, p.195).

3.2 – Padrões de interações e transformações na rede urbana

No capítulo anterior iniciou-se uma reflexão sobre a rede urbana. Com as discussões realizadas até então acerca das interações espaciais pretende-se explorar as relações que redes e interações ensejam com o objetivo de analisar o movimento das interações que envolvem a cidade em estudo nas redes urbanas em que se insere. Para isso, parte-se da afirmação de Santos (2009a [1996], p.275) de que “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a

produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção”.

Dessa maneira, a capacidade de realizar movimento, a fluidez do/no território, é apontada como uma das premissas principais para a reprodução social. A fluidez em geral fica condicionada, segundo Santos (2009a [1996]), às redes geográficas. O mesmo se pode dizer sobre as interações espaciais, como fez Corrêa (2010 [1997], p.306), pois,

é através de redes geográficas, isto é, localizações articuladas entre si por vias e fluxos, (...) que as interações espaciais efetivamente se realizam a partir dos atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si.

Essas redes geográficas são constituídas por objetos técnicos (estradas, ferrovias, gasodutos, aeroportos etc.) e lugares que derivam das interações espaciais, mas que também dão suporte a elas. Neste contexto, as cidades despontam como potenciais nós que abrigam objetos propulsores das interações que se dão na rede urbana, como destaca Arroyo (2006, p.81):

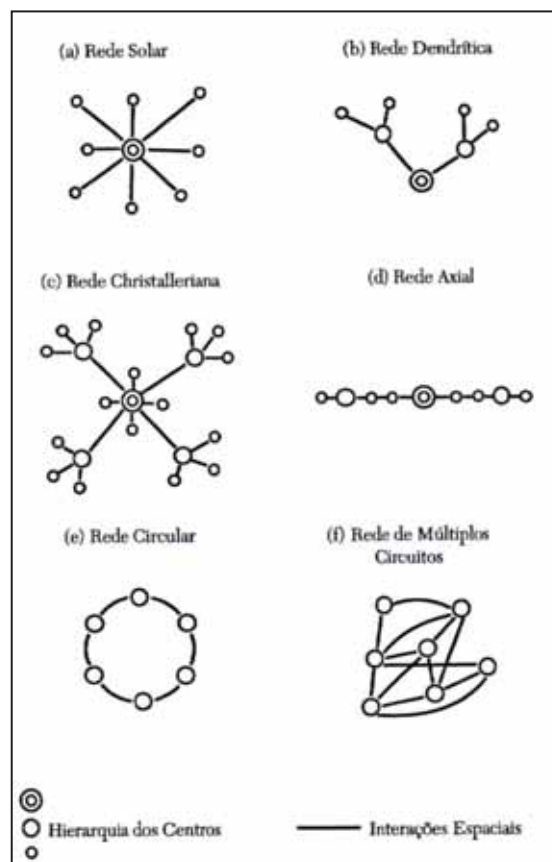
é na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam. É, através de sua capacidade para criar condições de fluidez e porosidade territorial, que elas conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. É todo esse movimento, por sua vez, que lhes outorga uma vida de relações intensa.

A fluidez, entendida como a capacidade de realização das interações espaciais, encontra nas cidades a densidade técnica para sua realização. Neste sentido, as redes urbanas vão se estruturar seguindo a complexidade dos movimentos que articulam as cidades em múltiplas escalas, conforme as funções e os papéis que elas desempenham, permitindo identificar a hierarquia dos nós da rede, o grau de complementaridade entre eles e suas respectivas áreas de influência.

A figura 12 apresenta os principais padrões de interações espaciais em rede. Essas tipologias foram sintetizadas por Corrêa (2010 [1997]) e, como o

próprio autor enfatiza, não são as únicas possibilidades encontradas. Ressalta-se que, malgrado as perspectivas de análises que a temática suscita, a discussão avançará no que tange à rede christalleriana, identificada na figura 12 pela letra (c), por ser esta o tipo de rede geográfica que mais se aproxima da realidade que é estudada nesta tese e por melhor contribuir para a reflexão sobre os papéis das cidades médias nas redes hierarquizadas.

FIGURA 12: Padrões de interações espaciais em rede



Fonte: Corrêa, 2010 [1997], p.308

A rede christalleriana deriva dos estudos realizados pelo alemão Walter Christaller em 1933, que culminou com a Teoria dos Lugares Centrais, como apresentado no capítulo anterior. A pesquisa desse geógrafo partiu de uma série de questionamentos acerca do porquê os centros urbanos possuírem dimensões variadas e se distribuírem de maneira irregular no espaço.

Em suas pesquisas, Christaller sugeriu a existência de princípios que regulam o modo como os espaços se organizam e que são responsáveis,

portanto, por ordenarem a distribuição espacial das cidades. A teoria se baseia na capacidade dos núcleos centrais de influenciar áreas e dinamizar as interações espaciais, segundo as funções que eles poderiam desempenhar (CHRISTALLER, 1966). Dessa forma, os núcleos seriam organizados numa estrutura hierarquizada com a centralidade que poderiam ostentar, distribuindo-se em redes de formato hexagonal⁴¹.

Ainda segundo a teoria, os níveis maiores ou menores de centralidade dos lugares decorreriam das funções que realizam, ou seja, existiriam elementos reguladores sobre o número, tamanhos e distribuição das cidades. Independentemente de sua respectiva dimensão, todo o núcleo de povoamento é considerado uma localidade central, equipado de funções centrais. Essas funções seriam as de distribuição de bens e serviços para a população externa à localidade, residente em sua área de mercado ou região de influência. A centralidade de uma localidade seria dada pela importância dos bens e serviços – funções centrais – oferecidos. Quanto maior fosse o número de suas funções, maior seria a centralidade, sua área de influência e o número de pessoas por ela atendido.

Retomando a estrutura hexagonal proposta por Christaller (1966), o centro dessas redes hexagonais seria ocupado por núcleos mais populosos e com maior centralidade, sendo essa mensurada por meio da oferta de bens e serviços. Tais centros são classificados como Localidades Centrais de Ordem Superior. A centralidade desses núcleos confere a eles um poder econômico capaz de exercer certo domínio sobre outros, situados em seu entorno e chamados de Localidades Centrais de Ordem Inferior. Ainda na perspectiva de Christaller, as redes urbanas são formadas por poucas Localidades Centrais de Ordem Superior e um número maior daqueles de Ordem Inferior.

Esse arranjo é estruturado em função da demanda de bens e serviços por parte da população que, conforme a frequência com que se realiza, ou seja, com base nas interações espaciais, torna os lugares distintos entre si. A frequência da demanda acarreta padrões de localização diferenciados: bens e serviços de consumo frequente podem ser oferecidos por centros acessíveis a

⁴¹ Christaller utilizou a proposta hexagonal, pois ela permite não deixar interstício entre as áreas das várias redes urbanas estudadas.

uma população próxima, têm mercado mínimo e alcance espacial reduzido. Os bens e serviços de uso mais raros, por outro lado, têm mercado mínimo e alcance espacial maiores, e tendem a se localizar em um número menor de centros urbanos de hierarquia mais elevada.

Em outras palavras, tomando a necessidade por bens e serviços, a rede de localidades centrais proposta por Christaller sugere que, quanto mais elementares e recorrentes forem as demandas, menores seriam as distâncias percorridas para sua busca. Por outro lado, quando caracterizadas pela sofisticação, escassez ou raridade, podem gerar deslocamentos maiores, tanto no que se refere às distâncias quanto às intensidades. Ainda sobre essa teoria, reconhece-se a existência de inúmeras críticas à proposta de Christaller, principalmente quanto à situação ideal exigida pelo modelo.

Neste contexto de redes hierárquicas, encontra justificativa a ideia de que as cidades médias têm se destacado por apresentarem papéis de suma importância para a fisiologia das redes urbanas, principalmente pelo seu potencial de intermediar as interações espaciais entre cidades pequenas e metrópoles ou cidades de hierarquia superior, todas pertencentes a uma mesma rede. Trata-se de uma concepção que se baseia na rigidez das escalas de atuação dos agentes econômicos, definida pelas funções que designam os papéis das cidades e, dentre essas, das cidades médias.

Retomando as concepções seminais sobre as relações entre cidade e urbanização, relembra-se que essa última é um processo que, como tal, deve ser entendido como movimento espaço-temporal. Sposito (2004, p.35) afirma que “a urbanização é um processo de longa duração, que se inicia com o aparecimento das primeiras cidades e que se revela a partir de diferentes modos de produção, sob diversas formas”. Nesta perspectiva, e considerando que a urbanização contemporânea se revela ainda mais complexa, acompanhando as próprias transformações da sociedade, é imperativo o estudo dos novos papéis desempenhados pelas cidades nas redes urbanas.

Como já mencionado, a transição do fordismo para a acumulação flexível não implicou em transformações apenas no “chão de fábrica”, mas em todo circuito espacial da produção. Sassen (1998) destacou que as mudanças iniciadas no final da década de 1970 implicaram na maior capacidade de

dispersão das atividades produtivas, na intensificação da mobilidade de capitais e na expansão de redes comerciais ao redor do planeta, resultando na transformação acelerada dos papéis desempenhados pelas cidades. A autora explica que tais fenômenos resultam da interseção de dois processos fundamentais: a globalização e o crescimento do setor de serviços na organização da economia.

O trabalho de Sassem focou as transformações que envolvem cidades que estão no topo da hierarquia urbana, as cidades globais. Porém, o mesmo processo foi analisado por Silveira (2002) e Sposito (2010a; 2011) considerando as transformações que envolvem as cidades médias no contexto da mundialização da economia.

Sposito (2010a) frisou que, nas duas últimas décadas do século XX, as relações econômicas em escalas mais abrangentes foram intensificadas, o que impactou na própria divisão internacional do trabalho, redefinindo-a, e incrementando o processo de globalização. Por este termo, entende-se que “constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em “sistema mundo” de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos” (SANTOS, 1994, p.48, *aspas do autor*).

Essa ampliação escalar, enfatiza a autora em outra obra (SPOSITO, 2010a, p.125), possui como base, mas também como produto, a redefinição qualitativa, quantitativa e de intensidade do modo como as interações espaciais transcorrem no período atual. A partir disso, tem-se o envolvimento das cidades numa nova lógica de divisão territorial do trabalho que reestrutura as redes urbanas e transforma os papéis desempenhados pelas cidades médias.

Este contexto é marcado pela maior capacidade dessas cidades competirem em escalas mais abrangentes, o que tem levado as cidades médias a desenvolverem uma intensa e competitiva especialização funcional. Conforme apresenta Silveira (2002, p.14):

a cidade média aparece, de um lado, chamada a exercer um comando técnico das modernas produções agrícolas, de criação de gado e energéticas de sua região e, assim, simultaneamente, a esquecer a possibilidade de ser sede de um comando político.

Esta tese é confirmada em Reolon (2012) que, ao estudar as cidades brasileiras no contexto da reestruturação produtiva, destacou que os papéis de gestão dos grandes capitais têm sido conferidos a poucas cidades, geralmente metrópoles, enquanto algumas outras cidades em situação intermediária têm absorvido as atividades produtivas.

Por outro lado, retomando Silveira (2002, p.14, *grifo nosso*) no que tange aos novos papéis que envolvem as cidades médias:

os progressos técnicos e as transformações organizacionais contribuem a um certo desvanecimento da função de relais da distribuição de produtos e serviços oriundos das metrópoles. Enquanto as redes de distribuição parecem evitar as cidades médias como comando de segundo grau, o sistema financeiro aumenta sua eficácia na conquista de quase todos os pontos do território.

O que a autora evidencia é a identificação de um novo contexto de relações que envolvem as cidades médias, donde a rigidez das hierarquias não se configura como elemento limitante de outras formas de interações espaciais. Sposito (2011, p.126) reforça: “observa-se a intensificação das relações no âmbito de diferentes redes urbanas, tomadas e reconhecidas em diversas escalas, o que se pode notar pelo aumento da quantidade e da frequência das interações”.

É importante salientar que não se trata de uma superação das redes urbanas hierárquicas por outros tipos de rede, como alerta Sposito (2010a), mas da

combinação complexa e contraditória de fluxos que se estabelecem tanto no sentido hierárquico, como no sentido horizontal ou transversal, uma vez que uma mesma cidade é o espaço de ação e decisão de atores econômicos que se relacionam em diferentes escalas. Trata-se da sobreposição de redes organizadas por vetores de diferentes naturezas e intensidades, gerando o que já se denominou de “rede de redes”. (p.53)

O grande desafio que se coloca envolve a compreensão dos novos papéis desempenhados pelas cidades médias em diferentes escalas e de forma articulada, como também apontou Brandão (2007, p.45) trabalhando com o campo da economia política do desenvolvimento, ao afirmar que, o enfrentamento das visões que privilegiam a perspectiva local e regional “passaria pela discussão de propostas alternativas e pelo tratamento adequado de todas as escalas geográficas”.

Dessa forma, concorda-se com Sposito (2007a, p.237) ao declarar que: “além das relações hierárquicas e horizontais, que se estabeleciam nos períodos técnicos anteriores, desenham-se relações que vamos caracterizar como transversais”. Dessa forma, a próxima parte do texto discutirá o papel da cidade de Teófilo Otoni no contexto das articulações envolvendo diversas escalas geográficas.

3.3 – Teófilo Otoni entre verticalidades e horizontalidades

O debate sobre os novos papéis desempenhados pelas cidades médias na rede urbana, principalmente com a intensificação do processo de globalização, traz consigo a necessidade de se repensar as escalas de análises. Essa não é uma discussão exclusiva da perspectiva dos estudos urbanos. Melazzo e Castro (2007) apresentam a escala como um recurso metodológico tradicional nos estudos geográficos, mas que apenas recentemente tem alçado à condição de um objeto teórico, sendo possível sua problematização não apenas como uma noção, mas também como um conceito ou, segundo os autores, uma teoria ainda em construção.

Há, conforme aponta Brandão (2010, p.241), uma grande diversidade de abordagens acerca do uso das escalas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Para esse autor, os estudos não deveriam se pautar somente pela dimensão cartográfica e métrica, considerando meramente uma relação de proporcionalidade entre representação e aquilo que é comensurável. Para outros autores, como Keil e Mahon (2009), a discussão das escalas deve ser tomada como um conjunto de planos analíticos decisivos e níveis de abstração

que podem conseguir fazer sentido à organização da reprodução social da vida.

Scale is thus understood not cartographically, as the relation between distance on a map and distance on the ground, but as socially constructed. For John Agnew (1997, 100), scale refers to “the local setting at which spatial boundaries are defined for a specific social claim, activity or behavior”. This definition is useful in highlighting the way in which space is differentiated, carved out as spaces for particular actions and relations. (p.8)

Diferencia-se, assim, a escala cartográfica da escala geográfica, destacando-se o carácter intrinsecamente abstrato e dinâmico dessa última, uma vez que não pode ser tomada como algo imutável ou permanente, pois ela é precisamente talhada e inscrita em um espaço dado e erigida, material e simbolicamente, em processos sociais por natureza (BRANDÃO, 2010).

A partir dessas reflexões, observa-se, nos estudos sobre as cidades médias, a importância de se trabalhar com o movimento das interações espaciais escalares, ou seja, que articulam diversas escalas geográficas, para a compreensão dos papéis dessas cidades na rede urbana e no espaço regional que comandam. Um importante aspecto a se enfatizar refere-se à concepção de que o movimento dos fixos e dos fluxos que compõem essas cidades permite analisar outro movimento do espaço geográfico: a dialética entre os vetores externos e os vetores internos. Para Santos (1991 [1988], p.96),

o interno é tudo o que, num momento dado, está presente num lugar determinado. No interno, as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se superpõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num momento dado, aparece como local. A escala do lugar confunde-se com sua própria existência. Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extralocais, portando mais amplas que o lugar. A escala das variáveis é maior do que a escala do lugar (o país, o mundo). O externo é tudo isso cuja sede é fora do lugar e tem uma escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele.

Com esta confluência de lógicas internas e externas no comando das dinâmicas dos lugares, pode-se afirmar que o arranjo produz situações múltiplas, realçando-se dois tipos principais de “situações geográficas” nas quais transcorrem as interações espaciais: uma mais vertical, relacionada principalmente à influência de vetores externos ao lugar, portadores de uma racionalidade nem sempre adequada com a reprodução local da vida, pois se apresentam como veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente quanto geograficamente, outra mais horizontal, ou seja, mais afinada às solidariedades locais e regionais da produção, *locus* de uma cooperação mais limitada.

Pode-se referir, assim, de verticalidades e horizontalidades como proposições analíticas para compreensão das cidades em seus espaços de relações, seja na perspectiva territorial, areal e contínua, seja envolvendo as redes, num processo mais pontual e seletivo, como sugere Santos (2009a [1996], p.284, *grifos do autor*):

Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mais interligados, que definem um espaço de fluxos regulares. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidade. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidade. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente.

Esta concepção propicia uma interpretação que permite entender as cidades como pontos de interseções e superposições entre horizontalidades e verticalidades. Dessa maneira, como atestam Santos e Silveira (2008 [2001], p.281), as cidades passam a constituir uma ponte entre o global e o local, principalmente em função das crescentes necessidades de intermediação e da demanda, também crescente, de relações. Nesse cenário, as cidades médias contemporâneas podem ser entendidas como aquelas cidades que se

encontram “na encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades”, como propõem os autores anteriormente citados.

Essas cidades desempenham papéis de destaque nos seus espaços regionais, suprindo a demanda de consumo para seu espaço imediato e próximo, principalmente mediante o consumo consumptivo, isto é, aquele voltado para as famílias, como o consumo de educação, saúde, lazer etc. Mas também se articulam com vetores controlados por agentes hegemônicos externos que se materializam, por exemplo, nos setores financeiros, privados e/ou de oferta de produtos voltados ao consumo produtivo, que se configuram como o consumo voltado à produção de mercadorias: maquinário, conhecimento científico, consultorias, crédito etc., controlados por um número reduzido de empresas ou grupos globais. Dessa forma, em função das novas lógicas econômicas da urbanização, as cidades médias são incorporadas ao processo de “funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 2009a [1996], p.284).

Em grande medida, as cidades médias assumem características eminentemente especializadas em articulação com a produção regional. Dada, em muitas delas, uma relação mais intensa com o meio rural que a circunda, a modernização da agricultura e a instalação de uma produção corporativa, essas cidades tendem a desenvolver uma economia urbana requerida pelas atividades agrícolas modernas, destacando-se a oferta de “ciência, técnica e informação, incluindo uma demanda importante de bens e serviços técnicos e científicos” (SANTOS; SILVEIRA, 2008 [2001], p.281).

Essa também é a perspectiva sobre a qual Sobarzo (2009) analisou a cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, e que, em grande medida, apoia a análise desenvolvida nesta tese. Para esse autor, as cidades médias poderiam ser entendidas como aquelas que se encontram na confluência das verticalidades e das horizontalidades, pois:

as cidades médias, na atualidade, caracterizam-se pela função de intermediação na rede urbana, que responde a uma combinação de verticalidades e horizontalidades num jogo de forças globais e locais. Esses vetores e forças se articulam e/ou se contrapõem e definem um espaço de geometria

variável, ou seja, não se trata somente de intermediação entre um nível e outro da rede urbana ou entre a cidade e o campo, numa concepção hierárquica rígida, mas trata-se de relações seletivas que conectam pontos específicos, segundo interesses também específicos e instáveis que obedecem as demandas e requerimentos externos (SOBARZO, 2009, p. 151).

Segundo a perspectiva de Sobarzo (2009), a abordagem da conjunção das horizontalidades e verticalidades se constituiria num importante instrumento teórico e metodológico para a interpretação da condição de cidade média, pois favoreceria a análise dessas cidades e suas interações espaciais escalares nas redes urbanas e nas regiões em que se inserem. Nesse sentido, e considerando que os vetores das horizontalidades e das verticalidades não são excludentes, ou seja, atuam concomitantemente no espaço, procede-se com a análise desses dois vetores na cidade de Teófilo Otoni.

3.3.1 – Vetores das verticalidades em Teófilo Otoni

Em publicação recente, Batella (2010) analisou as investidas que tinham por objetivo integrar a região do Vale do Mucuri a outras do estado de Minas Gerais e do Brasil. O autor destacou que a área foi um grande vazio demográfico até meados do século XIX, como estratégia de proteção da fronteira entre as capitanias de Minas e da Bahia. Conforme Santos e Tavares (2006, p.44), “havia interesse do governo português em manter a região inexplorada, pois dificultava mais saídas para o contrabando de metais preciosos, um cinturão de mata que evitava os descaminhos do ouro”.

Com o processo de ocupação do território mineiro, foram identificados três fases no período técnico do território em que as construções de sistemas de engenharias que envolveriam Teófilo Otoni tinham por objetivo inserir a região do Mucuri nos complexos produtivos das respectivas épocas de suas implantações. A primeira fase refere-se à busca pela integração a partir da hidrovía, construída a partir de 1847, concomitantemente com a instalação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, que tinha por objetivo

franquear a navegação do rio Mucuri, da Bahia até o nordeste de Minas Gerais, integrando um mercado estimado à época em 100.000 pessoas.

A hidrovía não produziu os resultados esperados por uma série de motivos (SANTOS; TAVARES, 2006) e foi desativada no início da década de 1860. Ainda assim, durante o período em que funcionou, modificou por completo os sistemas de objetos presentes no lugar, com a instalação de novas aglomerações populacionais que dariam origem às cidades da região, e o surgimento de novas residências nessas aglomerações e na cidade de Teófilo Otoni, além de comércios, oficinas, estabelecimentos administrativos, templos católicos e protestantes (BATELLA, 2010, p.80), que já sinalizavam o início de uma divisão mais complexa do trabalho urbano da e na cidade.

Os outros dois sistemas de engenharias foram analisados no capítulo anterior e referem-se à Estrada de Ferro Bahia-Minas, que teve sua construção iniciada em 1881 e funcionou até a década de 1960, e as rodovias Rio-Bahia (BR-116), que desde o final da década de 1940 encontra-se em funcionamento na região, e a “estrada do boi” (BR-418), cuja implantação surgiu em substituição à ferrovia e remete ao final década de 1960.

A força desses sistemas técnicos para efetivação de interações espaciais é destacada por viabilizarem o movimento em saltos escalares em todos os momentos históricos analisados, favorecendo as verticalidades. Entretanto, no que tange ao modal aeroviário, destaca-se que há um aeroporto na cidade que opera com pequenos voos para transporte de documentos ou aviação recreacional⁴², mas consta na lista de aeroportos que integram o ProAereo⁴³ (Programa Aeroportuário de Minas Gerais).

Embora esse conjunto de infraestruturas de transporte contribua para condução de parte das verticalidades, Batella (2010) encerra seu texto demonstrando que a proposta de integração do Mucuri ao território brasileiro, que conduziu grande parte das políticas públicas de desenvolvimento territorial

⁴² Informação obtida durante o trabalho de campo realizado em julho de 2012.

⁴³ Programa de adequação, ampliação e melhoria na malha aeroportuária do Estado de Minas Gerais que objetiva prover de acesso aeroviário todas as regiões de Minas Gerais. <http://www.transportes.mg.gov.br/downloads/proaero/Relatorio-PROAERO-maio-2012.pdf>
Acesso em 10 de jan. de 2013

que ali foram realizadas, ainda apresenta fragilidades no que se refere às condições de circulação na escala regional. Neste sentido, em trabalhos de campo realizados na região durante a elaboração desta tese⁴⁴, além de se observar a precariedade das condições de algumas estradas que integram um número significativo de municípios, identificou-se a existência de um programa do Governo Estadual que visa garantir a primeira etapa da circulação, ou seja, o acesso. Trata-se do PROCESSO⁴⁵ (Programa Estadual de Pavimentação de Acesso Rodoviários), que objetiva o asfaltamento de todas as estradas de terra que possibilitam o acesso às cidades mineiras com baixo IDH e precária conexão com a rede viária principal. Averiguou-se, assim, a fragilidade das condições para efetivação das interações espaciais envolvendo as cidades do entorno de Teófilo Otoni.

Analisadas as condições das infraestruturas de transporte, volta-se o olhar para as atividades desenvolvidas no meio rural, sejam elas as da agricultura, sejam as da pecuária, com o fito de verificar a existência de atividades modernizadas que possam ser relacionadas à condição de cidade média de Teófilo Otoni. Sobarzo (2009, p.152) lembra que essa relação contribui para caracterização dessas cidades, onde as verticalidades definem uma “geometria variável, já que esses vetores não se restringem a vínculos definidos pela proximidade, mas incluem áreas e cidades afastadas e definem eixos, geralmente pela circulação de insumos, produtos, capitais e informações”.

No que se refere à agropecuária, nota-se o não predomínio de atividades pautadas num modelo técnico, econômico e social de produção nesse setor que represente aquilo que Santos (2000) chamou de agricultura científica, o que levaria a novas possibilidades para acumulação ampliada do capital. Ao contrário, um relatório elaborado pelo INDI (Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais) classifica essa atividade como predominantemente familiar e pouco desenvolvida tecnologicamente. Segundo o texto:

⁴⁴ Foram realizados três trabalhos de campo na região: 1º De 14 a 18 de julho de 2009; 2º de 12 a 16 de julho de 2010; e 3º de 17 a 20 de julho de 2012.

⁴⁵ Mais detalhes em:
http://www.der.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=98&Itemid=261

O Vale do Mucuri é uma região de poucas culturas nas lavouras permanente e temporária, que não são expressivas quando confrontadas com o total da produção estadual. O mesmo acontece na produção de origem animal e na silvicultura, enquanto que na criação de rebanhos há alguns destaques, mas nenhum de muita relevância (INDI, 2008, p.21).

A Mesorregião Vale do Mucuri tem sido alvo de políticas públicas para o meio rural, como o programa “Territórios da Cidadania – Programa de Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro⁴⁶”, criado pelo Governo Federal em 2008, com o objetivo de combater a pobreza e as desigualdades sociais no campo, a partir de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Embora não seja o intento deste trabalho realizar uma reflexão acerca dessa ou de outras propostas de políticas públicas, a classificação da região em um dos 120 territórios contemplados por esse programa permite uma aproximação contextual com o meio rural do Vale do Mucuri.

Apesar disso, o mesmo relatório elaborado pelo INDI (2008) indica que a mesorregião Vale do Mucuri que:

Apesar desse quadro, esta mesorregião tem grande potencial para a expansão sucro-alcooleira e da silvicultura e, também, para o adensamento da cadeia produtiva da pecuária bovina. Importantes empreendimentos agroindustriais estão em funcionamento nos municípios de Teófilo Otoni e Nanuque, principalmente (INDI, 2008, p.23).

Acredita-se que a citação do INDI (2008) acerca das potencialidades do município de Teófilo Otoni para a agroindústria voltada à pecuária bovina corresponda à presença, por ocasião da elaboração do relatório citado, de duas grandes empresas multinacionais que se beneficiam da produção relacionada à pecuária de leite e de corte, respectivamente, a suíça Nestlé S/A (foto 1) e a brasileira JBS S/A (foto 2).

⁴⁶ Mais detalhes em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>

FOTO 1: Teófilo Otoni. Unidade da Nestlé S/A



Fonte: www.nestlé.com.br

FOTO 2: Teófilo Otoni. Unidade da JBS S/A



Foto: Wagner Batella, 2010

Por ocasião do trabalho de campo⁴⁷, pôde-se observar que essas empresas representavam a presença, na cidade, de capitais externos relacionados ao grande agronegócio. A cidade passava a ser então uma referência que definia certa área de relações com os produtores regionais e, após o processamento que acontecia na cidade, as mercadorias eram transportadas ao mercado externo.

Diferentemente do que Sobarzo (2009; 2010) encontrou para Passo Fundo, não se pode afirmar que essas empresas transformam Teófilo Otoni em cidades do agronegócio, pois elas não implicam em rupturas com as formas tradicionais de produção do campo, levando a padrões de produção com significativo emprego de ciência e tecnologia, também não tornam as atividades econômicas da cidade fortemente integradas ao agronegócio via consumo produtivo. Tão pouco se pode declarar que a existência dessas multinacionais dinamizou o espaço urbano de Teófilo Otoni, como analisado por Melazzo (2012) em relação à indústria de alimentos na cidade de Marília-SP, ou como apontou a pesquisa de Elias e Pequeno (2010) acerca das multinacionais ligadas à fruticultura no município de Mossoró-RN.

Além disso, o peso desta atividade na região sofreu significativo decréscimo com o fechamento da JBS S/A, em setembro de 2011, um importante agente econômico que influenciava o vetor das verticalidades.

⁴⁷ Trata-se de trabalho de campo realizado entre os dias 12 e 16 de julho de 2010, que contou com a participação do colega M.Sc. Francisco Martins Cortezzi e do Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo, aos quais se agradece a colaboração.

Segundo o presidente do SPRTO⁴⁸ (Sindicato dos Produtores Rurais de Teófilo Otoni), cerca de 3.500 produtores da região vendiam gado para o frigorífico e com o encerramento das atividades do frigorífico, cerca de 600 funcionários foram dispensados. Trata-se de uma parcela que representa aproximadamente 70% do estoque de empregos formais na indústria de transformação de produtos alimentícios do ano de 2010, anterior ao fechamento da unidade, como pode ser depreendido dos dados a seguir:

TABELA 3: Teófilo Otoni. Variação do emprego formal e estoque de empregos formais na Indústria de Produtos Alimentícios. 2009 a 2011

	Admissões	Desligamentos	Estoque de empregos formais
2009	489	492	852
2010	322	323	853
2011	374	725	502

Fonte: RAIS/CAGED. Dados organizados por Wagner Batella

A importância que essa atividade representava para o vetor das verticalidades de Teófilo Otoni pode ser verificada, também, nos dados da balança comercial brasileira. Enquanto ainda funcionava em 2011, segundo dados da SECEX (Secretaria de Comércio Exterior), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Frigorífico JBS S/A foi a empresa do município que mais exportou naquele ano, totalizando US\$ 7.044.943,00, o que representou cerca de 30% do total de exportações de Teófilo Otoni. Nesse mesmo período, a lista dos dez principais produtos enviados ao exterior apresentava vários itens relacionados à produção do JBS S/A, tais como: carnes desossadas de bovino congeladas, carnes desossadas de bovino frescas ou refrigeradas e diversas especificações de miudezas comestíveis de bovinos.

Com o encerramento das atividades do JBS S/A, teve-se a retração do mercado de carnes bovinas voltado à exportação. Porém, analisando os

⁴⁸ Entrevista realizada no dia 18 de julho de 2012 com o Sr. Luciano Ramos de Castro, presidente do SPRTO.

mesmos dados da balança comercial para o ano de 2012 (quadro 2), observa-se que houve nova especialização em torno do mercado de extração mineral, principalmente pedras preciosas⁴⁹ que se destinam ao mercado internacional. A totalidade dos dez principais produtos exportados naquele ano, o que representa cerca de 100% das exportações, está associada a produtos desse segmento.

QUADRO 2: Teófilo Otoni. Dez principais produtos exportados no ano de 2012

PRODUTOS	US\$ F.O.B.*	Part. %
OUTRAS PEDRAS PRECIOSAS/SEMI, TRABALHADAS DE OUTRO MODO	17.524.603	68,14
RUBIS, SAFIRAS E ESMERALDAS, TRABALHADAS DE OUTRO MODO	6.344.181	24,67
PEDRAS PRECIOSAS/SEMI, EM BRUTO, SERRADAS OU DESBASTADAS	1.422.859	5,53
PEDRAS LAPIDADAS/TRABALHADAS DO CAPITULO 71 DA NCM	383.855	1,49
OUTRAS OBRAS DE PEDRAS PRECIOSAS/SEMI, SINTET/RECONST	15.400	0,06
PO DE PEDRAS PRECIOSAS, SEMIPRECIOSAS OU SINTETICAS	11.521	0,04
OUTRAS BIJUTERIAS	6.500	0,03
ARTEFATOS DE JOALHARIA, DE OUTROS METAIS PRECIOSOS, ETC	4.627	0,02
PEDRAS EM BRUTO DO CAPITULO 71 DA NCM	3.592	0,01
ARTEFATOS DE QUARTZO/OUTRAS SILICAS FUND.P/LABORAT.ETC.	1.187	0,00
Total:	25.718.325	99,99

* Free On Board

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Organização: Wagner Batella

Esses produtos têm mercados diversos, como se pode constatar no quadro 03, demonstrando que na perspectiva da inserção da cidade, em uma lógica de movimento que a conecte com outros lugares ao redor do mundo, os setores de extração mineral e processamento de pedras preciosas desempenham um importante segmento do vetor das verticalidades em Teófilo Otoni, interligando-a a diversos pontos ao redor do mundo.

⁴⁹ Seguindo orientação do CPRM (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais), o termo Pedra Preciosa refere-se àquelas pedras utilizadas para adorno pessoal e podem ter valores diversos. A distinção com base no valor, por exemplo, utilizando a expressão "Pedras Semipreciosas", configura-se numa classificação arbitrária, confusa e desnecessária. Além disso, em função da similitude na origem mineral, gema e pedras preciosas podem ser tratadas como sinônimos, como destaca o CPRM.

QUADRO 3: Teófilo Otoni. Países de destino das exportações no ano de 2012

PAÍSES	US\$ F.O.B.*	Part. %
CHINA	15.372.707	59,77
ESTADOS UNIDOS	5.933.558	23,07
FRANCA	847.453	3,29
ALEMANHA	719.730	2,80
CHINA	633.209	2,46
TAILANDIA	488.587	1,90
BELGICA	390.400	1,52
ITALIA	355.581	1,38
SRI LANKA	296.095	1,15
INDIA	282.221	1,10
JAPAO	128.115	0,50
SUIÇA	75.580	0,29
MALASIA	40.373	0,16
CANADA	38.107	0,15
AUSTRIA	35.108	0,14
ISRAEL	21.673	0,08
ARGENTINA	19.869	0,08
PORTUGAL	12.798	0,05
URUGUAI	11.500	0,04
LIBANO	4.724	0,02
ESPANHA	4.315	0,02
REPUBLICA TCHECA	3.983	0,02
AUSTRALIA	3.316	0,01
COSTA RICA	540	0,00
REINO UNIDO	249	0,00
TOTAL:	25.719.791	100,00

* *Free On Board*

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Organização: Wagner Batella

O setor das pedras preciosas tem peso significativo na economia local da cidade de Teófilo Otoni e na região do Mucuri⁵⁰, que se destacam pela produção e exportação dessas pedras. Segundo um estudo setorial realizado pela Associação dos Comerciantes e Exportadores de Gemas e Joias do Brasil (GEA, 1995⁵¹ *apud* MATOS, 2004, p.41): “aproximadamente 45% da população da região nordeste de Minas Gerais depende quase que exclusivamente do

⁵⁰ Este setor forma o Arranjo Produtivo Local Gemas e Joias que congrega 21 municípios e possui Teófilo Otoni como cidade polo.

⁵¹ GEA - Associação dos Comerciantes e Exportadores de Gemas e Joias do Brasil. **Diagnóstico setorial de gemas e joias do nordeste do estado de Minas Gerais.** Teófilo Otoni: GEA, 1995. 72 p.

setor de gemas”. O peso dessa atividade está relacionado às riquezas minerais do próprio estado. Conforme levantamento do Anuário Mineral Brasileiro (DNPM, 2010), Minas Gerais foi responsável por 41,53% da produção brasileira e 81,25% da região Sudeste, no ano de 2009. Em termos de valores, a produção mineral do estado naquele ano foi de R\$ 21.717.713.788,00.

Segundo Matos (2004), a atividade de extração de pedras preciosas em Minas Gerais é predominantemente garimpeira e se encontra dispersa, principalmente, na porção nordeste e leste do estado. O quadro 4 apresenta os municípios da região leste e nordeste de Minas Gerais produtores de pedras preciosas por número de garimpos e substâncias produzidas

QUADRO 4: Municípios da região leste e nordeste de Minas Gerais produtores de gemas, por número de garimpos e substâncias produzidas

Município	Nº de garimpos	Substâncias minerais exploradas	Município	Nº de garimpos	Substâncias minerais exploradas
Governador Valadares	48	Turmalina, Quartzo, Feldspato	Almenara	3	Água-Marinha
Caraí	47	Água-Marinha, Topázio	* Itambacuri	3	Turmalina, Água-Marinha, Quartzo
Conselheiro Pena	35	Turmalina, Água-Marinha	Itinga	3	Espodumênio Gemológico
São José da Safira	34	Turmalina, Quartzo, Morganita	Mata Verde	3	Quartzo Rosa, Água-Marinha
Nacip Raydan	30	Turmalina, Água-Marinha, Quartzo	Ninheira	3	Turmalina
* Catuji	28	Topázio, Água-Marinha, Quartzo	Bandeira	2	Água-Marinha
Coronel Murta	25	Turmalina, Quartzo, Nb, Be	Comercinho	2	Água-Marinha
* Franciscópolis	24	Turmalina, Quartzo, Morganita	Curral de Dentro	2	Ametista
* Novo Oriente de Minas	24	Crisoberilo, Água-Marinha	Jordânia	2	Água-Marinha
Santo Antônio do Jacinto	23	Crisoberilo, Água-Marinha, Topázio	* Ladainha	2	Água-Marinha, Quartzo, Nb, Berilo
* Ataléia	22	Quartzo Rosa	Palmópolis	2	Água-Marinha, Quartzo Fumê
Novo Cruzeiro	15	Turmalina	Tarumirim	2	Água-Marinha, Feldspato, Quartzo
* Pavão	14	Água-Marinha, Topázio, Quartzo	Virgolândia	2	Água-Marinha, Berilo
Divino das Laranjeiras	10	Turmalina, Quartzo	Berilo	1	Crisoberilo
Resplendor	10	Turmalina, Água-Marinha, Berilo	Berizal	1	Água-Marinha, Be
Angelândia	9	Alexandrita, Turmalina, Crisoberilo	Capelinha	1	Ametista, Brazilianita
Padre Paraíso	9	Água-Marinha, Topázio, Quartzo	Chapada do Norte	1	Crisoberilo, Espodumênio

					Gemológico
* Teófilo Otoni	8	Turmalina, Mica	* Frei Gaspar	1	Turmalina
Virgem da Lapa	8	Diamante	Inhapim	1	Turmalina, Quartzo Rosa
Marilac	7	Turmalina, Quartzo, Morganita	Itabirinha de Mantena	1	Quartzo Rosa
Cachoeira do Pajeú	6	Água-Marinha, Berilo	Joaíma	1	Quartzo Rosa
Alvarenga	5	Água-Marinha, Morganita	Santa Efigênia de Minas	1	Água-Marinha, Berilo
Araçuaí	5	Espodumênio Gemológico	Santa Maria do Salto	1	Água-Marinha
Divisópolis	5	Água-Marinha	Santa Rita do Itueto	Santa Rita do Itueto	Santa Rita do Itueto
Galiléia	5	Turmalina, Quartzo	São Geraldo do Baixo	1	Turmalina, Si
Águas Vermelhas	4	Água-Marinha	São Sebastião do Maranhão	1	Turmalina, Berilo
Aimorés	4	Turmalina	Sardoá	1	Quartzo Hialino (cristal de rocha), Mica
Itanhomi	4	Quartzo Rosa	Tumiritinga	1	Água-Marinha
Jequitinhonha	4	Água-Marinha, Turmalina	Veredinha	1	Ametista, Brazilianita
Medina	4	Água-Marinha	Total de garimpos		523

Fonte: CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência e Tecnologia
 Compilado de Matos (2004)

* Municípios que pertencem à Mesorregião Vale do Mucuri

A extração de pedras preciosas é encontrada em vários municípios da região, mas a atividade de beneficiamento é realizada apenas em Teófilo Otoni, onde a extração é pouco expressiva. Uma das grandes dificuldades de se estudar esse setor refere-se à fragilidade das informações que retratam a sua dinâmica. Segundo Ramos (2007), os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho mostravam que o beneficiamento das pedras era realizado por 32 empresas localizadas na cidade em 2005, que empregavam 217 pessoas.

Citando o já mencionado relatório elaborado pela Associação dos Comerciantes e Exportadores de Gemas e Joias do Brasil, o autor afirma que o número de pessoas ocupadas no setor é muito maior, destacando que em meados da década de 1990 era possível encontrar em Teófilo Otoni cerca de 250 micro e pequenas empresas de lapidação e cerca de 2.700 lapidações informais, que empregavam aproximadamente 13.500 pessoas, 1.500 corretores autônomos, além de garimpeiros (GEA, 1995 *apud* RAMOS, 2007, p.43). Em uma consulta à mesma fonte, ou seja, a RAIS/CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), verificou-se que no ano de 2011

foram contabilizados 73 empregos formais no setor de extração mineral que se concentravam em 20 estabelecimentos. Em função do dinamismo desse setor averiguado na cidade, acredita-se que existam muitas oficinas informais, como a registrada na foto 3:

FOTO 3: Teófilo Otoni. Oficina de beneficiamento de pedras preciosas



Foto: Wagner Batella, 2012

Em detrimento das limitações para aprofundar a análise com dados mais precisos, pode-se declarar que as atividades que envolvem pedras preciosas estão disseminadas no município. Durante os trabalhos de campo, identificou-se o comércio dessas pedras fora da cidade, às margens da BR-116, no acesso sul (fotos 4 e 5), na área central, em barracas informais na praça Tiradentes (foto 6) e em estabelecimentos comerciais espalhados pela cidade (foto 7).

FOTO 4: Teófilo Otoni. Comércio de pedras preciosas fora da cidade



FOTO 5: Teófilo Otoni. Comércio de pedras preciosas fora da cidade



Fotos: Wagner Batella, 2012.

FOTO 6: Teófilo Otoni. Comércio de pedras preciosas em espaços públicos



Foto: Wagner Batella, 2012.

FOTO 7: Teófilo Otoni. Comércio de pedras preciosas em estabelecimentos comerciais



Fonte: www.geabrasil.com

Se faltam dados para analisar a importância da produção de pedras preciosas para os vetores das verticalidades, o comércio desse produto tem em Teófilo Otoni um vértice da circulação para o mercado nacional e internacional. Não apenas pela análise da exportação, como já destacado, mas pelo expressivo papel de intermediação que a cidade desempenha nesse segmento, pois captura a produção regional, e em alguns casos até nacional⁵², realiza o processo de lapidação e distribui o produto para outras localidades. Neste contexto, tem significativa importância a Feira Internacional de Pedras Preciosas que em 2012 foi realizada na sua 22ª edição (figura 13). Trata-se da principal feira realizada na cidade e que é promovida pela Associação dos

⁵² Conforme informações obtidas em entrevistas com comerciantes informais.

Comerciantes e Exportadores de Joias e Gemas do Brasil, reunindo pessoas ligadas ao setor de joias e pedras preciosas de todo mundo.

FIGURA 13: Teófilo Otoni. Cartaz de divulgação da Feira Internacional de Pedras Preciosas realizada em 2012



Fonte: www.geabrasil.com

No que tange aos agentes econômicos envolvidos com essa atividade, há predominância de capitais locais no mercado das pedras, destacando uma empresa que já apresenta inserção internacional, a Duarte & Bastos Ltda, empreendimento de capital local, fundada em 1989, que atua na extração, lapidação e comercialização de pedras preciosas e que desde o ano de 1999 conta com filial na cidade de *New York*, nos Estados Unidos⁵³. Essa foi a empresa ligada ao setor das pedras preciosas que mais exportou no ano de 2011, segundo a SECEX, sendo responsável por 16,72% da balança comercial do município, ficando atrás apenas da JBS S/A naquele ano.

Como se demonstrou, o vetor das verticalidades em Teófilo Otoni é influenciado por dois setores: agroindústrias que processam os produtos da

⁵³ Informação obtida no site da empresa: <http://www.duartebastos.com.br>

pecuária e as pedras preciosas. Sendo que, o setor de carnes que era forte, com o fechamento do frigorífico JBS S/A, perdeu vigor. Dessa forma, as verticalidades dessa cidade, embora a conectem com outros lugares do mundo, apresentam particularidades qualitativas e quantitativas em relação à concepção de verticalidades discutidas por Santos (2009a [1996]) e Sobarzo (2009). Não se trata de fluxos que representam agentes hegemônicos externos, salvo a presença da Nestlé S/A, nem que desempenham papéis de destaque numa economia global, mas são atividades que interferem na dinâmica da cidade e sua região, o que demanda um olhar mais atento para as articulações com as horizontalidades.

3.3.2 – Vetores das horizontalidades em Teófilo Otoni

A análise das horizontalidades implica numa abordagem que privilegie as relações da cidade com seu espaço próximo, com sua região. Em função da importância desta dimensão para esta tese, pretende-se iniciar com o debate sobre as relações entre cidades médias e região. Dessa maneira, retoma-se Sposito (2009) ao destacar que um dos caminhos para se entender as articulações que envolvem cidades médias está na relação entre a cidade e sua região. A autora ressalta a importância do conceito de Região para a Geografia, mas reconhece a escassez de investigações científicas recentes que recorram a essa temática.

Quanto mais se tem pesquisado, quanto mais se têm reunido, todos que estudam cidades médias e pequenas, mais nos damos conta de que não há possibilidade de compreensão do que sejam cidades médias e pequenas sem entendimento do que é a região, porque a região é o próprio quadro de referências, é o próprio ambiente, socialmente construído, a partir das relações entre cidades médias e pequenas. (SPOSITO, 2009, p.18-19).

A importância dos estudos sobre região já foi apontada por Pattinson (1964). Para esse autor, tais abordagens fazem parte de uma longa tradição geográfica, tendo o conceito de Região evoluído e se transformado juntamente

com essa ciência ao longo de sua história. Conceitos e metodologias diferenciados emergem de cada grande corrente do pensamento geográfico, atestando a importância e a complexidade desta categoria (CORREA, 2003; DINIZ; BATELLA, 2005). Todavia, reconhecendo a polissemia do epíteto, bem como de sua pluralidade no âmbito da Geografia, nesta pesquisa a atenção recai nas relações cidade-região, em detrimento de uma discussão teórico-metodológica acerca do conceito de Região.

Tomando o exposto como base, uma primeira dificuldade, dada a complexidade do próprio conceito, refere-se aos impasses na definição do que seria a “região de uma cidade”. Para Kayser (1980, p.283), “o espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade é uma região”.

Essa definição evidencia o processo de polarização como elemento fundante para se pensar a dimensão espacial do desenvolvimento do capitalismo, particularmente por meio das relações entre cidade e região. De acordo com Brandão (2007, p.82), “a polarização deriva dos processos de concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço”. Todavia, isso não acontece de forma homogênea, ou seja, as polaridades, entendidas pelo autor como “campos de força”, são geradas a partir do desenvolvimento desigual e combinado no espaço das forças produtivas.

Dessa forma, a extensão de uma região dependeria do caráter funcional de uma cidade, sendo esse variável no tempo, mas também no espaço, em função de certo número de fatores. Trata-se de uma aceção das ciências regionais entender o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista ou, nas palavras de Brandão (2007, p.57), da existência de uma “desigualdade na distribuição espacial dos fatores de produção e das atividades”. Dessa forma, a cidade passa a ser “o fermento da vida regional” (LE LANNOU, 1949 *apud* BEAUJEU-GARNIER, 1997), como também aponta George (1983, p.205): “é justamente como pivô de uma série de relações que a cidade define limites locais ou regionais que são as fronteiras onde termina o exercício de suas atividades”.

São as forças econômicas dessas cidades que moldam a organização regional. Esse papel de comando pode ser expresso de diversas formas, sempre considerando a distribuição desigual de pessoas e atividades no

espaço. Assim, a concentração da população na cidade, sua estrutura complexa de serviços, infraestruturas, centros de armazenagem, comercialização, consumo, gestão, controle e poder político e cultural (BRANDÃO, 2007) vão definir papéis diferenciados entre as cidades que compõem uma região. Porém, é importante explicitar que a teia de relações que se materializa no interior da região não se caracteriza apenas pelos fluxos entre as cidades, mas também pelas interações envolvendo cidade e campo. Em grande medida, as dinâmicas que garantem papéis de destaque para as cidades médias no contexto de sua região estão “diretamente associadas ao desenvolvimento de atividades agropecuárias em suas áreas rurais.” (SPOSITO, 2007a, p.235).

George (1983), em seu capítulo dedicado à cidade e à região, explicou que as relações entre cidade e campo envolvem diversas formas de subtração de matérias do campo a favor da cidade, ou mesmo de entidades econômicas que encontram na cidade o papel de intermediação, demonstrando tratar-se de uma relação de comando exercida pela cidade. O autor enfatizou, ainda, a importância do movimento e das condições materiais para sua realização como determinantes das relações cidade-campo, particularmente ao afirmar que:

os quadros administrativos imbricados ou superpostos traçam certos limites de influência, mas o instrumento real da expansão das diversas formas de influência urbana continua sendo o meio material de relação: a vida de circulação e os organismos de transporte que a exploram. (GEORGE, 1983, p.206)

Dessa maneira, salienta-se como o desenvolvimento da técnica e dos meios de comunicação tem possibilitado novos sistemas de movimentos que, por sua vez, dinamizam as relações cidade-campo. Todavia, como apontam Santos e Silveira (2008 [2001], p.120), “trata-se de uma modernização em mancha”. Dessa forma, muitas cidades foram envolvidas de maneira diferenciada por essa mudança que redefine a divisão territorial do trabalho, demandando leituras particulares sobre suas relações cidade-campo, bem como de seus papéis de intermediação.

Tratou-se até o momento das relações entre cidade e região tomando a cidade como pivô das articulações. Porém, como aponta Beaujeu-Garnier (1997, p.459): “a cidade não é um pião isolado no meio de um ambiente sem dinamismo”. Deve-se considerar que há impulsos externos à cidade polo, originados de outras cidades subordinadas a essa ou de espaços rurais que compõem a sua região e que devem ser incorporados à análise. Tais movimentos do exterior são multiformes (pessoas, capitais, mercadorias etc.) e vão delimitar mecanismos e estruturas que não devem ser desconsiderados no entendimento das relações entre cidade e região.

Beaujeu-Garnier (1997, p.460) delineou estas áreas que envolvem as cidades de “ambiente”, entendido como “o conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais que caracterizam um espaço e influenciam a vida de um grupo humano”. Acredita-se que esse é um conceito abrangente e que engloba diversas possibilidades de relações entre a cidade e seu ambiente. Nessa perspectiva, tem-se um campo de investigações demasiadamente amplo. Todavia, a autora sugere quatro situações gerais, a partir das quais essas relações podem ser estudadas:

- O dinamismo urbano no meio de um ambiente próspero gera aglomerados de forte densidade e de meticulosa valorização;
- o dinamismo urbano é induzido por achegas externas em discordância com o estado do meio rural, ocasionando em consequência, fortes migrações centrípetas e uma desorganização ainda mais profunda dos campos desertados;
- o dinamismo urbano não tem esse poder de atração motivador e dinamizante. Dessa forma, algumas cidades se encontraram em crise na sequência da transformação de atividades que asseguravam a vida dos seus habitantes;
- o dinamismo urbano é historicamente assimétrico, desencadeando um desequilíbrio que se manifesta, por exemplo, nas multidões que abandonam os campos e são atraídas para as cidades já superpovadas.

No mesmo sentido, abordando as relações entre cidade e região, Sposito (2009, p.19, *grifos nossos*) apresenta possíveis cenários dessas relações com foco nas cidades médias, destacando a existência de:

idades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crecem em detrimento de sua própria região ou crecem em função de sua própria região, as duas coisas acontecem. Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividades que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região.

A partir disso, segue-se com a análise das dinâmicas que envolvem a cidade de Teófilo Otoni na complexidade das relações com seu espaço regional, podendo, dessa maneira, caracterizar o vetor das horizontalidades dessa cidade.

Acede-se com Sobarzo (2009, p.150) ao afirmar que: “do ponto de vista da rede urbana e das cidades médias, consideramos que as horizontalidades podem ser analisadas a partir das relações no espaço intraurbano e nas relações com seu entorno próximo”. Dessa forma, os vetores das horizontalidades envolvem a cidade nas relações com sua região, a partir dos serviços prestados que implicam em deslocamentos periódicos da população.

Uma importante variável para essa análise refere-se à distribuição dos serviços públicos e suas regionalizações. Uma publicação que serve de ponto de partida é o ATLAS DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS, realizada pelo Instituto de Geociências Aplicadas (IGA, 1981) e que ainda não contou com uma atualização. Embora sua publicação date do início da década de 1980, é possível entender o papel regional que Teófilo Otoni já desempenhava naquela época. Esse atlas analisou 29 órgãos públicos que atuavam no estado por ocasião do estudo, sendo que a cidade analisada era polo regional de 22 desses órgãos, incluindo aí bancos, serviços de saneamento, distribuição de água, secretarias de educação, saúde abastecimento, agricultura etc., além de subdivisões de órgãos federais.

Os sete órgãos que não apresentavam a cidade de Teófilo Otoni como polo regional nas suas divisões regionais do estado, envolviam-na em outras subdivisões intermediárias no âmbito das suas respectivas regiões administrativas. São elas: a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, a Companhia Energética de Minas Gerais, a Telecomunicações de Minas Gerais, a Polícia Militar de Minas Gerais e a Superintendência de Receita Federal, que eram polarizadas por Governador Valadares; o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que tinha como polo regional o município de Belo Horizonte; e o Ministério do Exército, polarizado por Juiz de Fora.

Não se pretende promover uma atualização desse trabalho realizado pelo IGA, embora se reconheça a urgência desta empreitada, mas busca-se retomar a análise dos serviços relacionados com saúde, educação e comércio que configuram as horizontalidades da cidade no período hodierno.

No que se refere à saúde, a diversificação das atividades relacionadas com esse setor, onde a oferta de serviços de alta complexidade tem se destacado, contribui significativamente para a problematização dos vetores das horizontalidades das cidades médias (RAMIRES, 2007).

Dessa forma, pretende-se demonstrar que o setor de saúde tem reforçado a posição de destaque de Teófilo Otoni na rede urbana mineira e, principalmente, na região em que essa cidade se insere. No Plano Diretor de Regionalização da Saúde no Estado de Minas Gerais⁵⁴, a cidade aparece como polo da macrorregião de saúde Nordeste, composta por 63 municípios e uma população estimada de 811.856 pessoas no ano de 2011.

De acordo com dados do DATASUS⁵⁵ (Banco de Dados do Sistema Único de Saúde), do Ministério da Saúde, em relação ao ano de 2012, dos 1.047 estabelecimentos de saúde⁵⁶ existentes na macrorregião Nordeste, 397 estão instalados em Teófilo Otoni, o que representa 38% do total. Esses

⁵⁴ www.saude.mg.gov.br (acessado no dia 18 de janeiro de 2012).

⁵⁵ Obtidos em www.datasus.gov.br (acessado no dia 18 de janeiro de 2012).

⁵⁶ Os tipos de estabelecimentos de saúde são definidos com base nas atividades profissionais e serviços ofertados à população. Para um detalhamento dos tipos, consultar: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo_estabelecimento.htm

estabelecimentos estão assim organizados na cidade em relação ao tipo de prestador do serviço: 91 são públicos, 302 privados e quatro filantrópicos.

A rede de saúde de Teófilo Otoni está estruturada segundo os três níveis de atenção do SUS (Sistema Único de Saúde): básica, secundária e terciária. As ações básicas pertencem ao nível primário do sistema de saúde e englobam procedimentos individuais e coletivos voltados a uma dada população, com o objetivo de prevenir e tratar os agravos prevalentes na saúde desse grupo. A atenção secundária caracteriza-se por desenvolver atividades assistenciais nas quatro especialidades elementares: clínica médica, pediatria, ginecologia e cirurgia, bem como nas especialidades estratégicas, nas modalidades de atenção ambulatorial, internação, urgência e reabilitação. Já o nível de atenção terciária caracteriza-se pela maior capacidade resolutive dos casos mais complexos do sistema, nas modalidades de atenção ambulatorial, internação e de urgência (PIRES, 2007).

Ainda conforme os dados do DATASUS, Teófilo Otoni conta com 38 UBS (Unidade Básica de Saúde), sendo que 30 dessas incluem o PSF (Programa de Saúde da Família). Todavia, Pires (2007) destacou que, de acordo com os padrões definidos para municípios com mais de 100.000 habitantes, essa cidade encontra-se ainda em um processo incipiente de implantação do PSF.

Além desses estabelecimentos, destacam-se os hospitais do município (quadro 5). Em toda macrorregião foram contabilizados 36 hospitais no ano de 2012, sendo que em Teófilo Otoni encontra-se a maior concentração (quatro), seguidos por Almenara, Itambacuri, Malacacheta e Nanuque, com dois hospitais cada.

A cidade desponta, ainda, pela oferta de leitos em várias especialidades, concentrando 362 (19,5%) dos 1.849 disponíveis para a macrorregião Nordeste. Segundo estatísticas mais recentes do Ministério da Saúde, de janeiro a novembro de 2012, foram realizadas na cidade de Teófilo Otoni 11.398 internações das 43.685 que ocorreram no mesmo período na referida macrorregião de saúde, o que representou 26% do total. Em relação aos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, essa cidade ficou na 14ª colocação em número de internações realizadas no mesmo período.

QUADRO 5: Teófilo Otoni. Hospitais: localização e leitos disponíveis. 2012

Hospital	Bairro	Leitos Existentes	Leitos SUS
Hospital Santa Rosália	Centro	183	139
Hospital Filadélfia	Marajoara	43	30
Hospital Municipal Dr. Raimundo Gobira	Centro	73	73
Hospital Bom Samaritano	Manoel Pimenta	63	55
Total de leitos		362	297

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. DATASUS (2012).
Organizado por Wagner Batella

A importância do setor da saúde para o vetor das horizontalidades, envolvendo a cidade e sua macrorregião de saúde, fica evidente quando se analisa a distribuição de alguns equipamentos/aparelhos selecionados pela sua aplicação em exames mais específicos. Segundo informações obtidas no DATASUS para o ano de 2012, tem-se que, dos 17 mamógrafos que existem na macrorregião Nordeste, nove estão em Teófilo Otoni, assim como, seis dos oito tomógrafos computadorizados, 29 dos 113 aparelhos de ultrassom e o único aparelho para ressonância magnética.

Por sua vez, a ocupação de pessoas na área de saúde encerra esta análise. Segundo o CNES (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde), a mesorregião Nordeste possui 492 médicos, sendo que 341 encontram-se na cidade de Teófilo Otoni, ou seja, cerca de 70%. A importância do setor de saúde para a cidade fica evidente quando se examina os dados do Cadastro Central de Empresas, do IBGE, que registra que o setor de saúde concentrava 6,7% dos ocupados assalariados da cidade, o que representa a cifra de 1.301 empregados.

Outro tema importante na compreensão das horizontalidades envolvendo Teófilo Otoni é a educação. Nessa cidade, esse setor encontra-se numa fase de recente e forte ampliação, particularmente nos níveis superior e tecnólogo, o que impacta no desenvolvimento de ciência, tecnologia e informação.

A presença de IES (Instituições de Ensino Superior) nesta cidade foi, por certo tempo, fortemente marcada por poucas instituições privadas. Todavia, nos últimos dez anos houve uma expansão do setor educacional no Brasil

(SOARES *et al*, 2010), resultando em novas faculdades e universidades, públicas e privadas, e conseqüentemente, ampliando o leque das modalidades de cursos.

Como já mencionado, o setor de ensino superior em Teófilo Otoni tem aumentado significativamente nos últimos anos, o que fica patente pelas observações de campo e levantamentos de dados no site do MEC (Ministério da Educação). Na primeira visita realizada em julho de 2009, identificou-se sete IES. Porém, um ano depois, em outro trabalho de campo, esse número tinha subido para 14 IES e, em novo levantamento realizado em 2012, identificou-se 17 IES cadastradas (quadro 6).

QUADRO 6: Teófilo Otoni. Instituições de Ensino Superior e respectivos cursos ofertados. 2012

Instituição de Ensino Superior	Nº de cursos
UNEC - Centro Universitário de Caratinga Educação Física – Licenciatura, Educação Física – Bacharelado e Pedagogia.	3
UNINTER – Centro Universitário Internacional Comércio Exterior, Gestão Comercial, Gestão da Produção Industrial, Gestão Financeira, Gestão Pública, Logística, Marketing, Processos Gerenciais e Secretariado (Todos oferecidos na modalidade EaD).	9
FATEGIDIO - Faculdade de Tecnologia Egídio José da Silva Tecnólogos em Gestão Hospitalar e Radiologia Médica.	2
FUTO – Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física – Bacharelado, Educação Física- Licenciatura, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Nutrição, Psicologia, Serviço Social, Sistemas de Informação.	14
FAEL - Faculdade Educacional da Lapa Pedagogia (Oferecidos na modalidade EaD).	1
FUNEES - Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni Administração, Agronomia, Biomedicina, Ciências da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia, Fisioterapia, Matemática, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Sistemas de Informação.	18
IESFATO - Instituto de Educação Superior São Francisco de Assis de Teófilo Otoni Comunicação Social, Jornalismo e Serviço Social. (Cursos em situação de extinção)	3
FENORD - Instituto de Ensino Superior Integrado – IESI Direito, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Segurança Privada e Gestão Pública.	4

PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Administração, Ciências Contábeis, Eventos e Gestão Pública (Todos oferecidos na modalidade EaD).	4
UAM - Universidade Anhembi Morumbi Administração, Gestão Financeira, Marketing e Processos Gerenciais (Todos oferecidos na modalidade EaD).	4
UNIUBE - Universidade de Uberaba Administração, Agronegócio, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Geografia, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, História, Letras Português, Letras – Português e Espanhol, Letras, Português e Inglês, Marketing, Matemática, Normal Superior, Pedagogia, Produção Sucoalcooleira, Química, Serviço Social Transporte Aéreo (Todos oferecidos na modalidade EaD).	24
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais Ciências Biológicas, Matemática e Química (Todos oferecidos na modalidade EAD).	3
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática, Serviço Social, Engenharia Civil, Engenharia Hídrica, Engenharia de Produção e Bacharelado Interdisciplinas em Ciência e Tecnologia (Presenciais). Administração Pública e Física (Oferecidos na Modalidade EaD)	11
UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná Administração, Análise de Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Estética e Imagem Pessoal, Geografia, Gestão Ambiental, Gestão Hospitalar, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Pública, História, Letras-Português, Logística, Marketing, Matemática, Pedagogia, Processos Gerenciais, Segurança no Trabalho e Serviço Social (Todos oferecidos na modalidade EaD).	19
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina Administração, Administração Legislativa, Administração Pública, Agronegócio, Ciências Aeronáuticas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Direito, Filosofia, Gestão Ambiental, Gestão da Produção Industrial, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Cooperativas, Gestão de Micro e Pequenas Empresas, Gestão de Segurança Pública, Gestão Financeira, Gestão Pública, Logística, Marketing, Matemática, Multimídia Digital, Pedagogia, Processos Gerenciais, Produção Multimídia, Programa Especial de Formação Pedagógica Para Formadores de Educação Profissional, Segurança no Trânsito, Segurança Pública, Serviços Penais, Sistemas Para Internet, Turismo, Web Design e Programação (Todos oferecidos na modalidade EaD).	32
UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos Serviço Social (Oferecido na modalidade EaD).	1
UNIP – Universidade Paulista Gestão da Tecnologia da Informação, Letras Português – Espanhol e Logística (Todos oferecidos na modalidade EaD)	3
Total de cursos	155
Total de cursos (EaD)	102
Total de cursos tecnológicos	60

Fonte: Ministério da Educação (E-MEC – Instituições de Educação Superior), 2012
Trabalho de Campo, 2012 – Organizado por Wagner Batella

Esse crescimento na oferta de cursos de graduação é fortemente marcado pela presença da iniciativa privada, pelos cursos EaD (Educação à Distância) e por cursos no grau de Tecnólogo. Dos cursos ofertados pelas IES que atuam na cidade, 66% referem-se à EaD e 39% são cursos tecnólogos. Destaca-se que, dos 60 cursos tecnológicos existentes, apenas dois são presenciais: os cursos de Tecnólogos em Gestão Hospitalar e Radiologia Médica, ofertados pela FATEGIDIO. Esses dados chamam atenção para o peso que a EaD ganha na cidade.

Segundo o MEC⁵⁷ (BRASIL, 2005), a Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Diante do que se observa em Teófilo Otoni, a EaD pode ser considerada como um segmento das horizontalidades, pois conecta os estudantes dos municípios próximos ao polo educacional, a cidade que sedia a gestão dos cursos ofertados nessa modalidade para toda a região. Por outro lado, esse polo intermedeia a conexão desses alunos às instituições, professores e recursos que estão em lugares distantes, espalhados no território brasileiro, configurando-se também como uma verticalidade. As IES que oferecem essa modalidade de ensino na cidade possuem sedes em várias localidades do Brasil, como São Paulo-SP, Santos-SP, Tubarão-SC, Londrina-PR, Belo Horizonte-MG, Uberaba-MG, Lapa-PR e Curitiba-PR.

Ainda sobre as instituições que atuam na cidade, destaca-se a UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). Ela foi criada em 2005, no contexto do programa REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), do Governo Federal, e encontra-se sediada na cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Em Teófilo Otoni, essa universidade iniciou suas atividades em uma instalação provisória desde sua fundação, mas em fevereiro de 2010 foi inaugurado o novo *campus* avançado da UFVJM (foto 8), que fica no bairro Jardim São Paulo, porção sul da cidade, afastado da área

⁵⁷ Esta definição está presente no Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB).

central. Não há cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Teófilo Otoni, mas a UFVJM oferece sete mestrados acadêmicos, três mestrados profissionais e um doutorado no *campus* de Diamantina⁵⁸.

FOTO 8: Teófilo Otoni. Campus da UFVJM. 2010



Foto: Wagner Batella, 2010.

Todas essas IES atuando na cidade, principalmente, na modalidade EaD, faz com que se identifique um número elevado de oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* também na modalidade EaD. O levantamento desses cursos se faz inviável, pois as informações indicadas nos sites das instituições não caracterizam matrículas na cidade ou região de Teófilo Otoni. Dessa forma, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, pode-se ter a seguinte perspectiva das pessoas que frequentam os cursos de pós-graduação e graduação (tabela 4):

TABELA 4: Teófilo Otoni, Microrregião de Teófilo Otoni, Mesorregião Vale do Mucuri e Minas Gerais. Pessoas que frequentam cursos de graduação e pós-graduação em 2010 nas redes pública e privada

	Superior de graduação			Pós-graduação		
	Rede Pública	Rede Privada	Total	Rede Pública	Rede Privada	Total
Município de Teófilo Otoni	1.199 (29,24%)	2.901 (70,76%)	4.100	111 (21,35%)	409 (78,65%)	520

⁵⁸ Segundo a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. www.capes.gov.br Acesso em 15 de janeiro de 2013.

Microrregião de Teófilo Otoni*	1.656 (28,96%)	4.062 (71,04%)	5.718	132 (20,82%)	502 (79,18%)	634
Mesorregião Vale do Mucuri	1.983 (26,92%)	5.384 (73,08%)	7.367	196 (23,76%)	629 (76,24%)	825
Estado de Minas Gerais	160.395 (25,68%)	464.312 (74,32%)	624.707	30.766 (34,62%)	58.107 (65,38%)	88.873

*Integram esta microrregião os municípios de Ataleia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 – Organizado por Wagner Batella

Os dados da tabela 4 demonstram o peso do setor privado na educação de Teófilo Otoni e sua região, principalmente na pós-graduação, com percentuais superiores àqueles observados no estado de Minas Gerais nessa modalidade. Destaca-se que não foram encontrados cursos presenciais de pós-graduação *lato sensu* na cidade, sendo todos, inclusive os públicos, ofertados pela EaD.

Outro elemento que se destaca refere-se ao peso do município em relação a sua micro e sua mesorregião. Na primeira, Teófilo Otoni representa 71,70% das pessoas que frequentam a graduação e 82,02% das que fazem pós-graduação. Na mesorregião, o município representa, respectivamente, 55,65% e 63,03%, entre a graduação e a pós-graduação.

Considerando que o fenômeno de expansão das IES demonstra o ritmo e a intensidade das transformações do território brasileiro, observa-se que o modelo que predomina em Teófilo Otoni reforça seu papel de cidade média na encruzilhada das horizontalidades e verticalidades, pois a implantação de um campus da UFVJM provoca transformações na região, uma vez que implica em produção de informações e conhecimento que apresentam potencial de subsidiar o desenvolvimento regional. Além disso, destaca-se a capacidade de dinamizar o mercado de trabalho da própria cidade em função do aumento do consumo no comércio, no mercado imobiliário e na geração de empregos, dentre outros. Soma-se a isso, o peso que a EaD ganha para a configuração das verticalidades, demonstrando que o setor da educação possibilita que a cidade articule escalas.

Outra dimensão das horizontalidades que será analisada refere-se ao consumo terciário e seu papel na determinação das relações entre cidade e

região. A presença de um terciário diversificado que atenda as demandas de consumo de bens e serviços especializados de toda região do Mucuri é característica de um período mais recente, uma vez que no começo dos anos 1980, predominava na cidade o comércio para atendimento de necessidades mais locais e imediatas, como descrito no relatório da Fundação João Pinheiro (FJP, 1981, p.44):

o valor da produção do setor terciário tem uma participação pequena de prestação de serviços propriamente dita, compondo-se preponderantemente de serviços de comércio, quando comparado com o conjunto do Estado, o que vem a reforçar a característica do atraso da região, conhecendo-se o fato de que um maior leque de prestação de serviços especializados tem correlação direta com o grau de desenvolvimento.

A partir da década de 1990, os setores de comércio e serviços se reestruturaram, passando por uma ampliação, quantitativa e qualitativa, que pode ser observada na evolução do número de estabelecimentos, segundo os setores de atividades econômicas e pelos empregos formais no período 1991, 2000 e 2008 (tabela 5).

TABELA 5: Teófilo Otoni. Número de estabelecimentos por atividade econômica e empregos formais. 1991, 2000 e 2008

	Número de estabelecimentos			Empregos formais		
	1991	2000	2008	1991	2000	2008
Extrativa mineral	7	24	18	17	64	69
Indústria de transformação	147	276	372	1.006	1.049	1.832
Serviços industriais de utilidade pública	4	3	3	108	127	38
Construção civil	121	164	479	415	789	1.605
Comércio	508	2.137	2.398	2.544	4.250	6.440
Serviços	376	1.229	1.646	3.306	4.468	6.226
Administração pública	4	8	8	1.678	1.290	2.759
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	32	549	656	297	1.056	1.160
Total	1.199	4.390	5.580	9.371	13.093	20.129

Fonte: RAIS/MET. Organizado por Juscelino Eudâmidas Bezerra

Enfatiza-se que o número total de estabelecimentos cresceu 365%, passando de 1.199 unidades em 1991 para 5.580 em 2008, enquanto no mesmo período, o número total de empregos formais cresceu 115%, passando de 9.371 para 20.129 postos de trabalho, respectivamente em 1991 e 2008. Outra observação importante está na distribuição desse crescimento entre os setores, pois exceto os serviços industriais de utilidade pública, todos os outros demonstram incremento na quantidade de estabelecimentos, bem como no número de empregos formais. Sobre os setores de comércio e serviços, eles cresceram, respectivamente, 372% e 337,76% no número de estabelecimentos entre os anos de 1991 e 2008, e 153,14% e 88,32% no número de empregos formais durante o mesmo período. Esses dados permitem inferir que o aumento se justifica mais pelo surgimento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços de menor porte, considerando as vagas de empregos geradas. Além disso, como observado na grande maioria das cidades brasileiras, esses dois últimos setores analisados foram os principais responsáveis pelo crescimento, chegando a representar no ano de 2008, 72% do número de estabelecimentos e 63% do total de empregos formais totais da cidade.

Dentre esses dois setores, o comércio se destaca pelo maior número de estabelecimentos, 2.398 unidades em 2008, enquanto os serviços concentram 1.646 no mesmo ano. A diferença é menor quando se analisa o número de empregos formais dos dois setores, 6.440 e 6.226, respectivamente para o de comércio e o de serviços em 2008. O comércio foi, em todo período analisado, a atividade que mais empregou na cidade de Teófilo Otoni, seguido pelo setor de serviços.

Teófilo Otoni vai se sobressair, em comparação com outras cidades de sua região, pela oferta de comércio e serviços financeiros. Nessa cidade não se identifica a presença de equipamentos de consumo, como lojas de departamentos, *shopping centers* ou redes de *fast food*, mas há uma diversidade do comércio varejista que faz da cidade uma referência para o consumo na mesorregião Vale do Mucuri. Essa informação é importante, pois, como esclarece Corrêa (2010), os *shopping centers* se constituem como um tipo de inovação espacial do capitalismo que tem se difundido nas últimas

décadas, gerando formas espaciais novas que introduzem novos hábitos e costumes, principalmente num segmento da sociedade, além de alterar os padrões de consumo da cidade e da região. Vários estudos têm demonstrado o papel desses equipamentos nas transformações das cidades médias contemporâneas⁵⁹ que, segundo a ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers), em 2013 superarão as capitais em número de unidades de *shopping centers*⁶⁰.

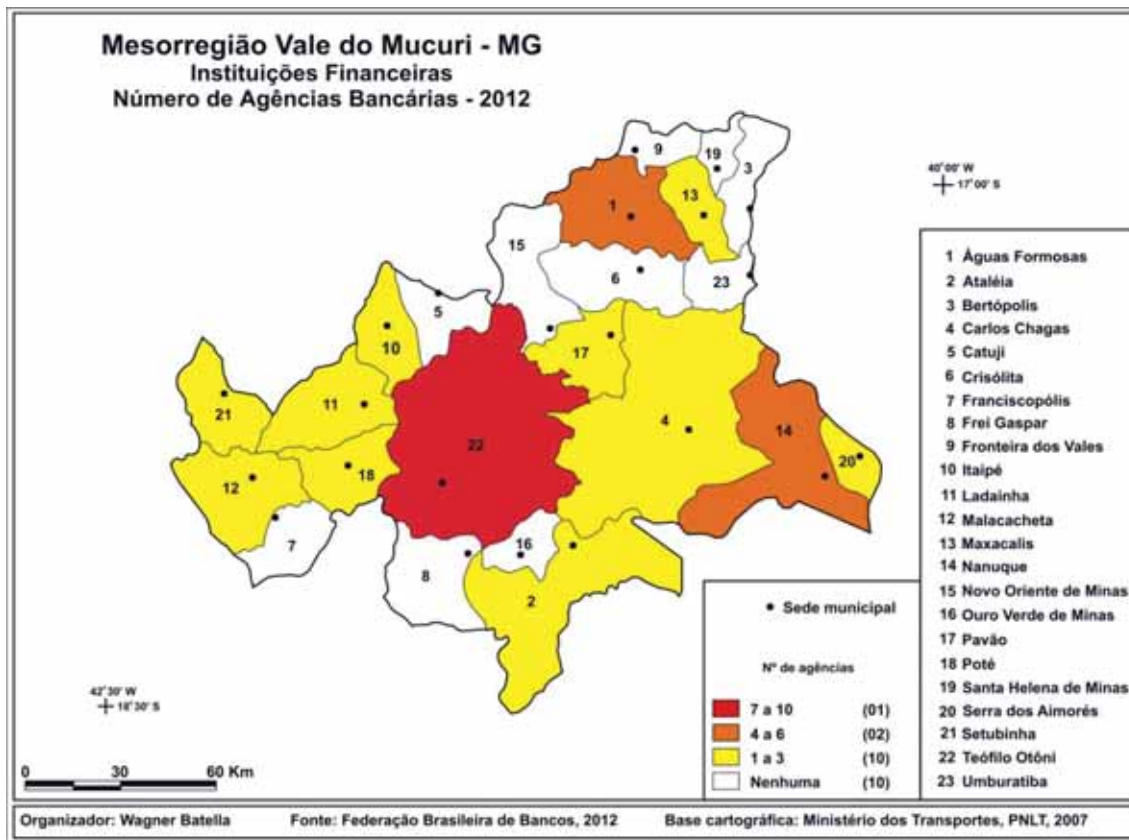
No setor bancário, a cidade concentra dez⁶¹ das 38 agências bancárias que se distribuem pelos 23 municípios da sua mesorregião, o equivalente a 26,32% do total regional (Figura 14). A análise entre os bancos públicos e privados demonstra o peso de agentes privados como operadores do sistema financeiro na cidade, tendência que remete à década de 1980, quando o Banco Central passou a incentivar a instalação de agências pioneiras dos bancos privados fora das grandes cidades (ELIAS; PEQUENO, 2010). Merece destaque a agência do Banco do Nordeste do Brasil na cidade, o que demonstra a integração da economia local com a da Região Nordeste. Por fim, há ainda, em virtude da política recente do Banco do Brasil voltada para o microcrédito, a existência de uma agência do Banco Popular do Brasil, que pertence à Fundação Banco do Brasil.

⁵⁹ Por exemplo: Montessoro (2001), Silva (2004), Romero (2010) e Motter e Batella (2013).

⁶⁰ Informação extraída em:
http://www.portaldoshopping.com.br/noticias_interna.asp?codAreaMae=297&codArea=297&codConteudo=28¬icia=1

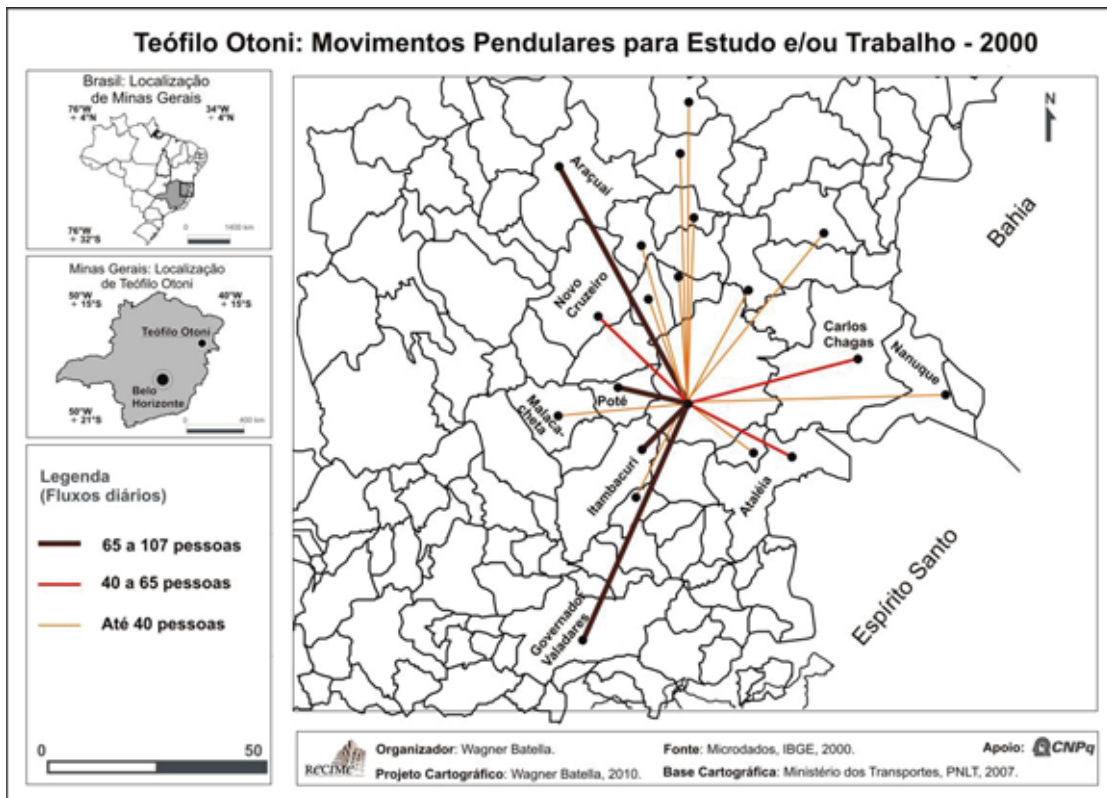
⁶¹ São duas agências do Banco do Brasil, uma do Nordeste do Brasil e uma da Caixa Econômica Federal, sendo esses os bancos públicos, e duas agências dos bancos Bradesco e Itaú-Unibanco, além de uma agência dos bancos Santander e Mercantil, todos esses bancos privados.

FIGURA 14: Mesorregião Vale do Mucuri – Número de agências bancárias por município. 2012



A síntese dos vetores das horizontalidades pode ser apresentada onde o movimento se faz “mais visível”, isto é, no deslocamento de pessoas. Essa informação é significativamente importante para entender os papéis regionais da cidade de Teófilo Otoni, e será analisada a partir dos dados de migração pendular disponibilizados pelos microdados dos censos realizados pelo IBGE nos anos 2000 e 2010. No primeiro, a migração pendular para a cidade foi analisada a partir dos dados de deslocamento diários motivados por estudo e/ou trabalho (Figura 15).

FIGURA 15



Pelo fato dos dados se encontrarem agrupados, a análise desagregada do peso desses dois segmentos, educação e trabalho, fica inviabilizada, mas a influência regional da cidade se faz evidente pela análise da figura 15, que mostra que as interações de Teófilo Otoni são maiores com cidades postadas nas porções oeste, norte e leste, e menores entre aquelas que se situam ao sul, exceto Itambacuri e Governador Valadares. A primeira cidade se justifica pela proximidade, mas a segunda é apontada como outra importante cidade que comanda um sistema urbano que não está sob influência direta de Teófilo Otoni. As trocas que envolvem Governador Valadares caracterizam relações de cooperação entre as duas cidades, mas a não existência de outros fluxos com as demais cidades que se situam ao sul de Teófilo Otoni podem demonstrar relações de competição, pois elas estariam sob influência mais direta de Valadares, o que demandaria outro estudo para comprovação.

A partir do Censo Demográfico de 2010, a variável que mede a migração pendular foi desagregada, permitindo a comparação entre esses

deslocamentos e suas motivações (estudo e trabalho). Esses dados estão apresentados nas figuras 16 e 17.

FIGURA 16

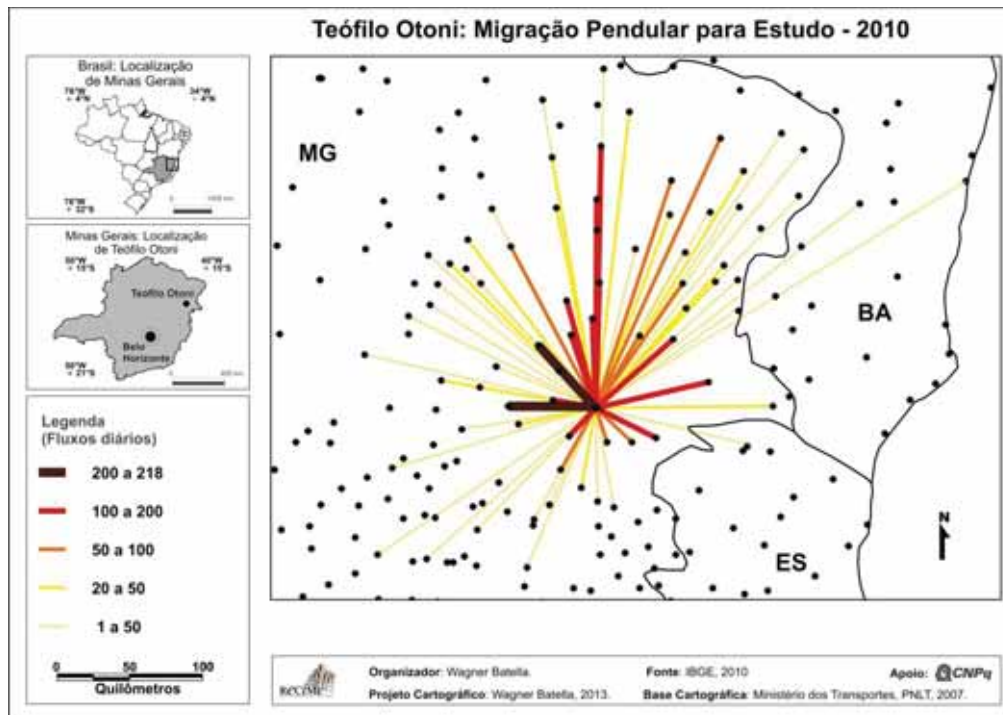
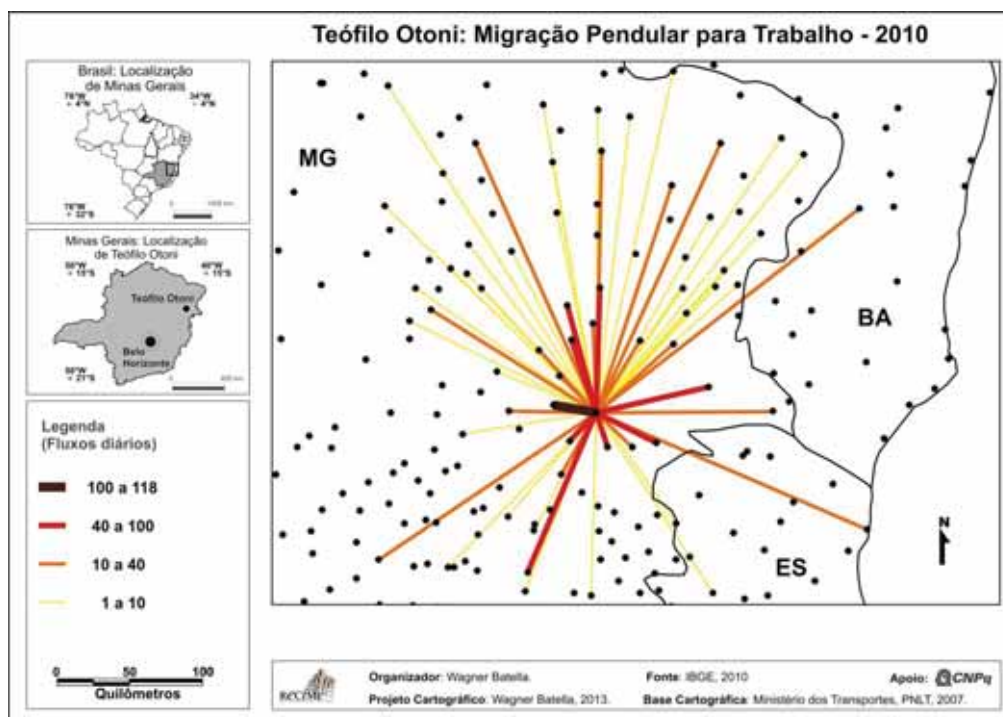


FIGURA 17



Uma primeira análise dessas representações mostra que a área de influência segue a mesma configuração, com peso maior sobre cidades localizadas a oeste, norte e leste de Teófilo Otoni, e menor em relação às aquelas situadas ao sul. As figuras revelam, ainda, o surgimento de fluxos com cidades situadas em outros estados. Além disso, corroborando o crescimento quantitativo e qualitativo dos serviços ligados à educação, analisados anteriormente, observa-se o incremento das migrações pendulares motivadas por estudo. Na figura 15, que agrupava os deslocamentos pelos dois motivos, estudo e/ou trabalho, os fluxos mais intensos foram de até 107 pessoas por dia. Na figura 16, em que se analisa apenas os deslocamentos por estudo, as trocas mais intensas alcançaram fluxos de 218 pessoas por dia. A educação tem se configurado um importante setor das horizontalidades de Teófilo Otoni.

A figura 17, por sua vez, expressa a migração pendular por motivo de trabalho. A configuração da área de influência se mantém, com destaque para a centralidade que a cidade exerce no seu entorno imediato, além do fluxo intenso com Governador Valadares, o que permite inferir que as relações com essa cidade podem se justificar mais por relações econômicas que envolvem atuação de agentes de Governador Valadares que trabalham em Teófilo Otoni, do que pela oferta de serviços de educação por esta última.

Por fim, visando elaborar uma síntese das discussões deste capítulo, destaca-se que as dinâmicas das verticalidades e horizontalidades analisadas até o momento inserem a cidade de Teófilo Otoni, como apontou Santos e Silveira (2008 [2001]) e Sobarzo (2009), na “encruzilhada” desses dois conceitos, uma condição típica de cidades médias. Todavia, alerta-se que este processo de compreensão das cidades médias na “encruzilhada das horizontalidades e verticalidades” em Teófilo Otoni não acompanha as tendências de outras cidades médias localizadas em diferentes porções do território brasileiro (ELIAS; PEQUENO, 2010; SOBARZO, 2010; LAN *et al*, 2010; SOARES *et al*, 2010; RUIZ; VÁSQUEZ; FERNÁNDEZ, 2012; MELAZZO, 2012), notadamente naquelas onde houve expressiva modernização econômica. Em Teófilo Otoni há uma predominância de dinâmicas horizontais, em detrimento das verticais, o que demonstra que a compreensão dessa

cidade como média passa precipuamente pelo entendimento das clássicas análises das relações entre cidade e região.

O limiar pode ser problematizado nesta tensão, onde o movimento globalizante da urbanização não envolve todas as cidades de maneira homogeneizante, nos mesmos ritmos e com as mesmas intensidades. Já foi dito que a diversidade é uma premissa a ser seguida nos estudos, mas também é um resultado visível dos estudos que vem sendo realizados. Não há modelos sobre as cidades médias. Dessa forma, é na contradição do próprio processo de produção dessas cidades que surgem os processos de produção da condição de limiares.

O próximo capítulo retoma essa questão e a aprofunda. Para isso, lança-se um olhar para a cidade de Teófilo Otoni e seu espaço intraurbano.

4 – Entre permanências e rupturas na produção da cidade e do urbano de Teófilo Otoni

“Se o papel da cidade em relação ao ambiente, próximo ou longínquo, varia no tempo (...) o papel da cidade varia também no espaço, em função de um certo número de fatores. Alguns desses fatores dependem da dimensão ou, sobretudo, da natureza da própria cidade; outros estão relacionados com condições locais ou gerais.”

Beaujeu-Garnier (1997, p.457)

4.1 – Um olhar para o intraurbano: iniciando a discussão

Nos capítulos anteriores, particularmente o segundo e o terceiro, os esforços foram conduzidos no levantamento de elementos, construção de argumentos e elaboração de ideias visando interpretar a cidade de Teófilo Otoni no contexto de suas dinâmicas de relações com outros núcleos urbanos em diferentes escalas. Todavia, a construção da noção de limiares para as cidades médias que se encontra em curso nesta tese demanda, ainda, a compreensão de dinâmicas e processos específicos da cidade. Amorim Filho e Sena Filho (2005) já sinalizaram para a diferenciação do espaço intraurbano como um dos atributos das cidades médias. A partir disso, pretende-se, neste capítulo, problematizar a temática dos limiares priorizando o espaço interno da cidade na medida em que se compreende que a cidade materializa os processos que transcorrem em diversas escalas.

Antes de avançar nesta análise, urge que se faça a conexão entre as reflexões anteriores e aquela que será apresentada nesta parte. Para tal, resgata-se a discussão realizada em Sposito (2006b), para quem as mudanças que despontam no período hodierno, marcadas principalmente pela ampliação das possibilidades de telecomunicações e pela conseqüente ampliação dos fluxos entre as cidades, dão nova qualidade ao urbano, transformando significativamente os papéis desempenhados pelas cidades de diferentes portes, mas pelas cidades médias em particular. As relações que se

estabelecem entre essas últimas e outros espaços urbanos não se restringem mais meramente à dimensão hierárquica, podendo apresentar saltos escalares e alcançar a escala internacional sem a intermediação direta das metrópoles. Diante disso, a autora reconhece o

desafio de se avançar na abordagem de processos, dinâmicas e fenômenos de caráter geográfico, a partir da consideração do tempo e do espaço, de suas múltiplas articulações e da apreensão das escalas geográficas, que se configuram por meio dessas articulações (SPOSITO, 2006b, p.144).

Concorda-se com a posição da pesquisadora ao defender que o desafio de se definir as cidades médias demanda, concomitantemente, a delimitação de recortes temporais e territoriais. No que diz respeito à escala temporal, não se trata de resgatar a história cronológica dos processos, dinâmicas, fenômenos etc, mas de estabelecer articulações entre períodos distintos, sejam eles atuais, pretéritos ou futuros. Da mesma forma, as definições de escalas territoriais não se limitam às delimitações de frações do território na perspectiva local, regional, nacional e global, mas envolvem, ainda, “a apreensão das relações que podem, com diferentes intensidades e pesos, haver entre esses níveis escalares” (SPOSITO, 2006b, p.146).

Essas duas dimensões são articuladas por meio da escala geográfica que, como salientado anteriormente, não se restringe apenas ao território, mas o considera em interrelação com o tempo, condicionando e sendo condicionada pelo estabelecimento de relações diversas: naturais, políticas, sociais, culturais e econômicas, dentre outras (SPOSITO, 2006b).

Todas essas dimensões influenciam na redefinição dos papéis das cidades médias e se correlacionam com o espaço intraurbano⁶², mas, considerando o recorte que vem sendo priorizado nesta tese, qual seja, o

⁶² Villaça (2001) aponta a redundância do termo intraurbano para se referir aos arranjos internos dos espaços urbanos. Todavia, aponta o autor, a expressão espaço urbano vem sendo utilizada para se referir ao componente urbano em outras escalas, por exemplo, a regional. Essa situação não reflete apenas uma questão semântica, mas monopólios e disputas envolvendo o epíteto urbano.

econômico, para entender esse desafio da articulação de escalas, intenta-se buscar subsídios nas ideias de Brandão (2009).

Dessa maneira, trata-se de compreender o caráter multifacetado do sistema capitalista contemporâneo, donde a dimensão multiescalar de suas dinâmicas é uma significativa dimensão. Brandão (2009, p.9) destaca que: “o capital busca se tornar sujeito de todos os processos e transformar tudo em seu mero predicado, incluindo o território”. Dessa maneira, ainda segundo o autor, a essência desse sistema está no descomprometimento com circunscrições específicas, dentre elas as espaciais, “sendo orientado apenas pela valorização máxima” (p.9). Tem-se observado nas relações capitalistas recentes a desconstrução de barreiras e o conseqüente incremento das interações econômicas no plano nacional e internacional, o que demanda um olhar pormenorizado para o papel das escalas espaciais no capitalismo.

Na tentativa de interpretá-las, Brandão (2009) expõe um quadro variado de concepções no que se refere a algumas possibilidades teóricas e metodológicas levadas em consideração nas análises sobre a temática em tela. O autor enfatiza

as várias e inusitadas metáforas que foram propostas neste debate, tentando caracterizar as escalas (como a relacional, à semelhança das notas musicais; multicamadas articuladas, como nas bonecas russas; variados níveis, como nas escadas; construção constante e modulável, como nos andaimes; etc.) (*grifos nossos*, p.11).

Tais destaques mostram que a temática das escalas geográficas consubstancia-se num importante recurso para a interpretação da atuação de agentes diversos, que desencadeiam e se inserem em dinâmicas que rompem com a estrutura dada (BRANDÃO, 2009), como aponta Marston (2000, p.220):

in these recent social theoretical studies, the fundamental point being made is that scale is not necessarily a preordained hierarchichal framework for ordering the world - local, regional, national and global. It is instead a contingent outcome of the tensions that exist between structural forces and the practices of human agents.

Dessa forma, “nada pode ser explicado apenas numa escala” (SPOSITO, 2011, p.130). E, a partir disso, retoma-se a compreensão de que o estudo da cidade média traz consigo a necessária articulação entre escalas temporais e espaciais, pois sua inserção no contexto das redes urbanas tornou-se extremamente mais complexa, uma vez que Sposito (2004, p.12)

alerta para a necessidade de se superar essa separação, pois “novas formas urbanas possibilitam e impõem novas dinâmicas econômicas e novas práticas socioespaciais que exigem uma análise que se baseia nas relações entre localizações e fluxos que se estabelecem articulando, cada vez mais, diferentes escalas geográficas de produção e estruturação dos espaços urbanos

Portanto, reconhece-se a necessidade de se explorar as articulações de escalas geográficas diversas na interpretação das cidades médias. Essa questão tem sido considerada ao longo desta tese, atentando-se para o fato de que a escolha por separar a análise interurbana da intraurbana entre os capítulos não pretende reforçar a tradição dos estudos urbanos de realização de pesquisas a partir desses dois recortes espaciais, mas refere-se à necessidade de pormenorizar a interpretação dos limiares na divisão territorial do trabalho e na divisão social do espaço, como destacar-se-á adiante.

Feita essa ressalva, a proposta de explorar os limiares também na perspectiva do espaço intraurbano ganha reforço nas ideias de Villaça (2001), para quem houve uma estagnação dos estudos urbanos nessa escala desde a década de 1970. O autor afirma que: “no amplo campo dos estudos territoriais, tem havido nas últimas décadas um crescente desenvolvimento das investigações regionais e uma surpreendente estagnação dos estudos intraurbanos” (p.17). Essa observação corrobora a necessária atenção para os estudos intraurbanos, ainda que na última década tenha-se verificado um incremento das pesquisas urbanas nessa escala.

No que tange particularmente à escala intraurbana das cidades médias, deve-se salientar, como fez Amorim Filho (2005), a carência de estudos que

priorizem o espaço interno dessas cidades. Desde sua tese de doutorado, defendida em 1973, esse autor tem destacado a importância dessa escala para própria definição conceitual de “cidade média”. Em texto publicado em 1976, o pesquisador retoma essa questão e aponta como um dos atributos dessas cidades:

A estrutura morfológica interna da cidade média, em consonância com sua posição no processo de evolução, deve apresentar: a) um centro relativamente complexo (com grande número de equipamentos servindo um espaço que ultrapasse os limites puramente locais; b) um número viável de sub-centros (cuja forma, funções e espaços de relações variam grandemente de cidade para cidade, mas que atendem, em sua maioria, apenas as necessidades de populações locais; c) uma periferia que evolui muito mais através de “saltos” (Descontinuidades espaciais repentinas, resultando numa estrutura poli-nuclear), do que através de uma expansão lenta e homogênea de toda a “coroa periférica” do tecido urbano. (AMORIM FILHO, 1976, p.8, *grifo nosso*).

Em outro texto, publicado em 2001, o autor volta a tratar dessa temática e assim sintetiza, dentre os atributos que qualificam uma cidade média, aquele voltado ao espaço intraurbano:

Diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos. (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p.9).

Essa preocupação acerca do espaço intraurbano das cidades médias resultou na publicação, em 2005, do livro A MORFOLOGIA DAS CIDADES MÉDIAS, em coautoria com Nelson Sena Filho. Trata-se de uma obra que aprofunda o debate do espaço interno dessas cidades médias e propõe um modelo de zoneamento morfológico-funcional para elas (AMORIM FILHO; SENA FILHO, 2005).

Esses trabalhos reforçam a necessidade de se explorar a escala intraurbana nos estudos sobre cidades médias⁶³, todavia, a contribuição que mais se aproxima do que se pretende discutir neste capítulo está na metodologia de trabalho que vem sendo desenvolvida no âmbito da ReCiMe. Segundo esta proposta, o espaço intraurbano é analisado em articulação com o interurbano, priorizando o movimento e a atuação de agentes que transformam a estrutura interna das cidades médias e seus consequentes desdobramentos nas dinâmicas externas, a partir das dimensões econômica e social (SPOSITO *et al*, 2007). A metodologia proposta pela ReCiMe parte da análise acerca das transformações que as cidades médias têm passado nas últimas décadas e, também, hodiernamente. Busca-se, dentre outros objetivos, considerar a “tendência contemporânea de multiplicação da centralidade intraurbana nas cidades médias e a redefinição/ampliação de seus papéis urbanos e, portanto, de sua centralidade interurbana” (ELIAS; SPOSITO, 2006, p.41). Além disso, atenta-se para o fato de que as transformações pelas quais passam as cidades médias no período atual trazem consigo problemas antes só observados em cidades de porte maior. Nas palavras de Sposito *et al* (2007, p.56):

dentre os impactos negativos desse processo, destacaríamos a expansão territorial acelerada de algumas cidades, aumentando as periferias urbanas, a reestruturação dos espaços das cidades, com a multiplicação da centralidade e ampliação das históricas desigualdades sociais e territoriais, expressas pela ocorrência cada vez maior de segregação socioespacial e fragmentação urbana.

Por isso, a opção por se trabalhar neste capítulo com a construção da noção de limiares na perspectiva da divisão social do espaço, ou seja, na interpretação acerca das diferentes formas de produção e ocupação do espaço urbano por parte dos diversos extratos sociais. Considera-se, assim, a diversidade de usos, densidades e padrões socioeconômicos de segmentos sociais diversos.

⁶³ Embora esta temática seja de grande importância, não se pretende aqui realizar uma ampla revisão bibliográfica dos estudos nesta escala, sendo apresentado um conjunto de obras que auxiliarão a problematizar a noção de limiar na perspectiva intraurbana.

Em seu texto sobre o espaço urbano, Correa (2004, p.7-8) destaca que, além de fragmentado e articulado, ou seja, formado por diferentes usos da terra justapostos entre si que se articulam de forma diversa, a organização espacial das cidades é expressão de processos sociais, sendo um reflexo da sociedade. Esta tese aquiesce a perspectiva de que a sociedade também é influenciada pelo espaço, entendendo esse como nível de determinação, como foi proposto por Lefebvre (1992 [1974]). Dessa maneira, busca-se não apenas analisar a estrutura urbana da cidade de Teófilo Otoni, mas também, entender os movimentos contraditórios da estrutura territorial em articulação com as estruturas sociais, como sugere Villaça (2001).

Para tal, propõe-se uma análise que supere a estrutura e avance para a estruturação urbana e da cidade, conforme ênfase que se pretenda dar, respectivamente, ao processo ou à forma (SPOSITO, 2004), entendido como o movimento contínuo de transformação de sua estrutura urbana. Sposito (1996, p.111) compreende como estrutura urbana:

o arranjo de diferentes usos do solo no interior das cidades, ou seja, o mosaico-resultado do processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residenciais, de lazer e de circulação nas cidades.

Villaça (2001) alerta para o equívoco de se atribuir a este conceito uma mera dimensão material da cidade, desconsiderando as articulações entre suas partes. Assim, ao adotar o termo estruturação, concordando mais uma vez com Sposito (2004), busca-se progredir na análise do movimento que dá conteúdo multifacetado às diversas partes da cidade, “sempre avaliando como as parcelas se articulam entre si” (p. 311).

Além disso, considerando as mudanças no modo de produção capitalista, apresentadas ao longo desta tese, principalmente o surgimento e a consolidação do sistema flexível em detrimento do sistema fordista, pode-se identificar uma série de ajustes espaciais⁶⁴ que se desenvolveram e ampliaram

⁶⁴ Sobre os ajustes espaciais, Harvey (2005, p.117) pondera: “Disso, podemos deduzir um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, para implantar novos

os papéis das cidades médias nas redes urbanas, articuladas a profundas transformações de seus espaços urbanos. Trata-se de significativas modificações no processo de estruturação urbana e da cidade. Diante disso, nota-se não apenas a existência de processos de estruturação urbana envolvendo as cidades médias, mas também de reestruturação urbana e da própria cidade (SPOSITO, 2007b). Sobre o conceito de reestruturação, Soja (1993, p.194) destaca:

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente.

A partir do exposto, é possível compreender que o processo de reestruturação se caracteriza pelo conflito entre o velho e o novo, entre mudanças e permanências, o que por sua vez induz à ruptura com uma pretensa ideia já arraigada no senso comum (e bastante presente na cidade em estudo, como se pretende demonstrar) e em algumas perspectivas teóricas de um “idealismo evolucionista”, para ser fiel às palavras de Soja (1993, p.194), acerca do processo de estruturação.

Por fim, e ainda na perspectiva de se apresentar os conceitos que serão levados adiante neste capítulo, adota-se uma diferenciação proposta por Sposito (2007b, p.3):

Tenho chamado de estruturação ou reestruturação urbana as dinâmicas e processos atinentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas; como estruturação ou

recursos produtivos em novas regiões, e para colocar toda a mão de obra em todos os lugares, sob a dominação do capital”.

reestruturação da cidade, compreendo dinâmicas e processos que ocorrem na escala intra-urbana.

Essa discriminação se faz necessária, pois contribui para identificar e diferenciar escalas e processos que influenciam nos papéis realizados pela cidade. As próximas partes do texto visam analisar empiricamente o espaço urbano de Teófilo Otoni considerando os conceitos apresentados e a perspectiva da divisão social do espaço.

4.2 – Produção do espaço e desigualdades socioespaciais

O ponto de partida para esta empreitada faz referência aos clássicos estudos de Geografia Urbana de tradição francesa, quando as análises sobre as cidades eram iniciadas pela descrição do quadro natural. Apesar das críticas que justificaram o esvaecimento dessas propostas analíticas⁶⁵ não serem contrárias à discussão da natureza, houve um significativo abandono das condições naturais nos estudos urbanos, inclusive, nas pesquisas contemporâneas. Não se pretende defender a retomada de uma proposta metodológica, mas alertar para o fato de que o ambiente natural ainda importa.

Dessa maneira, retomando George (1983, p.36), em seu capítulo intitulado CIDADES E CONDIÇÕES NATURAIS, tem-se que “as relações geográficas entre a cidade e seu meio natural são definidas em duas escalas: a regional e a local”, sendo a segunda analisada a partir do sítio urbano. Para George (1983 p.37), “o sítio é definido como o quadro topográfico no qual se enraizou a cidade”. Na figura 18 é possível verificar o sítio da cidade de Teófilo Otoni.

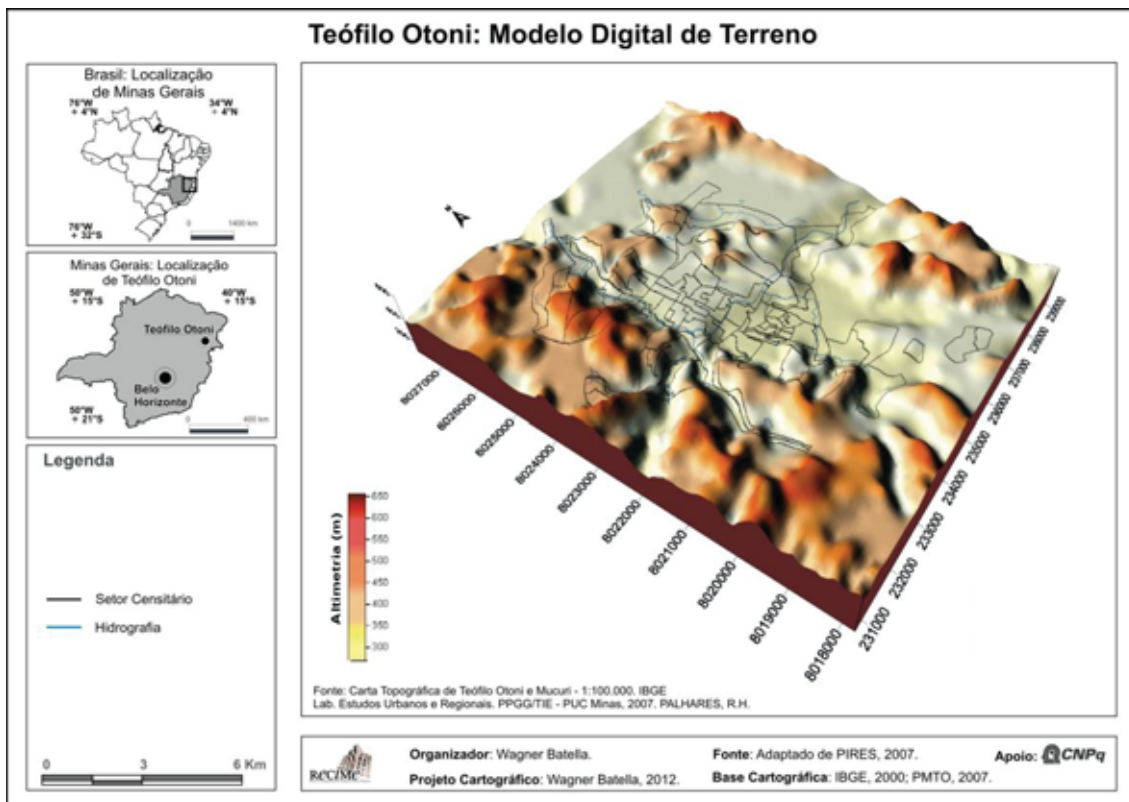
Ressalta-se que, com o objetivo de facilitar as análises futuras, adicionou-se o *layer* setores censitários⁶⁶ sobre o modelo digital de terreno da

⁶⁵ Ver Santos (2008 [1978]) e Moreira (2009).

⁶⁶ Segundo o IBGE (2010), o setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País. Ressalta-se que o “tamanho” do setor censitário tem relação direta com o número de domicílios particulares permanentes. Na área urbana, cada

cidade. Identifica-se na figura 18 uma topografia marcada pela presença de morros com encostas de fortes declividades nas porções norte, noroeste, oeste, sudoeste, sul, sudeste e nordeste da cidade, ou seja, praticamente forma uma circunferência que envolve a maior parte dos setores censitários localizados nas franjas urbanas. Por outro lado, as áreas centrais apresentam topografias que oferecem menores declividades e, por conseguinte, menores limites para sua ocupação. Esse sítio é de significativa importância para o entendimento do processo de estruturação urbana de Teófilo Otoni, como será analisado a seguir.

FIGURA 18

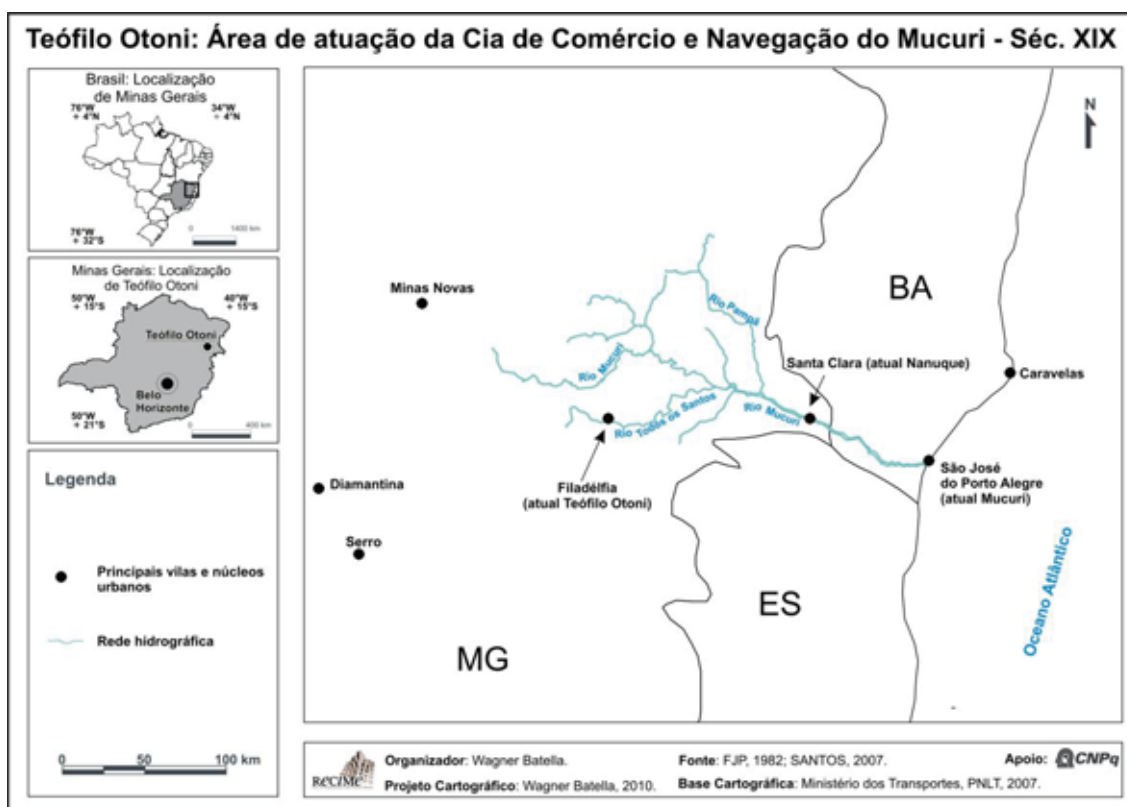


A ocupação inicial tem origem na busca pela integração da porção norte do estado de Minas Gerais com o litoral da Bahia, o que demonstra que já na sua origem Teófilo Otoni teve uma posição geográfica que demonstrava

setor censitário é composto, em sua maioria, de 250 a 350 domicílios. Na área rural o setor censitário é composto, em sua maioria, de 150 a 250 domicílios.

possibilidade de desempenhar papéis de intermediação. Transportados pela Companhia de Navegação do Mucuri, os produtos que vinham do Rio de Janeiro chegavam ao porto da cidade de São José de Porto Alegre, atual cidade de Mucuri, na Bahia, e eram transportados pelo rio Mucuri até o porto de Santa Clara, atualmente Nanuque, em Minas Gerais. Essa era a única parte navegável do rio. Para alcançar os mercados mineiros, entre o porto de Santa Clara e Minas Novas, importante cidade da época localizada no Vale do Jequitinhonha, porção nordeste de Minas Gerais, foi fundado um entreposto comercial chamado Filadélfia, atualmente a cidade de Teófilo Otoni (SANTOS, 2007). A figura 19 sintetiza esse recorte espacial que representava a área de atuação da Companhia no século XIX, e que reforça o papel de intermediação que a então Vila de Filadélfia exercia em relação às demais cidades citadas.

FIGURA 19



A construção da Vila de Filadélfia tem início no dia 7 de setembro de 1853, quando Theóphilo Benedicto Otoni⁶⁷ dá a ordem de serviço ao engenheiro Roberto Schlobach para fazer a demarcação de uma rua retilínea

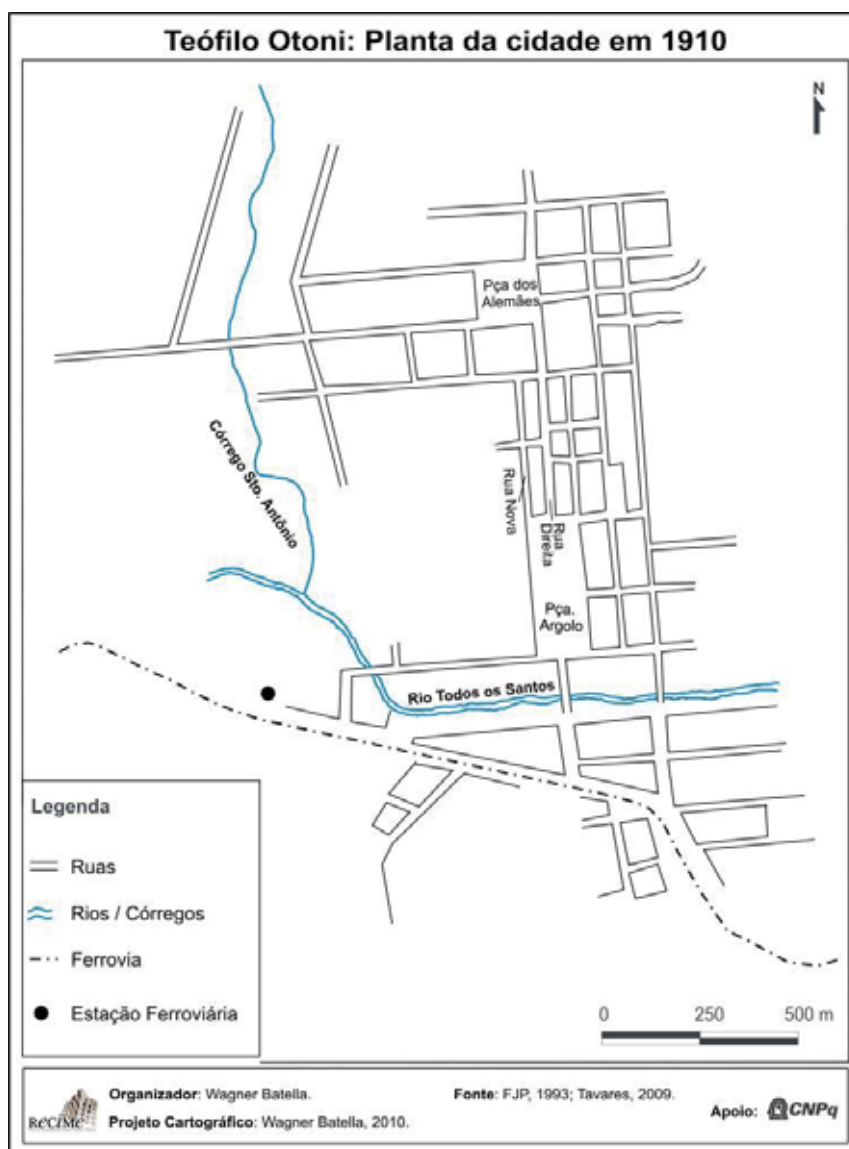
⁶⁷ Político e empresário mineiro, fundador da cidade de Teófilo Otoni.

no sentido norte-sul, cortando uma área onde deveriam ainda ser implantadas duas praças: Praça dos Alemães (atual Praça Germânica) e Praça Tiradentes/Praça do Argolo (duas praças contíguas). Essa rua recebeu o nome de Rua Direita, atual Avenida Getúlio Vargas, e passaria a concentrar paulatinamente os prédios institucionais, administrativos, comerciais, hospedarias, correios e telégrafos, a presidência da câmara, juizado da comarca, delegacia de polícia e cadeia, coletoria estadual e igreja evangélica (TAVARES, 2009). Ainda hoje, nesta área, desenvolve-se o centro principal da cidade. No ano de 1857, é construída a primeira igreja católica da cidade, porém, fora da malha urbana do projeto original. Em Filadélfia, o principal espaço central foi reservado para instalações da Companhia do Mucuri, e não para a Igreja, como era usual na urbanização brasileira daquela época.

O plano urbanístico adotado, planejado pelo engenheiro Schlobach, seguiu uma trama viária retilínea-ortogonal, algo novo para as vilas que surgiram na maior parte do século XIX⁶⁸. Sua expansão territorial seguiu dois vales, numa primeira fase, em direção ao norte do povoado ao longo das ruas Direita e Nova, atual Epaminondas Otoni, posteriormente no sentido oeste. O fato de serem dois vales estreitos condicionou o parcelamento inicial, configurando quadras compridas e estreitas, com pouquíssimas vias transversais e de dimensões reduzidas (FJP, 1993) (figura 20).

⁶⁸ De acordo com o estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 1993).

FIGURA 20



A Companhia de Navegação desempenhou importante papel na expansão da cidade, principalmente por atrair trabalhadores para a construção de uma estrada de rodagem que ligava Santa Clara a Filadélfia, que teve início em 1857 (SANTOS e SOREL, 2006). Em 1856, cem chineses já estavam na região para a construção dessa estrada. Outra iniciativa que favoreceu a colonização da região foi o incentivo à imigração europeia, principalmente alemã, em substituição ao trabalho escravo. Segundo Santos e Sorel (2006, p.48), “em 1854, foi assinado com a firma Schlobach & Morgenstern de Leipzig um contrato para a vinda de dois mil agricultores alemães”. No final do século

XIX e início do XX, houve novo fluxo de imigrantes, desta vez com forte presença de sírios-libaneses⁶⁹.

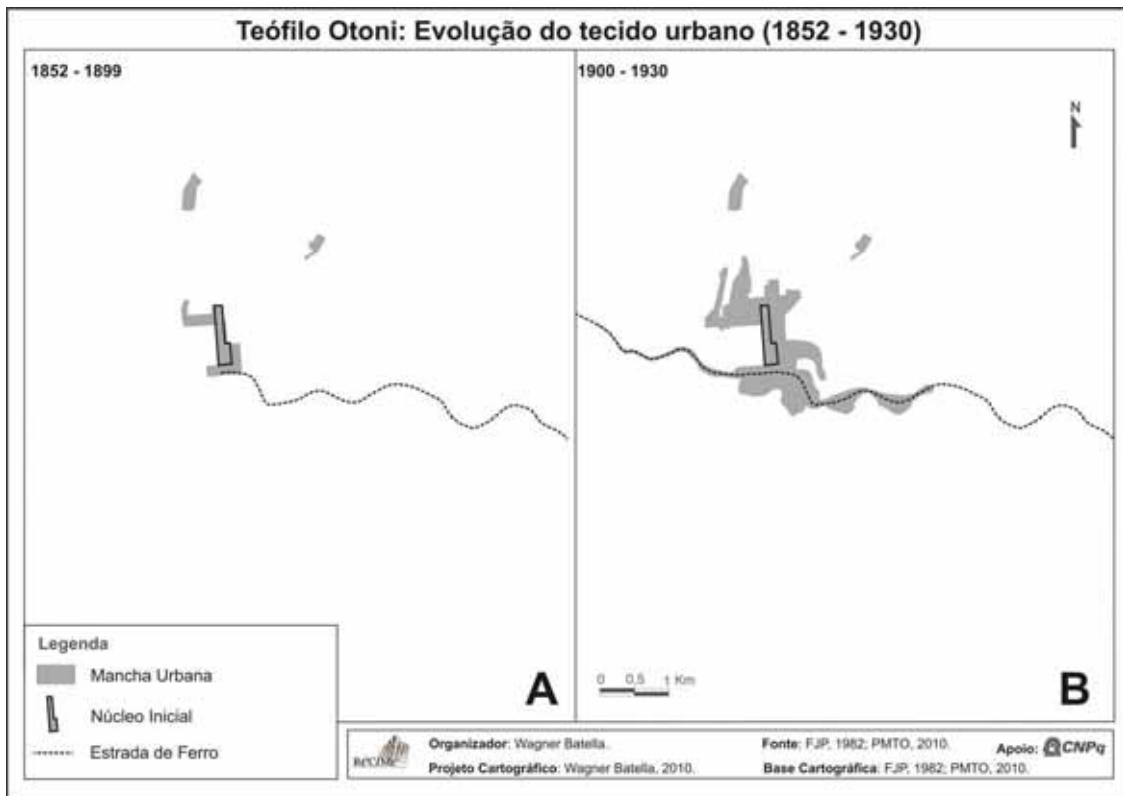
Ao chegarem, os imigrantes trazidos por iniciativa da Companhia incrementaram o mercado de terras e foram se instalando tanto na área urbana, quando apresentavam qualificações profissionais (engenheiros, carpinteiros, agrimensores, professores, comerciantes etc.), quanto na área rural, onde formaram colônias agrícolas (FJP, 1993). Em 1857, o centro urbano de Filadélfia já contava com cinco mil habitantes, entre brasileiros e estrangeiros (CARVALHO, 2006).

A partir daí, a evolução da mancha urbana foi diretamente influenciada pelas mudanças nas dinâmicas econômicas, que em diversos momentos atraíam fluxos migratórios (de colonos estrangeiros e da migração campocidade) e pelo papel desempenhado pelas infraestruturas de transporte regional, que direcionavam esse crescimento. Nesse novo cenário, os determinantes da ocupação mudam de intensidade, mas o sítio continua sendo um fator determinante na produção social do espaço, onde a população de menor renda continua ocupando áreas menos favorecidas da cidade, do ponto de vista da declividade.

Já nas primeiras décadas de sua criação, coexistiam com a cidade alguns núcleos descontínuos (em função das características do sítio urbano) formados por agrupamentos de colonos, trabalhadores agrícolas, que receberam quinhões de terras em função do término das atividades da Estrada Santa Clara Filadélfia, formando os núcleos de São Jacinto, a nordeste, e Bela Vista, ao norte (Figura 21 A e B), e que somente na década de 1940 seriam integrados ao tecido urbano.

⁶⁹ Ainda hoje, a presença de alemães e sírios-libaneses é notória na cidade, nos sobrenomes das famílias e em algumas marcas culturais, como comidas e festas.

FIGURA 21



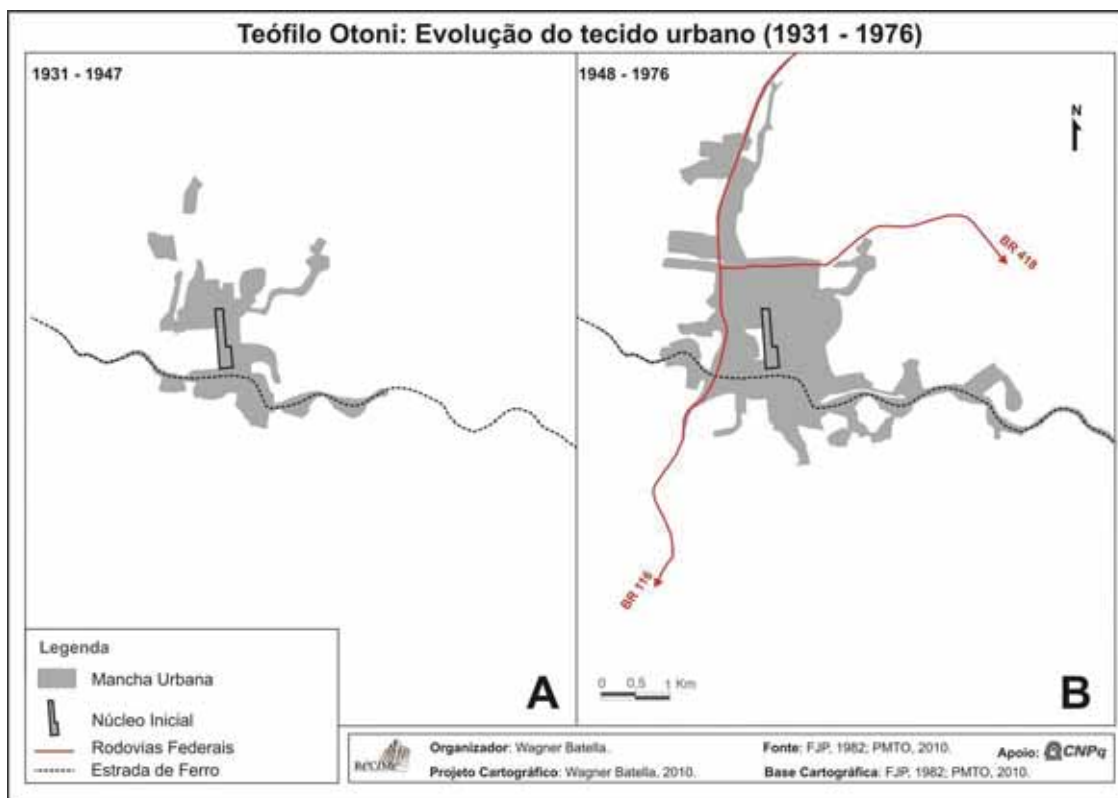
A evolução da ocupação territorial de Teófilo Otoni foi diretamente determinada por fatores econômicos e pelas condições do sítio da cidade, que pela significativa presença de áreas com fortes declividades se tornava pouco propício para urbanização. Já ocupadas praticamente todas as áreas de topografia favorável nas adjacências do núcleo planejado, as expansões da cidade passam a se dar sem qualquer orientação preestabelecida na legislação, pela ocupação dos morros adjacentes ao núcleo inicial e pelos vales, dando uma configuração “tentacular” à malha urbana (Figura 21 B), influenciado pelo traçado da ferrovia Bahia-Minas, que chegou à cidade em 1898, e que rompeu com a forma anterior.

A partir de 1900, a ferrovia assumiu papel determinante neste quadro indutor do crescimento da cidade de Teófilo Otoni que, naquela época, já se tornava um importante entreposto comercial do norte e nordeste de Minas, sendo a Bahia-Minas o principal elemento direcionador de sua expansão física durante as primeiras quatro décadas do século XX (Figura 21 B e Figura 22 A).

Décadas mais tarde, a implantação das rodovias BR-116, em 1948, e da BR-418, em 1968, definiram novos eixos de crescimento para a cidade,

principalmente pelo surgimento de novos loteamentos nas porções ao norte (majoritariamente) e ao sul (Figura 22 B).

FIGURA 22



Para melhor entender a relação entre sítio urbano e expansão da cidade, faz-se também necessário correlacionar essas questões com o processo de crescimento da população urbana de Teófilo Otoni, por mais que não seja possível reduzir uma questão à outra.

Segundo o relatório da FJP (1982b), essa população, que era de aproximadamente 4.500 pessoas em 1920, sobe para mais de 12 mil em 1940, e para quase 22 mil em 1950, dobrando e chegando a 44 mil em 1960. A tabela 6 mostra que nos últimos cinco Censos Demográficos do IBGE, as décadas de 1980 e 1990 foram as que apresentaram o maior percentual de crescimento demográfico na cidade, respectivamente 31% e 16%. A ocupação, inicialmente restrita ao vale do Rio Todos os Santos, atinge os topos, o que termina por configurar regiões densas e precárias. Os terrenos com fortes declividades foram rapidamente incorporados ao tecido urbano, provocando uma multiplicação de áreas na cidade com parcos índices de atendimento por

serviços urbanos, susceptíveis a processos de erosão por águas pluviais e precários sistemas viários (Figura 23 A e B) (FJP, 1982b).

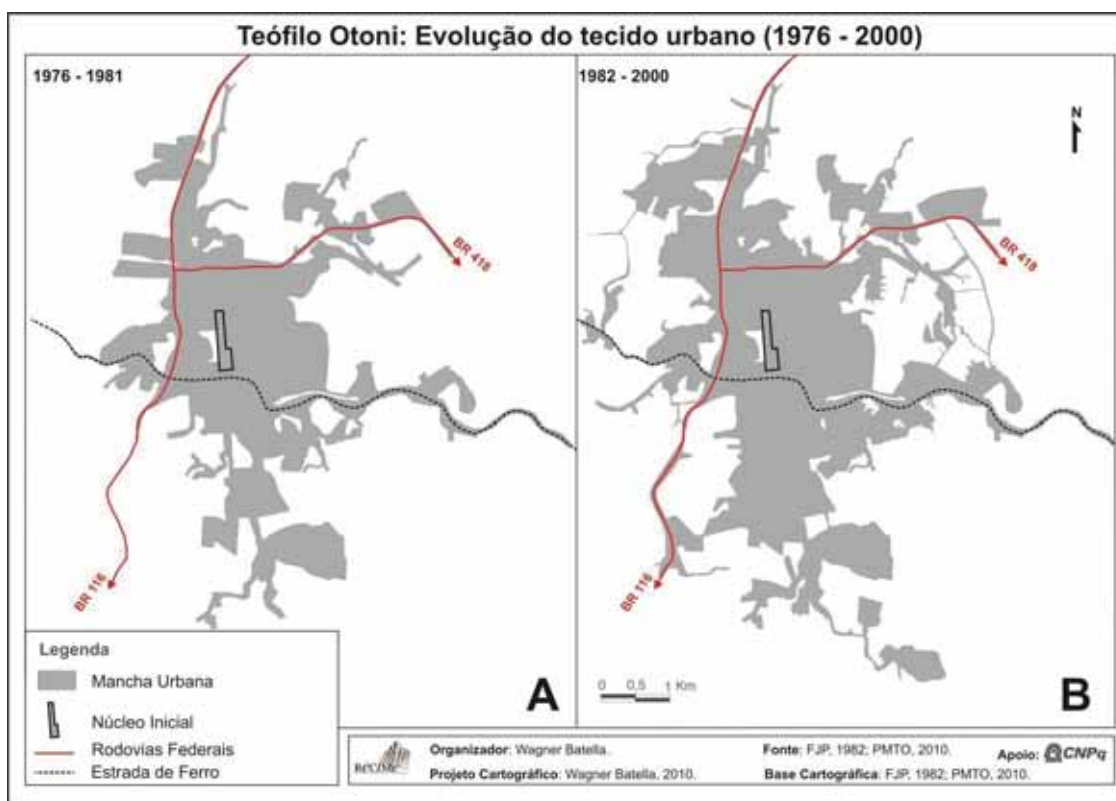
TABELA 6: Teófilo Otoni. Evolução da população. 1970 a 2010

CENSO	TOTAL		URBANA			RURAL		
	Nº HAB.	% CRESC.	Nº HAB.	%	% CRESC.	Nº HAB.	%	% CRESC.
1970	133.017	-	67.094	50,44	-	65.923	49,56	-
1980	128.826	-3	87.957	68,28	31	40.869	31,72	-38
1991	140.833	9	101.966	72,40	16	38.867	27,60	-5
2000	129.424	-8	102.812	79,44	1	26.612	20,56	-32
2010	134.745	6	110.076	81,70	7	24.669	18,30	1

Fonte: IBGE: Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)
Organizado por Wagner Batella.

A acelerada expansão da malha urbana na década de 1970 foi caracterizada, quase que exclusivamente, pelos loteamentos destinados aos diversos extratos sociais e localizados indiscriminadamente por todos os quadrantes na periferia da área anteriormente ocupada. Durante a implantação desses loteamentos, nota-se uma presença maior do Estado, que fica evidente pelo registro de FJP (1982b), ao mencionar um maior acompanhamento da prefeitura em relação aos padrões mínimos de urbanização nesse período (Figura 23 A e B).

FIGURA 23



Durante o final da década de 1970 e toda a década de 1980 até os anos 2000, houve em Teófilo Otoni uma proliferação da ocupação em áreas periféricas, particularmente naquelas impróprias ao uso urbano em função das restrições topográficas do sítio. O resultado foi a multiplicação dessas áreas em várias partes da cidade, que se enquadram nas explicações apresentadas por Pequeno (2009, p.206):

A caótica expansão das cidades, carentes de infraestrutura e ambientalmente degradadas, a insuficiente produção habitacional de interesse social, num ambiente de incertezas e de desaceleração do crescimento econômico, decorreram na geração de um crescente déficit habitacional assim como num progressivo aumento do percentual de famílias morando em condições precárias.

No início da década de 1980, cerca de 40% da área correspondente ao então perímetro urbano da cidade, apresentava declividades iguais ou superiores a 30% (FJP, 1982b), em inconformidade com a Lei Federal 6.766/1979 – Parcelamento do Solo Urbano –, que não permitia o

parcelamento do solo para fins urbanos em terrenos com declividade superior a 30%.

Remete a essa época a criação de dois importantes instrumentos que representam a sinergia entre ações locais e supralocais do Estado. O PROECI (Programa Estadual de Centros Intermediários), implementado em 1981 pelo Governo do Estado de Minas Gerais, e o PDU (Plano de Desenvolvimento Urbano), fruto de um convênio, estabelecido em 1982, entre a Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni e o governo estadual. As proposições de intervenções enfeixadas pelo Programa e pelo Plano surgem como reflexo das políticas públicas de planejamento urbano e regional encetadas a partir da década de 1970, que visavam estruturar as cidades médias de forma que elas atuassem na redução das disparidades regionais (AMORIM FILHO e SERRA, 2001). Esses instrumentos devem ser entendidos *pari passu* ao papel que o Estado passava a desempenhar na estruturação urbana e da cidade de Teófilo Otoni, uma vez que eles desencadearam mudanças nos papéis regionais desempenhados por essa cidade, bem como influenciaram a produção da cidade. O PROECI foi elaborado com o fito de reduzir os fluxos migratórios do interior do Estado para o Vale do Aço e a Região Metropolitana de Belo Horizonte, enquanto o PDU teve o desafio de apontar soluções para os problemas associados ao crescimento sem planejamento, bem como apontar futuras medidas que garantissem o desenvolvimento da cidade.

No que se refere ao primeiro, os estudos apontavam ações necessárias para conter o fluxo migratório, melhorando as condições de habitabilidade em cidades previamente escolhidas e que foram cognominadas de cidades-diques. Essas condições eram voltadas para aprimoramentos em infraestrutura urbana, saneamento básico, equipamentos de saúde e escolar, além da melhoria das condições de emprego mediante a implantação de atividades produtivas. O Plano de Desenvolvimento Urbano foi o primeiro grande programa voltado para a cidade e serviu de base para elaboração do Cadastro Técnico Municipal, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras e o Código Tributário, todos elaborados em 1982. Ele foi utilizado para orientar o crescimento da cidade e a localização de equipamentos coletivos.

Houve, a partir de então, propostas de incentivo ao adensamento e controle da ocupação e uso do solo urbano, o que levou à retração do número de loteamentos aprovados. As diretrizes sobre o perímetro urbano mostravam que, em 1981 apenas 15% de sua área era ocupada e que os loteamentos vinham se multiplicando dentro deste perímetro numa proporção superior ao crescimento populacional (FJP, 1982b). As propostas para controle da ocupação em áreas de declividade acentuada não foram suficientes para conter a ocupação dessas áreas, nem o parcelamento de outros espaços periurbanos desprovidos de infraestrutura.

O PROECI incentivou, por meio do Projeto Centro de Bairro, a criação de equipamentos coletivos e a melhoria de infraestruturas em áreas periféricas. Durante as duas últimas décadas do século XX surgiram os primeiros agrupamentos de comércios de bairro⁷⁰, mas que não chegaram a configurar áreas centrais⁷¹, conforme caracterizado por Corrêa (2004), mas apenas núcleos secundários, propostos pelo mesmo autor como ruas comerciais de bairros ou ruas especializadas em comércio de autopeças. Identificam-se, dessa maneira, processos de diferenciação espacial e aglomeração de atividades pouco diversificadas, que não caracterizam áreas centrais fora do centro tradicional.

Recentemente, em 2007, foi formulado o primeiro Plano Diretor do município que teve por objetivos criar diretrizes para o desenvolvimento da cidade. Foram privilegiadas as áreas de habitação, saneamento, meio ambiente, transporte e mobilidade. Esse plano tem sido um elemento norteador de várias mudanças que se observam na divisão social do espaço num período recente, tema que será detalhado na próxima seção deste capítulo, mas antes de iniciá-lo, apresentam-se as figuras 24, 25 e 26, que contribuirão para a caracterização das condições de desigualdade socioeconômica na cidade de Teófilo Otoni.

⁷⁰ como a Avenida Rachid Handere, no bairro Bela Vista, e a Praça Silvio Burmann, no Bairro São Jacinto, bem como os eixos das rodovias BR-116 e BR-418.

⁷¹ Dentre as características das áreas centrais, Corrêa (2004) destaca: ampla escala vertical, foco de transportes intraurbanos, áreas de decisões, concentrações diurnas, ampla escala vertical e uso intensivo do solo.

FIGURA 24

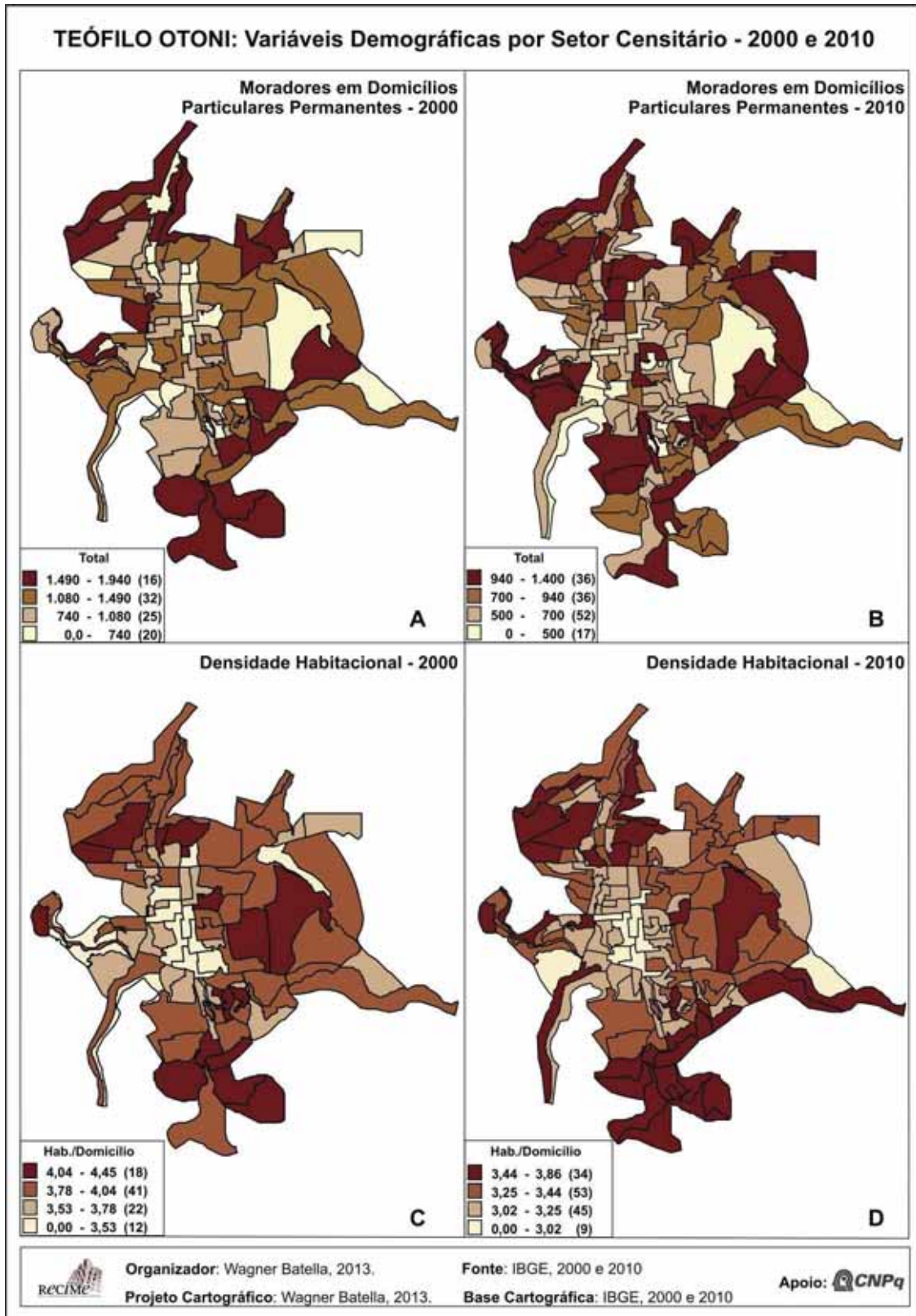


FIGURA 25

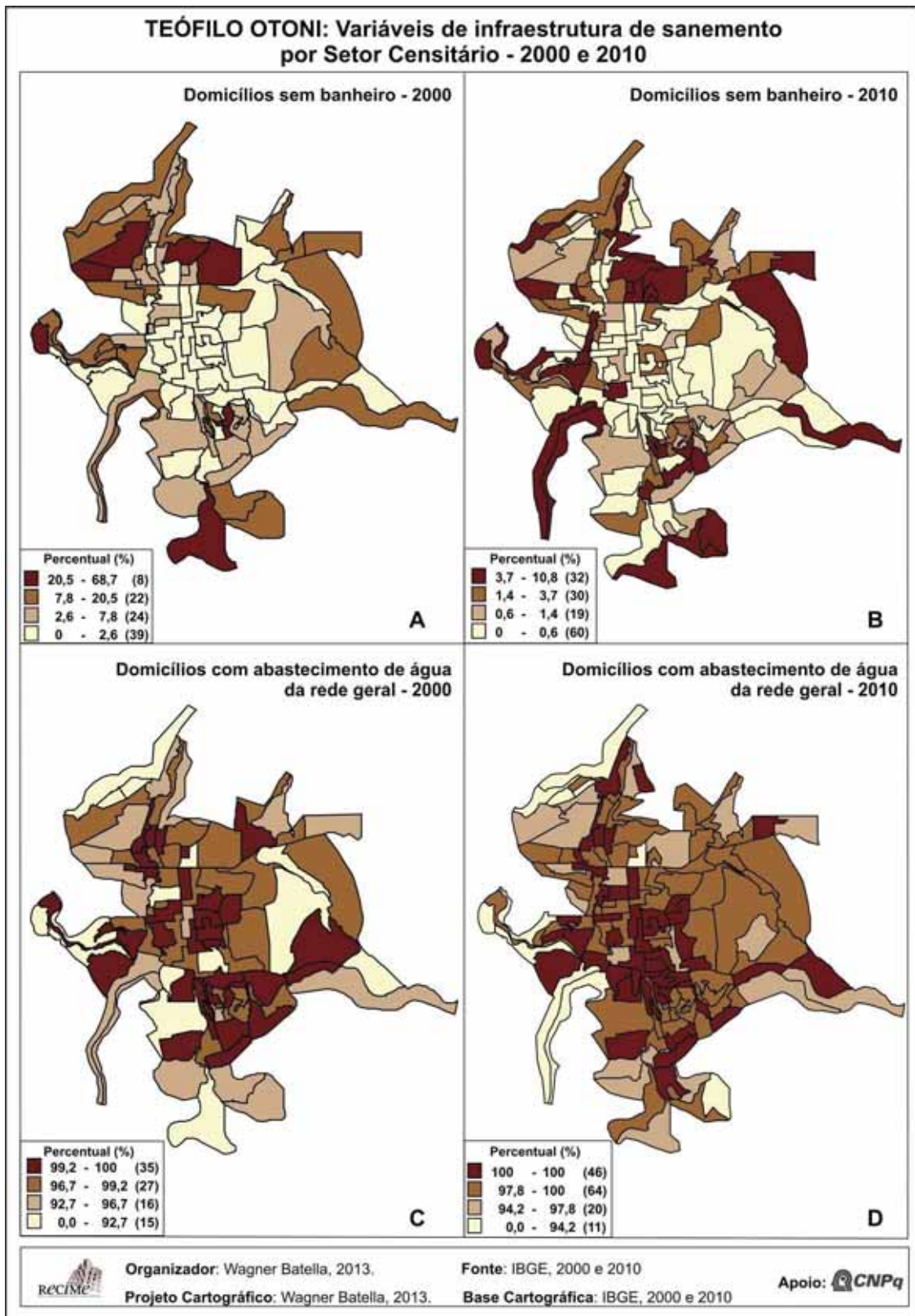
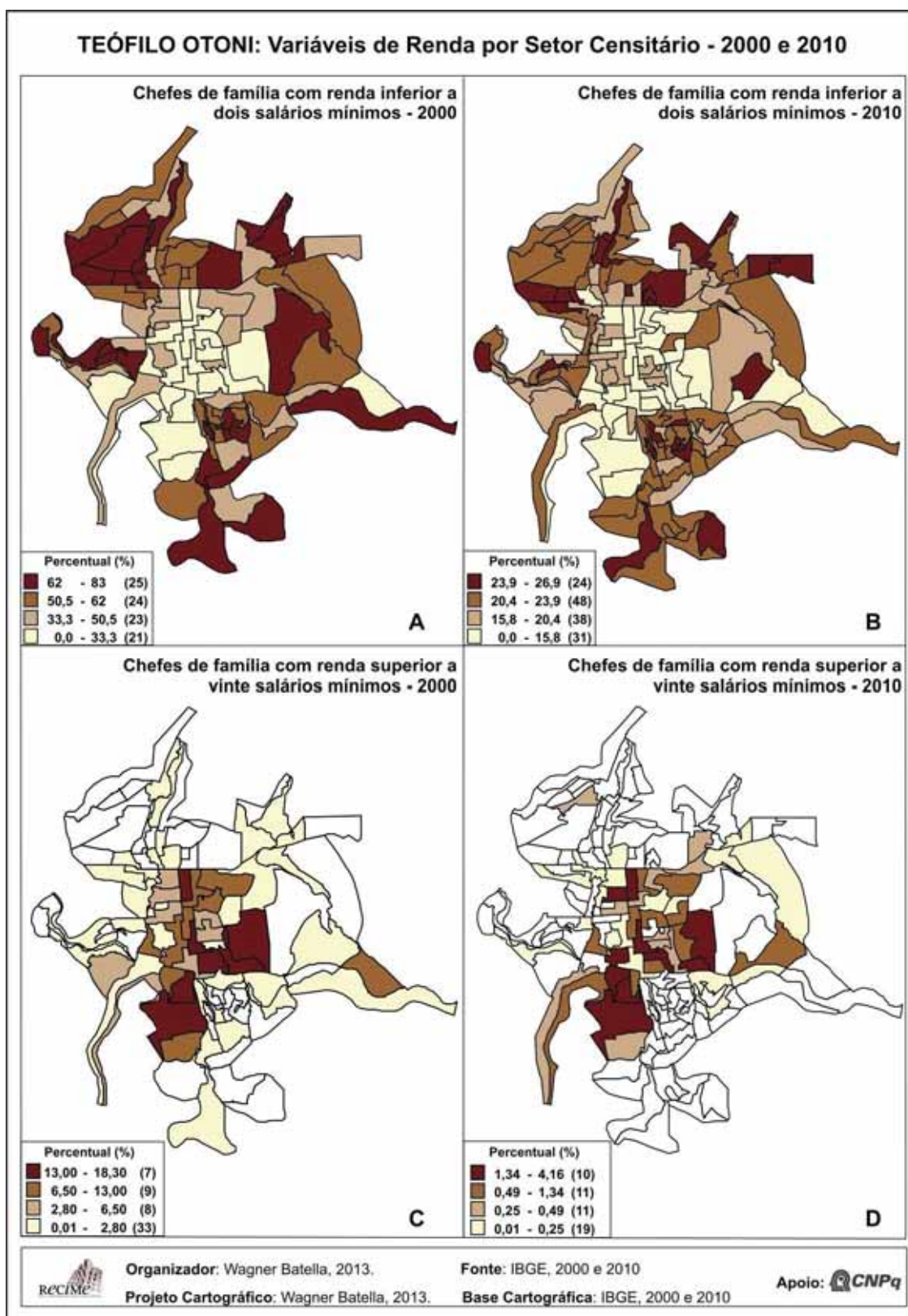


FIGURA 26



As figuras 24, 25 e 26⁷² foram produzidas a partir de dados dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE nos anos de 2000 e 2010. Elas permitem elaborar algumas sínteses a respeito da intensidade e da mudança nos padrões de desigualdades socioespaciais da cidade e foram elaboradas considerando a divisão dos setores censitários. Para isso, selecionou-se variáveis agrupadas em três temas que, seguindo proposta metodológica da ReCiMe, foram considerados significativos para compreensão das desigualdades socioeconômicas em Teófilo Otoni: demografia, infraestrutura de saneamento e renda.

Na figura 24, nos cartogramas A e B, observa-se que a concentração de população é maior nas áreas periféricas da cidade, sendo que no ano de 2010 houve um incremento populacional em dois setores censitários localizados na área central que não sofreram divisões ou alterações nos períodos analisados (Bairros Centro e São Francisco). Já sinalizando a questão que será discutida adiante, esse dado é reflexo de um processo recente e acentuado de verticalização na área central (o setor censitário Centro apresentou um aumento de 152% no número de apartamentos entre os dois períodos), ainda que os setores mais populosos continuem nas áreas periféricas e de topografia acidentada, como nos setores localizados nas porções norte, noroeste e oeste.

Os cartogramas representados nas figuras 24 C e D devem ser analisados com cautela, pois nas legendas é possível identificar que houve diminuição das maiores densidades demográficas dos setores censitários entre os anos 2000 e 2010. Porém, reforçou-se a tendência, já sinalizada nos dados do ano 2000, de concentração dos domicílios mais populosos nas áreas periféricas da cidade, principalmente nas já mencionadas porções norte e noroeste, além de setores censitários que se localizam na porção leste e sul, em detrimento dos setores mais centrais que continuam com as menores densidades habitacionais.

⁷² Ainda que os procedimentos técnicos para elaboração dos cartogramas coropléticos tenham sido pormenorizados nas notas metodológicas, destaca-se que, particularmente na elaboração desses mapas, não foi viável seguir o proposto em Castro (2000) no que se refere à adoção de uma legenda única para comparar a evolução temporal de variáveis socioeconômicas, pois, devido à grande quantidade de divisões de setores censitários entre os dois períodos analisados (em 2000 eram 96 setores censitários urbanos e em 2010 este número passou para 141), estar-se-ia comparando composições/áreas diferentes.

No que concerne à análise da infraestrutura de saneamento, representada nos cartogramas que compõem a figura 25, houve significativa melhoria das condições sanitárias que foram expressas por duas variáveis: domicílios sem banheiro (25 A e B) e domicílios com abastecimento de água da rede geral (25 C e D). Ainda assim, a periferia continua com os maiores percentuais de habitações sem banheiro e menores coberturas de esgoto, em contraste com alguns setores da área central que possuem a totalidade de acesso aos serviços de saneamento.

Esse padrão se confirma quando a análise recai nas variáveis de renda. Com efeito, considerando os chefes de família com renda inferior a dois salários mínimos, representados nos cartogramas 26 A e B, e os chefes de família com renda superior a 20 salários mínimos, nos cartogramas 26 C e D, observa-se que houve, no período analisado, diminuição dos percentuais dessas duas categorias entre os setores censitários. Ainda assim, de uma maneira geral, a cidade repete o padrão de um centro com melhores indicadores socioeconômicos e uma periferia precária, identificado na análise das outras variáveis. Este é o contexto de uma cidade marcada pela desigualdade, onde as periferias se perpetuam como o *lócus* dos mais baixos indicadores sociais, enquanto a área central concentra não apenas os serviços e comércios, mas também uma área residencial atrativa para os segmentos de médio e alto poder aquisitivo da cidade, que se evidencia pela intensificação da verticalização nas áreas centrais.

Sobre esta análise, ainda que os dados interpretados tenham expressado a melhora dos indicadores socioeconômicos da cidade durante a última década, ressalta-se que as desigualdades têm sido verificadas em várias cidades brasileiras. Porém, enfatiza-se que no caso de Teófilo Otoni, elas se articulam com a topografia, com ricos majoritariamente no centro, enquanto os pobres habitam as áreas precárias, o que agrava este padrão de desigualdade, como se pretende discutir na próxima seção.

4.3 – Sobre a divisão social do espaço em Teófilo Otoni

Retomando o início deste capítulo, ressalta-se o movimento de interação entre dinâmicas espaciais e sociedade, sendo que a primeira reflete a estrutura social ao mesmo tempo em que se constitui num “mecanismo específico de reprodução das desigualdades das oportunidades de participar na distribuição da riqueza gerada” (MELAZZO, 2006, p.127), além de criar condições para atender ou restringir as próprias necessidades sociais da vida urbana (LEFEBVRE, 2009).

Deve-se realçar, como faz Maricato (1997, p.42), que, sendo a cidade produto resultante das relações sociais, elas não poderiam deixar de expressar essa realidade social e econômica. Mas, como já foi reforçado anteriormente, não se trata de uma mera relação de reflexo do que se passa na sociedade, uma vez que o espaço é também agente ativo das relações sociais. “A dominação social se dá também através do espaço urbano, em especial a dominação ideológica, aquela que se oculta ao olhar do dominado” (MARICATO, 1997, p.42, *grifo nosso*). O mundo da mercadoria alcançou também o continente dos objetos, como retratou Lefebvre (2008 [1970], p.140), “esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. Ultimamente, o próprio espaço é comprado e vendido”. Acontece que atualmente não se refere mais apenas do solo ou da terra, mas também do espaço social, aquele que tem esta finalidade ou esta função.

Essa perspectiva abre um universo de análise acerca do fenômeno urbano e da sociedade, do qual se busca problematizar neste texto a noção de limiares a partir da perspectiva dos padrões existentes nos usos do solo urbano e de seus desdobramentos sociais. Assim, como sugere Gottdiener (1997), trata-se de uma investigação que procura revelar as nuances da organização social pelo estudo da estrutura urbana e, em particular, de Teófilo Otoni. Os papéis dos agentes produtores do espaço urbano, a produção de uma cidade tensionada entre forças propulsoras e forças retardatárias como será demonstrado, para além do processo de transformação da cidade e do urbano, serão analisados tendo como condutor dessa discussão a noção de divisão social do espaço, uma vez que, como já destacado, é nas desigualdades

socioespaciais que se pretende problematizar, neste capítulo, a tese levada adiante neste trabalho.

Os desafios dessa empreitada envolvem o avanço da análise previamente realizada acerca da produção do espaço urbano e as limitações impostas por um sítio natural como o encontrado em Teófilo Otoni. Milton Santos trata desse processo ao demonstrar a possibilidade de articulação de um sítio social sobre o sítio urbano a partir da

conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural; e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo (SANTOS, 2009b [1993], p.106-107 *grifos do autor*).

A partir dessa citação e retomando as figuras 24, 25 e 26, constata-se na cidade de Teófilo Otoni um claro padrão de ocupação do espaço urbano, onde as periferias são mais densamente ocupadas por uma população de baixa renda e que possui menores indicadores de acesso a certas infraestruturas. Por outro lado, a parte central da cidade, em contraste com a periférica, embora apresente setores com alta concentração populacional, não demonstram uma alta densidade habitacional, além de ser o local escolhido pela população que tem as maiores rendas. Configura-se, assim, em um primeiro momento um patente padrão centro-periferia que se agrava, não é demasiado repetir, pela topografia do sítio urbano.

Em sua tese de livre docência, Sposito (2004) destacou que a concentração, associada à expansão territorial, tem sido marca das cidades desde a Antiguidade. Acontece, elucida a autora, que a partir do século XX, as

expansões territoriais passaram por significativo processo de intensificação, o que complexificou esta estrutura urbana do tipo centro-periferia.

Duhau (2005) corrobora esse argumento e afirma que os estudos dedicados ao tema da organização socioespacial apresentaram esta estrutura centro-periferia como um dos traços gerais das cidades até a década de 1970, particularmente das metrópoles latino-americanas. Para ele, as cidades demonstravam:

uma divisão social do espaço em grande escala que implicava o contraste entre uma parte, setor ou cone da aglomeração, onde residiam os grupos de maior renda, e que se caracterizava por uma relativa heterogeneidade social, e outra parte onde se concentravam os pobres e, em geral, as classes trabalhadoras e se caracterizava por uma composição social muito homogênea (p.356).

Essa também é a posição de Caldeira (2000, p.211), para quem a estrutura centro-periferia, entendida como uma das formas de expressão da segregação social no espaço,

dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais são separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias.

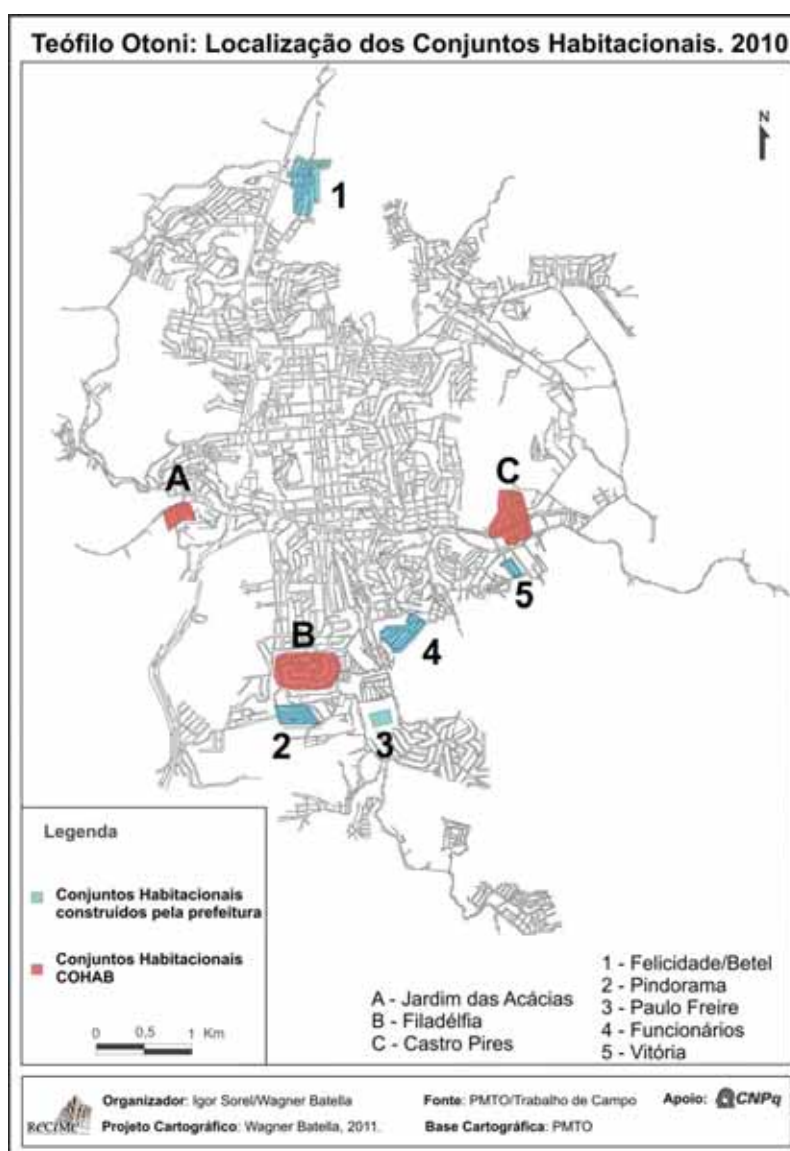
Lojkine (1981 [1977]), no capítulo intitulado POLÍTICA URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIAL, do livro, O ESTADO CAPITALISTA E A QUESTÃO URBANA, classifica a localização da habitação como a mais forte expressão da segregação social. O autor chama atenção para importância da análise do local de residência das diferentes classes sociais.

Dessa maneira, tomando-se a perspectiva da habitação, prossegue-se com a análise de dois padrões de moradia, as moradias periféricas, principalmente os conjuntos habitacionais e as áreas localizadas nas encostas

dos morros e as moradias da área central, particularmente as habitações em locais que têm passado por intenso processo de verticalização.

A figura 27 indica a localização dos conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura e pela COHAB-Minas (Companhia de Habitação de Minas Gerais) até o início da década de 1980. As informações para elaboração desse mapa foram obtidas em entrevistas e trabalhos de campo realizados com o arquiteto Igor Sorel⁷³.

FIGURA 27



⁷³ Servidor público da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Teófilo Otoni, ex-secretário de planejamento. Trabalhos de campo e entrevistas realizados em 15 de julho de 2009 e 14 de julho de 2010.

A análise deste mapa mostra a predominância de conjuntos habitacionais ao sul, oeste e leste da cidade, coincidindo, como se pode verificar na já exposta figura 24, com as áreas de maior concentração populacional e de maior densidade habitacional. Segundo o entrevistado, os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-Minas remetem ao final da década de 1960 e vão até o início dos anos 1980, enquanto as primeiras intervenções da Prefeitura na construção desse tipo de moradia referem-se à década de 1980, exceto o conjunto Paulo Freire, 66 casas populares que foram construídas com recursos do Programa Habitação de Interesse Social do Governo Federal e finalizado em 2010.

FOTOS 9 a 15: Teófilo Otoni: Conjuntos Habitacionais. 2013

Foto 9: Conjunto Jardim das Acácias



Foto 10: Conjunto Filadélfia



Foto 11: Conjunto Castro Pires



Foto 12: Conjunto Felicidade/Betel



Foto 13: Conjunto Pindorama



Foto 14: Conjunto Paulo Freire



Foto 15: Conjunto Funcionários



Foto 16: Conjunto Vitória



Fotos: Google Earth, 2013.

A partir das imagens dos conjuntos habitacionais obtidas pelo Google Earth (fotos 9 a 16), percebe-se que aqueles conjuntos mais antigos, principalmente os construídos pela COHAB-Minas (fotos 9, 10 e 11), apresentam-se melhor estruturados, considerando a infraestrutura, a pavimentação das vias e a própria condição das moradias, em detrimento daqueles atribuídos à Prefeitura. Essa condição se evidencia, ainda, no descompasso entre a construção desse tipo de moradia e a oferta de serviços públicos necessários à vida urbana. Tomando como exemplo o conjunto habitacional mais recente que foi implantado em 2010, o Paulo Freire, matérias divulgadas em veículos de comunicação por ocasião da entrega das casas às famílias enalteciam o significado simbólico da conquista da casa própria, mas denunciavam o atraso da oferta de serviços públicos ao conjunto habitacional, contrastando-o com “os bairros do entorno do Conjunto Habitacional Paulo Freire [que] possuem toda infra-estrutura para moradia, com água, luz, rede de

esgoto, coleta de lixo e serviço de transporte público”⁷⁴ (JORNAL DOS VALES, 2010, *grifo nosso*).

Tal situação levanta a questão, também apontada por Lojkin (1981 [1977], p.257), se a política urbana refletiria de fato a transformação da estrutura social. Parece precipitado apresentar uma resposta neste momento, mas sinaliza-se para uma resposta negativa, uma vez que na perspectiva da variável analisada, a tipificação da moradia pelos conjuntos habitacionais, constata-se o fortalecimento da clivagem social na cidade.

Essa comprovação se reforça quando a atenção recai na análise das moradias localizadas em áreas de forte declividade, principalmente nas encostas dos morros localizados na parte oeste da cidade (ver figuras 17, 18 e 19).

Destacou-se, até então, a ação do Estado e o papel do sítio urbano na configuração do traçado e da forma urbana da cidade, mas deve-se observar, como o fez Nascimento (2012, p.76), que em certa medida, as condições topográficas definem ainda “os modos de uso e ocupação da terra e a distribuição dos segmentos sociais no espaço”. O autor defende que o substrato no qual a sociedade produz a cidade não deve ser considerado como mero receptáculo dessas ações, uma vez que ele condiciona, favorece ou restringe, via legislação ou pela própria imposição de restrições, a ocupação para habitação ou o desenvolvimento de determinados usos da terra. “Portanto, mais do que natural, a topografia pode se tornar social ao ser apropriada e utilizada de modo desigual pela sociedade urbana” (p.76).

Em Teófilo Otoni, nota-se que o sítio urbano é uma importante variável a ser levada em conta na divisão social do espaço. Durante os trabalhos de campo, constatou-se o que os indicadores mapeados já representavam sobre as áreas de maior declividade: o grau de precariedade dessas partes da cidade.

Para discutir essa temática, procedeu-se à análise do documento Diagnósticos e Diretrizes que integram o Plano Diretor Participativo de Teófilo

⁷⁴ Notícia obtida no site: <http://www.liderdosvales.com.br/site/cidade/prefeitura-entrega-conjunto-habitacional-na-zona-sul>. Acesso em 16 de junho de 2010.

Otoni⁷⁵, elaborado em 2007, ainda no formato de Projeto de Lei. Segundo esse documento, as áreas caracterizadas como habitação de interesse social correspondem aos:

locais em que mora população com renda dos chefes de família, apontada pelo Censo 2000, predominantemente com até 3 salários mínimos, chegando até 5 salários mínimos, àquela época, e que apresentam de forma significativa vários dos aspectos a seguir relacionados: desordenação e parâmetros urbanísticos precários, carência de infra-estrutura, áreas de risco e irregularidade fundiária (TEOFILO OTONI, 2008, p.107).

O documento não mensura as áreas classificadas como de habitação de interesse social, mas ressalta que uma parcela significativa da cidade encontra-se nessa situação, principalmente nas áreas próximas a cursos d'água, em encostas com forte declividade e construções situadas sobre aterros mal feitos e perto de cristas de talude⁷⁶, onde há riscos de deslizamentos. Com o objetivo de conhecer algumas dessas áreas, durante trabalhos de campo⁷⁷, foram visitados os bairros: Bela Vista (localizado na área norte da cidade), São Cristovam e Joaquim Pedrosa (no extremo noroeste) (Fotos 17, 18, 19 e 20).

FOTO 17: Teófilo Otoni: Extensão da área com Habitações de Interesse Social no bairro Bela Vista. 2012



Fotos: Wagner Batella, 2012.

⁷⁵ Em 10 de dezembro de 2008, este Projeto de Lei foi aprovado e se tornou a Lei Municipal nº 5.892/2008.

⁷⁶ Um talude é o plano inclinado (formato de uma rampa) que limita um aterro. A crista de talude refere-se a sua parte mais alta.

⁷⁷ Realizado em julho de 2012.

FOTO 18: Teófilo Otoni: Habitações de Interesse Social no bairro Bela Vista. 2013



Fotos: Google Earth, 2013.

A partir da análise das fotos 17 e 18, pode-se depreender a extensão de uma das áreas de moradia precária no bairro Bela Vista. Nas fotos seguintes, 19 e 20, destacam-se as ocupações de uma crista de talude no bairro Joaquim Pedrosa e da encosta de um morro no bairro São Cristovão.

FOTO 19: Teófilo Otoni: Habitações de Interesse Social no bairro Joaquim Pedrosa. 2012



Fotos: Wagner Batella, 2012.

FOTO 20: Teófilo Otoni: Habitações de Interesse Social no bairro São Cristovão. 2012



Fotos: Wagner Batella, 2012.

Para fechar esta caracterização das habitações em áreas periféricas, destaca-se que, durante entrevista⁷⁸ com a Diretora da Divisão de Habitação da Secretaria Municipal de Ação Social, Sra. Liota Maria dos Anjos Ramos, obteve-se o relato de experiências de mutirões de autoconstrução de habitações em áreas doadas pela Associação de Bairros de Teófilo Otoni. A entrevistada citou três mutirões realizados nos bairros Vila Esperança (1979), Itaquara (1985) e São Benedito (1992), todos localizados na parte sul da cidade em terras que ainda não tinham, naquele momento, sua regularização fundiária.

Antes de passar para análise das habitações em outras localizações da cidade, envolvendo conteúdos econômicos e sociais distintos desses e que representam outras tipologias, apresenta-se o *deficit* habitacional⁷⁹ de Teófilo

⁷⁸ Entrevista realizada no dia 13 de julho de 2010.

⁷⁹ O *deficit* habitacional é calculado pela Fundação João Pinheiro desde o ano de 1995. O cálculo para o dado apresentado baseou-se nos microdados do censo realizado pelo IBGE

Otoni do ano 2000 (Tabela 7). Este dado representa tanto as moradias sem condições de serem habitadas, devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física, quanto à necessidade de incremento do estoque imobiliário (FJP, 2005). Observa-se que o percentual de 11,27% está acima daquele encontrado para o estado de Minas Gerais. Este é superior, ainda, ao *deficit* habitacional de outras cidades médias brasileiras estudadas pela ReCiMe, como Passo Fundo (6,37%), Chapecó-SC (6,53%) ou Marília-SP (6,81%), e menor do que aqueles observados em cidades como Mossoró-RN (16,60%), Marabá-PA (25,56%) ou Tefé-AM (42,07%).

TABELA 7: Teófilo Otoni e Minas Gerais. Componentes do Deficit Habitacional. 2000

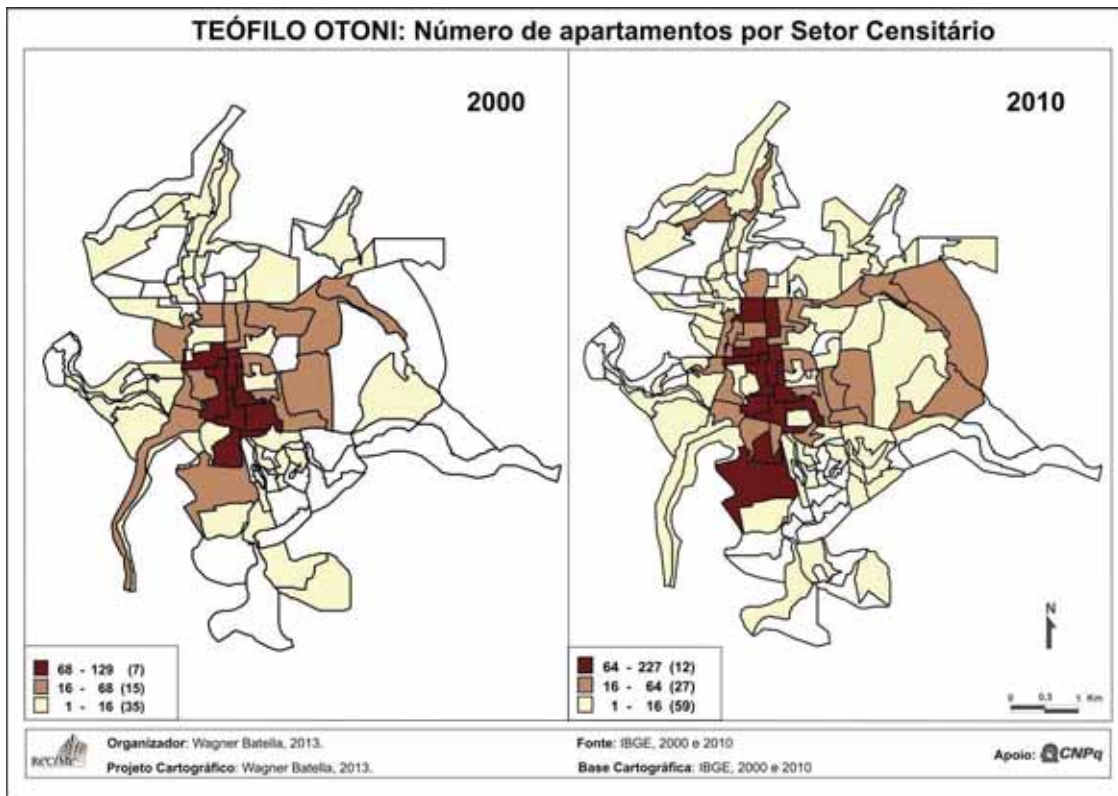
	Domicílios Particulares Permanentes	Deficit Habitacional Básico	% Deficit
Teófilo Otoni	33.202	3.742	11,27
Minas Gerais	4.763.337	443.352	9,31

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Avançando a análise para as habitações na área central, relembra-se que o padrão centro-periferia, anteriormente apontado, demonstra que, retomando a interpretação das figuras 24, 25 e 26, o considerado centro da cidade é o local com as menores taxas de densidade habitacional, os melhores indicadores de acesso à infraestrutura de saneamento e as maiores concentrações de população com rendimentos elevados. Sobre a questão da moradia, observa-se que a área central apresenta os maiores percentuais de verticalização (figura 28).

(2000) e considerou a soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos domicílios rústicos (aqueles que não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada – FJP, 2005). Uma atualização deste indicador por município encontra-se em elaboração pela Fundação João Pinheiro, conforme informação obtida em seu site, acesso em 20 de abril de 2013: <http://www.fjp.gov.br/index.php/banco-de-noticias/36-noticias-em-destaque/1619-fundacao-joao-pinheiro-atualiza-estudo-sobre-deficit-habitacional-dos-municipios-brasileiros>

FIGURA 28



Na figura 28 tem-se a espacialização do número de apartamentos⁸⁰ entre os setores censitários. Observa-se a maior concentração desse tipo de habitação nos dois períodos analisados. No ano 2000, os setores que apresentavam o maior número desse tipo de imóvel alcançavam o total de 129 unidades. Dez anos depois, no último Censo, a maior concentração de apartamentos em um único setor censitário chegava ao montante de 227 unidades, no bairro Centro, um incremento de 98 unidades (76%) de novos produtos imobiliários, como os representados na foto 21. A verticalização no período foi intensa, ainda, em bairros adjacentes ao Centro, como os bairros Fátima e Grão Pará, ao norte, e Doutor Laerte Laender e Marajoara, ao sul.

⁸⁰ É o domicílio particular localizado em edifício de um ou mais andares, com mais de um domicílio, servidos por espaços comuns (hall de entrada, escadas, corredores, portaria ou outras dependências). Considerou-se também como apartamento o domicílio que se localiza em prédio de dois ou mais andares em que as demais unidades são não residenciais e, ainda, aqueles localizados em edifícios de dois ou mais pavimentos com entradas independentes para os andares (IBGE, 2010).

FOTO 21: Teófilo Otoni: Exemplos de novos produtos imobiliários na cidade e verticalização da área central. 2010



Fotos: Wagner Batella, 2010.

Esse recente crescimento dá a impressão de intensificação de processos econômicos que impactam na mudança dos usos do solo recorrentes, o que poderia significar o desenvolvimento de um mercado imobiliário mais complexo e uma economia urbana mais dinâmica. Uma análise mais aprofundada, por outro lado, revela a inexistência de capitais imobiliários externos. Em entrevista⁸¹ realizada com os senhores Luciano Ramos de Castro e Valmir Esteves, respectivamente, presidente e ex-presidente do SPRTO (Sindicato dos Produtores Rurais de Teófilo Otoni), obteve-se a informação de que a principal empresa responsável pela construção desses novos produtos imobiliários é a Alcance Engenharia e Construção. Em consulta ao site⁸² dessa empresa, identificou-se que se trata de uma construtora de capital local, que fora fundada em 1985 e tem atuado no mercado de obras públicas. A partir de 2011, a Alcance passou a atuar na incorporação imobiliária com o lançamento

⁸¹ Entrevista realizada no dia 18 de julho de 2012.

⁸² <http://www.construtoraalcance.com.br/a-alcance.php> Acesso em 22 de abril de 2013.

de dois produtos: o Condomínio Mediterrâneo, com previsão de lançamento ainda em 2013, e o Belle Ville, que se encontra em etapa inicial de construção.

Em grande medida, esse processo, que é recente e engendrado por agentes locais, é resultado da diversificação de investimento que pedristas⁸³ e produtores agropecuários vêm experimentando na cidade. Retomando a entrevista com os diretores do SPRTO, obteve-se a seguinte informação do Sr. Luciano Ramos de Castro:

Toda economia nossa respalda na agropecuária, porque todo pedrista é fazendeiro. Todo médico tem sua fazenda. Todo engenheiro tem sua fazenda. (...) E toda economia dessas pessoas eles jogam em gado, eles não investem na poupança ou em outra coisa, eles investem no gado que traz uma média de 30% a 40% de lucro ao ano. (...) Chega uma hora que não cabe mais gado na fazenda e eles passam a investir em apartamentos.

Retoma-se, assim, o papel da economia das pedras preciosas, sua articulação com os produtores rurais e os profissionais liberais para a produção, ainda incipiente, de imóveis residenciais voltados para segmentos da população de maior renda. Como destacado no capítulo anterior, o setor das pedras preciosas é marcado por incertezas e forte concentração das lavras entre alguns poucos produtores da cidade, o que contribui para entender o pouco dinamismo decorrente dessa atividade.

Observa-se, de um lado, a não constituição de um segmento específico na cidade ligado ao capital imobiliário, sendo o início dessa produção atribuída a uma elite local que busca diversificar investimentos, antes voltados apenas para a agropecuária, não se assemelhando a uma prática organizada na perspectiva empresarial. Por outro lado, contribuindo para a produção da cidade, principalmente de suas precárias periferias, destaca-se o papel do Estado, que intensifica o processo de segregação socioespacial ao agravar a questão da localização das moradias dos segmentos de menores rendimentos.

A atuação desses agentes em Teófilo Otoni tem contribuído para a produção da estrutura urbana nos padrões centro-periferia que se caracterizou

⁸³ Negociantes de pedras preciosas.

nesta tese. Todavia, retomando Caldeira (2000) e Duhau (2005), ressalta-se que desde a década de 1980 uma terceira forma de configuração urbana vem sendo notada nas cidades brasileiras:

sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns (CALDEIRA, 2000, p.211).

Essas transformações na perspectiva das cidades médias foram analisadas por Sposito (2007b). Para a autora, essas cidades têm se inserido e refletido de forma diversificada as complexas relações que estabelecem em variegadas, e cada vez mais abrangentes, escalas geográficas. Algumas cidades médias estariam passando, dessa maneira, por transformações tão profundas e significativas que seria possível falar de uma reestruturação urbana, na medida em que elas rompem com papéis urbanos que possuíam em períodos anteriores. A autora complementa:

paradoxalmente, quando se foca a atenção na escala intraurbana, o que se nota é a ocorrência de dinâmicas de reestruturação dessas cidades, independentemente da espessura das transformações observadas no que concerne aos papéis que desempenham nas escalas regionais, nacional ou internacional (SPOSITO, 2007b, p.4).

Dessa maneira, a reestruturação na perspectiva do espaço intraurbano seria mais evidente do que aquela voltada para a escala interurbana. Para corroborar esse argumento, a autora analisa o papel dos loteamentos fechados:

O aparecimento de novos empreendimentos fundiários e imobiliários estimula e reflete esse movimento de crescimento quantitativo e qualitativo das cidades de porte médio do Estado de São Paulo. Alguns estudos têm demonstrado o papel crescente dessas iniciativas redefinindo as formas de *habitat* urbano, por meio da implantação de loteamentos fechados ou condomínios horizontais (SPOSITO, 2007b, p.6).

Em geral, essas novas formas de *habitat* estão transformando o conteúdo das periferias e redefinindo as relações entre essas e o centro da cidade. No período em que predominavam cidades marcadas estritamente pelo padrão centro-periferia as estruturas eram “monocêntricas, fortemente integradas a uma única área importante de concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços” (SPOSITO, 2007b, p.7). O que se tem visto nas últimas décadas é o rompimento com essas formas e a multiplicação dessas áreas centrais, fortemente concentradoras de atividades, como eixos centrais, centros comerciais e *shopping centers*. Elas encontram-se cada vez mais diversificadas e segmentadas por mercados consumidores, conforme diferentes padrões de consumo, além de serem fortemente seletivas em função de suas localizações (SPOSITO, 2007b).

Essa composição interna da estrutura urbana das cidades não é uma particularidade das cidades médias, e/ou de porte médio, paulistas, como foi abordado no trabalho em questão, mas tem sido verificada em diversas outras cidades médias brasileiras, como vem estudando a ReCiMe. Dessa maneira, Sposito (2007b) alerta que essa multiplicação e diversificação de áreas centrais, ao redefinirem as relações ente centro e periferia, tornar-se-iam emblemáticas da existência de processos de reestruturação da cidade. Em texto recente, a autora, assim, retoma e conceitua essas transformações: “em outros termos, se constatamos a existência de mais de um centro, temos uma multicentralidade. Se constatamos diferentes níveis de especialização e importância entre esses centros, estamos em face de uma policentralidade” (SPOSITO, 2010b, p.205, *grifos da autora*).

É possível, como destaca a pesquisadora, identificar, sob certos aspectos, “uma homogeneização das territorialidades intraurbanas de diferentes cidades” (SPOSITO, 2010b, p.199). Porém, há de se considerar as diferentes conjunturas econômicas e particularidades de cada formação socioespacial que imprimem especificidades ao processo geral de redefinição da centralidade interna dessas cidades.

O que está se propondo é a análise do centro para a compreensão da própria cidade. Essa questão já foi sinalizada por Sposito (1991, p.5), ao afirmar que “a análise do processo de produção e estruturação das cidades

tem que passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro”. Ainda segundo essa autora:

o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo o ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela (p.6).

Observa-se, assim, a proposta conceitual de centro como a área da cidade que apresenta certo grau de complexidade de suas funções e, em função disso, exerça atração sobre as demais partes da cidade, como afirma Castells (2011 [1983], p.314):

o centro urbano então não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana.

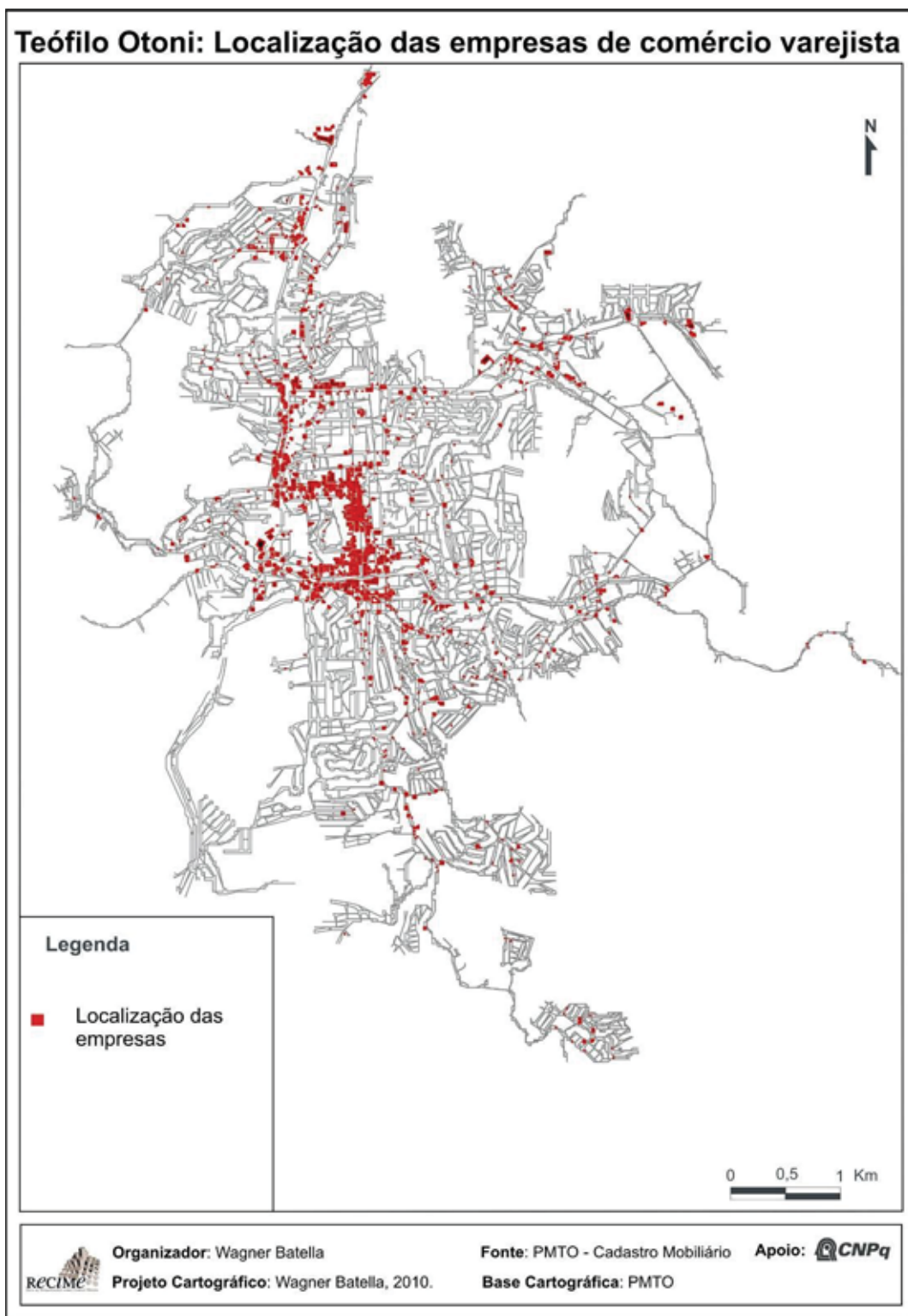
Porém, a adoção *ipsis litteris* dessa perspectiva, dissociada de sua dimensão histórica, econômica e social, remeteria à ideia de centralidade única. Em texto anteriormente citado, Sposito (2010b, p. 202), ressalta: “a centralidade única no interior das cidades não é mais uma forma predominante de articulação de sua estrutura interna”. Mais adiante, a autora reitera: “vimos, atualmente, inscrever nossa reflexão em uma perspectiva de “centros” e não mais de “centro”” (p.203).

A partir dessa construção, embora não seja objeto desta pesquisa um recorte mais aprofundado sobre o centro de Teófilo Otoni, problematiza-se a discussão na perspectiva dos limiões, uma vez que em levantamentos empíricos realizados durante os trabalhos de campo não se constatou transformações nos conteúdos da periferia nem do centro dessa cidade que remetesse a reorientações das relações entre centro e periferia. Não foram encontrados objetos que representem inovações espaciais, como loteamentos

fechados ou *shopping centers*. Em outras palavras, nos estudos urbanos recentes sobre as novas dinâmicas das cidades médias, Teófilo Otoni se destacaria mais pelas continuidades, intrinsecamente correlatas ao processo de estruturação, do que pelas rupturas associadas ao processo de reestruturação da cidade.

A figura 29 foi elaborada a partir dos dados de localização das empresas de comércio varejista obtidos no Cadastro Mobiliário da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni. A interpretação deste mapa aponta para a delimitação de uma única concentração dessa atividade. Do ponto de vista da estrutura urbana, esse padrão auxilia na compreensão do papel polarizador do centro da cidade, bem como possibilita sinalizar para ausência de outras áreas que a ele se assemelhem, seja na intensidade ou na diversidade da oferta dessa atividade, não encontrando, assim, concorrência na função de articulador do espaço urbano.

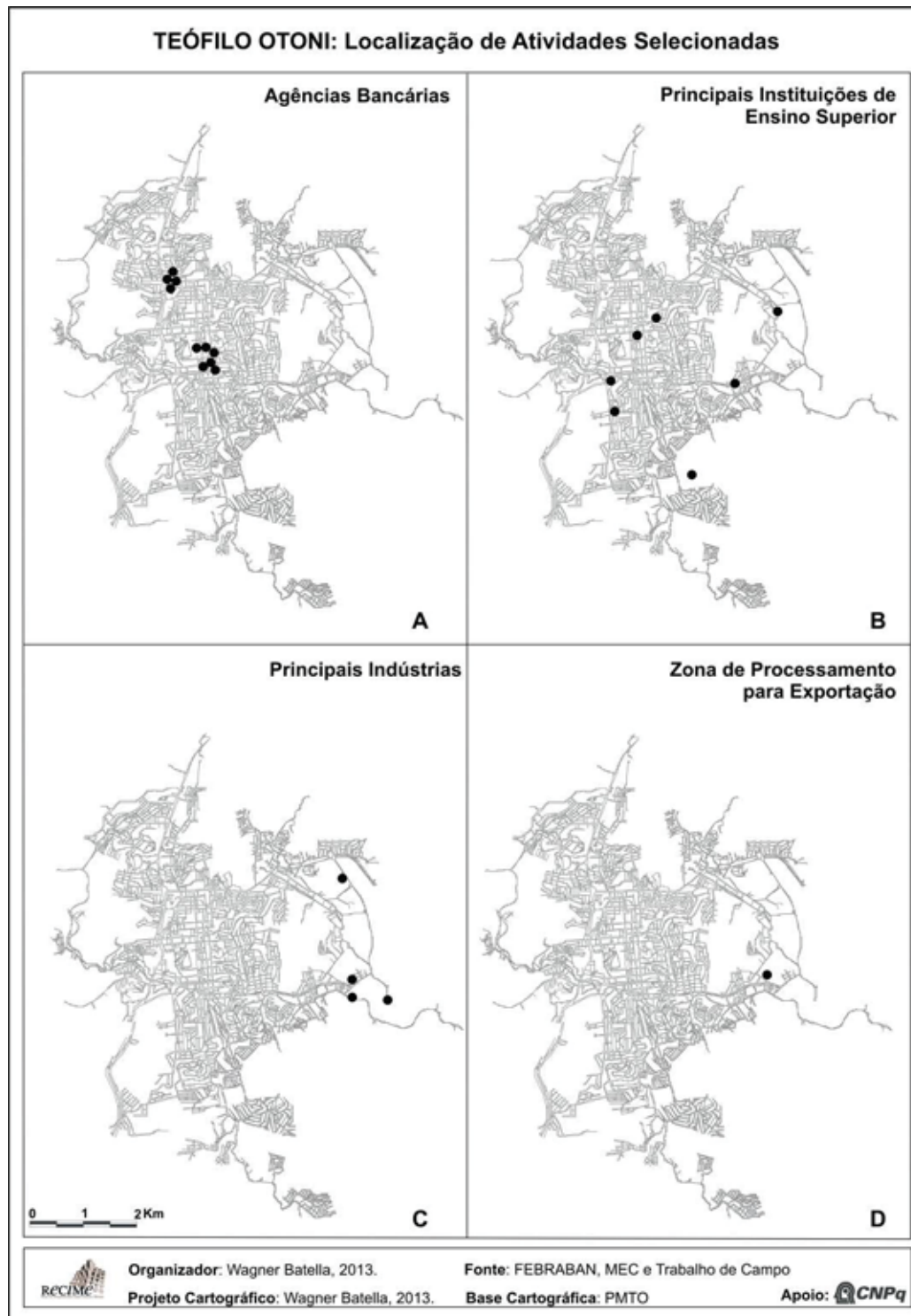
FIGURA 29



Analisando outras variáveis que estão representadas na figura 30 (agências bancárias, instituições de ensino superior e atividades produtivas como indústrias e a Zona de Processamento para Exportação), corrobora-se o

papel polarizador do centro, agora para atividades que representam serviços. Além disso, destaca-se que, embora escassa, a incipiente atividade industrial de Teófilo Otoni encontra-se concentrada no setor leste da cidade.

FIGURA 30



A figura 30A mostra duas concentrações de agências bancárias, sendo a principal na área central, que agrega seis das dez agências, e outra localizada próximo ao entroncamento das rodovias BR-116 e BR-418, com quatro bancos. A localização dessa segunda concentração de agências se justifica por ser esse um local de passagem entre os veículos que trafegam rumo ao litoral sul da Bahia e norte do Espírito Santo. A figura 30B, por sua vez, retrata que além do centro, há uma tendência de localização das Instituições de Ensino Superior no setor leste, que é também o vetor onde se localizam as poucas indústrias existentes no município, conforme visto no capítulo 3 desta tese.

Nota-se que não há na cidade um distrito industrial em funcionamento, embora existam preparadas para operação, as instalações de uma ZPE (Zona de Processamento para Exportação). No Brasil existem 24 projetos que se enquadram nessa modalidade, mas nenhum está ativo. Além dessa, que se localiza em Teófilo Otoni, mais três possuem infraestruturas concluídas: Araguaiana (TO), Imbituba (SC) e Rio Grande (RS)⁸⁴.

As perspectivas para o início do funcionamento da ZPE Teófilo Otoni se arrastam há mais de 20 anos e ganharam recentemente novo vigor com a assinatura do decreto que regula seu funcionamento em abril de 2009. Desde então, verifica-se na cidade e por meio dos veículos de comunicação que, mesmo sem data para iniciar suas atividades, são grandes as expectativas da população, da Prefeitura e dos empresários.

Segundo os administradores da ZPE⁸⁵, há consultas e manifestação de interesse de sete empresas internacionais e oito nacionais de se localizarem nesta zona. O perfil empresarial dessas empresas está ligado ao beneficiamento de produtos primários (extração mineral e produção agropecuária), principalmente gemas, granito e alimentícios.

A partir dessa análise realizada para o espaço urbano de Teófilo Otoni, em sua escala intraurbana, observa-se uma forte correlação das discussões

⁸⁴ Informação obtida no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3050> Acesso em 02 de abril de 2013.

⁸⁵ Entrevista realizada com os Senhores Kalil Kassin Elawar (proprietário da ZPE e presidente do conselho que a administra) em 14 de julho de 2010.

realizadas com as ideias de Cano (2010). Para este autor, “quanto mais atrasado ou subdesenvolvido for um determinado espaço (rural ou urbano), tanto maior será a presença do capital mercantil, que dominará a maior parte ou até mesmo a totalidade desse espaço econômico” (p.1). Ou seja, este autor, ao considerar a pluralidade dos capitais que paulatinamente se produzem e se diferenciam no processo da acumulação capitalista, confere a esta fração – o capital mercantil, como aquele relacionado às formas comerciais e usurárias – uma dimensão restrita à circulação, incapaz, portanto, de revolucionar a órbita da produção da riqueza.

Portanto, a este capital mercantil impõem-se limitações históricas, como a incapacidade de disseminar mudanças mais modernizantes das estruturas produtivas e sociais. Cano (2010, p.3), assim, trata dessa questão:

É assim que constatamos que ao longo de nossa história mais recente, nos industrializamos e urbanizamos, mas mantivemos grande atraso estrutural principalmente na maior parte da periferia nacional.

Apesar do processo de industrialização do Brasil, este capital mercantil continua dominante nessas regiões chamadas por Cano (2010) de periféricas, desde os primórdios de seu desenvolvimento capitalista, até quando vê seu poder diminuir, mas raramente se extingue como um todo. Se a urbanização de uma região pode ser seu algoz (CANO, 2010, p.2), ela mesma lhe permite transmutar e se renovar, demandando que ela cumpra novos papéis, mas ainda continuando mercantil. Um exemplo, no caso de Teófilo Otoni, é o da empresa Alcance Engenharia e Construção. Há menos de 10 anos, ela tinha sua atuação voltada principalmente para o mercado das obras públicas, de infraestrutura urbana etc., o que permite inferir sua estreita ligação com Estado no que se refere à possibilidade de crescer/acumular capital *pari passu* a contratos de novas obras. Porém, atualmente, observa-se a diversificação de mercados que procura abranger, oferecendo produtos imobiliários residenciais para uma população de maior renda.

Nessas áreas de predomínio do capital mercantil, os interesses privados se ajustam com e aos interesses do Estado. Como exemplos, ainda, citam-se

as relações entre a ZPE, a Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni e o Governo Federal. Segundo notícia vinculada em veículos de comunicação⁸⁶, os proprietários da ZPE receberam da Prefeitura Municipal o terreno em meados da década de 1990. Anos depois, tais proprietários doaram as terras onde hoje se instala o campus da UFVJM, em Teófilo Otoni⁸⁷.

É neste sentido que se adiciona aqui mais este elemento que permite caracterizar a condição de limiar para a compreensão das dinâmicas que produzem a cidade de Teófilo Otoni. Ao se identificar e observar o predomínio das permanências em detrimento das rupturas, num contexto onde não se identificam processos que marcam a aceleração e a complexidade da cidade, como acontece em outras cidades médias (ELIAS; PEQUENO, 2010; SOBARZO, 2010; LAN *et al*, 2010; SOARES *et al*, 2010; RUIZ; VÁSQUEZ; FERNÁNDEZ, 2012; MELAZZO, 2012) reconhece-se também a diversidade de elementos que permitem produzir uma cidade média. A sobreposição articulada de elementos, processos e condicionantes produzidos historicamente, a partir de distintas escalas geográficas, permite traduzir o limiar como particularidade que confirma as diferentes possibilidades de leitura destas cidades.

⁸⁶ <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,zpe-aguarda-para-operar-desde-1998-em-teofilo-otoni,481236,0.htm> Acesso em 05 de maio de 2013.

⁸⁷ http://www.tonoticias.jor.br/?secao=ler_noticia&ID=4885 Acesso em 05 de maio de 2013.

Considerações finais

Eu tentei compreender
A costura da vida
Me enrolei pois
A linha era muito comprida

Mas como é que eu vou fazer
Para desenrolar
Para desenrolar

Sérgio Pererê (“Costura da Vida”, Álbum [Tambolelê, 2001])

A construção desta tese foi balizada pela proposta de se pensar os limiars das cidades médias a partir da cidade de Teófilo Otoni. Buscou-se, neste trabalho, estabelecer a articulação entre análises teóricas e empíricas que se consubstanciaram em eixos de reflexão, entendidos como centrais para o desenvolvimento da discussão que foi realizada.

O ponto de partida dessas Considerações Finais, que se propõem a fazer um balanço da pesquisa e apontar futuras investidas, encontra-se no resgate do objetivo geral delineado na Introdução, o qual visa compreender as relações que se dão em escalas diversas e articuladas que permitem problematizar Teófilo Otoni como cidade média, contribuindo para a discussão desse conceito por meio de suas características, funções e limiars. Dessa maneira, a noção de limiar é acionada para problematizar outra, qual seja: cidade média.

Considerando a população residente nesta cidade, 110.076 habitantes, segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), ela se enquadra nos parâmetros demográficos apontados por Sposito (2006a) para se identificar “cidades de porte médio” no contexto urbano brasileiro (50.000 a 100.000 habitantes). Essa assertiva é importante, mas insuficiente para se avançar na compreensão de uma cidade média. Em função disso, conforme já foi explicitado, outra dimensão dos objetivos desta pesquisa referiu-se à adaptação da metodologia utilizada pela ReCiMe.

Os estudos realizados por pesquisadores que integram essa rede corroboram as transformações recentes das redes urbanas, particularmente a alteração nos papéis desempenhados pelos espaços urbanos não metropolitanos (ELIAS; PEQUENO, 2010; SOBARZO, 2010; LAN *et al*, 2010; SOARES *et al*, 2010; RUIZ; VÁSQUEZ; FERNÁNDEZ, 2012; MELAZZO, 2012). Tais mudanças têm decorrido e influenciado o crescimento quantitativo e qualitativo das cidades médias, bem como a alteração de seus conteúdos, processos e dinâmicas. A proposta metodológica da ReCiMe prioriza a análise das transformações desencadeadas pela intensificação das relações econômicas que se dão em diversas escalas, inclusive internacionais. Esse processo é analisado a partir da difusão de novos meios técnicos no espaço e da atuação de novos agentes econômicos que têm inserido as cidades médias em lógicas espaciais cada vez mais complexas.

Sem dúvida, esta perspectiva analítica é capaz de conduzir a interpretação do que é geral neste processo de mudança das dinâmicas, nas quais se inserem as cidades médias no período atual. Por outro lado, atesta-se a validade da hipótese inicial, pois, considerando a diversidade inerente às cidades da rede urbana brasileira, ainda que pesem os processos gerais responsáveis pela produção do espaço urbano, há uma multiplicidade de relações mutantes no tempo e no espaço que produzem peculiaridades dos espaços urbano e regional de uma cidade. Dessa maneira, os limiares são problematizados a partir das particularidades identificadas em Teófilo Otoni. Eles são apontados no contexto da própria metodologia da ReCiMe, fortemente marcada pela análise da modernização econômica do território, mas para caracterizá-los foi necessário uma perspectiva específica.

A partir dessa contextualização e, visando delinear a noção de limiar, segue-se com as considerações finais organizadas em mais três momentos. O primeiro retoma os capítulos e discorre sobre aspectos centrais analisados. No segundo, apresenta-se um quadro síntese que articula a dimensão teórica com os resultados empíricos, destacando as perspectivas para se pensar os limiares. O terceiro expõem questões para futuros trabalhos.

Durante a pesquisa, a revisão bibliográfica permitiu a construção de um quadro abrangente que retratou a complexidade inerente à noção de cidade

média, donde a riqueza das contribuições empíricas ainda não foi capaz de engendrar uma epistemologia que avançasse o conceito, sendo a proposta de limiar uma contribuição teórico-metodológica para o estudo das cidades médias, mas também uma perspectiva analítica para se compreender a realidade analisada.

Buscou-se construir uma noção de limiar que não se restringisse à ideia de limite, numa perspectiva taxonômica, mas que permitisse explorar os contextos de transição nos quais muitas cidades médias vêm sendo pensadas. Nessa proposta, os subsídios foram encontrados nas reflexões de Walter Benjamin, para quem o limiar seria “uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra” (BENJAMIN, 2006, p.535). Trata-se de uma abordagem essencialmente geográfica, principalmente porque permite articular tempo e espaço. O limiar não apenas indica novas possibilidades para os estudos das cidades médias, mas demanda o aprofundamento da reflexão sobre a própria condição de limiar.

Um dos elementos discutidos refere-se à necessidade de se articular as dimensões temporal e espacial em tais estudos, pois a condição de limiar deve ser entendida como a zona de transição. Desconsiderar este movimento implicaria na negação da própria condição de limiar, o que contrariaria sua função, porém, destacou-se que o processo de urbanização transforma os papéis e conteúdos das cidades médias de forma heterogênea, conforme as particularidades de cada cidade. As variáveis interpretadas ao longo da tese demonstraram que a urbanização em Teófilo Otoni é fortemente marcada por forças externas à cidade que, por sua vez, não apresenta uma vitalidade capaz de concentrar processos de produção e circulação de riqueza que promovam transformações econômicas ao ponto de inseri-las em lógicas complexas, como as que vêm sendo analisadas em outras cidades no âmbito da ReCiMe. Qual seria a particularidade de Teófilo Otoni? Seria ela uma cidade média no limiar? Quais as particularidades desse limiar? Essas questões nortearam as análises empíricas que serão resumidas a seguir.

Alguns estudos analisados nesta tese destacaram a cidade de Teófilo Otoni como um importante nó da rede urbana brasileira (BRASIL, 2008; FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009), outros a consideraram como uma

importante cidade média do estado de Minas Gerais (AMORIM FILHO; BUENO; ABREU, 1982; AMORIM FILHO *et al*, 1999; AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007). Deve-se ressaltar que a posição geográfica de Teófilo Otoni, numa região que se localiza na transição entre o estado de Minas Gerais e a Bahia, entre as regiões Sudeste e Nordeste, dota essa cidade de relativa importância na rede urbana. Porém, nos três estudos sobre as Regiões de Influências das Cidades (IBGE, 1987; IBGE, 2000a; IBGE, 2008), embora Teófilo Otoni sempre tenha se destacado e permanecido classificada como Capital Regional, ela não apontou dinâmica ascendente nas classificações desses estudos em relação a outras cidades do mesmo porte. Além disso, a cidade teve sua área de influência diminuída em função do desenvolvimento de outros polos que passaram a concorrer com Teófilo Otoni.

Em grande medida, a cidade se sobressaiu nesses estudos quando analisada no contexto de redes urbanas marcadas pela hierarquização, donde as cidades médias são enfatizadas por ocupar uma “posição média” no interior da hierarquia urbana. Porém, conforme enfatizou Sposito (2007a; 2006b), considerando as mudanças recentes na urbanização brasileira, as interações econômicas entre as cidades não se restringem apenas ao movimento hierárquico, sendo possível identificar relações de cidades médias com cidades de outras redes urbanas, inclusive de países diversos que apresentam diferentes níveis de complexidade. Diante disso, e apreendendo o que o geógrafo Michel Rochefort já sinalizara na década de 1960 (AMORIM, 2007), a análise desenvolvida nesta tese avançou para a abordagem da cidade de Teófilo Otoni a partir das articulações de escalas espaciais e temporais variadas.

Nesses movimentos multiescalares, que foram analisados nesta pesquisa com base nos conceitos de verticalidade e horizontalidade, observou-se que as interações espaciais em descontinuidade, ou seja, nos eixos das verticalidades, são menos intensas do que as horizontalidades, caracterizadas pelas relações que envolvem os espaços próximos. Dessa maneira, as dinâmicas que situam Teófilo Otoni na “encruzilhada” das horizontalidades e verticalidades, como proposto por Santos e Silveira (2008 [2001]) e Sobarzo (2009), não corroboram a tendência de outras cidades médias brasileiras,

particularmente aquelas que se inserem em territórios que passaram por processos de modernização econômica, de ampliação de suas escalas de interações, tornando-as mais complexas.

Em Teófilo Otoni, a predominância de relações marcadas por proximidades e contiguidades evidencia que a compreensão dessa cidade como média passa, sobremaneira, pela interpretação das relações entre cidade e região. É neste contexto que se indica outra perspectiva para se pensar o limiar, pois a cidade é “capturada” pela sua região, uma vez que não há sinergia que dinamize relações de complementaridade nesta escala.

Sobre o processo de estruturação urbana, discutido no decorrer da tese, os diversos momentos de tentativas de rupturas com dinâmicas pretéritas foram evidenciados, seja nas investidas em melhoria da circulação no interior da própria região, seja na busca por integrá-la a processos mais amplos, globais e verticais. No que tange à infraestrutura de transporte e circulação analisou-se a evolução dos modais: hidrovía, ferrovia e rodovia, que sucessivamente ampliaram as escalas de relações envolvendo a cidade. Sobre as atividades produtivas, mostrou-se como o agronegócio processador de carne bovina e a Zona de Processamento para Exportação não garantiram dinâmicas que promovessem rupturas com as bases produtivas construídas historicamente.

O predomínio de setores antigos relacionadas à lapidação e à comercialização de pedras preciosas, bem como as particularidades dessa atividade (informalidade, pouco emprego de tecnologia, incertezas e instabilidades promovidas pela dependência do mercado externo etc.), não favorece que relações econômicas outras se generalizem, o que limita o rebatimento sobre outros setores da própria cidade. Tem-se, assim, uma contradição, uma vez que o setor das pedras preciosas é o principal articulador das verticalidades envolvendo Teófilo Otoni, mas também é decorrente e intensifica a primazia de suas horizontalidades.

A análise do espaço intraurbano reforça a questão das permanências em detrimento das transformações, uma vez que se observa o predomínio das continuidades das formas e dos processos urbanos em detrimento das rupturas que evidenciem a existência de um processo de reestruturação da cidade.

Trata-se de uma cidade que não apresenta inovações espaciais, caracterizadas por Corrêa (2010), como representativas das novas formas espaciais urbanas e dos novos papéis urbanos desempenhados por outras cidades médias (ELIAS; PEQUENO, 2010; SOBARZO, 2010; LAN *et al*, 2010; SOARES *et al*, 2010; RUIZ; VÁSQUEZ; FERNÁNDEZ, 2012; MELAZZO, 2012). Soma-se a isso o sítio urbano da cidade que agrava as condições de desigualdades socioespaciais, conforme analisado no capítulo quatro, e influencia a divisão social do espaço.

Por fim, a partir desse contexto é que se torna possível interpretar a unicidade de processos que sintetizam, ao mesmo tempo, uma importância relativa da cidade de Teófilo Otoni em seu contexto regional, as articulações de escalas para além daquelas mais imediatas e também a frágil capacidade de agentes econômicos locais em promover articulações mais densas no sentido de aprofundar a acumulação do capital para além daquela restrita à circulação, intermediação e trocas, como aquelas que poderiam impor novas centralidades, a difusão de novos produtos imobiliários etc. na transformação do intraurbano.

Pelo que foi exposto nos capítulos desta tese, defende-se que a cidade de Teófilo Otoni é uma importante cidade média do estado de Minas Gerais. Sua condição de limiar é encontrada na síntese de processos particulares, históricos e espaciais, mas que também responde por processos gerais. A particularidade dessa condição está no que pode ser caracterizado como “limiar inferior”, conforme sintetizado no quadro 7.

QUADRO 7: Síntese das principais dimensões nas quais se estudou os limiares inferiores propostos na pesquisa

Tema	Descrição
Abordagem metodológica	A noção de limiar inferior surgiu a partir do cotejamento da cidade de Teófilo Otoni com outras que vinham sendo estudadas no âmbito da ReCiMe. No levantamento das variáveis analisadas, observou-se que Teófilo Otoni se destacava pelo que ela não possuía. A metodologia utilizada nesta tese adapta aquela desenvolvida pela pesquisa em rede com o objetivo de evidenciar as

	particularidades dos limiares.
Articulação de escalas	A complexidade do capitalismo contemporâneo insere as cidades médias em dinâmicas que se dão em escalas mais abrangentes e complexas, que não se limitam às hierarquias urbanas, demandando que as pesquisas acerca deste tipo de cidade envolvam a articulação de escalas diversas. Procedendo-se esta análise para a cidade de Teófilo Otoni a partir dos conceitos de verticalidade e horizontalidade, evidenciou-se o predomínio de interações espaciais na perspectiva das horizontalidades.
Relação da cidade com a região	Em decorrência do predomínio das horizontalidades, resgatou-se uma importante característica dos estudos sobre cidades médias: seus papéis regionais. Na análise das relações entre Teófilo Otoni e sua região observou-se que essa cidade desempenha o papel de liderança regional na oferta de bens e serviços para sua região, mas a fragilidade das cidades de seu entorno enfraquecem as sinergias que poderiam incrementar o dinamismo dessa região.
Desenvolvimento das atividades produtivas	A particularidade das principais atividades produtivas da cidade, extração e comercialização de pedras preciosas, não favorece uma acumulação que generalize e se diversifique para outros setores da economia. Além da informalidade, da incerteza em relação à dependência do mercado externo e do baixo emprego de tecnologia, a extração é realizada por uma elite econômica que somente recentemente começa a diversificar seus investimentos na cidade.
Produção do espaço urbano	Os processos responsáveis pela produção do espaço urbano são caracterizados pelo predomínio das permanências em detrimento das rupturas. Não se pode afirmar a existência do processo de reestruturação da cidade, pois não se identifica a difusão de inovações espaciais, a atuação de agentes econômicos que representam grandes capitais, a transformação das formas e conteúdos urbanos. Soma-se a isso, a intensificação das desigualdades socioespaciais.

Finaliza-se esta pesquisa com a certeza de que surgiram mais questões do que aquelas propostas inicialmente. Os limites permitem articular temas, escalas e processos propostos para o estudo das cidades médias contemporâneas. Diante da diversidade da rede urbana brasileira, essa perspectiva precisa ser ampliada para outras cidades médias, sobretudo em estudos comparativos.

Pretende-se proceder a essa empreitada em trabalhos futuros, partindo das cidades que integram a rede urbana de Minas Gerais. As particularidades da urbanização desse Estado, que sintetiza a urbanização brasileira e se localiza em uma posição estratégica entre as regiões do Brasil, produzem uma realidade que instiga o desenvolvimento das ideias apresentadas nesta tese. Está lançado o desafio.

Referências bibliográficas

ABLER, Ronald; ADAMS, John S.; GOULD, Peter. **Spatial organization: the geographer's view of the world**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1971.

ADAM, Brigitte. Medium-sized Cities in Urban Regions. **European Planning Studies**. Vol. 14, nº4, p.547-555, May. 2006

ALVIM, Ana Márcia M. **Análise da rede urbana de Minas Gerais a partir dos fluxos migratórios nos períodos 1986-1991 e 1995-2000**. Tese (Doutorado em Geografia). PPGG – Tratamento da Informação Espacial – PUC Minas, 2009.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **Contribution à l'étude des villes moyennes au Minas Gerais** – Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais. (Thèse de Doctorat). Bordeaux, Université de Bordeaux III, 1973.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. **Anais do II Encontro Nacional de Geógrafos**. Belo Horizonte, IGC; UFMG, 1976, p.6-15.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. A rede urbana da bacia do Mucuri. **Geografia & Ensino**, Belo Horizonte, n.10, v.3, p.26-36, 1990.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Um modelo de zoneamento morfológico funcional do espaço intra-urbano das cidades médias de Minas Gerais. In: AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de (org.). **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Vieira, 2005, pp. 17-70.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. Origens, Evolução e Perspectivas dos Estudos sobre as Cidades Médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org). **Cidades Médias: Espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69–88.

AMORIM FILHO, Oswaldo. B.; BUENO, Maria E. T.; ABREU, João F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativas-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 12, n. 23-24, p. 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; ABREU, João F.; ANDRADE, Tarcísio B.; ALVIM, Ana Márcia M. **Os Eixos de Desenvolvimento em Minas Gerais e suas Tecnópoles**. Projeto de Pesquisa, CEX 170495, FAPEMIG - PUC/Minas, Belo Horizonte, 1999.

AMORIM FILHO, Oswaldo B; SERRA, Rodrigo V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. (org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; RIGOTTI, José. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.7, n.9, p. 21-38, 2003.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; RIGOTTI, José. I. R.; CAMPOS, Jarvis Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **RA'EGA** (UFPR), v. 13, p. 7-18, 2007.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de (org.). **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Vieira, 2005.

ARROYO, María Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria E. B.; SOBARZO, Oscar. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.

BARRENTO, João. Walter Benjamin: limiar, fronteira e método. **Olho d'água**, 4 (2), Jul.-Dez., p. 41-51, 2012.

BATELLA, Wagner B. Ocupação e integração econômica do nordeste de Minas Gerais no contexto da Dualidade Brasileira. **Geografia. Ensino & Pesquisa** (UFSM), v. 14, p. 74-85, 2010.

BATELLA, Wagner B.; DINIZ, Alexandre. M. A. Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 6, p. 367-374, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. BOLLE, Willi; MATTOS, Olgária (org.) Trad. Irene Aron; Cleonice Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível: o espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação de capital**. São Paulo: Annablume, 2008.

BRANDÃO, Carlos A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 157 p.

BRANDÃO, Carlos A. O necessário diálogo entre a economia política do desenvolvimento e a geografia crítica em momento de crise estrutural do capitalismo. In: **XIV Encontro Nacional de Economia Política**, 2009, São Paulo. Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009. v. 1. p. 1-23.

BRANDÃO, Carlos A. Producción social del ambiente construído y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. In: FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; BRANDÃO, Carlos A. **Escalas y políticas del desarrollo regional: Desafíos para América Latina**. San Martín: Mino e Dávila, 2010, p. 241-272.

BRASIL. **Decreto 5.622**, de 19 dez. 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial, Brasília, 19 dez. 2005.

BRASIL, **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: Volume III - regiões de referência. Brasília: MPOG/SPIE, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2ª ed. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1990].

CAMAGNI, Roberto. **Economia urbana**. Barcelona: Antoni Bosch. 2005

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil**. Textos para discussão n.17, UNICAMP, 2010.

CARVALHO, Cristiano O. **Contextualização Histórica e Análise do Desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Mucuri**. Dissertação (Mestrado em Tratamento da Informação Espacial) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006, 126p.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4ª ed. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1983].

CASTRO, José F. M. **Caracterização espacial do sul de Minas e “entorno” utilizando-se o modelo potencial e a análise de fluxos em sistemas digitais: uma proposta metodológica**. 2000. 157 f. Tese (Doutorado em geografia – Análise da Informação Espacial) – IGCE/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

CASTRO, José F. M. Comunicação cartográfica e visualização cartográfica. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº87, p.67-83, 2007.

CATÃO, Rafael de C.; REOLON, Cleverson A.; MIYAZAKI, Vitor K. Interações Espaciais: uma Reflexão Temática. **Caminhos de Geografia** (UFU), v. 11, p. 231-239, 2010.

CATELAN, Márcio J. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescales e cidades médias**. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, 2012, 227p.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. Tradução de: Leda Rita Cintra Ferraz São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in southern Germany**. Englewood Cliffs. Prentice Hall 1966. [1933].

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2ª Edição. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CORRÊA, Roberto L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. 7ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 4ª Ed., 2004.

CORRÊA, Roberto L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto L. Construindo o Conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org). **Cidades Médias: Espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 23-34.

CORRÊA, Roberto L. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 [1997]. p. 279-318.

CORRÊA, Roberto Lobato. Inovações espaciais – algumas reflexões. **Cidades**, v. 7, p. 151-162, 2010.

COSTA, Eduarda M. Cidades Médias: contributos para a sua definição. **Finisterra**, Vol. 37, nº 74, p. 101-128, 2002.

DEÁK, Csaba. Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80. In: DEÁK, Csaba; Schiffer, Sueli Ramos. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2010. p. 19-48.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro**. Brasília: DNPM, 2010.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, 3 (1), pp. 35-64, 1993.

DINIZ, Alexandre Magno A.; BATELLA, Wagner B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 59-77, 2005.

DOLFUSS, Olivier. **A análise geográfica**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

DUHAU, Emilio. As novas formas da divisão social do espaço nas metrópoles latino-americanas: uma visão comparativa a partir da cidade do México. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.18, n.45, Set./Dez., p. 355-376, 2005.

EGLER, Claudio A. G.; MENDES, Constantino C.; FURTADO, Bernardo A.; PEREIRA, Rafael. H. M. Bases Conceituais da Rede Urbana Brasileira: Análise dos Estudos de Referência. In: PEREIRA, Rafael. H. M.; FURTADO, Bernardo A. (Org.). **Dinâmica Urbano-Regional**: rede urbana e suas interfaces. Brasília: IPEA, 2011, p. 25-46.

ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Beltrão E. **Projeto de Pesquisa - Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional**. MCT/CNPq, 2006.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato B. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 101-284.

FERNANDES, Ana Cristina; BITOUN, Jan; ARAÚJO, Tânia B. **Tipologia das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2009.

FERRÃO, João. Cidades médias: superar a tirania da dimensão. In: REBELO, João; VENEZA, Ana. **As cidades médias e o ordenamento do território**. Coimbra: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1995. p.11-18.

FERRÃO, João; HENRIQUES, Eduardo B.; NEVES, Eduardo O. Repensar as cidades de média dimensão. **Análise Social**, vol. XXIX (129), p.1123-1147, 1994.

FERRAZ, Fernando Gigante. Da ação ao comportamento: o espaço público da *oikonomia*. **Anais do Seminário URBA A produção da cidade e a captura do público: que perspectiva**. Salvador, UFBA, 2012.

FERREIRA, Sandra C. **Rede urbana, cidade de porte médio e cidade média: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). FCT – UNESP, 2010.

FERREIRA, Álvaro. **A Cidade no Século XXI**: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FRANÇA, Iara S. de; PEREIRA, Anete M.; SOARES, Beatriz R. Cidade média, polarização regional e setor de educação superior: estudo de Montes Claros, no norte de Minas Gerais. **Formação (Presidente Prudente)**, v. 02, p. 52-69, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programa Estadual de Centros Intermediários** – Diagnóstico Teófilo Otoni. Belo Horizonte, FJP, 1981. 170p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programa Estadual de Centros Intermediários** – Perfil da Cidade, Vol. 1. Belo Horizonte, FJP, 1982a. 266p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Teófilo Otoni**. Belo Horizonte, FJP, 1982b. 140p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A colonização alemã no Vale do Mucuri**. Belo Horizonte, FJP, 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte, FJP, 2005.

FURTADO, Bernardo A. Evolução da divisão territorial de Minas gerais: os limites municipais desde 1711. **Geografia (Rio Claro. Impresso)**, v. 32, p. 199-213, 2007.

GAGNEBIN, Maria Filomena. Método é desvio – uma experiência de limiar. In: OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio. (org.) **Limiares e passagens em Walter Benjamin**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp.12-26.

GEORGE, Pierre. **Dictionnaire de La Geographie**. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **RDG - Revista do Departamento de Geografia**, n.1, p. 21-47, 1982.

GONÇALVES NETO, Nefatalin. A questão do limiar em Ensaio Sobre a Cegueira: uma reflexão à luz das pesquisas bakhtinianas. **Revista Desassossego**, v. 4, p. 1-10, 2010.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

HAGGETT, Peter. **Locational Analysis in Human Geography**. London: Edward Arnold, 1971 [1965].

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11º ed. São Paulo: Loyola, 2002 [1989].

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das cidades: Revisão atualizada do estudo Divisão Funcional do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol. 1, Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2000b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2012**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/>

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS. **Perfil Agropecuário das Regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce**. Belo Horizonte, 2008.

INSTITUTO DE GEOCIENCIAS APLICADAS (MG). **Atlas das áreas de atuação de órgãos públicos no Estado**. Belo Horizonte, IGA, 1981. 66p.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da Geografia. In: GEORGE, Pierre. **A geografia ativa**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

KEIL, Roger; MAHON, Rianne. **Leviathan Undone?** Towards a Political Economy of Scale. Vancouver: University of British Columbia Press.

LAJUGIE, Joseph. **Les ville moyennes**: Paris: Cujas, 1974.

LAN, Diana; LINARES, Santiago; NUCCI, Josefina; PONS, Magdalena L. La lógica de La organización espacial em La ciudad de Tandil. In: ELIAS, Denise; SPOSITO; Maria Encarnação B.; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Tandil e Uberlândia. São Paulo: Outras Expressões, 2010, pp. 29-155.

LEMOS, Mauro B.; DINIZ, Clelio C.; GUERRA, Leonardo P.; MORO, Sueli. A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência. **Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira** (mesa especial), Diamantina, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **The production of the space**. Oxford: Blackwell, 1992 [1974].

- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2ªed., 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008 [1970].
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.
- LENCIONE, Sandra. Mudanças na metrópole de São Paulo e transformações industriais. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999, p.115-136.
- LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981 [1977].
- MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.
- MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, vol. 24, n.2, 2000, p. 219-242.
- MATTOS, Marcelo G. P. **Políticas públicas para Arranjos Produtivos Locais: o arranjo de gemas de Teófilo Otoni – Minas Gerais**. Monografia (Bacharelado em Economia). Instituto de Economia/UFRJ, 2004, 121p.
- MELAZZO, Everaldo S. **Padrões de desigualdade em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa**. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, 2006, 222p.
- MELAZZO, Everaldo S. Marília: Especialização industrial e diversificação do consumo. Trajetórias de uma cidade média. In: SPOSITO; Maria Encarnação B.; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, pp. 161-280.
- MELAZZO, Everaldo S.; CASTRO, Clóves A. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? **Terra Livre**, v. 2, p. 133-142, 2008.
- MICHEL, Michel. Ville moyenne, ville moyen. **Annales de Géographie**, Vol. 86, n°. 478, p. 641-685, sep./oct.1977.
- MIRANDA, Nilmário. **Teófilo Otoni: a República e a Utopia do Mucuri**. São Paulo: Caros amigos, 2007.
- MONTESSORO, Cláudia Cristina L. Presidente Prudente: a instalação dos shopping centers e a (re)estruturação da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001
- MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOTTER, Crislaine; BATELLA, Wagner. Novas centralidades em Chapecó: apontamentos sobre as transformações recentes no espaço urbano. **Caminhos de Geografia** (UFU), 2013. (No prelo).

MOURA, Rosa; WERNECK, Débora Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 100, p. 25-55, 2001.

NASCIMENTO, Ederson. Produção de uma topografia social urbana. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 11, p.75-94, 2012.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NOGUEIRA, Ricardo J. B. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico** (UFG – IESA), v.1, n.2, p.27-41, 2007.

PACHECO, Carlos Américo. **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 633).

PATTINSON, William D. The four traditions of Geography. In: **Journal of Geography**. 63 (5), p.211-216, 1964.

PEQUENO, Luiz Renato B. Favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: mudanças e tendências nas políticas habitacionais. In: BELLET SANFELIU, Carmen; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. 1ª ed. Lleída: Edicions de la Universitat de Lleída / UNESCO, 2009, v. , p. 203-226.

PEREIRA, Fabiano M.; LEMOS, Mauro B. Desigualdade Regional Urbana: O caso das cidades médias mineiras no contexto nacional. In: FONTES, Rosa; FONTES, Maurício. (Org.). **Crescimento Econômico e Desigualdade Regional em Minas Gerais**. Viçosa: Folha de Viçosa, 2005, p. 93-128.

PERROUX, François. O conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977 [1955]. p. 145-156.

PIRES, Cynthia. **Estratégias de saúde da família na cidade de Teófilo Otoni-MG - Perspectivas geográficas no espaço intraurbano**. Dissertação (Mestrado em Tratamento da Informação Espacial) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2007, 137p.

RAMOS, Rossandro. **A importância do capital social para a governança do Arranjo Produtivo Local de gemas de Teófilo Otoni**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas / Programa de Pós-Graduação em Engenharia Econômica / UERJ, 2007, 129p.

REOLON, Cleverson A. **Os espaços de comando do capital e de produção industrial no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, 2012, 243p.

ROMERO, Hamilton. **O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados** – MS. 175 F. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados. UFGD. 2010.

RUIZ, Cristian H.; VÁSQUEZ, Federico A.; FERNÁNDEZ, Marta H. Transformaciones urbanas em la ciudad de Chillán, Chile: lo local y lo tradicional frente a la influencia global. In: SPOSITO; Maria Encarnação B.; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, pp. 25-159.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1991 [1988].

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1978].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4º Ed. São Paulo: EDUSP, 2009a [1996].

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5º Ed. São Paulo: EDUSP, 2009b [1993].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008 [2001]. 473p.

SANTOS, Márcio A. O vale do Mucuri dentro da ocupação de Minas Gerais e o papel da Companhia do Mucuri SA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 1, p. 193-218, 2007.

SANTOS, Márcio A.; TAVARES, Igor S. História da ocupação no Vale do Mucuri. In: FERNANDEZ, M. A. **Expedição Rio Todos os Santos**. Movimento Pró Rio Todos Os Santos e Mucuri, Teófilo Otoni, 2006, p.41-54.

SASSEN, Saskia. Ciudades em La economia global: enfoques teóricos y metodológicos. **Revista eure**. Vol. XXI, n° 71, 1998, pp. 5-25.

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights**: from medieval to global assemblages. Princeton-NJ: Princeton University Press, 2006.

SCHIFFER, Sueli T. R. São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional. In: DEÁK, Csaba; Schiffer, Sueli Ramos. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2010. p. 73-110.

SILVA, William Ribeiro. Novos centros, novas centralidades, novas diferenças. A fragmentação do espaço urbano em londrina. **Geografia**, Rio Claro: v. 29, n. 1, p. 55-70, jan./abr., 2004.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, Trabalho, Cidades Médias. **Geo UERJ**. n. 11, 2002, pp. 11-17.

SOARES, Beatriz R.; RAMIRES, Júlio C. de L.; OLIVERIA, Hélio Carlos M.; MELO, Nágela Aparecida; SOUZA, Marcus Vinícius M.; RIBEIRO FILHO, Vitor. Uberlândia (MG): leituras geográficas de uma cidade média em transição. In: ELIAS, Denise; SPOSITO; Maria Encarnação B.; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Tandil e Uberlândia. São Paulo: Outras Expressões, 2010, pp. 157-285.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: uma cidade média do sul do Brasil na encruzilhada das horizontalidades e das verticalidades. In: BELLET SANFELIU, Carmen; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. 1ª ed. Lleída: Edicions de la Universitat de Lleída / UNESCO, 2009, v. , p. 145-158.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO; Maria Encarnação B.; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional - Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v., p. 29-100.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Marcelo J. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação B. O centro e as formas de centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 10, 1991, p. 1-18,

SPOSITO, Maria Encarnação B. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro G. (org.) **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: GAsPERR/UNESP, 1996, p.111-126.

SPOSITO, Maria Encarnação B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (coord.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001. p. 609-643.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades do estado de São Paulo. Tese (livre docência em geografia) - FCT/UNESP. Presidente Prudente: 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A divisão territorial do trabalho e as cidades médias no Estado de São Paulo. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente - SP, v. 26, p. 169-180, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006a, v. 1, p. 175-196.

SPOSITO, Maria Encarnação B. O Desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, vol.3, no. 5. jan-jun 2006b. p.143.157.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007a, v. 1, p. 233-253.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova (Barcelona)**, v.XI, p.11, 2007b.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Para pensar as pequenas e as médias cidades brasileiras**. Belém: FASE e UFPA, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n.1, jan./abr., 2010a, p.51-62.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Multi(poli)centralidade urbana. In: Eliseu Savério Sposito; João Lima Sant'Anna Neto. (Org.). **Uma Geografia em Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010b, p. 199-228.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo J. L. de; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação B; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz R.; MAIA, Doralice S.; GOMES, Edvânia T. A.; O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 35-67.

TAVARES, Igor S. O Mucuri e seus contrários: como ser Gauche na Rua Direita. In: SANTOS, Márcio A. **As Gerais Distantes das Minas**: Fragmentos da História do Vale do Mucuri. Teófilo Otoni: Frota, 2009, p.41-51.

TEÓFILO OTONI. **Lei nº 5.892**, de 10 de dezembro de 2008, dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Teófilo Otoni, Teófilo Otoni, 10 de dez. de 2008.

TOWNROE, Peter; KEEN, David. Polarization reversal in the state of São Paulo. **Regional Studies**, v. 18, n. 1, p.45-54, 1984.

ULLMAN, Edward L. **Geography as Spatial Interaction**. Seattle and London: University of Washington Press, 1980.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

Sítios eletrônicos consultados

Associação Brasileira de Shopping Centers. Disponível em: <http://www.portaldoshopping.com.br>, acesso em 20 de janeiro de 2013.

Associação dos Comerciantes e Exportadores de Joias e Gemas do Brasil. www.geabrasil.com, acesso em 15 de agosto de 2010.

Banco de dados do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br>, acesso em 18 de janeiro de 2012.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: www.capes.gov.br, acesso em 15 de janeiro de 2013.

Construtora Alcance. Disponível em: <http://www.construtoraalcance.com.br>, acesso em 22 de abril de 2013.

Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.der.mg.gov.br>, acesso em 15 de agosto de 2010.

Duarte e Bastos Pedras Preciosas. Disponível em: <http://www.duartebastos.com.br>, acesso em 20 de janeiro de 2010.

Fundação João Pinheiro. Disponível em: WWW.fjp.gov.br, acesso em 20 de abril de 2013.

Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.estadao.com.br>, acesso em 05 de maio de 2013.

Jornal dos Vales. Disponível em: <http://www.liderdosvales.com.br>, acesso em 16 de junho de 2010.

Jornal Teófilo Otoni Notícias. Disponível em <http://www.tonoticias.jor.br>, acesso em 05 de maio de 2013.

Ministério da Saúde. Disponível em: www.saude.mg.gov.br, acesso em 18 de janeiro de 2012.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio: Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>, acesso em 02 de abril de 2013.

Nestlé. Disponível em: www.nestlé.com.br, acesso em 15 de agosto de 2010.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>, acesso em 20 de julho de 2012.

Secretaria do Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.transportes.mg.gov.br>, acesso em 15 de agosto de 2010.

Secretaria do Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.transportes.mg.gov.br>, acesso em 10 de janeiro de 2013.

Territórios da Cidadania. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>, acesso em 10 de janeiro de 2013.